

# RC 2012





# RC 20 12





## RELATÓRIO DE GESTÃO E SUSTENTABILIDADE

<b>1. MENSAGEM DO PRESIDENTE</b>	<b>6</b>	<b>4. GOVERNO DA SOCIEDADE</b>	<b>50</b>
<b>2. A STCP EM 2012</b>	<b>8</b>	4.1 Missão, Visão e Política	52
2.1 Apresentação da Empresa	9	4.2 Objetivos e Graus de Cumprimento	52
2.2 Principais Acontecimentos	10	4.3 Regulamentos Internos e Externos	54
2.3 Evolução da Atividade	11	4.4 Informação sobre as Transações Relevantes com Entidades Relacionadas	55
<b>3. RELATÓRIO NA ÓTICA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL</b>	<b>22</b>	4.5 Informação sobre outras Transações	56
3.1 Sistema Integrado de Gestão—Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho	24	4.6 Modelo de Governo e Identificação dos Órgãos Sociais	62
3.2 Responsabilidade perante os Clientes	24	4.7 Remunerações dos Membros dos Órgãos Sociais	69
3.3 Responsabilidade perante a Comunidade	30	4.8 Análise de Sustentabilidade nos Domínios Económico, Social e Ambiental	76
3.4 Responsabilidade Ambiental	39	4.9 Avaliação de Cumprimento dos Princípios de Bom Governo (PBG)	77
3.5 Responsabilidade Social perante os Trabalhadores	44	4.10 Código de Ética e Conduta	77
		4.11 Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas	78

# ÍNDICE

4.12 Sistema de Controlo	78	<b>7. CONTAS DO EXERCÍCIO 2012</b>	<b>104</b>
4.13 Prevenção de Conflitos de Interesse	79	<b>8. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS</b>	<b>176</b>
4.14 Divulgação de Informação	79	<b>9. RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL</b>	<b>180</b>
4.15 Decisões mais Relevantes do Conselho de Administração	84	<b>10. OUTRAS INFORMAÇÕES</b>	<b>194</b>
4.16 Associações e Parcerias	87	10.1 Painel de Indicadores de Atividade	196
<b>5. RELATÓRIO DE GESTÃO</b>	<b>88</b>	10.2 Índice Global Reporting Initiative (GRI)	205
5.1 Enquadramento Macroeconómico	89		
5.2 Balanço do Ano	90		
5.3 Investimento	90		
5.4 Financiamento	90		
5.5 Resultados do Exercício	96		
5.6 Evolução Patrimonial	100		
5.7 Proposta de Aplicação de Resultados	101		
5.8 Anexo ao Relatório de Gestão	101		
<b>6. PERSPETIVAS PARA 2013</b>	<b>102</b>		



# RELATÓRIO DE GESTÃO E SUSTENTABILIDADE

# 01

MENSAGEM  
DO PRESIDENTE





Em agosto de 2012, com a nomeação do Presidente não executivo e do Vogal não executivo, ficou completo o Conselho de Administração da Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A., STCP, para o triénio 2012-2014, com a particularidade destes membros não executivos serem também, respetivamente, Presidente do Conselho de Administração e Vogal executivo do Conselho de Administração da Metro do Porto, S.A..

O exercício de 2012, que decorre no contexto das medidas de correção dos desequilíbrios financeiros da economia resultantes do programa de assistência celebrado com o Fundo Monetário Internacional, a Comissão Europeia e o Banco Central Europeu, pode caracterizar-se na STCP pela quebra na procura, de 11%, pela contenção nos custos, menos 6.9%, e por alguma instabilidade social.

Em termos de resultados a STCP obteve um EBITDA positivo de 4,4M€, um Resultado Operacional de -10,2M€ e um Resultado Líquido de -73,4M€. Assim, a par de um resultado positivo antes das reintegrações e dos encargos financeiros, os resultados da Empresa continuam a evidenciar os encargos financeiros com a dívida histórica e os efeitos dos contratos de derivados financeiros celebrados em anos anteriores.

No contexto das propostas do Grupo de Trabalho nomeado pela Secretaria de Estado dos Transportes, Obras Públicas e Comunicações em Setembro de 2011, a STCP procedeu em 2012 à racionalização da sua oferta com a finalização da extinção de todos os contratos de exploração que celebrara com Operadores Privados, passou para estes a exploração de algumas linhas e reviu toda a sua restante oferta.

No âmbito do Plano Estratégico dos Transportes, a STCP e a Metro do Porto, S.A. iniciaram a meio do ano os seus processos de reestruturação, fusão operacional e de definição / aperfeiçoamento dos respetivos modelos de abertura à iniciativa privada.

O ano de 2012 é, assim, um ano de viragem, não o fim de um ciclo, pois na sua longa história de mais de 140 anos a STCP, que de concessão privada nos seus primórdios se transformou em Serviço Municipal nos passados anos 60, para ser hoje uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, sempre foi capaz de, sob restrições de ordem diversa, se adaptar à evolução tecnológica, às exigências da mobilidade urbana e de encontrar em si a flexibilidade e a capacidade de servir com crescente qualidade de serviço.

Agora que defrontamos o desafio da sustentabilidade, suportamo-nos numa cultura de mais de 140 anos, que todos une e a todos mobiliza, e numa excecional capacidade de resiliência, que nos tem mantido como a Empresa de referência na Área Metropolitana que servimos, para construir um futuro que no respeito do passado a todos dignifique.

abril 2013

João Velez Carvalho



# 02

A STCP EM 2012





## 2.1 APRESENTAÇÃO DA EMPRESA

- A origem da STCP remonta a 1872, completando em 2012, 140 anos de história
- É uma Sociedade Anónima de capital 100% público
- É a maior empresa de transportes públicos coletivos de passageiros da Área Metropolitana do Porto, com 94 milhões de passageiros transportados no ano
- Serve 51 freguesias, com cerca de 900 mil habitantes e seis concelhos – Matosinhos, Maia, Valongo, Gondomar, Vila Nova de Gaia e Porto

- Em 31 de dezembro a STCP tinha:

Uma Rede constituída por 73 linhas  
62 na rede diurna e noturna – 59 de Autocarro e 3 de Carro Elétrico  
11 na rede da madrugada em Autocarro  
A Extensão da Rede era de 485 quilómetros com 2.458 paragens – 482 quilómetros de Rede de Autocarro e 9 quilómetros de Rede de Carro Elétrico

A Frota era de 475 Autocarros e 6 Carros Elétricos

Um Efetivo em 31 de dezembro de 1.262 trabalhadores, dos quais 70% eram motoristas de serviço público e guarda-freios, para um efetivo médio no ano de 1.287 trabalhadores

- No ano de 2012 a STCP:

Percorreu 25,7 milhões de quilómetros

Transportou em média, por dia útil, 316 mil passageiros

Gerou um volume de negócios de 53,4 milhões de euros

Investiu 2,3 milhões de euros

Obteve um EBITDA<sup>1</sup> positivo de 4,4 milhões de euros e um resultado operacional negativo de 10,2 milhões de euros

Ao serviço da STCP, correspondeu uma poupança de cerca de 20.000 toneladas de CO<sub>2</sub> devido à tipologia da frota e às viaturas ligeiras que retira da cidade

<sup>1</sup> Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos, provisões, imparidades, ajustamentos, componente financeira do leasing operacional e indemnizações por cessação de contrato de trabalho.



## 2.2 PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS

DATA	EVENTO
9 janeiro	Museu do Carro Eléctrico acolhe reunião de projeto de investigação sobre Museus do Porto
janeiro	Realização de Inquéritos ao público para avaliação do Projeto WiFi / TV Digital na linha 207
23 janeiro	O Senhor Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações (SEOTC) informa a STCP da decisão sobre medidas a serem implementadas na empresa para a reestruturação da rede de transportes públicos
28 janeiro	STCP e PSP realizam ação de fiscalização conjunta na rede da madrugada
1 fevereiro	Aumento tarifário médio de 5%
11 fevereiro	Operação de fiscalização conjunta com a PSP com vista ao reforço da segurança
23 fevereiro	STCP implementa os primeiros ajustamentos de horários e frequências definidos no âmbito das decisão do grupo de trabalho criado por despacho nº 13.371/2011, de 22 de setembro, do SEOPTC
28 fevereiro	Apresentação pública das contas da empresa 2011
fevereiro a maio	Serviço de transporte "CIVITAS BUS" - parceria entre a FEUP, a STCP e a CMP, no âmbito do Projeto Europeu CIVITAS-Elan, cofinanciado pela União Europeia
3 e 4 março	STCP estabelece uma parceria com a organização do festival Vodafone Mexefest, transportando milhares de pessoas
9 março	Apresentação da nova imagem do serviço Porto Tram City Tour e inauguração do Carro Eléctrico nº 220 após processo de reconstrução integral
23 março	Assembleia Geral Anual da STCP, S.A.
1 abril	Primeira carreira de Autocarros da STCP faz 64 anos
30 abril	Implementação de um conjunto de alterações nos horários de linhas de serviço público para um maior ajustamento entre procura e oferta
5 maio	22º Desfile Anual de Carros Eléctricos Históricos integrando comemorações dos 140 anos da inauguração da primeira linha de caminho-de-ferro americano, em Portugal
6 a 13 maio	Serviço Especial Queima das Fitas 2012 em parceria com a Federação Académica do Porto
18 maio	Celebração Dia Internacional dos Museus / Noite dos Museus / 20 anos da data de abertura ao público do Museu do Carro Eléctrico
2 e 3 junho	Serviço Especial Serralves em Festa em parceria com o Museu de Serralves
7 a 10 junho	Serviço Especial Optimus Primavera Sound em parceria com a organização do festival
11 a 15 junho	Auditoria interna anual ao Sistema Integrado de Gestão da STCP
21 junho	Reorganização funcional do Interface da Casa da Música pela Câmara Municipal do Porto com alterações de percursos e términos em algumas linhas da STCP
29 junho	Eleição pelo acionista de dois administradores executivos para o Conselho de Administração
1 julho	Retoma da exploração direta das linhas 10, 55, 68, 69 e 70 pela Empresa de Transportes Gondomarense e da linha 64 pela empresa Auto-Viação Pacense
1 julho	Linha ZH passa a ser operada com autocarros da STCP e tem um aumento de percurso para servir Bonjónia
10 agosto	Eleição pelo acionista do presidente não executivo e de um administrador não executivo para o Conselho de Administração
1 setembro	Alteração das regras de adesão às assinaturas Andante 4_18 e sub23
16 a 22 setembro	STCP participa na Semana Europeia da Mobilidade
1 outubro	Criação linha 209 em substituição da ZL e extensão à zona da Prelada
3 novembro	Carro Eléctrico nº 373 faz 60 anos de circulação
12 a 16 novembro	Primeira auditoria de acompanhamento do segundo triénio das certificações do sistema integrado de gestão Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho
7 dezembro	No âmbito das comemorações dos 10 anos da Metro do Porto, a STCP recebeu a visita do Senhor Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações que reuniu com as Organizações Representativas dos Trabalhadores
14 dezembro	Festa de homenagem aos colaboradores da STCP com 25 Anos de serviço e 1ª Festa de Natal conjunta da STCP e Metro do Porto
17 dezembro	Lançamento dos novos sites stcp.pt e itinerarium.net
19 dezembro	O Despacho normativo nº 24-B/2012 suspende a descontinuação das assinaturas monomodais da STCP nas modalidades "Rede Geral"

## 2.3 EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE

### 2.3.1 Indicadores Chave

	unidade	2009	2010	2011	2012	12/11
<b>PROCURA E OFERTA</b>						
Passageiros	10 <sup>^3</sup>	108.243	109.220	108.389	93.761	-13,5%
Passageiros.km	10 <sup>^3</sup>	410.404	388.666	384.609	348.413	-9,4%
Percurso Médio por Passageiro	km	3,79	3,56	3,55	3,72	4,7%
Véículos.km	10 <sup>^3</sup>	28.877	29.848	28.663	25.731	-10,2%
Lugares.km	10 <sup>^3</sup>	2.517.243	2.607.242	2.538.869	2.305.768	-9,2%
Velocidade Média Comercial Autocarros	km/h	16,2	16,1	15,9	15,8	-0,9%
Taxa de Ocupação Autocarros	%	16,3%	14,9%	15,1%	15,1%	0,0 pp
<b>DESEMPENHO OPERACIONAL</b>						
Rendimentos operacionais sem indemnizações compensatórias (IC) [A]	m€	52.828	53.733	55.868	54.184	-3,0%
Indemnizações Compensatórias (IC)	m€	19.156	18.975	17.871	10.211	-42,9%
Gastos Operacionais sem amortizações, provisões, imparidades, variações de justo valor, componente financeira das rendas de leasing e indemnizações por cessação de contrato de trabalho [B]	m€	69.782	71.220	66.404	59.964	-9,7%
Amortizações, provisões, imparidades, variações de justo valor, componente financeira das rendas de leasing e indemnizações por cessação de contrato de trabalho.	m€	18.105	10.743	13.718	14.602	6,4%
EBITDA = [A]+ (IC) -[B]	m€	2.202	1.489	7.335	4.432	-40%
Taxa de cobertura [A] / [B]	%	75,7%	75,4%	84,1%	90,4%	6,2 pp
Rendimento operacional sem IC por passageiro	cêntimos	48,8	49,2	51,5	57,8	12,1%
Gasto operacional [B] por passageiro	cêntimos	64,5	65,2	61,3	64,0	4,4%
Rendimento operacional sem IC por km	€	1,83	1,80	1,95	2,11	8,0%
Gasto operacional [B] por km	€	2,42	2,39	2,32	2,33	0,6%
Rendimento operacional sem IC por passageiro.km	cêntimos	12,9	13,8	14,5	15,6	7,1%
Gasto operacional [B] por passageiro.km	cêntimos	17,0	18,3	17,3	17,2	-0,3%
Rendimento operacional sem IC por lugar.km	cêntimos	2,10	2,06	2,20	2,35	6,8%
Gasto operacional [B] por lugar.km	cêntimos	2,77	2,73	2,62	2,60	-0,6%



### 2.3.2 Procura

Em 2012, com a denúncia dos acordos de exploração com dois operadores privados no segundo semestre do ano, a rede da STCP diminuiu em oito linhas, sendo a evolução da procura total e líquida deste efeito a seguinte:

(valores 10 <sup>3</sup> )	2009	2010	2011	2012	12/11	
					abs.	%
Total Passageiros	108.243	109.220	108.389	93.761	-14.628	-13%
Passageiros das linhas cessadas a 30/jun/2012	6.691	6.856	6.595	3.145	-3.450	-52%
Passageiros sem linhas cessadas a 30/jun/2012	101.553	102.355	101.794	90.616	-11.178	-11%

A procura registou assim uma diminuição de 13% face a 2011 (menos 14,6 milhões de passageiros), retirando o efeito das linhas que deixaram de fazer parte da rede no segundo semestre, a variação negativa desce para 11% (menos 11,2 milhões de passageiros).

Esta quebra da procura em 2012, -11% face a 2011, poderá ser explicada por quatro causas principais: a redução da oferta de produção interna de 7%, o aumento das tarifas, a situação económica desfavorável registada na Área Metropolitana do Porto e a fraude:

- No âmbito do Plano Estratégico dos Transportes, a racionalização da oferta, iniciada no segundo semestre de 2011 foi prosseguida em 2012, ajustando horários e frequências, para rentabilização dos recursos disponíveis.

- Em fevereiro verificou-se um aumento médio do tarifário de 5% e fixaram-se as taxas de descontos de assinaturas sociais em 25%.

- Em 2012, o agravamento do desemprego na área servida terá levado à diminuição da necessidade das deslocções dos cidadãos.

- O eventual aumento da fraude poderá também ter contribuído para a redução de procura.

A informação sobre a procura, salvo quando expressamente se disser o contrário, passa daqui em diante a excluir as linhas cuja exploração a STCP cessou em 30 de junho de 2012.

### Passageiros por Tarifário e por Tipo de Título de Transporte

(valores 10 <sup>3</sup> )	2009	2010	2011	2012	12/11	
					abs.	%
Tarifário Intermodal	32.686	37.681	41.728	45.090	3.363	8,1%
Tarifário Monomodal	68.867	64.674	60.067	45.526	-14.541	-24%
Passageiros	101.553	102.355	101.794	90.616	-11.178	-11%
Assinaturas	81.139	82.351	82.652	72.296	-10.356	-12,5%
Títulos Ocasionais + Diários + Especiais	16.082	15.468	15.068	15.199	131	0,9%
Agente Único	4.332	4.537	4.074	3.121	-953	-23%
Passageiros	101.553	102.355	101.794	90.616	-11.178	-11%



O tarifário intermodal andante foi utilizado por 50% dos passageiros em 2012. Por grupo de títulos, as assinaturas foram utilizadas por cerca de 80% dos passageiros, tendo sido este o grupo que mais reduziu em valor absoluto em 2012, -10,4 milhões de passageiros. Refira-se que nas assinaturas se incluem as assinaturas gratuitas, atribuídas

a trabalhadores, familiares e reformados, que representaram em 2012, cerca de 2,6% dos passageiros totais.

O Agente Único, título de venda a bordo, regista também um decréscimo de 23% em 2012 (cerca de menos 1 milhão de títulos).

## Passageiros por Modo de Transporte

(valores 10 <sup>3</sup> )	2009	2010	2011	2012	12/11	
					abs.	%
Total de Autocarro	101.254	101.965	101.365	90.255	-11.110	-11%
Carro Elétrico	298	390	429	362	-67	-16%
Passageiros	101.553	102.355	101.794	90.616	-11.178	-11%

A quebra dos passageiros no Carro Elétrico, que em 2012 representou cerca de 0,4% da procura total, é o resultado da alteração da política tarifária neste meio de transporte, que passou a assumir-se de mobilidade iminentemente turística.

### 2.3.3 Tarifário e Rede de Vendas

#### Tarifário

Em fevereiro de 2012, de acordo com o Despacho Normativo nº1/2012, as tarifas normais monomodais e intermodais na STCP tiveram uma percentagem máxima de aumento médio de 5%, e foram uniformizados os descontos dos títulos sociais monomodais e intermodais (3ª idade, reformado, pensionista, estudante, menor de 13 anos) para 25%.

Ainda no mesmo diploma foi criado um novo escalão no Passe Social+ com bonificação de 50% para classes economicamente mais desfavorecidas. Também em fevereiro as assinaturas sociais intermodais sofreram alterações: a assinatura 4\_18@escola.tp passou a ter um desconto de 25% e foi criado um novo escalão de 50% para beneficiários do escalão A do apoio social escolar. A partir de setembro o desconto de 25% passou a ser atribuído apenas aos beneficiários do escalão B do apoio social escolar, passando os beneficiários do escalão A do apoio social a ter um desconto de 60%; a assinatura sub23@superior.tp passou em fevereiro a ter um desconto de 25% e a partir de setembro foi criado um novo escalão de 60% para os estudantes beneficiários da ação social no ensino superior.



Neste contexto de profundas alterações de tarifário, aumento do tarifário e redução/aumento dos descontos, o aumento médio para o tarifário monomodal da STCP foi de 9,4% no ano de 2012, sendo o aumento médio ponderado pelo número de passageiros dos tarifários monomodal e intermodal de 22%.

Nos termos do ponto 4 do Despacho Normativo nº 24-B/2012, foi decidida a manutenção das assinaturas monomodais STCP nas modalidades Rede Geral. Manteve-se a venda a bordo nos autocarros da STCP do título de Agente Único, válido para a viagem em causa, e do título intermodal TOUR 1 (válido em toda a rede Andante pelo período de 24 horas).

#### Rede de Vendas

No final de 2012 existiam 770 locais para carregamento dos títulos de transporte, monomodais e intermodais. Dentro da estratégia de contenção de gastos, e sem alterar a abrangência geográfica da rede de vendas, foi descontinuada a venda nas estações dos CTT, canal que em 2011 vendeu apenas 3,8% da receita monomodal.

## 2.3.4 Receita do Serviço de Transporte

A receita total e líquida teve a seguinte evolução:

(valores 10 <sup>3</sup> euros líquidos de IVA) [1]	2009	2010	2011	2012	12/11	
					abs.	%
Total Receita	47.542	49.166	50.617	49.892	-725	-1,4%
Receita das linhas cessadas a 30/jun/2012	3.381	3.398	3.354	1.741	-1.612	-48%
Receita sem linhas cessadas a 30/jun/12	44.161	45.768	47.264	48.151	887	1,9%

[1] inclui compensação tarifária andante

Verificou-se assim, em 2012 uma receita de 49,9 M€, uma diminuição de 1,4% face a 2011 (menos 725 mil euros) e, retirando o efeito das linhas que deixaram de fazer parte da rede no segundo semestre, a variação passa a ser positiva de 1,9% (mais 887 mil euros).

## Receita por Tarifário e por Tipo de Título de Transporte

(valores 10 <sup>3</sup> euros líquidos de IVA) [1]	2009	2010	2011	2012	12/11	
					abs.	%
Tarifário Intermodal	13.563	16.725	19.725	22.810	3.359	17%
Tarifário Monomodal	30.598	29.043	27.812	25.341	-2.471	-8,9%
Receita	44.161	45.768	47.264	48.151	887	1,9%
Assinaturas	27.015	28.105	29.356	29.759	403	1,4%
Títulos Ocasionalmente + Diários + Especiais	11.165	11.319	11.789	13.107	1.319	11%
Agente Único	5.981	6.344	6.119	5.285	-835	-14%
Receita	44.161	45.768	47.264	48.151	887	1,9%

[1] inclui compensação tarifária andante

Apesar da quebra de procura das assinaturas de 12,5% regista-se um acréscimo de receita de 1,4% (cerca de 400 mil euros).

A receita intermodal atingiu os 47% do total, evoluindo naturalmente dos 31% em 2009. As assinaturas representam cerca de 62% da receita total e a receita do Agente Único decresce 14% (835 mil euros). Este título, que representava em 2009 cerca de 14% do total da receita, passou a representar 11% em 2012.



## Receita por Modo de Transporte

(valores 10 <sup>3</sup> euros líquidos de IVA) [1]	2009	2010	2011	2012	12/11	
					abs.	%
Total de Autocarro	44.034	45.601	46.908	47.702	794	1,7%
Carro Elétrico	126	167	356	449	93	26%
Receita	44.161	45.768	47.264	48.151	887	1,9%

[1] inclui compensação tarifária andante

Devido à alteração da filosofia da operação deste modo de transporte, que passou a ter uma componente essencialmente turística, o carro elétrico mantém a evolução positiva da receita desde 2011, representando agora 0,9% da receita de transporte.

## Fiscalização dos Títulos de Transporte

Em 2012 a taxa de fiscalização de viagens foi de 4%, registando um aumento de 0,2 p.p. face a 2011. A taxa de fiscalização de passageiros aumentou ligeiramente de 2011 para 2012, passando de 1,4% para 1,5%. A taxa de fraude aumentou significativamente dos 0,39% em 2011 para 0,61%.

O número de autos emitidos foi de 9.404, mais 24,5 % do que em 2011, em linha com os valores acima apresentados.

### 2.3.5 Oferta

#### Veículos.km e Lugares.km

A oferta global da STCP registou uma redução de 10,2% (-2,9M de veículos.km) face ao ano de 2011. A produção externa, realizada por operadores privados ao serviço da STCP, diminuiu 28% (-1,1M de quilómetros), tendo contribuído com cerca de 39% para aquela redução total, enquanto a produção interna, com uma redução de 7,3% (-1,8M de quilómetros) contribuiu com os restantes 61%.

O maior impacto na oferta ocorreu a partir de 1 de julho com rescisão dos contratos de operação das linhas 10, 55, 68, 69, 70, 1ETG e 22ETG com a Empresa de Transportes Gondomarense, e da linha 64 com a Pacense. No que respeita à produção interna, ao longo do ano foi dada continuidade à racionalização da oferta, nomeadamente com uma maior alocação de recursos nos horários de maior procura.



A STCP, fruto das reestruturações da oferta que tem efetuado, atingiu em 2012 os 25,7 milhões de veículos.km percorridos (produção interna mais produção externa), objetivo fixado no Plano Estratégico dos Transportes, a partir dos 29,8 milhões de veículos.km percorridos em 2010.

Quanto à oferta em lugares.km, apesar da lotação média das viaturas ter registado uma ligeira melhoria, verifica-se uma redução de 9,2%, em resultado da quebra nos quilómetros percorridos.

Ao modo carro elétrico corresponde 0,4% da oferta total de quilómetros STCP, registando em 2012, um total de 115 mil quilómetros, a que corresponde um aumento de 5,3% na oferta.

Nos últimos anos a oferta em veículos.km, em lugares.km e em lotação média apresenta a seguinte evolução:

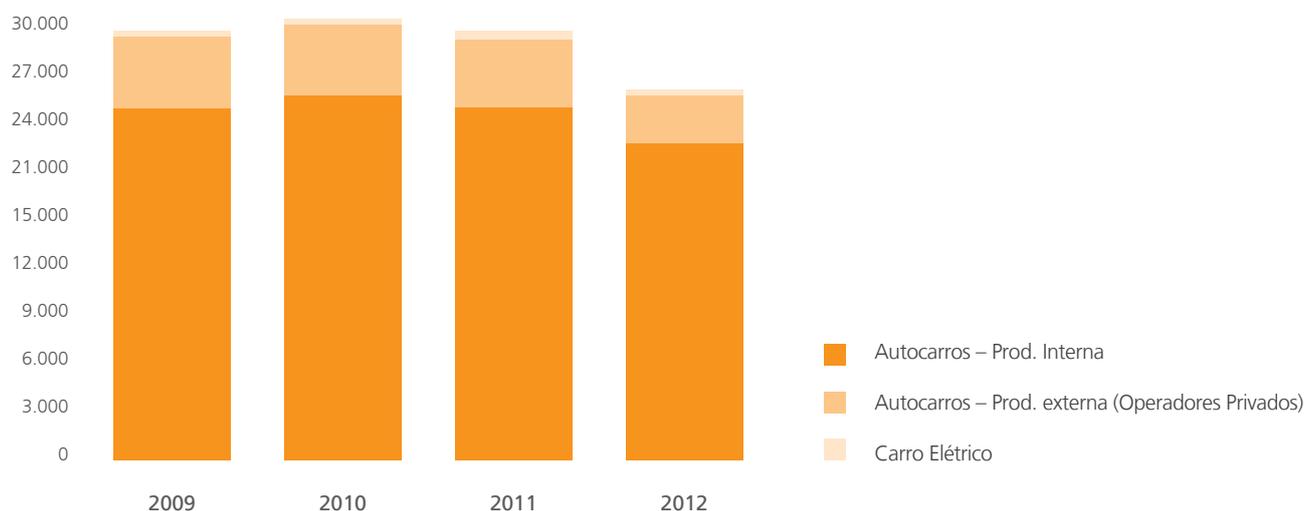
Veículos.Km (10 <sup>3</sup> )	2009	2010	2011	2012
Autocarros – Prod. interna	24.770	25.724	24.507	22.711
Autocarros – Prod. externa (Operadores Privados)	4.015	4.016	4.046	2.905
Carro Elétrico	91	108	110	115
<b>Total Veículos.km</b>	<b>28.877</b>	<b>29.848</b>	<b>28.663</b>	<b>25.731</b>
var.% n/n-1		3,4%	-4,0%	-10,2%

Lugares.Km (10 <sup>3</sup> )	2009	2010	2011	2012
Autocarros – Prod. interna	2.206.567	2.296.833	2.225.859	2.075.308
Autocarros – Prod. externa (Operadores Privados)	306.863	305.872	308.409	225.614
Carro Elétrico	3.813	4.538	4.602	4.846
<b>Total Lugares.km</b>	<b>2.517.243</b>	<b>2.607.242</b>	<b>2.538.869</b>	<b>2.305.768</b>
var.% n/n-1		3,6%	-2,6%	-9,2%

Lotação média	2009	2010	2011	2012
Autocarros – Prod. interna	89	89	91	91
Autocarros – Prod. externa (Operadores Privados)	76	76	76	78
Carro Elétrico	42	42	42	42
<b>TOTAL</b>	<b>87</b>	<b>87</b>	<b>89</b>	<b>90</b>



## Evolução Veículos.km (10<sup>3</sup>)



## Taxa de ocupação global

	2009	2010	2011	2012	11/12
Taxa de Ocupação	16,30%	14,91%	15,15%	15,11%	-0,04 pp

A taxa de ocupação global (Passageiros.km / Lugares.km) foi de 15,11%, sensivelmente igual à registada em 2011, compensando a redução dos passageiros transportados com o aumento do percurso médio por passageiro e a redução registada nos quilómetros oferecidos.

## Velocidade Comercial

A velocidade comercial dos autocarros na rede STCP tem vindo a deteriorar-se nos últimos anos devido ao impacto das obras na rede viária e ao congestionamento de trânsito nas zonas centrais das cidades, sendo em 2012 de 15,8 km/hora.

Salienta-se que a redução da oferta verificada em 2012 se centrou fora das horas de ponta, quando a velocidade comercial é superior.

Velocidade Comercial (km/h)	2009	2010	2011	2012	11/12
Autocarros	16,2	16,1	15,9	15,8	-1%
Tração Elétrica	7,5	7,6	7,1	7,4	5%
Velocidade Comercial Rede STCP	16,1	16,0	15,8	15,7	-1%

## Taxa de cumprimento de viagens da produção interna

Taxa de cumprimento do serviço (*)	2010	2011	2012
Modo autocarro			
Viagens Planeadas	2.310.219	2.204.480	2.075.274
Viagens Perdidas	26.997	16.169	16.937
Taxa de cumprimento das viagens	98,8%	99,3%	99,2%
Modo carro elétrico			
Viagens Planeadas	44.165	41.785	45.018
Viagens Perdidas	1.392	1.197	1.382
Taxa de cumprimento das viagens	96,7%	97,1%	96,8%

(\*) Excluindo dias de greve e/ou plenários

A taxa de cumprimento de viagens produzidas em modo autocarro foi de 99,2%, registando uma diminuição de 0,1p.p. face a 2011. No modo carro elétrico, a taxa de cumprimento de viagens é de valor inferior à do modo autocarro, tendo registado em 2012 um agravamento de 0,3 p.p. face a 2011.

Mais de metade das viagens perdidas no modo autocarro ficou a dever-se a trânsito congestionado e ao absentismo. No modo carro elétrico, as viagens perdidas por obstrução da via representam cerca de 30% do total.





## Taxa de Acidentes

Registou-se em 2012 uma taxa de 37 acidentes por cada milhão de quilómetros percorridos, quando em 2011 essa taxa foi de 40, verificando-se assim uma diminuição de 9% em comparação com o ano anterior, tendo o total de acidentes no ano, atingido os 837.

## Corredores Bus

A extensão de corredores BUS manteve-se em cerca de 24 km no final de 2012, representando apenas 5% da cobertura total da rede viária servida pela STCP e localizando-se maioritariamente na cidade do Porto.

## Operação Via Livre

A operação Via Livre, resultante de um protocolo estabelecido com a Câmara Municipal do Porto, efetuada conjuntamente com a Polícia Municipal do Porto é uma ação de caráter estratégico para facilitar a normal circulação do transporte público e manter as vias desimpedidas, contribuindo deste modo para um transporte mais eficaz e sustentável.

Destas ações resultaram 210 bloqueamentos, 201 remoções através de reboque e a emissão de 3.309 multas.



## 2.3.6 Os Factos Mais Relevantes

### Alterações no serviço prestado aos clientes

Na sequência das orientações recebidas no seguimento das propostas do Grupo de Trabalho criado por Despacho nº 13.371/2011, de 22 de setembro, do SEOPTC para a racionalização da oferta dos operadores rodoviários na Área Metropolitana do Porto, a STCP:

- Reduziu, em fevereiro de 2012, as frequências com outro operador.
- Reajustou a oferta da generalidade das linhas por si operadas, garantindo um melhor ajustamento da oferta à procura.
- Rescindiou a 30 de junho os contratos de operação das linhas 10, 55, 68, 69 e 70, 1ETG e 22ETG com a Empresa de Transportes Gondomarense, em Gondomar, e da linha 64 com a Pacense, em Valongo, passando o serviço a ser assegurado pelos respetivos operadores.

No final do ano, ultimavam-se as decisões quanto às linhas 94 e 61, não tendo no entanto, até essa data, sido possível concretizar o restante das orientações, apesar dos esforços da STCP e do empenhamento da Autoridade Metropolitana de Transportes do Porto (AMTP).

### Alterações de linhas, horários e paragens

Mesmo num ambiente de elevada contenção a STCP manteve-se atenta a situações que careciam de ajustamentos e melhorias de oferta, tendo sempre por base a preocupação de conseguir uma melhor afetação de recursos em benefício dos seus clientes:

- **Linha ZR com aumento de percurso e a ser operada pela STCP**

Dando satisfação à solicitação da população residente na Freguesia de Campanhã, a STCP passou, partir do dia 1 de julho, com a linha ZR (Zona Rio) a operar a ligação entre a Igreja de Campanhã e o lugar de Pinheiro de Campanhã, pela Rua da Bonjónia.

- **Criação da linha 209 e extensão do serviço ao Hospital e Cidade Cooperativa da Prelada, em substituição da linha ZL**

A solicitação do Hospital da Prelada, da Câmara Municipal do Porto, da Junta de Freguesia de Ramalde,

dos habitantes da Cidade Cooperativa da Prelada e dos utentes do Hospital entrou, a partir do dia 1 de outubro, em exploração a linha 209 Pasteleira-Prelada (via Campo Alegre), em substituição da linha ZL (Zona Lordelo), com um prolongamento de percurso à zona da Prelada e servindo as escolas secundárias e faculdades do Pólo do Campo Alegre.

· **Horários de verão e Horários Escolares**

No dia 25 de junho entrou em vigor o primeiro grupo de linhas com horários de verão, sendo ainda durante este período reforçada a oferta das linhas de acesso às praias.

Os Horários Escolares 2012/2013 entraram em vigor no dia 10 de setembro.

· **Reorganização funcional do interface da Casa da Música**

Na sequência de uma reorganização funcional efetuada em consonância com a Câmara Municipal do Porto, a Metro do Porto e a AMTP, a STCP procedeu em junho à alteração das linhas que servem o interface da Casa da Música.

**Campanha de Mudança para Andante**

As ações empreendidas no sentido da descontinuidade do tarifário monomodal provocaram, apesar deste não ter acontecido, uma significativa mudança de clientes para o tarifário intermodal.





## Nova Imagem do Serviço de Carro Elétrico

A continuidade da afirmação do carácter predominantemente turístico do serviço das linhas de Carro Elétrico (CE), a reestruturação do tarifário, o ajustamento de horários e frequências, a apresentação da nova imagem do serviço "Porto Tram City Tour" e a inauguração do carro eléctrico nº 220, reconstruído integralmente nas oficinas da STCP, originaram um aumento de receita do CE de 26% em 2012. Em sentido contrário os passageiros diminuíram 16%, atingindo os 362 mil.



## Novas formas de geração de Receita

Na procura de receitas extraexploração a STCP iniciou a venda de "naming" de paragens e destinos de linhas e intensificou o aproveitamento da publicidade no interior dos autocarros e no exterior dos carros eléctricos.

Manteve-se o Contrato de Concessão da Publicidade no exterior dos autocarros celebrado com a Multimédia Outdoors Portugal, SA (MOP), as instalações da Areosa continuaram alugadas como Parque de Estacionamento ao Hospital S. João e as instalações de S. Roque alugadas ocasionalmente.

Em março de 2012 a STCP Serviços cessou a atividade comercial, tendo na sequência sido celebrado um contrato com a CARRISTUR para a prestação de serviços diversos.



# 03

RELATÓRIO NA  
ÓTICA DO  
DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL





A STCP vem há alguns anos incorporando a temática da Sustentabilidade no seu Relatório e Contas anual. Esta abordagem apresenta consideráveis vantagens, ao permitir que a sustentabilidade obtenha um lugar de destaque no contexto do relato empresarial, conferindo assim aos aspetos sociais e ambientais do desempenho empresarial uma importância acrescida.

A STCP aderiu em setembro de 2010 à Carta de Desenvolvimento Sustentável da UITP (Union Internationale des Transports Publics), como Full Signatory, compromisso voluntário e mensurável para monitorar e reportar o desempenho de uma organização em termos ambientais, económicos e sociais.

Com esta adesão a STCP comprometeu-se a seguir uma política que promova a aplicação de práticas eficazes, ética e economicamente sãs no exercício das suas atividades comerciais, que estimulem e desenvolvam boas práticas no setor dos transportes públicos, reportando regularmente as ações implementadas, tendo em vista o desenvolvimento sustentável.

Estes compromissos expressam-se na Missão e Política de Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho da Empresa (ponto 4.1).



### 3.1 SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO— QUALIDADE, AMBIENTE E SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

A STCP tem vindo a assumir-se como uma empresa socialmente responsável, propagando a Qualidade e a Responsabilidade Social Empresarial, nas suas vertentes Económica, Social e Ambiental, na procura da melhoria contínua para a Sustentabilidade própria e do meio onde se insere.

É neste contexto que a STCP, em 26 de dezembro de 2008, se torna a primeira empresa de transportes rodoviários de passageiros em Portugal, a obter a certificação do Sistema Integrado de Gestão simultaneamente nos três referenciais normativos seguintes:

NP EN ISO 9001:2008 – Sistemas de Gestão da Qualidade.

NP EN ISO 14001:2004 – Sistemas de Gestão Ambiental.

OHSAS 18001:2007 / NP 4397:2008 – Sistemas de Gestão da Segurança e Saúde do Trabalho.

À exceção do Museu do Carro Elétrico, todas as atividades e instalações da STCP estão certificadas, certificações que vieram proporcionar a integração da Empresa na rede internacional IQNet (*International Certification Network*), distinguindo-a dos demais operadores de transporte.

Ao longo dos seus 140 anos de atividade, a STCP sempre se posicionou como uma empresa pioneira, continuando hoje a responder com eficácia aos desafios de promover um transporte público de passageiros seguro e ambientalmente sustentável.

#### Gestão da Qualidade

O ano de 2012 foi o ano de consolidação do novo mapa de processos de gestão da qualidade implementado no ano anterior.

As auditorias anuais de acompanhamento realizadas pela entidade certificadora têm mantido as certificações da STCP.

Externamente, a STCP tem contribuído ativa e permanentemente para a elaboração de normas de especificação do serviço público de transporte de passageiros com a sua participação na Comissão Técnica Portuguesa de Normalização - CT 148 (Transportes, Logística e Serviços) que atualmente preside.

#### Gestão Ambiental

Os aspetos relacionados com a Gestão Ambiental encontram-se desenvolvidos no ponto 3.4.

#### Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho.

Os aspetos relacionados com a Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho encontram-se desenvolvidos no ponto 3.5.2.

### 3.2 RESPONSABILIDADE PERANTE OS CLIENTES

A responsabilidade da STCP perante os clientes é um dos principais compromissos da Política de Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho, que postula:

- A afirmação da STCP como agente dissuasor da utilização do transporte individual através da promoção de um transporte público urbano coletivo de passageiros de qualidade, seguro, moderno e eco eficiente.
- A resposta da STCP às necessidades de mobilidade física e social dos clientes, através de uma adequada oferta ao nível da rede de transportes, da sua acessibilidade, dos horários e produtos, dentro dos limites permitidos pelas concessões, e pela racionalização dos recursos humanos e materiais.

A responsabilidade perante os clientes, avaliada pelo nível da qualidade do serviço prestado, consubstancia-se na melhor adequação dos horários e frequências às necessidades dos clientes, na melhoria do cumprimento do serviço programado, na qualidade da informação ao público, na garantia da segurança física dos passageiros, bem como na aposta na formação do pessoal.

Em 2012 a STCP disponibilizou aos clientes uma Rede de Transportes com 73 linhas de serviço público, 70 em modo autocarro e 3 linhas em modo carro elétrico e prestou um serviço 24h00 por dia, nos 365 dias do ano.

## REDE STCP



### 3.2.1 Serviço Social

Embora a racionalização da produção seja uma das preocupações da empresa, esta ao preservar uma oferta de cariz eminentemente social, e assim garantir a mobilidade a zonas e em horários sem interesse comercial, presta um serviço social de relevo.

### 3.2.2 A Satisfação do Cliente

#### Avaliação da Satisfação do Cliente

A reestruturação da oferta da STCP levou a que em 2012 não se tenha efetuado o Inquérito de Satisfação do Cliente.

#### Reclamações de Clientes

Foram registadas 1.230 reclamações (103 média/mês) menos 1,3% do que no ano anterior, tendência que se mantém desde 2009. A Informação ao Público e Paragens e Abrigos são os temas que apresentam uma maior descida em termos de reclamações, facto a que não será alheio o esforço de melhoria desenvolvido.

As reclamações são efetuadas 73% pela Linha Azul da STCP, 10% pelo Livro de Reclamações e as restantes pelos Postos de Venda ou via CTT.



### 3.2.3 A Comunicação e a Informação

#### O Contato Frequente com o Cliente

##### Call-Center

A Linha Azul da STCP continua a assumir um papel relevante no esclarecimento de dúvidas dos clientes, tendo em 2012 dado resposta a cerca de 50 mil pedidos de informação (+ 40% face a 2011) na sua quase totalidade via telefone e por correio electrónico.

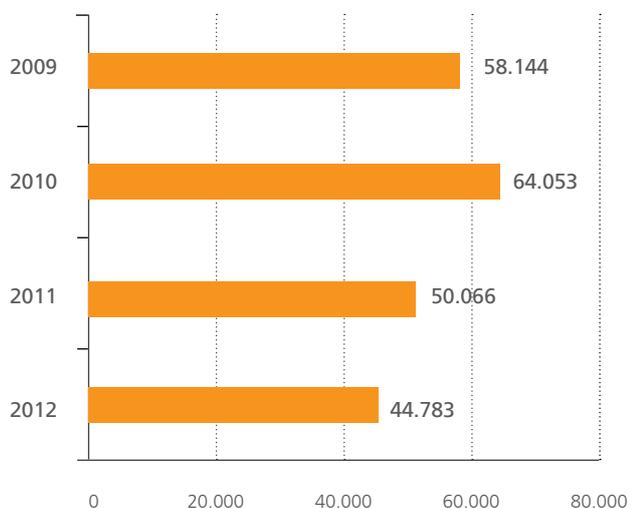
##### Perdidos e Achados

No ano, aumentou consideravelmente o número de registos de objetos perdidos e achados 3.943 (+241% do que em 2011). Destes apenas 1.249 (32%) continham algum elemento de identificação, tendo 1.065 sido entregues diretamente aos clientes. Todos os restantes foram encaminhados para a Polícia de Segurança Pública.

##### SMSBUS

As mensagens SMSBUS, em número de 540 mil, registaram uma redução de 10% face a 2011.

#### Pedidos SMSBUS – Média Mensal



#### Painéis de Informação ao Público (PIP)

O projeto PIP consiste na colocação de equipamentos / ecrãs na via pública junto às paragens da STCP que informam em tempo real o período de espera. Em 2012 foram colocados mais 3 PIP no concelho do Porto, a juntar aos 17 já instalados neste concelho.

No final do ano encontravam-se instalados 47 PIP nos seis concelhos servidos pela STCP: 20 no Porto, 6 em Matosinhos, 6 na Maia, 2 em Gondomar, 2 em Valongo e 11 em Vila Nova de Gaia.

#### Informação Dinâmica em Ecrãs - GOBUS

A STCP mantém em funcionamento 7 ecrãs instalados nas 4 principais estações de metro: Campanhã, Trindade, S. Bento e Casa da Música. Estes ecrãs apresentam os horários em tempo real dos autocarros que servem as proximidades de cada estação. O conteúdo da informação é o mesmo do apresentado nos PIP e no serviço SMSBUS, indicando adicionalmente os locais de cada paragem e os respetivos códigos, para uma melhor orientação do cliente.





## Redes Sociais – Facebook

A página do Facebook é monitorizada e dinamizada diariamente revelando-se um meio de comunicação importante para esclarecimento imediato e direto dos nossos clientes.

Esta rede social juntamente com o novo site e os displays eletrónicos nos autocarros vêm assumindo uma importância central na comunicação com os clientes.

### Publicações com mais visibilidade

Data	Publicação	Alcance total	Tipo de publicação
23-01-2012	Qual o seu grau de satisfação com a nova página da STCP no Facebook?	1417	Pergunta
17-02-2012	Ana (5anos): Dino, o Autossauro	1074	Foto
19-03-2012	Perturbações de serviço 22 de Março	1391	Foto
03-04-2012	Aviso Fim do Tarifário Monomodal	1969	Foto
28-05-2012	Até ao dia 1 de junho diga-nos porque gosta o seu filho de andar de autocarro! Os 20 primeiros fãs a fazê-lo recebem um kit da STCP! O seu filho deverá ter no máximo 12 anos de idade! Depois de dar a sua resposta envie-nos um e-mail para redessociais@stcp.pt com indicação de nome, idade e morada da criança. Participe já! :)	2117	Foto
27-06-2012	A STCP está com a nossa Seleção em mais uma viagem até à final. Boa sorte, Seleção!	3206	Foto
27-07-2012	Talvez nunca tenha pensado no nosso Museu para o evento, mas diga lá se não é uma boa ideia?	2024	Foto
27-08-2012	Até às 00h00 do dia 29, quarta-feira, comente esta imagem com uma frase que inclua "STCP", "Noites" e "Ritual". Os 8 comentários mais votados recebem um convite duplo para o festival Noites Ritual, que terá lugar nos Jardins do Palácio de Cristal, nos dias 31 de agosto e 1 de setembro. Participe já! ATENÇÃO: Para participar tem de ser fã da página da STCP, assim como "gostar" desta publicação. Apenas os votos dos fãs da página da STCP aos comentários serão contabilizados.	2984	Foto
12-09-2012	Faz hoje 117 anos...	1838	Ligação

## Novos sites STCP

A STCP lançou no final do ano os seus novos sites stcp.pt e itinerarium.net com diversas novidades e melhorias ao nível da navegação e das funcionalidades de pesquisa disponíveis. O novo site stcp.pt permite agora acesso a consulta de informação personalizada, *download* dos horários à paragem e mapas diversos, partilha nas redes sociais, comentários às notícias, *widget* SMSBUS, *download* da Newsletter *Itinerarium* STCP, sugestões/reclamações on-line, entre outras. O novo site itinerarium.net, mais orientado para a mobilidade urbana e intermodal e agora mais integrado no site da STCP, dá sugestões de rotas que incluem os serviços e os custos das viagens com tarifário Andante da STCP, da Metro do Porto e da CP Porto.

Comentários de clientes:

### 1. Carlos Ferreira (no Facebook)

*Parabéns à STCP pelo novo site. Finalmente um site à altura desta grande e histórica empresa. Um design muito bonito, muito atraente. De realçar, a história completa da*

*empresa, desde a sua antepassada, a não menos histórica CCFF, passando pelo então STCP até à atual designação STCP S.A. bem como a evolução dos transportes, desde o carro americano, até à atual frota de autocarros. Destaco, entre outras secções, muito bem concebidas, a frota da STCP em fotos, o download da revista itinerarium, bem como a renovação da secção das notícias, e muitas outras novidades apresentadas neste excelente site, mais funcional, mais completo e mais bonito. Valeu a pena esperar. Mais uma vez, os meus parabéns à STCP.*

### 2. Mário Almeida (no Facebook)

*Boa tarde, este site é uma melhoria em relação aos anteriores, se algo não esteja ainda bem, com certeza que se irá melhorar com opiniões construtivas, pois estamos a falar de um serviço publico. Obrigado.*

### 3. 5 estrelas!! (no site)

*Parabéns à STCP pelo novo site, mais funcional, mais bonito, e com mais secções. Valeu a pena esperar. É uma mais-valia para todos nós, utentes, e também para a própria STCP, que vê a sua imagem ainda mais valorizada. Meus parabéns, portanto!*



**ESTE ANO A STCP TROUXE UM SITE NOVO NO SAPATINHO**

**\* MAIOR PROXIMIDADE \* MAIS SIMPLES DE NAVEGAR \***

**\* MAIOR INTERATIVIDADE \***

## Nova Comunicação

### Infoboard

Trata-se de uma informação intermodal fornecida em tempo real pela STCP e a Metro do Porto, e em termos de horários planeados pelos restantes operadores, disponível em ecrãs instalados na sala de espera dos utentes do Hospital de S. João e no Aeroporto Francisco Sá Carneiro, que informam sobre os horários das viaturas e apresentam esquematicamente os serviços dos operadores.

### Comunicação no Aeroporto

A STCP mantém a presença na área de recolha de bagagens no Aeroporto Francisco Sá Carneiro, com a colocação de standups no meio dos tapetes rolantes, de modo a que os visitantes, logo após o desembarque, tomem contacto com a marca e com os serviços da empresa disponíveis no aeroporto. Em 2012 foi criado e colocado no abrigo das linhas STCP junto à área de Chegadas um spider map (mapa esquemático dos percursos das linhas que servem determinado ponto/zona) centrado no Aeroporto Francisco Sá Carneiro.

### STCP colaborou no desenvolvimento da aplicação inovadora MOVE-ME.mobi

O MOVE-ME é o protótipo de uma aplicação móvel que permite o acesso a um conjunto diversificado de informação sobre os transportes públicos disponíveis na cidade do Porto.

A aplicação reúne informação intermodal em tempo real sobre os operadores públicos do Porto, STCP, Metro do Porto e CP Porto e informação sobre a oferta planeada de 13 operadores privados associados da ANTROP. Com esta aplicação o utilizador beneficia de informações atualizadas sobre as próximas partidas a partir da localização inserida, os tempos de espera associados, a localização das paragens e pontos de interesse ao seu alcance.

Esta aplicação, resultado de um projeto desenvolvido pela OPT, Optimização e Planeamento de Transportes, S.A. distinguida com o prémio de Inovação Tecnológica no CIVITAS Forum, permite construir rotas e planear viagens a partir da descrição de pontos de passagem definidos pelo utilizador.

## Mapas das redes de transporte

A partir de agosto, nos postos de venda da STCP, passou a estar disponível por 50 cêntimos o "novo Mapa de Transportes do Grande Porto" que incluiu as linhas da STCP, da Metro do Porto e da CP Porto.



### 3.2.4 Novos Projetos

#### Serviços Especiais no âmbito do Projeto CIVITAS

##### Autocarro FEUPBUS na Zona da Asprela

De fevereiro a maio esteve em funcionamento mais uma das medidas do Projeto CIVITAS, o FEUPBUS, um serviço de transporte na zona da Asprela em autocarro de baixo consumo energético. Este autocarro, desenvolvido pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (FEUP) no âmbito de uma parceria entre a FEUP, a Câmara Municipal do Porto e a STCP, construído em Portugal e a monitorização, em termos ambientais, assegurada pelos alunos do curso de engenharia mecânica da FEUP, foi operado pela STCP.

##### Serviço DRT - *Demand Responsive Transport*

Também no âmbito do Projeto CIVITAS foi desenvolvido até final de abril um serviço inovador de transporte público “a pedido”, DRT. Esta experiência, circunscrita ao espaço entre o Hospital de S. João / Pólo Universitário da Asprela e a Baixa do Porto, nas noites de quinta, sexta e sábado, entre a 0h30 e as 5h30, essencialmente dirigido à população estudantil, tinha como pontos diferenciadores, a marcação prévia por internet ou telefone e a decoração especial da viatura.

##### Projeto Internet e TV Digital grátis na linha 207

O projeto experimental designado SITme desenvolvido por um consórcio entre a Xarevision, INESC Tecnologia e Ciência e a Universidade do Porto, cofinanciado pelo QREN no âmbito do Programa Operacional Regional do Norte através do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), disponibilizou até setembro serviços de TV e internet sem fios na linha 207. 89,4% dos clientes da STCP valorizaram este serviço nomeadamente na vertente das notícias.



### 3.3 RESPONSABILIDADE PERANTE A COMUNIDADE

Dos compromissos que a STCP assume na sua Política de Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho, constam:

- Promover a comunicação e a cooperação permanente com as entidades externas, nomeadamente instituições governamentais centrais e locais, associações corporativas, autarquias e público em geral.
- Afirmar-se como agente dissuasor da utilização do transporte individual através da promoção de um transporte público urbano de passageiros de qualidade, seguro, moderno e eco eficiente.

Assim:

#### 3.3.1 Frota

##### Características da Frota

No final de 2012 a frota da STCP era constituída por 481 veículos – 475 autocarros, com uma idade média de 10 anos, e 6 carros elétricos históricos, com 75 anos de idade média, cuja evolução é a seguinte:





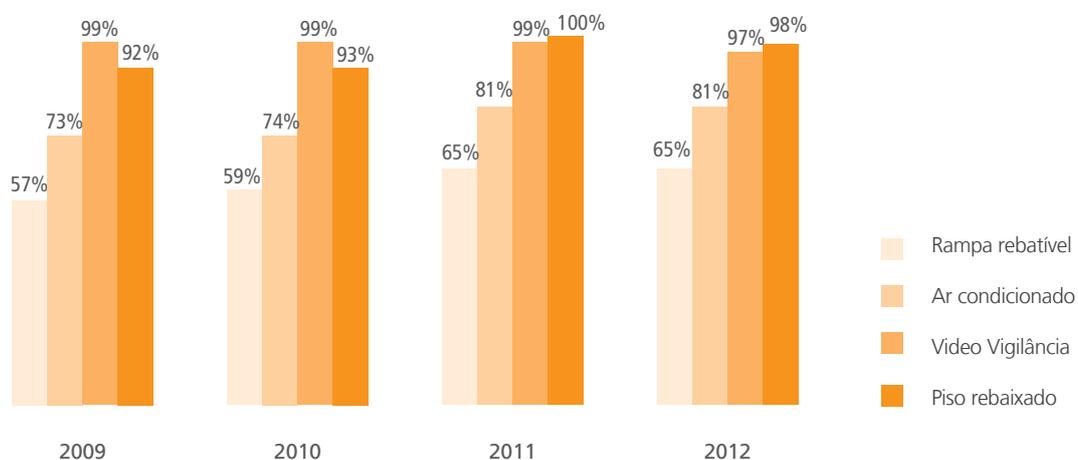
Composição da Frota	2009	2010	2011	2012	Peso 2012
Viaturas a Gasóleo	217	234	213	221	47%
Standard	212	209	173	173	36%
Articulados	0	20	20	20	4%
Minis	5	5	5	13	3%
2 Pisos	0	0	15	15	3%
Viaturas a Gás Natural	255	255	255	254	53%
Standard	225	225	225	225	47%
Articulados	30	30	30	29	6%
Frota Autocarros	472	489	468	475	100%
Frota Carros Elétricos	8	5	5	6	
Total da Frota	480	494	473	481	

A frota de autocarros foi aumentada de oito Minis Volkswagen Crafter.

O carro elétrico nº 220, um ex-libris da cidade do Porto, foi objeto de um processo de reconstrução integral que permitiu dotá-lo de mais conforto sem perda das suas características históricas.

A frota, cujas características se apresentam no quadro abaixo, tem 24% das suas unidades enquadradas nas normas EURO V e EEV, as mais exigentes do ponto de vista ambiental em vigor na União Europeia.

### Características da Frota Autocarro



A taxa de imobilização da frota de autocarros foi de 8,9%, +1,5 p.p. face a 2011, registando-se 11,3 avarias por cada 10.000 km percorridos, menos 2% relativamente ao ano anterior.

### 3.3.2 Participar na vida da comunidade

#### Dia Mundial da Criança comemorado na página do Facebook

No dia 1 de junho, "Dia Mundial da Criança", a STCP lançou na sua página do Facebook o passatempo "Porque gosta o seu filho de andar de autocarro?" destinado aos pais de crianças com idades até aos 12 anos, tendo contado com uma elevada adesão. Aos vencedores foram oferecidos kits STCP.



#### STCP dá força a Portugal

Durante a tarde de 27 de junho, dia em que Portugal defrontava a Espanha num jogo das meias-finais do Campeonato Europeu de Futebol, os autocarros da STCP mostraram uma mensagem de estímulo à nossa Seleção Nacional, visível nos destinos e nos displays eletrónicos dos autocarros.

Apesar da "viagem" da Seleção ter sido interrompida no final do jogo, ficou o orgulho pelo valor demonstrado e o sentimento de união para com os jogadores que a STCP fez questão de partilhar com todos os clientes e a população da área que serve.



#### Parcerias realizadas ao longo de 2012

##### Festival Vodafone Mexefest

No âmbito da comunicação do festival Vodafone Mexefest, foi estabelecida uma parceria com a Vodafone para a utilização dos autocarros e da página da STCP no Facebook para divulgação do evento. Além desta parceria, a empresa alugou um carro elétrico que serviu de palco para a animação de rua, nos dias 3 e 4 de março.



##### Queima das Fitas

Foi mais uma vez renovada a parceria entre a STCP e a Federação Académica do Porto (FAP), com a cooperação ativa da Polícia de Segurança Pública, para a oferta de uma mais apropriada e gratuita mobilidade aos estudantes durante o período da Queima das Fitas. Em ligações diretas entre a Trindade / Queimódromo e o Hospital S. João / Queimódromo, foram transportados em segurança, cerca de 100.000 estudantes.



### Serralves em Festa

Durante o fim de semana do “Serralves em Festa” a STCP realizou vaivéns entre a Casa da Música e o Museu de Serralves e entre Serralves e a baixa do Porto, este último contratado pelo Museu de Serralves para a madrugada de domingo, sendo, por isso, gratuito para os clientes. O serviço foi um êxito, tendo sido transportados, no vaivém entre a Casa da Música e Serralves, cerca de 2.000 passageiros. As linhas do serviço regular que servem Serralves registaram também um aumento muito significativo de procura.



### Festival Optimus Primavera Sound

A STCP em colaboração com a Organização do Optimus Primavera Sound reforçou o horário das linhas durante as tardes do festival e realizou um serviço especial de madrugada no período do festival.

Instalou-se um posto de venda de títulos de transporte no recinto do festival e transportaram-se mais de 12.000 pessoas nos três dias do festival.



### Semana Europeia da Mobilidade

A STCP participou na Semana Europeia da Mobilidade, que decorreu de 16 a 22 de setembro, com uma apresentação sobre como viajar de autocarro a alunos da EB1 do Bom Sucesso (Porto) e da EB1 do Godinho (Matosinhos).

A iniciativa “Aprende a viajar de... autocarro, comboio, metro” teve lugar pela primeira vez este ano e foi dirigida a alunos do 4º ano dos Estabelecimentos de Ensino de 1º ciclo tendo sido dinamizada pela AdEPorto - Agência de Energia do Porto e Municípios seus Associados, com a colaboração da CP Porto, da Metro do Porto e da STCP.

### Universidade Júnior

Na gestão dos transportes para o projeto Universidade Júnior, o maior programa nacional para jovens do ensino básico e secundário, que tem como principal finalidade a promoção do gosto pelo conhecimento em áreas tão diversificadas como as Ciências, as Engenharias, as Letras, as Belas-Artes e o Desporto, dinamizou-se a mobilidade intermodal junto dos jovens participantes num trabalho conjunto da STCP, da Metro do Porto e do TIP – Transportes Intermodais do Porto, A.C.E..

### Projeto Escolas

A empresa, em viagens normais de serviço público, assegurou um acompanhamento direto a visitas de estudo dentro da cidade do Porto.

### Pasta do Caloiro

A STCP e a Metro do Porto recriaram em 2012 o Kit Caloiro com a entrega de informação sobre os transportes públicos aos caloiros da Universidade do Porto, do Instituto Politécnico do Porto e de diversas universidades privadas. O mapa da madrugada da STCP, nele incluído, teve o patrocínio da Super Bock.



### Transporte de Passageiros no Porto de Leixões

A APDL reconheceu o serviço de transporte de qualidade prestado pela STCP renovando em 2012 o contrato de transporte dos passageiros de cruzeiros, desde o cais até ao portão de saída do Porto de Leixões.

### Serviços alternativos ao metro

A STCP continuou a assegurar a gestão dos serviços alternativos da Metro do Porto de acordo com o contrato estabelecido com esta.

### Parceria com a Antena 1

Com a Antena 1 continuou a divulgação das alterações de percurso dos autocarros no programa matinal, que vai para o ar de 2ª a 6ª, entre as 5h e as 7h, destinado a todos os que estão em atividade durante a noite ou começam cedo o dia.



### Percurso de elétrico com poesia – Evento Bairro dos Livros

No dia 10 de novembro, o carro elétrico nº 191, da coleção do Museu do Carro Elétrico foi palco de uma das muitas iniciativas do projeto Bairro dos Livros, projeto da Associação Cultural Culterprint com livrarias e alfarrabistas da cidade do Porto destinado a promover o gosto pela leitura. No percurso do elétrico com poesia, entre a Praça dos Leões com passagem pela Batalha, o grupo de teatro da Faculdade de Letras preparou uma intervenção poética com textos relacionados com o tema “Ler é um Vai Vem”.



## 3.3.3 Promover a segurança nos transportes

### Parcerias com a PSP

A STCP levou a efeito diversas ações de controlo e fiscalização nos seus autocarros numa perspetiva de combate à fraude e de reforço da sensação de segurança aos seus clientes.

Este tipo de operações evidencia o empenho da PSP na prevenção de situações de criminalidade no transporte público e uma manifestação de apoio de proximidade aos utilizadores de transporte público.

Ainda no âmbito desta parceria a STCP cedeu temporariamente à PSP um autocarro abatido, para apoio à formação do seu efetivo em operações de resgate.

No período de Natal, a STCP organizou uma campanha de alerta para o perigo de carteiristas dentro dos autocarros distribuindo folhetos e avisos diversos.

## STCP integra a Aliança para a Prevenção Rodoviária

A STCP passou a integrar a Aliança para a Prevenção Rodoviária, que conta com o alto patrocínio do Presidente da República e tem na sua direção a Galp Energia, a Fundação Galp Energia, a Autoridade Nacional da Segurança Rodoviária, a Direcção-Geral de Saúde e a consultora Sair da Casca.

É objetivo desta Aliança mobilizar a sociedade para a Prevenção e Segurança Rodoviária, através da investigação, sensibilização e mudança de comportamentos, no sentido da redução dos índices de sinistralidade em Portugal.

Sendo a STCP uma empresa de referência no setor do transporte rodoviário de passageiros, os objetivos desta aliança estão em consonância com os da Empresa no que respeita à segurança e responsabilidade social, o que justificou a participação da empresa neste grupo de trabalho.

## 3.3.4 Museu do Carro Eléctrico

Em 2012 o Museu do Carro Eléctrico (MCE) celebrou 20 anos de existência. Fundado em 1992 com o objetivo de preservar, interpretar e dinamizar uma vasta coleção de carros eléctricos históricos e outros artefactos que caracterizam a história e memórias dos transportes públicos na cidade do Porto, o Museu do Carro Eléctrico constituiu-se desde sempre como um projeto museológico e museográfico de características únicas e diferenciadoras, atraindo anualmente um elevado número de visitantes.

Ao longo dos seus 20 anos de atividade, o MCE foi assumindo diferentes vertentes de dinamização das suas coleções e do edifício onde se encontra sediado – a antiga Central Termoelétrica de Massarelos – com o objetivo de captar novos públicos e de dinamizar novas áreas de negócio que permitam a sustentabilidade do projeto e a sua cada vez maior complementaridade com a rede de carros eléctricos da cidade que se tem vindo a afirmar, nos últimos anos, como um dos ex-libris turísticos incontornáveis da cidade do Porto.

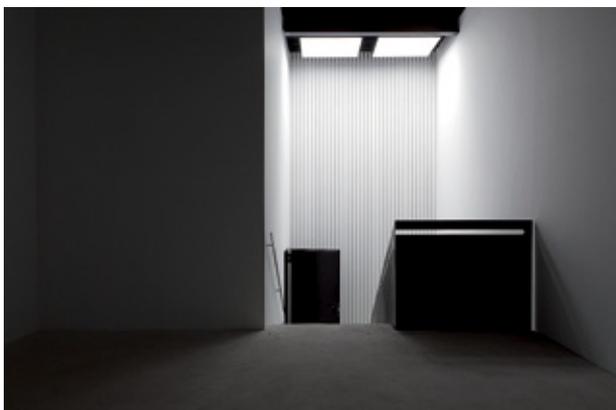
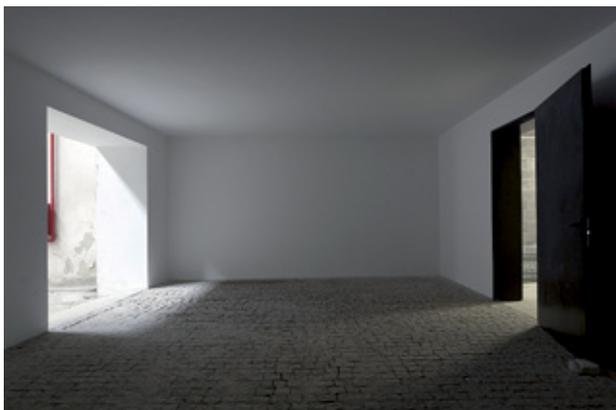


No ano o MCE foi visitado por cerca de 36 mil visitantes, um aumento de 1% relativamente ao ano de 2011 e de 7% relativamente a 2010. Os alunos em visita escolar continuaram a ser o público mais representativo do Museu. Em 2012, o número de alunos em visita escolar ascendeu a 14.500, representando um decréscimo de 12% relativamente ao total de alunos em visita escolar acolhidos no ano de 2011. Como contrapartida, no entanto, o número de visitantes individuais registou um aumento de 12% por comparação com 2011 fruto do aumento de turismo na cidade. Excluindo o público escolar, 55% do total dos visitantes do MCE são estrangeiros provenientes dos mercados espanhol, francês e inglês.

A vertente mais turística da atividade do Museu – o serviço de aluguer de carros elétricos históricos para percursos pela cidade – registou um aumento significativo da

procura com a realização de 292 contratos de aluguer, o que representa um acréscimo de 26% por comparação com o ano de 2011. Do total de contratos de aluguer, 35% correspondem a contratos celebrados com operadores turísticos, o que representa um aumento neste tipo de contratos de 132% face ao ano anterior.

No âmbito do projeto de Musealização da Sala das Máquinas da antiga Central Termoelétrica de Massarelos, projeto cofinanciado pelo QREN/ON2 – O Novo Norte, concluíram-se em 2012 os trabalhos de conservação e restauro do quadro elétrico central, da antiga “Sala das Máquinas” da Central Termoelétrica de Massarelos, tendo-se concluído, também, no âmbito do mesmo projeto os trabalhos de remoção de materiais perigosos dos equipamentos e máquinas a preservar.





## EVENTOS EM DESTAQUE

### Desfile Anual de Carros Elétricos Históricos e comemoração dos 140 anos da inauguração da primeira linha de caminho-de-ferro americano

A 15 de maio de 1872 era inaugurada oficialmente na cidade do Porto aquela que pode ser considerada a primeira linha de transporte público urbano, pelo sistema americano, em Portugal. No dia 5 de maio de 2012, para comemorar os 140 anos desta efeméride, foi parcialmente recriada a viagem inaugural do serviço de carros americanos. Esta

recriação histórica teve início na Rua Nova da Alfândega com a partida do carro americano nº 8 em direção a Massarelos onde se juntou ao Desfile de Carros Elétricos Históricos. A bordo dos carros elétricos viajaram cerca de 250 passageiros que ao longo de 2 horas desfrutaram de um passeio único pela linha da marginal.



## Dia Internacional dos Museus e Noite dos Museus

Para celebrar o Dia Internacional dos Museus e o 20º aniversário da abertura ao público, o Museu do Carro Eléctrico esteve aberto gratuitamente no dia 18 de maio de 2012, tendo recebido cerca de 500 visitantes. Abriu também as suas portas na noite de 19 de maio de 2012, para celebrar a Noite dos Museus.



## Projeto de investigação/ação “Museus da Cidade do Porto – Desafios para a construção de territórios”

Durante todo o ano de 2012, o Museu do Carro Eléctrico foi participante ativo no projeto de investigação “Museus da Cidade do Porto – Desafios para a construção de territórios.” Trata-se de um projeto desenvolvido pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto em estreita colaboração com a Câmara Municipal do Porto que visa discutir problemáticas transdisciplinares que se debruçam sobre o trabalho de mediação com os públicos.

## Fotografia e Cinema Documental

No ciclo de Fotografia e Cinema Documental “Imagens do Real Imaginado”, organizado pela Escola Superior de Música e das Artes do Espetáculo do Instituto Politécnico do Porto (ESMAE/IPP) na Biblioteca Almeida Garrett foi estreado o documentário “Intervenções na Memória – A Central de Massarelos”, realizado por Nuno Tudela, no âmbito do projeto “Musealização da antiga Central Termoelétrica de Massarelos cofinanciado pelo QREN/ON2.

Entre 2010 e 2012, uma equipa do Departamento de Artes da Imagem (DAI) da ESMAE/IPP, sob a coordenação da Profª. Doutora Olívia da Silva, acompanhou os trabalhos de restauro e conservação da antiga “Sala das Máquinas” da Central Termoelétrica de Massarelos. Este documentário destaca o caráter único do edifício da antiga Central Termoelétrica de Massarelos apresentando-o como um todo orgânico, vivo e ainda produtivo pese embora os seus mais de 100 anos de história e de memórias, numa viagem pelo passado que é também uma viagem pelo seu presente e pela multiplicidade de narrativas que nele estão contidas.





### 3.4 RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

“Minimizar o impacto ambiental da sua atividade de suporte, dotando as instalações e os equipamentos de soluções tecnologicamente eficientes, que promovam a redução progressiva da poluição e do consumo dos recursos energéticos e naturais”, é um dos compromissos da Política de Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho, da Empresa.

Na atividade de transporte coletivo rodoviário, a STCP assume um papel considerável na qualidade ambiental do espaço urbano onde atua. O compromisso de contribuir para um futuro melhor, leva a empresa a apostar na melhoria contínua, procurando sempre as soluções tecnológicas mais eficientes e geradoras de menos impactos nocivos, concorrendo deste modo para a sustentabilidade social e ambiental.

Em 2012 foi revalidada, pela APCER, a Certificação Ambiental da STCP.

#### Alguns Indicadores – evolução 2011-2012

Peso frota a gás natural	• 2012 53,5%	• 2011 54,5%
Consumo de água de rede	• 2012 -36%	• 2011 -7%
Resíduos sólidos produzidos	• 2012 -15%	• 2011 -27%
Consumo energia elétrica instalações	• 2012 -5,5%	• 2011 -4,4%

#### Formação e Sensibilização

Em 2012 foram efetuadas duas ações de formação de Condução Económica e Defensiva onde participaram 20 motoristas. Durante a realização do simulacro de acidente com derrame de resíduos, na Estação da Via Norte, foi dada formação a todos os colaboradores da empresa responsável pela limpeza de como proceder e onde colocar os resíduos gerados na sequência de deflagração, combate a incêndio, e ao modo como deverão ser encaminhados para remoção.

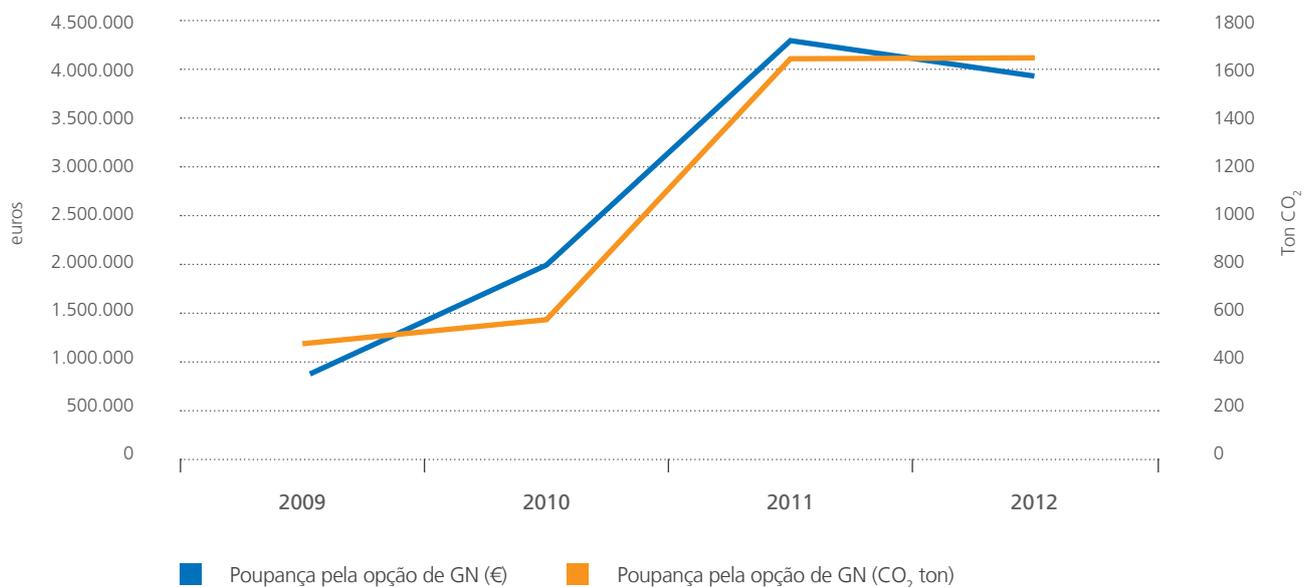
No dia 22 de abril celebrou-se o Dia da Terra cujo objetivo é despertar a consciência coletiva para os problemas da poluição, da conservação da biodiversidade e da proteção do nosso planeta, aproveitando-se a iniciativa para internamente fazer uma Campanha de Sensibilização para o uso racional e sustentado dos recursos naturais, com ações concretas como as de “no dia-a-dia manter acesas as luzes estritamente necessárias e não desperdiçar água”.

#### Frota

Desde 2001, ano de início da utilização das viaturas a gás natural, a poupança devida à diversificação energética – utilização de gás em vez de gasóleo – foi de cerca de 21,9 milhões de euros, dos quais cerca de 4 milhões de euros correspondem à redução de 1.619 toneladas emissões de CO2 em 2012.



## Poupança com a utilização do Gás Natural



## Emissões de Poluentes Atmosféricos

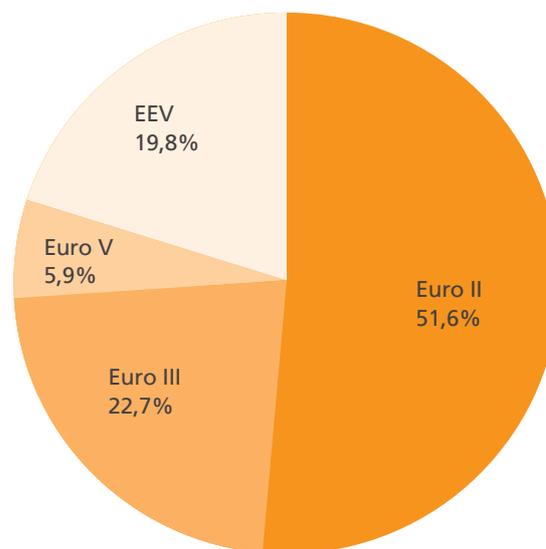
O total de emissões de CO<sub>2</sub> pela frota STCP reduziu-se devido à diminuição dos quilómetros percorridos de 7%, face a 2011, mantendo-se no entanto a de CO<sub>2</sub> por quilómetro percorrido, em valor idêntico ao de 2011, situando-se em 1,38 Kg.

Emissões CO <sub>2</sub>	2009	2010	2011	2012
Consumo de gasóleo (litros)	5.793.505	6.154.613	5.838.263	5.357.625
Consumo de gás natural (m <sup>3</sup> )	9.875.031	10.184.235	9.844.229	9.183.946
Emissões de CO <sub>2</sub> (t) – gasóleo	15.225	16.174	15.343	14.080
Emissões de CO <sub>2</sub> (t) – gás natural	19.424	20.032	19.364	18.065
Total de emissões de CO <sub>2</sub>	34.650	36.207	34.707	32.145
Emissões de CO <sub>2</sub> / Km percorrido (kg)	1,36	1,37	1,38	1,38



A frota da STCP é composta por veículos que cumprem as normas EURO II (51,6%), EURO III (22,7%), EURO V (5,9%) e EEV (19,8%). Ou seja, cerca de 25% da frota cumpre já as normas mais exigentes do ponto de vista ambiental em vigor na União Europeia. Estas normas impõem limites às emissões de óxidos de azoto (NOx), hidrocarbonetos não queimados (HC) e partículas (PT), que são emissões intrínsecas à tecnologia dos motores. Estas emissões são medidas em g/kWh, estando por isso diretamente ligadas ao trabalho solicitado ao motor e à eficiência da combustão do mesmo.

### Distribuição da Frota STCP por normas EURO



### Energia

Foi aprovado pela Direção Geral de Energia e Geologia o Plano de Racionalização de Energia da Frota da STCP para o triénio 2010/2013 que tinha sido elaborado e aguardava aprovação, dessa Direção Geral.

Nos últimos anos o consumo de energia apresenta a seguinte evolução:

Consumo de energia	2009	2010	2011	2012	12/11
Electricidade Carro Elétrico					
(kwh)	286.732	297.652	323.693	369.670	14%
Kwh/100km	297	271	288	310	8%
Tep	83	86	94	107	14%
Electricidade Inst Fixas					
(kwh)	4.800.421	4.940.201	4.724.391	4.465.817	-5%
Tep	1,392	1.433	1.370	1.295	-5%
Gasóleo					
Litros	5.793.505	6.154.613	5.838.263	5.357.625	-8%
Litros/100km	52,27	52,78	54,90	55,02	0%
Tep	5.055	5.370	5.094	4.675	-8%
Gás Natural					
Metros cubicos	9.875.031	10.184.235	9.844.229	9.183.946	-7%
m³/100km	68,35	68,61	67,66	67,47	0%
Tep	8.098	8.351	8.072	7.531	-7%
Total Tep	14.628	15.240	14.631	13.608	-7%

Tep – toneladas equivalentes de petróleo  
Cálculo efectuado de acordo com a Portaria nº 228/90 de 27 de março

Em 2012 verificou-se uma redução de 5,47% (-258.574 KW) do consumo energia nas instalações fixas da STCP face a 2011, o que se traduz num perfil de consumo mais eficiente dos recursos energéticos.

A diminuição dos consumos do gasóleo e gás natural resultam, por um lado, da redução da produção (menos quilómetros percorridos) e, por outro lado, das ações de sensibilização do pessoal tripulante no sentido das melhores práticas de condução defensiva.

Excetuando o consumo de energia do carro elétrico, que aumentou cerca de 14% pelo acréscimo de quilómetros realizados, os consumos energéticos diminuíram.

Em termos totais registou-se uma redução de Toneladas Equivalentes de Petróleo (TEP) de 7% face a 2011.

## Água

Ocorreu também uma diminuição de 18% no consumo de água global (-7.057 m<sup>3</sup>). O consumo de água da rede baixou 36% (-4.414 m<sup>3</sup>) o que consubstancia uma melhoria significativa em termos de boas práticas que importa realçar. Quanto à água de captação, a redução foi de 9% (-2.643 m<sup>3</sup>), tendo sido detetadas e reparadas situações de fuga na respetiva rede de distribuição.

Evolução dos consumos de água nos últimos anos:

Água	2009	2010	2011	2012	12/11
Consumo água da rede (m <sup>3</sup> )	9.454	13.042	12.136	7.722	-36%
Consumo água captações (m <sup>3</sup> )	29.814	26.532	27.958	25.315	-9%
Consumo total de água (m <sup>3</sup> )	39.268	39.574	40.094	33.037	-18%

## Gestão de Resíduos

A STCP efetua a recolha seletiva de resíduos e o seu encaminhamento para o destino mais adequado, privilegiando, sempre que possível, a respetiva valorização.

Em 2012 refere-se a melhoria na segregação de resíduos obtida com a instalação de dois ecopontos nas instalações de Francos, para colocação e valorização de plástico limpo, nomeadamente o filme plástico usado no acondicionamento de materiais.

Passou também a ser valorizado o papel cartão e as pastilhas de travão nas instalações da Via Norte, o que se considera um passo positivo no sentido da boa segregação de resíduos e valorização dos mesmos.





## Resíduos mais significativos (evolução 2009-2012)

Resíduos industriais perigosos	2009	2010	2011	2012	12/11
Óleos Usados (litros)	14.500	18.200	17.400	11.837	-32%
Baterias Usadas (un)	238	185	209	160	-23%
Lâmpadas Fluorescentes (kg)	287	253	293	251	-14%

Resíduos industriais não perigosos	2009	2010	2011	2012	12/11
Madeira (kg)	19.940	9.960	6.360	4.760	-25%
Resíduos industriais banais (kg)	10.520	14.160	13.020	24.060	85%
Resíduos metálicos (kg)	103.920	202.740	58.780	68.261	16%

Outros resíduos	2009	2010	2011	2012	12/11
Papel e cartão (kg)	16.046	12.600	12.105	14.490	20%
Resíduos de demolição e construção (kg)	77.024	67.580	55.300	1.280	-98%
Resíduos hospitalares Gr. III e IV	72,3	71,8	64,9	61,8	-5%

Devido às boas práticas de separação de resíduos salienta-se uma redução generalizada dos resíduos industriais perigosos, aumentando em consequência os resíduos industriais banais, cuja deposição de tratamento é menos onerosa do que os primeiros.

O acréscimo de resíduos metálicos resultou de equipamentos descontinuados, que se localizavam nas instalações da STCP em Massarelos.

## Entrega excepcional de resíduos específicos

Os óleos provenientes de órgãos pertencentes à antiga estação de Massarelos, após despiste de PCB's (Bifenilos Policlorados) e o mercúrio retirado de equipamentos históricos, foram devidamente encaminhados para um operador autorizado.

### 3.5 RESPONSABILIDADE SOCIAL PERANTE OS TRABALHADORES

A Empresa assume o compromisso na sua Política de Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho, de “garantir o desenvolvimento profissional, saudável e social dos seus trabalhadores, designadamente criando as condições adequadas ao exercício das suas atividades, que previnam as lesões, os ferimentos e os danos para a sua saúde”.

#### Efetivo (sem Conselho de Administração)

Com um efetivo médio de 1.287 trabalhadores, a STCP garantia, em 31 de dezembro, 1.262 empregos diretos, com uma diminuição líquida de 93 efetivos, face aos 1.318 trabalhadores em 31 de dezembro de 2011.

No ano, registaram-se 93 saídas, 36 por reforma, 28 por cessação de contrato e 14 por extinção do posto de trabalho. A empresa contratou 26 trabalhadores e verificaram-se 11 regressos ao serviço.

Efetivo a 31 Dezembro	2009	2010	2011	2012	2012/2011	
					var. abs.	var. %
Total sem Conselho de Administração [1]	1.490	1.496	1.318	1.262	-56	-4%
Pessoal Tripulante [2]	984	988	891	886	-5	-2%
% Pessoal Tripulante [2]/[1]	66%	66%	68%	70%	2,6 pp	3,9%

[2] motoristas + guarda freios

#### Taxa de Absentismo

Taxa de Absentismo	2009	2010	2011	2012	2012/2011	
					var. abs.	var. %
Total da Empresa	8,3%	7,2%	6,8%	7,0%	0,2 pp	2,6%
Pessoal Tripulante	9,1%	7,5%	6,9%	7,8%	0,9 pp	13,5%

A taxa de absentismo da empresa e, de forma mais acentuada, a do pessoal tripulante, registaram um aumento de 0,2 p.p. e 0,9 p.p. respetivamente.

Em 2012 verificaram-se 34 ocorrências de paralisação, das quais três foram devidas à realização de plenários.



## Trabalho Suplementar

Trabalho Suplementar	2009	2010	2011	2012	2012/2011	
					var. abs.	var. %
Total (horas)	79.988	79.188	81.189	99.594	18.405	22,7%
Pessoal Tripulante (horas)	77.542	77.642	80.700	98.109	17.409	21,6%
Total (custo €)	620.217	596.714	583.490	589.436	5.946	1,0%
Pessoal tripulante (custo €)	591.559	579.386	579.370	578.971	-399	-0,1%

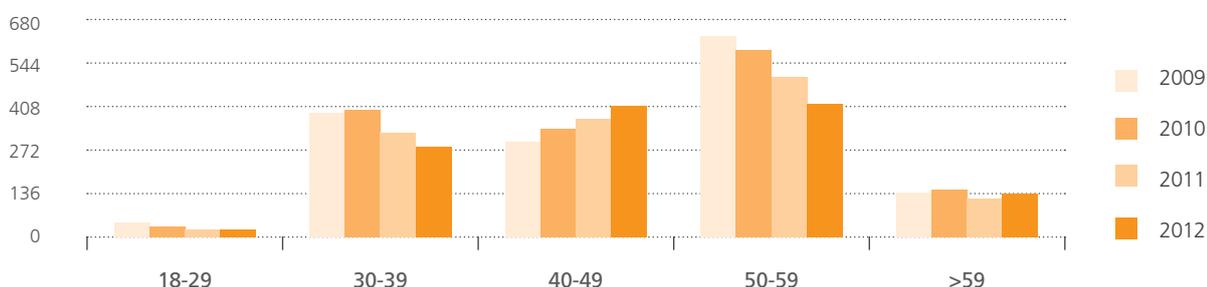
Ótica do pagamento: trabalho pago no ano

O número de horas de trabalho suplementar aumentou 23% (+18,4 mil horas) concentrando-se na sua quase totalidade no pessoal tripulante.

A antiguidade média dos trabalhadores da STCP é de 21,2 anos, a idade média destes é de 47,5 anos, estando 23,4% na faixa etária inferior a 40 anos.

Cerca de 89% têm um contrato laboral sem termo.

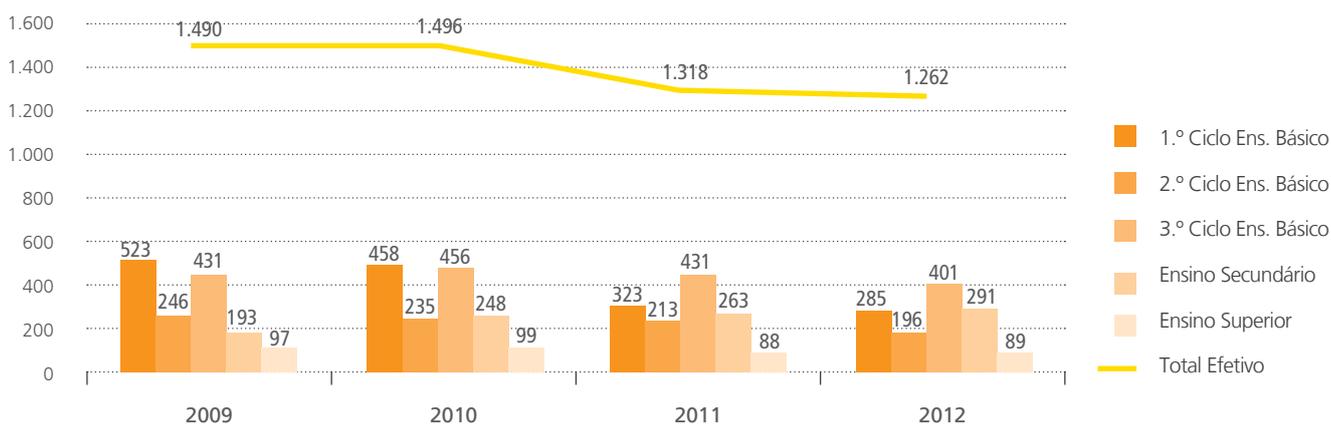
## Estrutura Etária Trabalhadores



O nível de escolaridade dos trabalhadores aumentou nos últimos anos. No escalão ensino secundário encontram-se 23% dos trabalhadores, quando há quatro anos atrás representavam 13%. O nível mais baixo de escolaridade (1º

Ciclo Ensino Básico) tem diminuído o seu peso, representando, em 2012, 23% do total dos trabalhadores, quando há apenas quatro anos representavam 35%.

## Habilitações Literárias



As mulheres representam cerca de 7% da força de trabalho, das quais cerca de 43% é pessoal tripulante. As restantes ocupam funções em áreas técnicas e administrativas. Salienta-se que 46% dos cargos de direção são ocupados por mulheres.

Distribuição do efetivo por género feminino e masculino, em 31 de dezembro de 2012:

	Efetivo	Homens	Mulheres
Conselho de administração	4	100%	0%
Cargos de direção	13	54%	46%
Quadros técnicos	55	53%	47%
Administrativos	85	65%	35%
Pessoal tripulante	886	97%	3%
Outros	223	99%	1%
<b>Total</b>	<b>1.266</b>		

Outros (inclui pessoal de manutenção e apoio à operação)

No que concerne ao Princípio da Igualdade do Género e conforme o estabelecido no nº 1 da Resolução do Conselho de Ministros (RCM) nº 19/2012, de 23 de fevereiro, a empresa elaborou, em maio de 2012, um diagnóstico da situação de homens e mulheres, com base em Indicadores para a Igualdade.

A STCP pratica uma política de recursos humanos baseada na igualdade de oportunidades, de respeito pelos direitos humanos e da não discriminação, promovendo a valorização do capital humano e implementando sistemas para garantir o bem-estar dos seus trabalhadores.

Relativamente ao rácio de remuneração mulher/homem, na STCP ele é igual a 1, uma vez que para toda e qualquer categoria profissional não existe diferenciação em função do género.

É praticada a livre associação de trabalhadores, sendo que cerca de 82% dos trabalhadores da empresa estão filiados em sindicatos.

Os princípios e as boas regras de procedimento nas relações interpessoais no interior da empresa estão consagrados no Código de Ética e de Conduta, editado no final de 2008.

Em 2009 foi aprovado o "Plano de Prevenção dos Riscos de Corrupção e Infrações Conexas", em conformidade com as orientações do Conselho de Prevenção da Corrupção.

As normas, códigos e regulamentos em vigor na empresa encontram-se disponíveis na *intranet* para consulta de todos os trabalhadores.

## Evolução dos Indicadores de Produtividade

Produtividade	2009	2010	2011	2012
Veículo.km (10 <sup>3</sup> ) / Efetivo Médio	19,23	19,74	19,93	19,99
Lugar.km (10 <sup>6</sup> ) / Efetivo Médio	1,68	1,72	1,77	1,79
Passageiro (10 <sup>3</sup> ) / Efetivo Médio	72,07	72,24	75,37	72,85
Passageiro.km (10 <sup>6</sup> ) / Efetivo Médio	0,27	0,26	0,27	0,27



### 3.5.1 Desenvolvimento Profissional

#### Formação

Em 2012 foram realizadas 16.743 horas de formação envolvendo 462 trabalhadores. As horas de formação do pessoal tripulante representaram 86% das horas totais de formação, correspondendo a 14.368 horas (4.228h de formação inicial e 10.140h de formação contínua).

A empresa continuou a apoiar os seus trabalhadores, criando condições para a frequência do Programa “Novas Oportunidades”. Em 2012, beneficiaram destas condições 15 trabalhadores.

#### Prémios

No ano de 2012 não foram atribuídos quaisquer prémios, em consequência da Lei do Orçamento de Estado.

#### Avaliação de Desempenho

Não foi concretizada em 2012 qualquer progressão com base na avaliação de desempenho, em consequência da Lei do Orçamento de Estado, embora tenha sido efetuada a Avaliação de Desempenho, conforme o estabelecido na empresa.

#### Festa dos 25 ANOS AO SERVIÇO DA STCP

Anualmente são homenageados os trabalhadores que cumprem os 25 anos na empresa, numa cerimónia onde se procede à entrega de uma lembrança, como reconhecimento do trabalho e empenho dedicado à STCP. Em 2012 foram distinguindo 52 trabalhadores, numa cerimónia que teve lugar a 14 de dezembro no Museu do Carro Eléctrico. Após a homenagem decorreu a primeira Festa de Natal conjunta dos trabalhadores da STCP e dos trabalhadores da Metro do Porto.

#### Promoção de Estágios

Em 2012, foram acolhidos 37 estagiários, 7 dos quais no âmbito do programa Estágios Profissionais, apoiados pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional - IEFP e 30 estágios curriculares, referentes a vários níveis de ensino (secundário / profissional e superior). Do intercâmbio com instituições do ensino superior ressalva-se um estágio resultante de um protocolo com a FEUP Social.

### 3.5.2 Benefícios Sociais e Segurança e Saúde dos Trabalhadores

#### Promoção da conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional

A STCP tem uma política ativa de conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional, adotando medidas concretas nomeadamente através do apoio logístico e financeiro ao Centro Cultural e Desportivo dos Trabalhadores da STCP. Trata-se de uma estrutura dirigida por trabalhadores da empresa que, de forma voluntária, organizam atividades desportivas e culturais, dedicadas a todos os trabalhadores e respetivas famílias. Destas atividades destacam-se a festa de Natal e a colónia de férias no verão.

É assegurada pela empresa assistência medicamentosa ao trabalhador, da parte não subsidiada pela Segurança Social, bem como assistência médica curativa através de posto clínico próprio. É disponibilizado um refeitório nas instalações da empresa em Francos com serviço de refeições, pelo custo do fornecimento, dispondo ainda em todas as instalações, de máquinas de venda de produtos alimentares e de bebidas.

A STCP atribui aos trabalhadores com filhos em infantários e, com idade inferior a 6 anos, uma comparticipação fixa.

#### Fundo de Pensões

A empresa possui, desde 1 de maio de 1975, um plano de benefícios definidos que prevê a atribuição de complementos de pensões de reforma e invalidez a todos os trabalhadores com contrato de trabalho sem termo, celebrado até ao ano de 2005 inclusive, calculado com base numa fórmula fixada e pago desde que o somatório da pensão atribuída pela Segurança Social com o respetivo complemento não ultrapasse 650 euros (valor em vigor desde 2007).

Os encargos com o complemento de reforma estão cobertos por um Fundo de Pensões constituído em 1998, situação única entre as empresas de transporte do sector público.

De acordo com o Relatório Atuarial do BPI Pensões, a capitalização do fundo em 31 de dezembro de 2012 era de €2.002.655,00, incluindo já este valor o reforço de €238.288,00 efetuado durante o ano.

### 3.5.3 Consulta sobre a satisfação dos trabalhadores

O inquérito à satisfação dos trabalhadores realizado em 2012, com 252 respostas válidas (19,6%), manifestou um índice da satisfação de 59,3%.

## Segurança e Saúde dos Trabalhadores

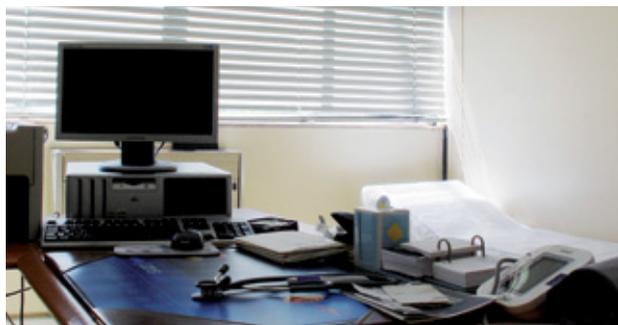
Em novembro decorreu a auditoria realizada pela APCER do 1º acompanhamento do 2º ciclo de Certificação ao sistema de gestão da segurança e saúde no trabalho da STCP, S.A. segundo as normas de referência NP 4397:2008 / OHSAS 18001:2007, cujos objetivos foram:

- Avaliar a adequabilidade do âmbito de certificação.
- Avaliar se o desempenho do sistema de gestão da organização assegura a melhoria contínua e o cumprimento continuado dos requisitos da norma de referência, incluindo o planeamento e execução das auditorias internas e revisão pela gestão mantendo-se operacional, conforme e relevante face à política e objetivos da organização.
- Verificar a eficácia das ações corretivas propostas relativamente a não conformidades e/ou reclamações identificadas na auditoria anterior, tendo-se concluído que o sistema de gestão da segurança e saúde do trabalho apresenta um desempenho adequado.

## Saúde dos Trabalhadores

O Posto Clínico da STCP, situado em Francos, manteve um elevado nível de prestação de cuidados de saúde tendo sido efetuadas 2.746 consultas de clínica geral e 1.558 consultas de especialidade, para além dos cuidados de enfermagem também prestados no posto de enfermagem na Via Norte.

A Medicina do Trabalho realizou 2.149 consultas. Foram ainda realizados 2.094 exames sensoriais, visuais e auditivos que se alargaram a todos os trabalhadores, passando a estar incluídos no protocolo dos exames de revisão periódicos e de admissão.



## Segurança dos Trabalhadores

O Controlo de alcoolemia, integrado na Medicina do Trabalho, realizou 5.375 testes surpresa, não se tendo verificado qualquer teste positivo no pessoal tripulante.

No dia 11 de julho, na estação de recolha da Via Norte, foi realizado mais um exercício para agilização de respostas em situações de emergência tendo por objetivo testar comportamentos em situação de evacuação das instalações e envolver e treinar as intervenções dos socorristas. Foi assim treinada a participação de vários intervenientes, testadas as soluções disponíveis e discutidas as oportunidades de melhoria dos procedimentos em vigor.





Realizou-se ainda na Torre das Antas, local da sede da empresa, um simulacro de incêndio como teste às medidas de autoproteção anteriormente submetidas para aprovação à Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC). Apesar de alguns constrangimentos, a avaliação do exercício efetuada pelos elementos do condomínio, técnicos de segurança autores do projeto e elementos do Batalhão de Sapadores de Bombeiros, foi positiva.

## Indicadores de Acidentes de Trabalho

Quanto aos indicadores de Acidentes de Trabalho, conforme se pode evidenciar no quadro abaixo, verificou-se uma melhoria em todos eles, relativamente ao ano anterior:

		2009	2010	2011	2012
Taxa de Frequência (Tf) =	$(\text{N}^\circ \text{ de acidentes de trabalho com baixa} / \text{N}^\circ \text{ horas efectivamente trabalhadas}) \times 1.000.000$	= 52,1	49,8	39,9	34,7
Taxa de Gravidade (Tg) =	$(\text{N}^\circ \text{ de dias perdidos} / \text{N}^\circ \text{ horas efectivamente trabalhadas}) \times 1.000.000$	= 1.181,8	1.565,0	1.195,8	1.004,8
Taxa de Incidência (TIT) =	$(\text{N}^\circ \text{ Acidentes Totais} / \text{N}^\circ \text{ total de trabalhadores}) \times 1.000$	= 111,5	100,5	78,3	75,2

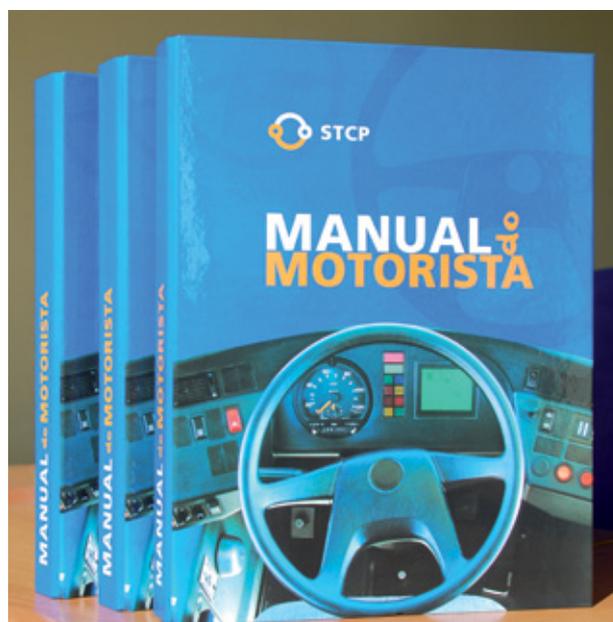
### 3.5.4 Comunicação Interna e Relações com Parceiros Sociais

A *intranet*, instrumento estruturante da comunicação interna da STCP, acessível a todos os colaboradores, divulga a informação diária corrente e as novidades e disponibiliza a consulta a bases de dados, a manuais e a funcionalidades relevantes para os colaboradores, como a marcação de férias ou a consulta do recibo de vencimento.

Complementarmente, a STCP edita uma Folha Informativa mensal, que sucintamente indica os principais acontecimentos e estatísticas relevantes sobre a atividade da empresa no respetivo mês.

#### Manual do Motorista

Distribuído em 2012 e também disponível no portal da empresa, é um documento agregador das principais normas e orientações aplicadas à função de motorista e facilmente consultável.



# 04

GOVERNO  
DA SOCIEDADE





Deste capítulo consta toda a informação relevante sobre o governo societário da STCP do exercício de 2012, informação elaborada nos termos da RCM nº 49/2007, de 28 de março, que define os Princípios de Bom Governo (PBG) das empresas do Setor Empresarial do Estado, e do disposto no artigo 13-A do Decreto-Lei nº 300/2007, de 23 de agosto.

Para cumprimento do artigo 13-B do mesmo Decreto-Lei a STCP fez publicar pelo Aviso nº 7443/2012, no Diário da República 2ª série de 29 de maio de 2012, as informações constantes das alíneas a) a h) do nº 1, do referido artigo, respeitante à estrutura do seu Conselho de Administração, à identidade dos administradores, seus principais elementos curriculares e qualificações e cargos ocupados noutras empresa; as remunerações totais, fixas e variáveis, auferidas por cada um dos administradores em cada ano, bem como as remunerações auferidas pelos restantes órgãos sociais.

Toda esta informação, periodicamente atualizada, está ainda disponível na sua página da Internet [www.stcp.pt](http://www.stcp.pt) e no sítio [www.dgtf.pt](http://www.dgtf.pt) – Sector Empresarial do Estado.



## 4.1 MISSÃO, VISÃO E POLÍTICA

A Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A. é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, Decreto-Lei nº 202/94, de 23 de julho, cujo objeto principal é a exploração do transporte público rodoviário coletivo de passageiros na Área Metropolitana do Porto e acessoriamente a exploração de atividades complementares ou subsidiárias daquele objeto.

A STCP, como principal operador de serviço público da AMTP, de uma forma socialmente responsável, colabora ativamente para o desenvolvimento sustentável da região e das populações que serve.

### Missão

A missão da STCP é “Prestar um serviço de transporte público urbano de passageiros na Área Metropolitana do Porto (AMP), em articulação concertada com os demais operadores rodoviários, ferroviário e de metro ligeiro, contribuindo para a efetiva mobilidade das pessoas, disponibilizando uma alternativa competitiva ao transporte individual privado e gerando, pela sua atividade, benefícios sociais e ambientais num quadro de racionalidade económica e na busca da melhoria contínua do seu desempenho.”

### Visão

É Visão da STCP “Ser reconhecida como empresa de referência entre as que apresentam as melhores práticas do sector dos transportes públicos de passageiros, a nível nacional e europeu.”

### Política

No âmbito da sua Política de Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho a STCP pretende:

- Afirmar-se como agente dissuasor da utilização do transporte individual através da promoção de um transporte público urbano de passageiros de qualidade, seguro, moderno e eco eficiente.
- Responder às necessidades de mobilidade física e social dos clientes, através de uma adequada oferta ao nível da rede de transportes, da sua acessibilidade, dos horários e produtos, dentro dos limites permitidos pelas concessões, e pela racionalização dos recursos humanos e materiais.

- Promover a comunicação e a cooperação permanente com as entidades externas, nomeadamente instituições governamentais centrais e locais, associações corporativas, autarquias e público em geral.

- Garantir o desenvolvimento profissional, saudável e social dos seus trabalhadores, designadamente criando as condições adequadas ao exercício das suas atividades, que previnam as lesões, os ferimentos e os danos para a sua saúde.

- Minimizar o impacte ambiental da sua atividade de suporte, dotando as instalações e os equipamentos de soluções tecnologicamente eficientes, que promovam a redução progressiva da poluição e do consumo dos recursos energéticos e naturais.

- Desenvolver todas as suas atividades, produtos e serviços enquadrados por um sistema integrado de gestão, nas dimensões de qualidade, ambiente, segurança e saúde no trabalho, com o envolvimento de todos os seus trabalhadores, fornecedores, contratados, autoridades locais e clientes.

- Assumir a procura da melhoria contínua e o respeito pelos requisitos estabelecidos no seu Sistema Integrado de Gestão, incluindo não só os legalmente e estatutariamente aplicáveis como os de adesão voluntária, avaliando regularmente o seu desempenho através da realização de auditorias internas e culminando com a revisão anual do sistema.

## 4.2 OBJETIVOS E GRAUS DE CUMPRIMENTO

Os objetivos estratégicos para o mandato 2012-2014, no contexto do Plano Estratégico dos Transportes - PET, a que se vieram acrescentar as orientações e medidas do Despacho nº 13371/2011 do Gabinete do SEOPTC, do Despacho Normativo nº 1/2012 dos Gabinetes dos Ministérios de Estado e das Finanças da Economia e do Emprego, das Deliberações Sociais Unanimes por Escrito de 29 de junho e de 10 de agosto de 2012, da Proposta de Orçamento de Estado para 2013, apresentada a 15 de outubro de 2012, e dos Ofícios Circulares da DGTF nº 7986 de 8 de outubro e nº 8116 de 15 de outubro de 2012, estabelecem:



1. Integração dos Conselhos de Administração da STCP e da Metro do Porto, S.A..
2. Reestruturação da Empresa, através do redimensionamento do efetivo e da reorganização dos serviços.
3. Fusão com a empresa Metro do Porto, S.A..
4. Preparação do contrato de subconcessão da STCP.
5. Plano de redução de custos, em paralelo com a reorganização dos serviços e o redimensionamento do efetivo.

que a empresa consubstanciou através do Plano de Atividades e Orçamento 2013, Plano de Reestruturação de 30 de outubro de 2012 e Plano de Investimentos e Alienação de Ativos 2013, remetidos às Tutelas na sua versão final em 6 de novembro de 2012.

## Objetivos de Contrato de Gestão 2012/2014

Em 2012 foi enviada para as Tutelas a proposta de indicadores do contrato de gestão e os respetivos objetivos para o triénio 2012-2014. De referir que, embora sem conhecimento da sua aprovação foi, no final do ano, feita a avaliação da execução do contrato de gestão, tendo-se concluído pelo integral cumprimento dos objetivos definidos.

### Proposta de Indicadores Contrato de Gestão 2012-2014

Indicadores	Unid.	2012		2013		2014	
		Peso	Obj,	Peso	Obj,	Peso	Obj,
1 Volume de Negócios	10 <sup>3</sup> €	10%	54.557	10%	49.649	10%	50.407
2 Gastos Operacionais	10 <sup>3</sup> €	10%	63.605	10%	58.302	10%	56.303
3 EBITDAR	10 <sup>3</sup> €	10%	4.945	5%	5.544	5%	7.531
4 Gastos Operacionais por pass. km	€	10%	0,190	5%	0,208	5%	0,201
5 Taxa de Cobertura	%	10%	86%	5%	85%	5%	90%
6 Prazo Médio de Pagamentos	dias	5%	60	5%	60	5%	60
7 Taxa de Ocupação	%	5%	14,3%	5%	13,5%	5%	13,5%
8 Velocidade Comercial	km/h	5%	15,26	5%	15,26	5%	15,26
9 Índice de Qualidade da Oferta	%	5%	98,5%	5%	98,5%	5%	98,5%
10 Emissão de Poluentes	(g CO2/P.Km)	5%	91,0	5%	91,0	5%	91,0
11 Lançamento do Concurso O&M	%			15%	100%		
12 Assinatura contrato O&M	%					15%	100%
13 Reestruturação	%	15%	5%	15%	65%	10%	30%
14 Fusão MP/STCP	%	10%	5%	10%	55%	15%	40%

## Acompanhamento do Contrato de Gestão no Exercício de 2012

			2012			
Indicadores	Unid.	Peso	Obj.	Real	cump.	
1	Volume de Negócios	10 <sup>^3</sup> €	10%	54.557	53.429	97,9%
2	Gastos Operacionais	10 <sup>^3</sup> €	10%	63.605	63.030	100,9%
3	EBITDAR	10 <sup>^3</sup> €	10%	4.945	4.432	89,6%
4	Gastos Operacionais por pass. km	€	10%	0,190	0,181	105,0%
5	Taxa de Cobertura	%	10%	86%	85%	98,8%
6	Prazo Médio de Pagamentos	dias	5%	60	46	124,0%
7	Taxa de Ocupação	%	5%	14,3%	15,1%	105,9%
8	Velocidade Comercial	km/h	5%	15,26	15,64	102,5%
9	Índice de Qualidade da Oferta	%	5%	98,5%	99,6%	101,2%
10	Emissão de Poluentes	(g CO2/P.Km)	5%	91,0	92,3	98,6%
11	Lançamento do Concurso O&M	%				
12	Assinatura contrato O&M	%				
13	Reestruturação	%	15%	5%	5%	100%
14	Fusão MP/STCP	%	10%	5%	5%	100%
<b>% de Cumprimento Global</b>					<b>100,8%</b>	

### 4.3 REGULAMENTOS INTERNOS E EXTERNOS

A STCP rege-se pelos seus estatutos, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 202/94, de 23 de julho, retificados pela Declaração n.º 101/94, complementados e clarificados no que se refere às linhas por si exploradas em modo de troleiro ou carro elétrico pelo Decreto-Lei n.º 379/98, de 27 de novembro e pelo Código das Sociedades Comerciais.

Pelo facto de o Estado ser o acionista único da Sociedade, a empresa está também sujeita, naquilo que lhe é aplicável, ao regime estabelecido para as empresas do Sector Empresarial do Estado (SEE), contido no Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, com as alterações que lhe foram introduzidas, nomeadamente pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto e pela Lei n.º 12-A/2010 e Lei n.º 64-B/2011.

A STCP cumpre ainda o estabelecido no Despacho n.º 14.277/2008 de 23 de maio, relativo aos deveres especiais de informação, reportando regularmente à Direção Geral de Tesouro e Finanças e à Inspeção Geral de Finanças, através dos Sistemas de Recolha de informação Económica e

Financeira (SIRIEF), os planos de atividades anuais e plurianuais, os orçamentos anuais, incluindo estimativa das operações financeiras com o Estado, os planos de investimentos anuais e plurianuais e respetivas fontes de financiamento, os relatórios trimestrais de execução orçamental acompanhados dos relatórios do órgão de fiscalização, e as cópias das atas das Assembleias Gerais (AG).

A empresa cumpre também o estabelecido na RCM n.º 34/2008, de 14 de fevereiro (Programa Pagar a Tempo e Horas), alterado pelo Despacho n.º 9870/2009 do Ministério das Finanças e da Administração Pública, de 6 de abril; e o Decreto-Lei n.º 65 -A/2011, de 17 de maio (Programa Pagar a Tempo e Horas – reporte de dívidas vencidas).

Dentro do enquadramento legislativo do SEE, são ainda de referir os seguintes instrumentos legais: RCM n.º 49/2007, de 28 de março, Princípios de Bom Governo, o Estatuto do Gestor Público, republicado pelo Decreto-Lei n.º 2012, de 18 de janeiro e a RCM n.º 16/2012, de 9 de fevereiro, que estabelece os critérios de vencimento dos gestores públicos.



A RCM nº 8/2011, 25 de janeiro – acordo ortográfico – determinou a aplicação do acordo ortográfico a partir de 01 de janeiro de 2012 ao Governo e a todos os serviços, organismos e entidades sujeitos aos poderes de direção, superintendência e tutela do Governo.

Como empresa do setor do transporte público rodoviário de passageiros, está sujeita, entre outros, ao cumprimento do disposto nos seguintes diplomas:

- Decreto nº 37272, de 31 de dezembro de 1948, Regulamento de Transportes em Automóveis e alterações posteriormente introduzidas.
- Decreto-Lei nº 3/2001, de 10 de janeiro, Regime jurídico de acesso à atividade de transportes rodoviários de passageiros por meio de veículo com mais de nove lugares.
- Decreto-Lei nº 114/94, de 3 de maio, Código da Estrada e alterações posteriores.
- Lei nº 28/2006, de 4 de julho, Regime sancionatório aplicável às transgressões ocorridas em matéria de transportes coletivos de passageiros.
- RCM nº 45/2011 que aprova o Plano Estratégico dos Transportes (PET) para o horizonte 2011-2015.

Está, ainda, abrangida por diplomas diversos sobre regimes específicos:

- Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, Código da Contratação Pública, para as aquisições de bens, serviços e empreitadas, com as alterações a que entretanto foi sujeito.
- Em matéria laboral a empresa rege-se, basicamente, pelos Acordos de Empresa outorgados com as diferentes organizações sindicais, pelas Ordenações emanadas do Conselho de Administração e pelos Avisos internos da Empresa. Subsidiariamente aplicam-se nestas matérias as normas constantes do Código do Trabalho, Lei nº 7/2009, de 12 de fevereiro, e respetiva regulamentação.

Em tudo o mais, a empresa obriga-se ao cumprimento da legislação e regulamentação em vigor.

A empresa respeita o seu Manual de Qualidade, Ambiente, Segurança e Saúde no Trabalho, com a respetiva matriz de processos e os correspondentes procedimentos e procedimentos internos, rege-se pelo Código de Ética e de Conduta e cumpre o Plano de Prevenções de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas.

## 4.4 INFORMAÇÃO SOBRE AS TRANSAÇÕES RELEVANTES COM ENTIDADES RELACIONADAS

### Aquisição de bens e serviços a entidades relacionadas

(valores em euros e com IVA incluído)

Entidade / Descrição	Montante
<b>STCP SERVIÇOS – Transportes Urbanos Cons. Part. Unipessoal</b>	<b>56.506,34</b>
Compra de ativos e materiais	33.255,99
Outros trabalhos especializados	15.006,00
Prestação de serviços e débitos diversos	8.244,35
<b>TIP – Transportes Intermodais do Porto, ACE</b>	<b>2.406.168,62</b>
Comissão de venda do tarifário monomodal pela PAYSHOP	538.777,95
Comissão de venda sobre o tarifário intermodal STCP	689.069,63
Fee de validação do tarifário monomodal	828.754,51
Aquisição Título Euro, Andante Tour e Andante Gold	312.754,01
Contrato de fornecimento assinaturas anuais a Trabalhadores e familiares da STCP	34.748,03
Prestação de serviços e débitos diversos	2.064,49
<b>METRO DO PORTO, SA</b>	<b>44.717,93</b>
Contrato de prestação de serviços jurídicos	41.973,93
Prestação de serviços e débitos diversos	2.744,00
<b>OPT – Optimização e Planeamento de Transportes, S.A.</b>	<b>141.105,62</b>
Manutenção de software	90.368,12
Produção e alterações a softwares	50.737,50

## Venda de bens e serviços a entidades relacionadas

(valores em euros e com IVA incluído)

Entidade / Descrição	Montante
<b>Metro do Porto, S.A.</b>	<b>248.330,58</b>
Arrendamento de fracções na Torre das Antas	197.622,40
Gestão do serviço de transporte alternativos Linha Maia/Trofa	29.520,00
Débito de remunerações de órgãos sociais	12.241,65
Prestação de serviços e débitos diversos	8.946,53
<b>TIP- Transportes Intermodais do Porto, ACE</b>	<b>44.989.675,27</b>
Receita do tarifário monomodal STCP	21.438.368,06
Receita tarifário intermodal	23.047.562,78
Prestação de serviços de conferência da receita intermodal	166.307,60
Comissão de vendas do tarifário intermodal nos postos STCP	74.303,90
Arrendamento de fracções na Torre das Antas	88.527,12
Comparticipação despesas de funcionamento do Centro de Logística e do Contact Center	39.852,00
Débito de remunerações de órgãos sociais	61.161,75
Cedência de trabalhadores e despesas associadas	34.913,47
Prestação de serviços e débitos diversos	38.678,59
<b>STCP Serviços - Transportes Urbanos, Consultoria e Partic. Unipessoais, Lda</b>	<b>36.686,37</b>
Manutenção, gasóleo e limpeza dos autocarros do circuito PORTO VINTAGE	27.166,21
Prestação de serviços e débitos diversos	9.520,16

## 4.5 INFORMAÇÃO SOBRE OUTRAS TRANSAÇÕES

### 4.5.1 Procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e serviços

De acordo com os procedimentos em vigor na empresa, as aquisições de bens e serviços são efetuadas mediante consulta a, no mínimo, três fornecedores. Excepcionalmente, por questões técnicas específicas sempre devidamente fundamentadas, poderá haver recurso ao ajuste direto. Também de acordo com os referidos procedimentos e sempre que a Lei o determine procede-se à abertura de concursos públicos.

A STCP tem em vigor desde 2010 o Regulamento para Fornecedores, onde especifica os critérios mínimos de exigência, legais e de boas práticas, que devem ser observados pelos prestadores de serviços e de fornecimentos de bens à empresa, ao nível das condições de segurança e higiene no trabalho. Este Regulamento é parte integrante de consultas ou concursos que a STCP efetue.

O processo de seleção, avaliação e qualificação de fornecedores está definido em procedimento interno, mediante a utilização de critérios que permitam, de forma objetiva aferir o cumprimento dos compromissos propostos.

Os procedimentos em vigor na empresa relativos à aquisição de bens e serviços encontram-se regulamentados na sua matriz de processos integrada no Manual de Qualidade, Ambiente, Segurança e Saúde no Trabalho.



## 4.5.2 Universo de transações fora das condições de mercado

Não ocorreram situações neste âmbito.

## 4.5.3 Lista de fornecedores que representaram mais de 5% dos FSE

5% FSE 2012 = 31.021.265,99 * 5%			1.551.063,30 €
Nome	Localidade	Morada	Montante(*)
MAN TRUCK & BUS PORTUGAL, SOCIEDADE UNIPESSOAL LDA	ALGÉS	ALAMEDA FERNÃO LOPES, 16 9º PISO	7.440.357,17
PETRÓLEOS DE PORTUGAL - PETROGAL, SA	LISBOA	RUA TOMÁS DA FONSECA, TORRE C	7.885.172,92
GALP GÁS NATURAL,S.A.	LISBOA	RUA TOMÁS DA FONSECA, TORRE C	5.406.764,70
BANCO BPI, S.A.	PORTO	RUA TENENTE VALADIM	1.554.319,84
VALPI BUS - ALBERTO PINTO E FILHOS, TRANSP. RODOVIÁRIOS SA.	PAREDES	AV. JOAQUIM RIBEIRO DA MOTA, 256	3.107.004,93
EMPRESA DE TRANSPORTES GONDOMARENSE, LDA	FÂNZERES	RUA MONTEZELO, 815	2.281.187,57
TIP-TRANSPORTES INTERMODAIS PORTO, ACE	PORTO	AVº FERNÃO DE MAGALHÃES 1862-9º	2.406.168,00
<b>TOTAL</b>			<b>30.080.975,13</b>

\* valores em euros e com IVA incluído

## 4.5.4 Contratação Pública

Em 2012 foi lançado e adjudicado o concurso público Nº 1/2012 – Concurso Público Internacional para a Limpeza de Instalações e Viaturas exceto sede, adjudicado pelo ponto 7.1 da ata nº 34 da reunião do Conselho de Administração de 23 de agosto de 2012.

Não ocorreram quaisquer atos ou contratos celebrados com valor superior a 5 M€.

## 4.5.5 Racionalização da política de aprovisionamentos

No âmbito das Grandes Opções do Plano para 2012-2015, previstas na Lei nº 64-A/2011, de 30 de dezembro, no que respeita a:

- Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) – a STCP aderiu ao SNCP em março de 2011, no entanto, durante o ano de 2012, não procedeu a qualquer adjudicação ao abrigo deste Sistema.
- Parque de Veículos do Estado – durante o ano de 2012 a STCP não procedeu à aquisição de veículos novos. Foi apenas efetuada a transferência de propriedade de uma viatura da associada STCP Serviços para a STCP, S.A..

De salientar que no ano se verificou o abate de 10 veículos ao total da frota ligeira da STCP, situando-se esta em 31 de dezembro em 56 veículos (-15%) (incluindo camiões grua, carro torre e furgões).

#### 4.5.6 Publicidade Institucional

Nos termos do nº 10 da RCM nº 47/2010, publicada na 1ª série do Diário da República de 25 de junho, apresenta-se uma informação sintética sobre as iniciativas de publicidade institucional no ano de 2012, de acordo com o Anexo 1 ao Despacho nº 1246/2011 do Gabinete do Ministro dos Assuntos Parlamentares, publicada na 2ª série do Diário da República de 14 de janeiro, tendo as respetivas normas e especificações técnicas sido definidas através da Portaria da Presidência do Conselho de Ministros e Ministério das Finanças e Administração Pública nº 1297/2010, publicada na 1ª série do Diário da República de 25 de junho.

O Relatório e Contas da Empresa e a Newsletter interna "Itinerarium STCP" não foram incluídos neste âmbito, de acordo com a definição de publicidade institucional incluída no ponto 2 da RCM nº 47/2010, de 25 de junho.

#### Síntese das ações de publicidade institucional desenvolvidas em 2012

1- Montantes anuais gastos em Publicidade, discriminados por trimestres

(valores em euros, sem IVA)

1T2012	2T2012	3T2012	4T2012	2012
128	978	2.795	394	4.294

notas:

Considerado o protocolo com a FAP, como em 2011, no valor de 2.500 euros.  
Considerado o valor de publicações obrigatórias por lei.

2 - No ano de 2012 não houve nenhuma ação de valor superior a 15 mil euros.

3 - Montante anual por órgão de comunicação social

(valores em euros, sem IVA)

Boletim de Cotações Euronext	102
Jornal de Notícias	1.409
Instituto de Registo e Notariado	81
Imprensa Nacional Casa da Moeda	201
<b>Total por Órgão de Comunicação Social</b>	<b>1.794</b>

#### 4.5.7 Evolução do Prazo Médio de Pagamento a Fornecedores

A evolução do Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores, nos termos da RCM nº 34/2008 com as alterações introduzidas pelo Despacho nº 9870/2009, foi a seguinte:

PMP	1ºT 2011	2ºT 2011	3ºT 2011	4ºT 2011	1ºT 2012	2ºT 2012	3ºT 2012	4ºT 2012
PMP a Fornecedores (dias)	49	40	43	52	49	47	47	46



## 4.5.8 Pagamentos em Atraso

Divulgação dos atrasos nos pagamentos conforme definido no Decreto-Lei nº65-A/2011, de 17 de maio:

(valores em euros e com IVA incluído)

Pagamentos em Atraso	0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Combustíveis					34
Conservação e reparação	39.314	1.748	939	300	7.304
Energia	23.976				
Equipamento informático	12.159				
Licenciamento de software	29.362				
Outros bens e serviços	117.372	3.291	35.544		9.149
Outros trabalhos especializados	14.599	3.690			19.196
Papel e economato	176				
Preparação de refeições	277				
Rendas e alugueres	1.842				
Seguros	50.464				
Serviços de voz e dados fixos móveis	24.557		10.094		
Serviços de informática	3.321				
Vigilância e segurança	27.946				
<b>Total</b>	<b>345.364</b>	<b>8.728</b>	<b>46.577</b>	<b>300</b>	<b>35.683</b>





## 4.6 MODELO DE GOVERNO E IDENTIFICAÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Sendo o Estado Português o acionista único da STCP, as funções de tutela financeira e setorial encontram-se atribuídas ao Ministério das Finanças e ao Ministério da Economia e do Emprego, cabendo a função acionista do Estado Português à Direcção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTf).

Na STCP o modelo de governo monista latino é composto por um Conselho de Administração e dois órgãos de fiscalização, o Conselho Fiscal e uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas - SROC.

### Órgãos Sociais

Por Deliberação Social Unânime por Escrito, de 29 de junho de 2012, efetuada ao abrigo do disposto no nº 1 do artigo 54º do Código das Sociedades Comerciais, foram eleitos os seguintes membros para o Conselho de Administração da STCP:

· Vogal Executivo: Dr. André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira

· Vogal Executivo: Dr. Alfredo César Vasconcellos Navio

Por Deliberação Social Unânime por Escrito, de 10 de agosto de 2012, efetuada ao abrigo do disposto no nº 1 do artigo 54º do Código das Sociedades Comerciais, foram eleitos os seguintes membros para integrarem o Conselho de Administração da STCP:

· Presidente Não Executivo: Mestre João Velez Carvalho

· Vogal Não Executivo: Dr. António José Lopes

Dois dos quatro membros do Conselho de Administração da empresa têm funções executivas e os dois restantes, funções não executivas e nenhum auferir qualquer remuneração suplementar por funções desempenhadas nas empresas participadas.

### Mandato 2012/2014

Cargo	Conselho de Administração	Eleição	Mandato
Presidente Não Executivo	João Velez Carvalho	10/08/2012	3 anos
Vogal Executivo	André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira	29/06/2012	3 anos
Vogal Executivo	Alfredo César Vasconcellos Navio	29/06/2012	3 anos
Vogal Não Executivo	António José Lopes	10/08/2012	3 anos

Três elementos do Conselho de Administração, nomeados para o triénio 2009-2011 mantiveram-se em funções até ao dia 29 de junho de 2012, tendo a renúncia ao cargo produzido efeitos naquela data. Os restantes dois elementos já haviam renunciado aos cargos, produzindo a renúncia efeitos, respetivamente em 23 de março e 30 de abril de 2012.

Os restantes Órgãos Sociais mantiveram-se em funções.

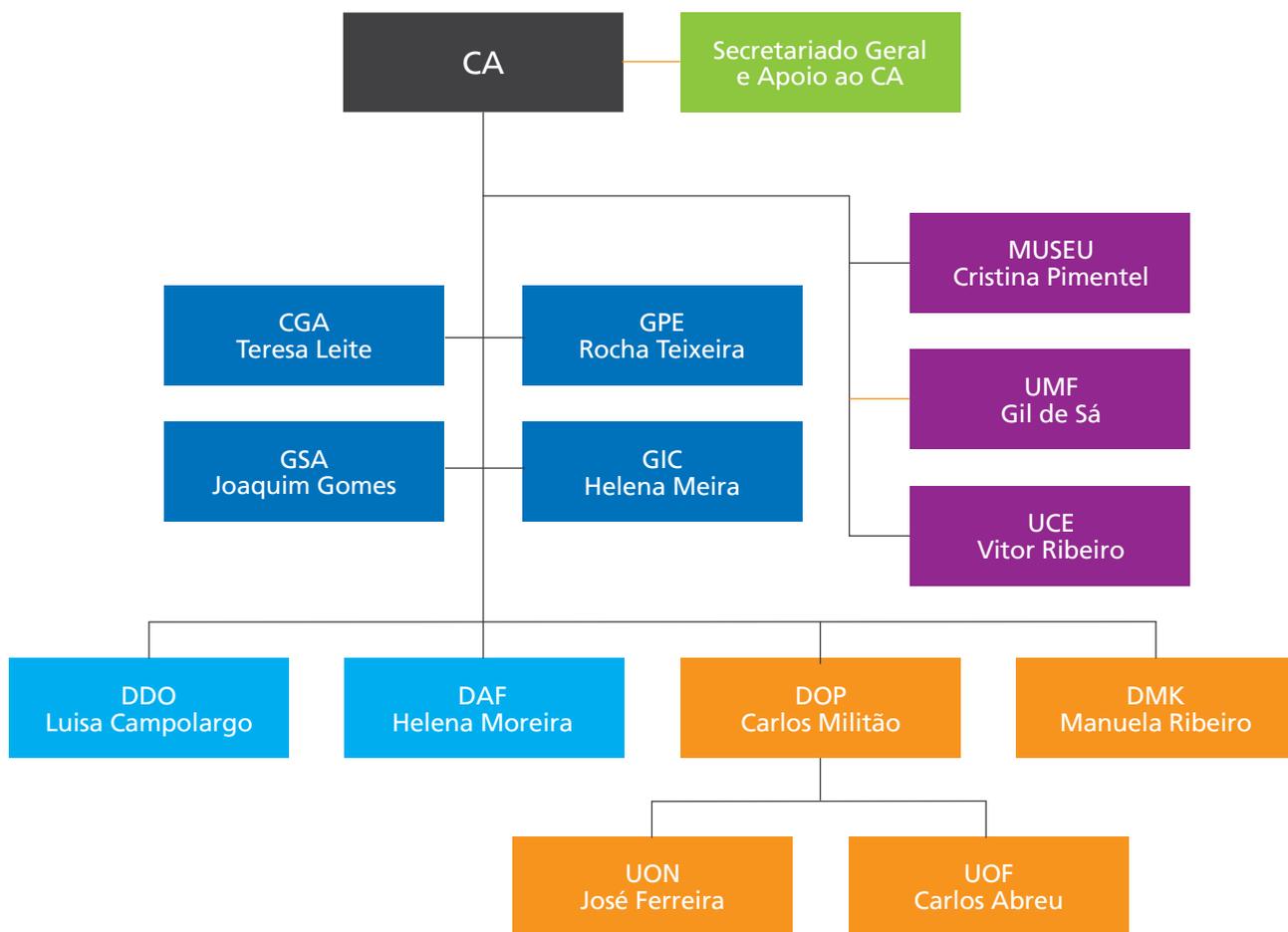


## Mandato 2009/2011

Cargo	Órgãos Sociais	Eleição	Mandato
<b>Mesa da Assembleia Geral</b>			
Presidente	Rui de Carvalho Araújo Moreira	06/04/2009	3 anos
Vice-Presidente	Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor Morais	06/04/2009	3 anos
Secretário	Carlos Maria Rocha Pinheiro Torres	06/04/2009	3 anos
<b>Conselho de Administração</b>			
Presidente	Fernanda Pereira Noronha Meneses Mendes Gomes	06/04/2009	3 anos
Vogal	Jorge Rui Guimarães Freire de Sousa	06/04/2009	3 anos
Vogal	Rui André Albuquerque Neiva da Costa Saraiva	06/04/2009	3 anos
Vogal	António Paulo da Costa Moreira de Sá	06/04/2009	3 anos
Vogal	Sandra Raquel de Vasconcelos Lameiras	06/04/2009	3 anos
<b>Conselho Fiscal</b>			
Presidente	Pedro Romano Martinez	06/04/2009	3 anos
Vogal Efetivo	Ana Alexandra Filipe Freitas	06/04/2009	3 anos
Vogal Efetivo	Maria Manuela Marques Lima	06/04/2009	3 anos
Vogal Suplente	Dino Jorge Ramos Santos	06/04/2009	3 anos
<b>Revisor Oficial de Contas</b>			
	António Magalhães & Carlos Santos, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Representada por Carlos Alberto Freitas dos Santos, ROC nº 177	09/09/2009	3 anos

A Comissão de Fixação de Remunerações é composta por Sara Alexandra Duarte Ambrósio, da DGTF, que preside, e pelos vogais, Rita Maria Pereira da Silva, da Inspeção Geral de Finanças (IGF) e Cristina Freire, da DGTF.

## Macroestrutura a 31 dezembro 2012



- Órgãos Operacionais
- Órgãos de Back Office
- Órgãos de "Staff"
- Órgãos de Actividades Complementares ou com Natureza Específica
- Outros Órgãos de "Staff"



## 4.6.1 Funções e Responsabilidades

### Assembleia-Geral

As competências da Assembleia-Geral da sociedade encontram-se definidas no Artigo 8º dos Estatutos da Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, SA:

*1 - A Assembleia-Geral delibera sobre todos os assuntos para os quais a lei ou os presentes Estatutos lhe atribuem competência.*

*2 - Compete, em especial, à Assembleia-Geral:*

*a) Deliberar sobre o relatório de gestão e as contas do exercício, bem como sobre a proposta de aplicação de resultados e proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade.*

*b) Eleger e exonerar os membros da mesa da Assembleia-Geral, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;*

*c) Deliberar sobre quaisquer alterações dos estatutos e aumentos de capital;*

*d) Deliberar sobre as remunerações dos membros dos órgãos sociais, podendo para o efeito designar uma comissão de fixação de remunerações;*

*e) Deliberar sobre os projetos de expansão das linhas exploradas pela empresa;*

*f) Autorizar a aquisição e a alienação de bens imóveis, bem como a realização de Investimentos, quando, em cada caso, o valor exceda o correspondente a 10% do capital social da Sociedade;*

*g) Autorizar a aquisição e a alienação de participações sociais, neste último caso apenas quando o valor exceda o correspondente a 10% do capital social da STCP, S.A.;*

*h) Deliberar sobre a emissão de obrigações.*

### Conselho de Administração

Ao Conselho de Administração cumpre a gestão da empresa nos termos definidos no Artigo 11º dos Estatutos da sociedade:

*1 - Compete ao Conselho de Administração:*

*a) Gerir os negócios sociais e praticar todos os atos relativos ao objeto social que não caibam na competência atribuída a outros órgãos da Sociedade;*

*b) Elaborar o relatório anual;*

*c) Adquirir, alienar ou onerar direitos ou bens móveis e imóveis e participações sociais sem prejuízo do disposto nas alíneas f) e g) do número 2 do artigo 8º;*

*d) Representar a Sociedade em juízo e fora dele, ativa e passivamente, podendo desistir, transigir e confessar em quaisquer pleitos e, bem assim, celebrar convenções de arbitragem;*

*e) Estabelecer a organização técnico-administrativa da Sociedade e as normas do seu funcionamento interno;*

*f) Constituir mandatários com os poderes considerados convenientes;*

*g) Exercer as demais competências que lhe sejam atribuídas pela lei ou pela assembleia-geral.*

*2 - O Conselho de Administração pode, dentro dos limites legais, delegar algumas das suas competências num ou mais dos seus membros.*

Quanto às atribuições específicas de cada membro:



### **Presidente Não Executivo – Mestre João Velez Carvalho**

Exerce funções não executivas. Acompanha e avalia continuamente a gestão da empresa por parte dos demais gestores, com vista a assegurar a prossecução dos objetivos estratégicos da empresa, a eficiência das suas atividades e a conciliação dos interesses dos acionistas com o interesse geral. Responsável pelas decisões estratégicas relativas a Recursos Humanos.



### **Vogal Executivo – Dr. Alfredo César Vasconcellos Navio**

Exerce funções executivas, sendo responsável pela coordenação direta do Departamento de Operações, Departamento de Desenvolvimento Organizacional, Gabinete de Segurança e Ambiente, Unidade de Manutenção da Frota, Unidade do Carro Elétrico e Museu.

Representa a STCP no Conselho de Administração nas empresas participadas OPT – Optimização e Planeamento de Transportes, S.A. e TRANSPUBLICIDADE – Publicidade em Transportes, S.A.



### **Vogal Executivo – Dr. André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira**

Exerce funções executivas, sendo responsável pela coordenação direta do Serviço de Secretariado Geral e Apoio ao Conselho de Administração, Departamento de Marketing, Gabinete de Controlo de Gestão e Auditoria, Gabinete de Informática e Comunicações, Departamento Administrativo e Financeiro e Gabinete de Projetos e Estratégia.

Representa a STCP no Conselho de Administração na empresa participada Transportes Intermodais do Porto, ACE (TIP-ACE) e é o gerente da STCP SERVIÇOS – Transportes Urbanos, Consultoria e Participações, Unipessoal, Lda.



### **Vogal Não Executivo – Dr. António José Lopes**

Exerce funções não executivas. Acompanha e avalia continuamente a gestão da empresa por parte dos demais gestores, com vista a assegurar a prossecução dos objetivos estratégicos da empresa, a eficiência das suas atividades e a conciliação dos interesses dos acionistas com o interesse geral. Responsável pelo acompanhamento do Controlo de Gestão Planeamento e decisões de carácter estratégico. Representante para o Sistema Integrado de Gestão e Qualidade.



## Conselho Fiscal

Nos termos do Artigo 14º dos Estatutos da Sociedade:

*1 – A fiscalização da sociedade compete a um Conselho Fiscal, composto por um presidente, dois vogais efetivos e um suplente, e a um revisor oficial de contas ou uma sociedade de revisores oficiais de contas, que não seja membro daquele órgão.*

*2 – O Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas ou a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas têm os poderes e deveres atribuídos pelo Código das Sociedades Comerciais.*

### 4.6.2 *Curricula Vitae* dos Membros do Conselho de Administração

#### Presidente Não Executivo – Mestre João Velez Carvalho

**Data de Nascimento:** 17 de abril de 1947

##### Habilitações Académicas:

Licenciatura em Finanças, pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras da Universidade Técnica de Lisboa (1970).

Pós-Graduação na Universidade de Paris XII com o Certificat d’Aptitude a l’Administration des Entreprises (diplome d’Etat) (1972).

Master of Business Administration (MBA) pelo Instituto Superior de Estudos Empresariais da Universidade do Porto (1994).

Mestre em Métodos Quantitativos de Gestão pela Escola de Gestão da Universidade do Porto (2008).

Doutorando em Gestão Industrial na Universidade de Aveiro (2008/2012).

##### Atividade Profissional:

Desde julho de 2012, Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva da Metro do Porto, S.A. .

Desde 1975: Professor no Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Instituto Politécnico do Porto (área científica de Gestão Estratégica/Professor Adjunto do quadro). Diretor do Mestrado em Logística da Associação de Politécnicos do Norte (2009/2011).

Após 2006: Consultor de alta direção em diversas empresas (gestão estratégica); Direção de projetos de internacionalização.

2003 – 2006: Administrador da Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A., com os pelouros de Recursos Humanos, Operações, Manutenção e do Museu do Carro Elétrico; Administrador do TIP – Transportes Intermodais do TIP, ACE (2006).

2000 – 2003: Consultor de alta direção em diversas empresas (gestão estratégica); Direção de projetos de internacionalização.

1999 – 2000: Consultor para as áreas do ambiente (águas e saneamento e resíduos sólidos urbanos e industriais) na EURISCO, S.A. (Grupo AEP) e LawGibb, S.A., desenvolvimento de projeto de realocação industrial com a Roland Berger&Partners e consultor da RAR – Sociedade de Controlo (Holding), S.A.

1989-1998: Administrador Delegado da SET – Serviços e Tecnologias, S.A. (Grupo RAR); Administrador Executivo da RAR AMBIENTE, SA; Administrador da NUTRIGER, SGPS, S.A.; Administrador da CLIMAESPAÇO – Sociedade de Produção e Distribuição de Energia Térmica Urbana, S.A.; Diretor da RAR – Sociedade de Capital de Risco, S.A.; Administrador Executivo da GROWELA Cabo Verde, SARL; Membro da Mesa da Assembleia Geral da RECOLTE – Recolha, Tratamento e Eliminação de Resíduos, S.A.; Presidente do Conselho Fiscal da Imperial – Produtos Alimentares, S.A..

1975 – 1989: Diretor Administrativo e Financeiro da MOLIN – Materiais de Desenho de Mário Lino, Lda.; Administrador Executivo da MOLIN SOUTH ÁFRICA, S.A.; Administrador Executivo da MOLIN U.K., S.A..

## Vogal Executivo – Dr. André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira

Data de Nascimento: 19 de setembro de 1980

### Habilitações Académicas:

Licenciatura em Economia pela Faculdade de Economia e Gestão da Universidade Católica Portuguesa, Centro Regional do Porto (2003).

Programa de Gestão Avançada, Escola de Gestão do Porto - EGP (2010).

### Atividade Profissional:

De setembro 2009 a junho 2012 - Controller na Mota-Engil SGPS,SA.

De janeiro 2007 a agosto de 2009 – Administrador da Mota-Engil Central Europe Slovenská Republika, a.s.; Administrador da Mota-Engil Engineering, a.s.; Gerente da M-Invest Slovakia Minerva, s.r.o.; Gerente da M-Invest Sovaria Trnavska, s.r.o.; Gerente da M-Invest Slovakia, s.r.o.; membro do Conselho Fiscal da Bergamon, a.s.; Representante da Mota-Engil Engenharia e Construção – Sucursal da Eslováquia.

De janeiro 2006 a dezembro de 2006 – Controller na Mota-Engil Central Europe, SA.

De julho 2004 a dezembro de 2005 – Adjunto do Diretor Financeiro da Mota-Engil Engenharia e Construção, SA – Sucursal de Angola.

De julho 2003 a junho de 2004 – Técnico da Área Internacional da Mota-Engil Engenharia e Construção, SA.

## Vogal Executivo – Dr. Alfredo César Vasconcellos Navio

Data de Nascimento: 15 de janeiro de 1967

### Habilitações Académicas:

Licenciatura em Informática de Gestão pela Universidade Portucalense Infante Dom Henrique (1988-1994).

Pós-graduação em Finanças pela Universidade Portucalense Infante Dom Henrique (1998-2000).

### Atividade Profissional:

(2011-2012) Presidente da Mesa da Assembleia Geral da ESV - Expansión Sin Vello - Estética, SA.

(2010-2012) Gestor Técnico Comercial na Unidade de Desenvolvimento Imobiliário da EP-Estradas de Portugal, SA.

(2009-2010) Técnico de Planeamento e Desenvolvimento de Novos Negócios na Delegação Regional do Porto da EP-Estradas de Portugal, SA.

(2007-2010) Presidente do Conselho Fiscal da Casa do Pessoal da EP – Estradas de Portugal, EPE.

(2004-2008) Chefe da Divisão Administrativa e Financeira na Direção de Estradas do Porto do IEP – Instituto das Estradas de Portugal.

(2002-2004) Diretor da Divisão Administrativa e Financeira na Direção de Estradas do Porto do ICERR – Instituto para a Conservação e Exploração da Rede Rodoviária.

(2000-2002) Organização, controlo administrativo e financeiro de processos de empreitadas e apoio técnico a utilizadores de informática na Direção de Estradas do Porto do ICERR – Instituto para a Conservação e Exploração da Rede Rodoviária.

(1997-2000) Apoio técnico ao Sistema de Informação Contabilístico e Sistema de Informação de Empreitadas na Direção de Estradas do Porto da JAE - Junta Autónoma de Estradas e ICERR – Instituto para a Conservação e Exploração da Rede Rodoviária.

(1995-1997) Apoio técnico ao Sistema de Informação Contabilístico na Direção de Estradas de Viana do Castelo da JAE - Junta Autónoma de Estradas.

(1995) Consultor de apoio a utilizadores de informática na COMPTA RH – Organização e Gestão de Recursos Humanos, SA.



## Vogal Não Executivo – Dr. António José Lopes

Data de Nascimento: 23 de novembro de 1957

### Habilitações Académicas:

Licenciatura em Economia pela Universidade do Porto, em 1982.

Pós-graduação em Gestão para Executivos, pela Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica Portuguesa em 1998/1999.

### Atividade Profissional:

Desde julho de 2012, Vogal do Conselho de Administração e Vogal da Comissão Executiva da Metro do Porto, SA.

Desde maio 2010 até julho de 2012 – Diretor Geral da Tablestock, Serviços para Hotelaria e Restauração.

1998 – 2010: Diretor Central de Compras e Aprovisionamentos e Sistemas de Informação - Vista Alegre Atlantis S.A.

1997 – 1998: Diretor Geral - Empresa Continental Importadora, S.A.

1990 – 1997: Diretor Administrativo e Financeiro - EC-Material Eléctrico, Grupo General Electric, passando em janeiro de 2006 a GE PowerControlsPortugal.

1986 – 1989: Chefia dos Serviços de Controlo de Gestão - Empresa Electro-Cerâmica, Grupo Vista Alegre.

1985 – 1986: Subdireção Financeira - STCP (Serviços de Transportes Coletivos do Porto)

## 4.7 REMUNERAÇÕES DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

### 4.7.1 Estatuto Remuneratório

#### Mandato 2012/2014

#### Conselho de Administração

Deliberação Social Unânime Por Escrito de 29 de junho de 2012:

Fixa as remunerações dos membros do Conselho de Administração nos termos do Estatuto de Gestor Público, na redação dada pelo DL n.º 8/2012, de 18 de janeiro, da RCM n.º 16/2012, de 14 de fevereiro, e da RCM n.º 36, de 26 de março, em:

Vogais Executivos: Valor líquido: 3.662,56 €, acrescido de 40% a título de despesas de representação, no montante de 1.465,02 €.

A estes valores líquidos serão aplicadas as reduções de 5% e 10%, respetivamente, nos termos do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010 e do artigo 19.º, n.º1, alínea c) e n.º 9, alínea c) da Lei n.º 55-A/2010, pelo que os valores serão:

Vogais Executivos: Valor líquido: 3.131,49 €, acrescido de 40% a título de despesas de representação, no montante de 1.252,60 €.

A estas remunerações serão aplicadas outras reduções que vierem legalmente a ser determinadas.

Em cumprimento do preceituado no n.º 1 do artigo 21.º e no artigo 29.º da Lei do OE/2012, durante a vigência do Programa de Assistência Económica e Financeira -PAEF, não há lugar à atribuição de subsídios de férias e de natal, nem de remunerações variáveis de desempenho.

Deliberação Social Unânime Por Escrito de 10 de agosto de 2012:

Fixa as remunerações dos membros do Conselho de Administração nos termos do Estatuto de Gestor Público, na redação dada pelo DL n.º 8/2012, de 18 de janeiro, da RCM n.º 16/2012, de 14 de fevereiro, e da RCM n.º 36, de 26 de março, em:

Presidente não executivo: Valor líquido de 1.144,55 €.

Vogal Não executivo: Valor ílquido de 915,64 €.

Porém, os membros agora eleitos não auferem qualquer remuneração em virtude de serem remunerados na Metro do Porto, S.A., enquanto administradores executivos.

Determina que aos valores ílquidos sejam aplicadas as reduções de 5% e 10%, respetivamente, nos termos do artigo 12º da Lei nº 12-A/2010, de 30 de junho, e do artigo 19º, nº1, alínea c) e nº 9, alínea q) da Lei nº 55-A/2010, de 31 de dezembro e da Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro, ou outras reduções que venham legalmente a ser estabelecidas.

Em cumprimento do preceituado no nº 1 do artigo 21º e no artigo 29º da Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro, durante a vigência do PAEF, não há lugar à atribuição de subsídios de férias e de natal, nem de remunerações variáveis de desempenho.

Os membros do Conselho de Administração beneficiam, ainda, das seguintes regalias ou benefícios remuneratórios:

a) Benefícios sociais de aplicação generalizada a todos os trabalhadores da Sociedade.

b) Automóvel: decorre do disposto, nomeadamente no artigo 33º do Estatuto do Gestor Público, DL nº 71/2007, de 27/03, republicado pelo DL nº 8/2012 de 18/01. Nestes termos, foi deliberado no ponto 2 da ata nº 28/2012 de 10 de julho do Conselho de Administração da Sociedade que as viaturas adquiridas no mandato do anterior Conselho de Administração e ainda existentes na empresa são distribuídas para uso de serviço e pessoal, nos seguintes moldes:

- Ao Senhor Dr. André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira é afetada a viatura de marca Lexus, modelo IS duzentos e vinte D BASE dois ponto quatro FDR e matrícula dezassete traço IN traço setenta e sete.

- Ao Senhor Dr. Alfredo César Vasconcellos Navio é afetada a viatura de marca Mercedes, modelo C-Class C duzentos e vinte CDI BLUEEFFICIENCY AVANTGARDE e matrícula trinta e três traço IR traço cinquenta e sete.

Nos termos do disposto no número três do artigo trinta e três do Estatuto do Gestor Público o valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas é fixado em um quarto do valor do abono mensal para despesas de representação.

## Mandato 2009/2011

Fixado pela Ata nº 1 de 29 de junho de 2009 da Comissão de Fixação de Remunerações da STCP.

Tendo em atenção o determinado pela Lei nº 12-A/2010, de 30 de junho, foi aplicado a todos os membros do Conselho de Administração o corte de 5% nas remunerações a partir do mês de junho de 2010 inclusive, mantendo-se em 2011 e 2012.

A partir de janeiro de 2011 foi aplicada nova redução, com base na Lei nº 55-A/2010, de 31 de dezembro. Em 2012 continuou a ser aplicada a redução remuneratória com base no artigo 20º da Lei nº 64-B/2011.

Por decisão legislativa, a remuneração variável fixada pelo Contrato de Gestão para o mandato 2009-2011, não foi atribuída para nenhum dos anos.

Em cumprimento do preceituado no nº 1 do artigo 21º e no artigo 29º da Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro, durante a vigência do PAEF, não há lugar à atribuição de subsídios de férias e de natal, nem de remunerações variáveis de desempenho.

Por deliberação da Assembleia Geral nº 51, de 23 de março de 2012, através da Comissão de Fixação de Remunerações, as remunerações dos Órgãos Sociais foram fixadas de acordo com o estipulado no Decreto-Lei nº 8/2012, de 18 de janeiro e pela RCM nº 16/2012 de 14 de fevereiro, com aplicação a partir do mês de abril.

Da aplicação do disposto no artigo 32º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei nº 8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere:

- À utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa, o Conselho de Administração deliberou, através da ata nº 4/2012, ponto 3 de 24 de janeiro, "cancelar de imediato o uso dos cartões de crédito atribuídos a cada administrador, que na STCP sempre foram limitados ao uso exclusivo para cobertura de despesa de serviço, devidamente documentadas".

- O reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal – não aplicável na STCP.



## Mesa da Assembleia-Geral

Presidente – Senha de Presença no valor de € 615,98 euros (seiscentos e quinze euros e noventa e oito cêntimos).

Vice-Presidente – Senha de Presença no valor de € 466,56 euros (quatrocentos e sessenta e seis euros e cinquenta e seis cêntimos).

Secretário – Senha de Presença no valor de € 344,14 euros (trezentos e quarenta e quatro euros e catorze cêntimos).

## Conselho de Administração

Presidente

Remuneração Fixa: remuneração mensal líquida de € 6.923,26, paga 14 vezes por ano;

Remuneração Variável Anual: atribuição de componente variável anual da remuneração, que se fixa num máximo de 35% da respetiva componente fixa da remuneração, em função do cumprimento dos objetivos anuais definidos no Contrato de Gestão.

Vogais

Remuneração Fixa: remuneração mensal líquida de € 6.028,52, paga 14 vezes por ano;

Remuneração Variável Anual: atribuição de componente variável anual da remuneração, que se fixa num máximo de 35% da respetiva componente fixa da remuneração, em função do cumprimento dos objetivos anuais definidos no Contrato de Gestão.

Os membros do Conselho de Administração beneficiam, ainda, das seguintes regalias ou benefícios remuneratórios:

a) Benefícios sociais de aplicação generalizada a todos os trabalhadores da Sociedade.

b) Automóvel: atribuição, para utilização pessoal, de uma viatura de serviço até ao limite de renda de 1.000 euros mensais para o Presidente e de 900 euros para os restantes membros. O limite máximo para os encargos médios mensais com combustível foi fixado pelo Conselho de Administração em 250 euros, tendo em consideração as necessidades e a prática em vigor na Sociedade. Por deliberação do Conselho de Administração, ata nº 2/11 de 12 de janeiro ponto 4.3, foi reduzido, para os administradores, o gasto médio mensal com combustível em 15%, desde o início de 2011.

c) Telemóvel: utilização de telemóvel de serviço, cujo limite máximo para os encargos médios mensais foi fixado pelo Conselho de Administração em 150 euros, tendo em consideração as necessidades e a prática em vigor na Sociedade. Por deliberação do Conselho de Administração, ata nº 2/11 de 12 de janeiro ponto 4.3, foi reduzido, para os administradores, o gasto médio mensal com telemóveis em 15%, desde o início de 2011.

## Conselho Fiscal

Presidente:

Remuneração mensal líquida correspondente a 20% da remuneração mensal líquida atribuída ao Presidente do Conselho de Administração, paga 14 vezes por ano.

Vogais:

Remuneração mensal líquida correspondente a 15% da remuneração mensal líquida atribuída ao Presidente do Conselho de Administração, paga 14 vezes por ano.

Para os membros do Conselho Fiscal, a remuneração líquida fixada foi aplicada desde 21 de abril de 2008, tendo sido considerada como base de incidência até 6 de abril de 2009, a remuneração de € 5.675,94 euros.

Com efeitos a janeiro de 2011 e em vigor durante o ano de 2012, a remuneração dos membros do Conselho Fiscal sofreu uma redução devido ao vencimento dos seus elementos estar indexada ao vencimento da Presidente do Conselho de Administração.

## Revisor Oficial de Contas

Por deliberação unânime por escrito tomada pelo acionista Estado em 9 de setembro de 2009, sob proposta do Conselho Fiscal, foi eleita como Revisor Oficial de Contas da STCP, S.A., para o triénio 2009/2011, a Sociedade António Magalhães e Carlos Santos, S.R.O.C., representada pelo Dr. Carlos Alberto Freitas dos Santos.

A remuneração do Revisor Oficial de Contas ficou fixada em quinze mil e seiscentos euros de honorários, a pagar em duodécimos mensais de mil e trezentos euros, tendo-se procedido à formalização do respetivo contrato.

Em 2011 foi aplicada a redução remuneratória com base no artigo 22º da Lei nº 55-A/2010 (Lei OE/2011), mantendo-se em 2012 a sua aplicação de acordo com o artigo 20º da Lei nº 64-B/2011.

## 4.7.2 Remunerações e outras regalias

### Mesa da Assembleia-Geral

	2012			Unid: €
Mesa Assembleia Geral Mandato I	PRESIDENTE Rui Carvalho Araújo Moreira	VICE-PRESIDENTE Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor de Morais	SECRETÁRIO Carlos Maria Pinheiro Torres	
Senhas de Presença	0	467	334	

MANDATO II (2012/2014)	PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO NÃO EXECUTIVO  João Velez Carvalho	VOGAL EXECUTIVO  André Costa Figueiredo Silva Sequeira	VOGAL EXECUTIVO  Alfredo César Vasconcellos Navio	VOGAL NÃO EXECUTIVO  António Jose Lopes
---------------------------	---	--	--	--

Adaptado ao EGP (Sim/Não)	Sim	Sim	Sim	Sim
Remuneração Total (1.+2.+3.+4.)	0	26.582	26.582	0
<b>OPRLO</b>				
<b>Entidade de Origem (identificar)</b>				
<b>Entidade pagadora (origem/Destino)</b>				
1.1. Remuneração Anual	0	25.380	25.380	0
1.2. Despesas de Representação (Anual)	0	8.883	8.883	0
1.3. Senha de presença (Valor Anual)	0	0	0	0
1.4. Redução decorrente da Lei 12-A/2010	0	1.399	1.399	0
1.5. Redução decorrente da Lei 64-B/2011	0	3.109	3.109	0
1.6. Suspensão do pagamento dos subsídios de férias e natal	0	3.173	3.173	0
1.7. Reduções de anos anteriores	0	0	0	0
"1. Remuneração Anual Efetiva Líquida (1.1+1.2.+1.3-1.4-1.5-1.6-1.7)"	0	26.582	26.582	0
2. Remuneração variável	0	0	0	0
3. Isenção de Horário de Trabalho (IHT)	0	0	0	0
4. Outras	0	0	0	0
Subsídio de deslocação	0	0	0	0
Subsídio de refeição	0	1.025	1.025	0
<b>Encargos com benefícios sociais</b>				
Regime de Proteção Social (ADSE/Seg.Social/Outros)	0	5.799	1.938	0
Seguros de saúde	0	0	0	0
Seguros de vida	0	0	0	0
Seguro de Acidentes Pessoais	204	117	117	176
Outros (indicar)		0	0	0
<b>Acumulação de Funções de Gestão (S/N)</b>	Sim	Não	Não	Sim
Entidade (identificar)	Metro do Porto. SA		Metro do Porto. SA	
Remuneração Anual				
<b>Parque Automóvel</b>				
Modalidade de Utilização		ALD	ALD	
Valor de referência da viatura nova				
Ano Início		2009	2010	
Ano Termo		2013	2014	
N.º prestações (se aplicável)		48	48	
Valor Residual				
Valor de renda/prestação anual da viatura de serviço		5.227	5.476	
Combustível gasto com a viatura [1]		792	1.924	
Plafond anual Combustível atribuído		1.879	1.879	
Outros (Reparações / Seguro)		464	363	
Limite definido conforme Art.º 33 do EGP (Sim/Não)		Sim	Sim	
<b>Outras regalias e compensações</b>				
Plafond mensal atribuído em comunicações móveis [2]		127,50	127,50	
Gastos anuais com comunicações móveis		260	584	
Outras (indicar)				
Limite definido conforme Art.º 32 do EGP (Sim/Não)		não	não	
<b>Gastos c/ deslocações</b>				
Custo total anual c/ viagens			12	
Custos anuais com Alojamento			70	
<b>Ajudas de custo</b>				
Outras (indicar)				

[1] - Foi debitado o valor do excesso do consumo do combustível ao Vogal Alfredo César Vasconcellos Navio.

[2] - O plafond atribuído em comunicações móveis mantém-se igual ao estipulado para o mandato de 2009-2011.



MANDATO I (2009/2011)	PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	VOGAL EXECUTIVO	VOGAL EXECUTIVO	VOGAL EXECUTIVO	VOGAL EXECUTIVO
	Fernanda Pereira Noronha Meneses Mendes Gomes	Jorge Rui Guimarães Freire de Sousa [1]	Rui André Albuquerque Neiva da Costa Saraiva	António Paulo da Costa Moreira de Sá	Sandra Raquel de Vasconcelos Lameiras
Adaptado ao EGP (Sim/Não)	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Remuneração Total (1.+2.+3.+4.)	44.910	27.006	21.641	36.587	36.188
<b>OPRLO</b>					
Entidade de Origem (identificar)					
Entidade pagadora (origem/Destino)					
1.1.Remuneração Anual	45.341	29.678	24.410	38.391	38.391
1.2.Despesas de Representação (Anual)	5.494	1.465	0	4.395	4.395
1.3.Senha de presença (Valor Anual)	0	0	0	0	0
1.4.Redução decorrente da Lei 12-A/2010	1.800	1.045	751	1.506	1.506
1.5.Redução decorrente da Lei 64-B/2011	4.000	2.321	1.668	3.347	3.347
1.6.Suspensão do pagamento dos subsídios de férias e natal	10.836	7.930	7.732	9.318	9.318
1.7.Reduções de anos anteriores	0	0	0	0	0
1. Remuneração Anual Efetiva Líquida (1.1+1.2.+1.3-1.4-1.5-1.6-1.7)	34.199	19.847	14.260	28.615	28.615
2. Remuneração variável	0	0	0	0	0
3.Isenção de Horário de Trabalho (IHT)	0	0	0	0	0
4.Outras (férias pagas por cessação de contrato)	10.711	7.159	7.380	7.971	7.573
Subsídio de deslocação	0	0	0	0	0
Subsídio de refeição	6.974	6.553	5.719	4.905	6.965
<b>Encargos com benefícios sociais</b>					
Regime de Proteção Social (ADSE/Seg.Social/Outros)	6.970	2.118	3.604	6.044	6.071
Seguros de saúde	0	0	0	0	0
Seguros de vida	0	0	0	0	0
Seguro de Acidentes Pessoais	68	41	19	58	58
Outros (indicar)	0	0	0	0	0
Acumulação de Funções de Gestão (S/N)	Não	Não	Não	Não	Não
Entidade (identificar)					
Remuneração Anual					
<b>Parque Automóvel</b>					
Modalidade de Utilização	ALD	ALD	Aquisição	Aquisição	ALD
Valor de referência da viatura nova					
Ano Início	2009	2009	2007	2007	2010
Ano Termo	2013	2013			2014
N.º prestações (se aplicável)	48	48			48
Valor Residual					
Valor de renda/prestação anual da viatura de serviço	6.126	3.485			5.476
Combustível gasto com a viatura [2]	1.206	1.080	624	1.405	1.482
Plafond anual Combustível atribuído	1.812	951	638	1.577	1.577
Outros (Portagens / Reparações / Seguro)	346	846	527	2.002	510
Limite definido conforme Art.º 33 do EGP (Sim/Não)	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
<b>Outras regalias e compensações</b>					
Plafond mensal atribuído em comunicações móveis [3]	127,50	127,50	127,50	127,50	127,50
Gastos anuais com comunicações móveis	217	188	129	298	418
Outras (indicar)					
Limite definido conforme Art.º 32 do EGP (Sim/Não)	não	não	não	não	não
<b>Gastos c/ deslocações</b>					
Custo total anual c/ viagens					
Custos anuais com Alojamento					
Ajudas de custo					
Outras (indicar)					40

[1] - Foi debitado ao Vogal Jorge Rui Guimarães Freire de Sousa o montante de 715,92 euros, que por lapso, não foi aplicada a redução remuneratória à percentagem de férias e férias pagas, previsto no artº 19º Lei 55-A/2010 (OE 2011), que continua em vigor em 2012 conforme Lei 64-B/2011 (OE 2012).

[2] - Foi debitado o valor do excesso do consumo do combustível aos Vogais: Jorge Rui Guimarães Freire de Sousa; Sandra Raquel de Vasconcelos Lameiras.

[3] - O plafond atribuído em comunicações móveis refere-se ao estipulado para o mandato de 2009-2011.



## Conselho Fiscal

Unid: €

Conselho Fiscal**	2011			2012		
	PRESIDENTE	VOGAL EFETIVO	VOGAL EFETIVO	PRESIDENTE	VOGAL EFETIVO	VOGAL EFETIVO
	Pedro Romano Martinez	Ana Alexandra Filipe Freitas	Maria Manuela Marques Lima	Pedro Romano Martinez	Ana Alexandra Filipe Freitas	Maria Manuela Marques Lima
Remuneração anual fixa	19.385	14.539	14.539	15.696	11.772	11.772
Redução remuneratória*	2.811	2.108	2.108	2.275	1.122	1.122
Remuneração anual efetiva	16.574	12.431	12.431	13.421	10.650	10.650

\* Decorrente da Lei 55-A/2010 e da Lei 64-B/2011, respetivamente para o ano de 2011 e 2012.

\*\* A remuneração dos membros do Conselho Fiscal está indexada à da Presidente do Conselho de Administração

## Revisor Oficial de Contas

Unid: €

ROC	2011	2012
António Magalhães e Carlos Santos, SROC, representada por Carlos Santos, ROC n.º 177		
Remuneração anual auferida	15.600	15.600
Redução remuneratória*	1.384	1.384
Remuneração anual efetiva	14.216	14.216

\* Decorrente da Lei 55-A/2010 e da Lei 64-B/2011, respetivamente para o ano de 2011 e 2012.

Auferiu adicionalmente pelo trabalho de revisão das contas consolidadas, em 2011 e 2012, o valor de € 4.189, após aplicação da Lei 55-A/2010 e da Lei 64-B/2011 respetivamente, por não existir órgão de fiscalização nem ROC nas demais empresas do Grupo além da STCP, S.A..

## 4.8 ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE NOS DOMÍNIOS ECONÓMICO, SOCIAL E AMBIENTAL

A temática deste ponto encontra-se na sua maioria desenvolvida no corpo do Relatório e Contas, nomeadamente no ponto 2.3 Evolução da Atividade, no ponto 3. Relatório na Ótica do Desenvolvimento Sustentável e no ponto 5. Relatório de Gestão, pelo que aqui se fará apenas uma breve abordagem desses temas, ou a simples remissão dos mesmos, seguindo assim a estrutura proposta pelo Ofício-Circular nº 843 de 30 de janeiro de 2013 da DGTF.

### Estratégias adotadas e Grau de cumprimento das metas fixadas

Estas matérias encontram-se abordadas especificamente no ponto 4.2 Objetivos e Graus de Cumprimento.

### Políticas prosseguidas com vista a garantir a eficiência económica, financeira, social e ambiental e a salvaguardar normas de qualidade

Os compromissos assumidos pela STCP na sua política de Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho têm por base uma política económica de análise à procura, na tentativa de ajustar a atividade às necessidades da mobilidade com otimização da utilização dos recursos e melhoria da qualidade do serviço.

Nos últimos anos regista-se uma progressiva melhoria evidenciada nos principais indicadores de desempenho da STCP, o que permite inferir da sustentabilidade das medidas implementadas e da adequação dos princípios norteadores do seu desenvolvimento estratégico.

O desempenho da empresa encontra-se nos pontos 3. Relatório na Ótica do Desenvolvimento Sustentável e 5. Relatório de Gestão.

### Identificação dos principais riscos para a atividade e para o futuro da empresa

Principais riscos identificados:

- Inexistência de contratualização de Serviço Público
- Aumento do regime concorrencial
- Inexistência de solução para o reequilíbrio económico-financeiro
- Instabilidade dos mercados financeiros
  - Agravamento dos custos do endividamento
  - Redução da liquidez disponível
- Instabilidade dos mercados petrolíferos

### Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial

No âmbito do *Global Report Initiative (GRI)* a gestão da STCP é orientada por princípios de Responsabilidade Social, de Prestação de Serviço Público e de satisfação das necessidades de mobilidade dos habitantes da Área Metropolitana do Porto, numa ótica de sustentabilidade, nas vertentes de racionalidade económica de responsabilidade social interna e externa e de responsabilidade ambiental, tendo como guião orientador a estrutura prevista no GRI.

### Responsabilidade Social

- Garantia de promoção de igualdade de oportunidades, de respeito pelos direitos humanos e pela não discriminação: pontos 3.3 Responsabilidade perante a Comunidade, 3.5 Responsabilidade Social perante os Trabalhadores e Código de Ética e Conduta.
- Gestão adequada do capital humano da empresa com promoção da valorização individual dos recursos, instituição de sistemas que garantam o bem-estar e premeiem o mérito dos trabalhadores: ponto 3.5 Responsabilidade Social perante os Trabalhadores.
- Adoção de práticas ambientalmente corretas: pontos 3.3.1 Frota e 3.4 Responsabilidade Ambiental.



## Desenvolvimento Sustentável

- Criação de valor para o acionista: pontos 2.3 Evolução da Atividade, 3. Relatório na Ótica do Desenvolvimento Sustentável e 5. Relatório de Gestão.
- Promoção da proteção ambiental: pontos 3.3.1 Frota e 3.4 Responsabilidade Ambiental.
- Contribuição para a inclusão social (empregabilidade): ponto 3.5 Responsabilidade Social perante os Trabalhadores.

## Serviço público e satisfação das necessidades da coletividade

Estas matérias encontram-se abordadas especificamente nos pontos 2.3 Evolução da Atividade, 3.2 Responsabilidade Perante os Clientes e 3.3 Responsabilidade Perante a Comunidade.

## Moldes em que foi salvaguardada a competitividade da empresa – investigação, inovação, desenvolvimento, integração de novas tecnologias no processo produtivo

Pontos 3.3 Evolução da Atividade e 3. Relatório na Ótica do Desenvolvimento Sustentável.

## Planos de Ação para o futuro

Estas matérias encontram-se abordadas especificamente no ponto 6. Perspetivas para 2013.

## 4.9 AVALIAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS PRINCÍPIOS DE BOM GOVERNO (PBG)

A STCP desenvolveu a sua atividade ao longo do ano de 2012, em estrito respeito pelos princípios de bom governo, dando cumprimento à legislação em vigor aplicável e, em particular, ao disposto na RCM nº 49/2007, como evidenciado no reporte efetuado à Direção Geral do Tesouro e Finanças através do Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira (SIRIEF) – grau de cumprimento dos princípios de bom governo.

A STCP está classificada como uma empresa com elevado grau de cumprimento dos PBG no Relatório “Princípios de Bom Governo” datado de julho de 2012, da Direção Geral do Tesouro e Finanças.

O Relatório e Contas 2012 relata, de forma clara e exaustiva, como foi prosseguida a missão da empresa e a suas políticas de responsabilidade social, de desenvolvimento sustentável e de serviço público, bem como o seu esforço em inovação e desenvolvimento de novas tecnologias de apoio à sua atividade referido no ponto 3. Relatório na Ótica do Desenvolvimento Sustentável.

No capítulo 4. Governo da Sociedade, encontram-se os elementos mais significativos do cumprimento da sua missão, objetivos e princípios gerais de atuação.

De acordo com a prática habitual na empresa, o Plano de Atividades e Orçamento do exercício e o Plano de Investimentos foram desenvolvidos na perspetiva dos objetivos estratégicos fixados, tendo em conta os recursos e as fontes de financiamento disponíveis.

## 4.10 CÓDIGO DE ÉTICA E CONDUTA

A STCP dispõe, desde o final de 2008, de um Código de Ética e de Conduta próprio, que se encontra acessível no site da empresa para consulta generalizada e na Intranet para consulta dos trabalhadores.

Este Código é um instrumento fundamental na definição normativa a ser respeitada a todos os níveis da organização constituindo em simultâneo o patamar de exigência perante fornecedores e prestadores de serviços nas suas relações com a STCP.

#### 4.11 PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS

A STCP, consciente de que a corrupção é um sério obstáculo ao normal funcionamento das instituições de seu cumprimento, em dezembro de 2009, à recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção com a elaboração do seu Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas.

O Plano de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da STCP foi remetido àquele Conselho, ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, e aos trabalhadores da empresa através da publicação na intranet da empresa.

O Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas foi revisto, em junho de 2012.

#### 4.12 SISTEMA DE CONTROLO

**Informação sobre a existência de um sistema de controlo compatível com a dimensão e complexidade da empresa, de modo a proteger os investimentos e seus ativos, o qual deve abarcar todos os riscos relevantes pela empresa (Ponto 19 RCM 49/2007, de 28 de março)**

A gestão de riscos tem como objetivo garantir o crescimento sustentado do negócio e salvaguardar o valor da STCP através da adoção das melhores práticas.

A gestão de riscos está implementada na STCP de uma forma transversal, específica consoante o tipo de risco, através da sua política de gestão integrada da Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho, cabendo a todos os colaboradores a responsabilidade de reduzir os fatores de risco, minimizando o seu impacto e identificando, sempre que possível, oportunidades de melhoria.

Em dezembro de 2008 a empresa obteve a certificação do seu Sistema Integrado de Gestão da Qualidade, do Ambiente e da Segurança e Saúde no Trabalho (SIG-QAS), que em 2011 foi renovada na sequência da auditoria efetuada pela APCER, para a renovação das 3 Certificações.

Está definido e amplamente divulgado o seu Manual de Processos, Procedimentos e Procedimentos Internos.

A empresa está dotada de um sistema de controlo interno adequado à sua dimensão e complexidade: anualmente são fixados objetivos globais e departamentais que são mensalmente avaliados em sede de informação de gestão mensal, objeto de reflexão pelo Conselho de Administração e pelos responsáveis de primeira linha da Empresa. Periodicamente são elaborados relatórios de controlo de execução dos objetivos e dos orçamentos global e sectoriais.

A estrutura de Governo da STCP, com os vários níveis de fiscalização sucessiva, assegura com eficiência a função de supervisão da empresa, definida no ponto 16 da norma em apreço. Prova disso é a existência de um órgão de estrutura interna que garante as funções de auditoria, anualmente reforçada pela auditoria externa de acompanhamento à certificação obtida em Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho.

Em junho, foi realizada uma auditoria interna ao Sistema Integrado de Gestão para levantamento de eventuais não conformidades e oportunidades de melhoria a fim de serem promovidas as medidas e ações necessárias pelas áreas a que respeitam. Em novembro foi realizada pela APCER a auditoria externa, acima referida.

As funções de fiscalização, devidamente segregadas das funções de administração executiva, são asseguradas pelo Conselho Fiscal, que acompanha a atividade da empresa e emite os respetivos relatórios de controlo e fiscalização.

Os administradores não executivos acompanham e avaliam continuamente a gestão da empresa por parte dos demais gestores.

A função administração é supervisionada pela Tutela, bem como pelo Conselho Fiscal e por um Revisor Oficial de Contas que, entre as suas muitas atribuições, pode assistir às reuniões do Conselho de Administração. A Inspeção Geral de Finanças (IGF), por determinação do Ministro de Estado e das Finanças, exerce funções de acompanhamento e controlo financeiro da empresa.



#### 4.13 PREVENÇÃO DE CONFLITOS DE INTERESSE

Identificação dos mecanismos adotados com vista à prevenção de conflitos de interesse (Ponto 22 RCM 49/2007, de 28 de março)

No início do mandato, os membros do Conselho de Administração declararam ao Tribunal de Contas e à Inspeção-Geral de Finanças, não deterem participações patrimoniais na empresa, bem como quaisquer relações relevantes que mantinham com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse.

Os membros dos órgãos sociais abstiveram-se de intervir nas decisões que envolveram os seus próprios interesses.

#### 4.14 DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO

Prevista na RCM 49/2007, de 28 de março

Informação no site SEE

Informação no Site do SEE	Divulgação			Comentários
	S	N	NA	
Estatutos atualizados (PDF)	X			
Historial, Visão, Missão e Estratégia	X			
Ficha Síntese da Empresa	X			
<b>Identificação da Empresa</b>				
Missão, objetivos, políticas, obrigações de serv. público e modelo de financ.	X			
<b>Modelo de Governo / Identificação Órgãos Sociais:</b>				
Modelo de Governo (identificação Órgãos Sociais)	X			
Estatuto remuneratório fixado	X			
Remuneração auferidas e demais regalias	X			
<b>Regulamentos e Transações</b>				
Regulamentos internos e externos	X			
Transações relevantes com entidades relacionadas	X			
Outras transações	X			
<b>Análise de Sustentabilidade Económica, Social e Ambiental</b>				
Avaliação do cumprimento do PBG	X			
Código de Ética e Conduta	X			
Informação Financeira histórica e atual	X			
Esforço Financeiro do Estado	X			

## Informação no portal da Empresa

Informação no Site da Empresa	Divulgação			Comentários
	S	N	NA	
Existência de Site	X			
Historial, Visão, Missão e Estratégia	X			
Organigrama	X			
Órgãos Sociais e Modelo de Governo:				
Identificação Órgãos Sociais	X			
Identificação áreas responsabilidade do CA	X			
Identificação das comissões existentes na sociedade	X			Comissão de Fixação de Remunerações
Identificar sistemas de controlo de riscos	X			
Remuneração dos órgãos sociais	X			
Regulamentos internos e externos	X			
Transações fora das condições de mercado	X			
Transações relevantes com entidades relacionadas	X			
Análise de Sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	X			
Código de Ética e Conduta	X			
Relatório e Contas	X			
Provedor do Cliente	X			extinção a 31dez2011



No cumprimento das orientações legais, conforme Ofício-Circular nº 82, de 6 de janeiro, sobre as instruções para a elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão relativo à Redução do número de efetivos e de cargos dirigentes, apresenta-se no quadro abaixo informação relativa aos anos de 2010 a 2012:

Unid: €

Designação	2010	2011	2012
Gastos com pessoal (€) [1]	40.019.746	36.952.003	30.971.933
Gastos com Órgãos Sociais (€) [2]	584.682	504.049	329.330
Reduções decorrentes de alterações Legislativas (€)	12.415	64.420	88.153
Aumentos decorrentes de alterações Legislativas (€)	0	0	0
Gastos com Dirigentes sem O.S. (€)	1.433.301	1.287.293	784.342
Reduções decorrentes de alterações Legislativas (€)	0	96.035	168.995
Aumentos decorrentes de alterações Legislativas (€)	0	0	0
Gastos com Efetivos sem O.S. e sem Dirigentes (€)	37.047.400	32.288.693	28.038.423
Reduções decorrentes de alterações Legislativas (€)	0	221.605	2.228.859
Aumentos decorrentes de alterações Legislativas (€)	0	0	0
Rescisões / Indemnizações (€)	954.363	2.871.968	1.819.838

Designação	2010	2011	2012
Nº Total RH (O.S. + Dirigentes + Efetivos)	1.525	1.450	1.298
Nº Órgãos Sociais (O.S.) (número)	12	12	11
Nº Dirigentes sem O.S. (número)	19	16	13
Nº Efetivos sem O.S. e sem Dirigentes (número)	1.494	1.422	1.274

[1] - total da conta 63 e remuneração da SROC que está contabilizada na conta 6221

[2] - inclui remuneração da SROC que está contabilizada na conta 6221

### Objetivos de Gestão:

Volume de Negócios

Gastos Operacionais

EBITDAR

Gastos Operacionais por pass. km

Taxa de Cobertura

Prazo Médio de Pagamentos

Taxa de Ocupação

Velocidade Comercial

Índice de Qualidade da Oferta

Emissão de Poluentes

Reestruturação

Fusão MP/STCP

### Gestão do Risco Financeiro

Limites de Crescimento do Endividamento

### Evolução do PMP a fornecedores

Atrasos nos Pagamentos (“Arrears”)

### Deveres Especiais de Informação

Recomendações do acionista na aprovação de contas:

“Recomenda-se ao Conselho de Administração da STCP que diligencie no sentido de dar cumprimento aos objetivos da redução do prazo médio de pagamentos a fornecedores, de acordo com o previsto na RCM nº 34/2008 de 22 de fevereiro”

### Remunerações:

Não atribuição de prémios de gestão, nos termos art.º 29.º da Lei 64-B/2011

Órgãos sociais - redução remuneratória nos termos do art.º 20.º da Lei 64-B/2011

Órgãos Sociais - redução de 5% por aplicação artigo 12º da Lei n.º 12-A/2010

Órgãos Sociais - suspensão sub. Férias e natal , nos termos do art.º 21º da Lei 64-B/2011

Auditor Externo - redução remuneratória nos termos do artº 26º da Lei 64-B/2011

Restantes trabalhadores - redução remuneratória, nos termos do art.º 20º da Lei 64-B/2011

Restantes trabalhadores - suspensão sub. Férias e natal , nos termos do art.º 21º da Lei 64-B/2011

### Artigo 32º do EGP

Utilização de cartões de crédito

Reembolso de despesas de representação pessoal

### Contratação Pública

Normas de contratação pública

Normas de contratação pública pelas participadas

Contratos submetidos a visto prévio do TC

### Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas

### Parque Automóvel

### Princípio da Igualdade do Género

### Plano de Redução de Custos

Gastos com pessoal

Fornecimentos e Serviços Externos

### Redução nº Efetivos e Cargos Dirigentes (\*)

Nº de efetivos

Nº de cargos dirigentes

### Princípio da Unidade de Tesouraria

	Cumprido			Quantificação	Justificação
	S	N	NA		
	X			100,8%	
		X		97,9%	54.557
	X			100,9%	63.605
		X		89,6%	4.945
	X			105,0%	0,190
		X		98,8%	86%
	X			124,0%	60
	X			105,9%	14,3%
	X			102,5%	15,26
	X			101,2%	98,5%
		X		98,6%	91
	X			100,0%	5%
	X			100,0%	5%
	X				ver ponto 4.4.3
	X			5,0%	
		X		-6 dias	ver ponto 3.5.7
	X			91.288 €	ver ponto 3.5.8
			X	Não aplicável	
		X		12% de redução alcançado,	Ver ponto 9) RCM 34/2008
	X				
	X			22.750	
	X			9.405	
	X			55.998	
			X		
	X			1.496.443	
	X			901.412	
	X				ponto 3) ata nº 4/2012: cancelamento uso cartões de crédito,
	X			0 €	Não se registaram despesas de representação pessoal
			X	Não aplicável	
			X	Não aplicável	
			X	Nº de contratos e valor global	
	X			0%	
				-10	
	X				
					face a 2011
	X			Var, -23% em 2012. face a 2010	
	X			Var, -5% em 2012. face a 2010	
	X			Var, -15% em 2012. face a 2010	
	X			Var, -32% em 2012. face a 2010	(.) - Cálculos efetuados com base no efetivo médio
	X			0,2%	



## 4.15 DECISÕES MAIS RELEVANTES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

No cumprimento da alínea i) do artigo 13º-A do Decreto-Lei nº 300/2007 de 23 de agosto, informa-se que durante o ano de 2012 o Conselho de Administração reuniu periódica e regularmente, ao longo de 45 sessões, 27 das quais foram realizadas pelo mandato de 2009/2011, que

continuou até 29 de junho de 2012 e 18 no mandato 2012/2014, que se iniciou a partir daquela data.

Seguidamente apresentam-se as decisões mais relevantes adotadas pelo Conselho de Administração no exercício de 2012:

Nº de Ata de reunião de CA e nº de ponto na agenda da referida reunião	TEMA	Breve descrição do teor da deliberação	Data da realização da reunião
Ata 02/12 - ponto 4.4	CONTRATOS A PRAZO DE GUARDA-FREIOS	O CA deliberou renovar por mais um ano, os contratos de dois guarda-freios contratados a termo, após análise do respetivo desempenho	10.janeiro.2012
Ata 02/12 - ponto 7.3	PROTOCOLO COM CMP PARA GESTÃO DA MANUTENÇÃO DOS CANAIS VIA-FÉREA DE CE	Foi validada a minuta de protocolo a assinar com a Câmara Municipal do Porto para definir os procedimentos a respeitar nas situações de intervenção nos arruamentos com inserção da via do carro elétrico	10.janeiro.2012
Ata 03/12 - ponto 4	FUNDO DE PENSÕES	Atento ao Relatório Atuarial de 2011 o CA deliberou proceder ao reforço do Fundo de Pensões, mantendo a cobertura do valor determinado pelo Instituto de Seguros de Portugal	17.janeiro.2012
Ata 04/12 - ponto 3	ESTATUTO DO GESTOR PÚBLICO	Na sequência da publicação do Estatuto do Gestor Público o CA deliberou cancelar de imediato o uso dos cartões de crédito atribuídos a cada administrador, que na STCP eram limitados ao uso exclusivo para cobertura de despesa de serviço, devidamente documentadas	24.janeiro.2012
Ata 04/12 - ponto 6.2	MOTORISTAS COM CONTRATO DE TRABALHO A TERMO CERTO	O CA aprovou a renovação do contrato por igual período, a 10 motoristas	24.janeiro.2012
Ata 04/12 - ponto 10.1	REDE STCP - ALTERAÇÕES DE OFERTA	O CA aprovou as alterações de oferta explicitadas na nota técnica no Departamento de Marketing, que considerou constituírem uma melhoria para o serviço	24.janeiro.2012
Ata 05/12 - ponto 14.5	AUTOLOC – ALUGUER DE AUTOCARROS, ACE – PROCEDIMENTO PARA A LIQUIDAÇÃO	O CA aprovou os procedimentos para a operação de dissolução, liquidação e partilha dos haveres sociais da Autoloc, previamente validados pelo Revisor Oficial de Contas	31.janeiro.2012
Ata 06/12 - ponto 8.1	EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DA SUBESTAÇÃO ELÉTRICA (SET) E POSTO DE TRANSFORMAÇÃO (PT) - PRORROGAÇÃO DO PRAZO	Autorização da prorrogação do prazo de execução da obra, em resultado de alterações ao projeto, designadamente por especificações minuciosas de alguns trabalhos pelo seu autor, a título gracioso: empreitada prévia adjudicada à empresa LÚCIOS Engenharia e Construção – Lúcio da Silva Azevedo & Filhos, S.A, até cinco de Março 2012	07.fevereiro.2012
Ata 07/12 - ponto 16	ORGANIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS DA UNIDADE DE MANUTENÇÃO DA FROTA (UMF)	O CA aprovou a compra de equipamentos e adjudicação de serviços para integração com a Primavera, com vista à organização de procedimentos de UMF da Via Norte e Francos	14.fevereiro.2012
Ata 08/12 - ponto 4	MANUAL DE COMPETÊNCIAS	Foi deliberado pelo CA aprovar a edição do Manual de Competências, atualizado	21.fevereiro.2012
Ata 08/12 - ponto 7	PROPOSTA DE CORREDORES BUS A IMPLEMENTAR EM 2012	O CA aprovou a proposta de reforço dos corredores BUS na cidade do Porto, a enviar à Câmara Municipal do Porto, com conhecimento à AMTP e à Tutela setorial	21.fevereiro.2012
Ata 09/12 - ponto 12	MUSEU - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA O PLANEAMENTO E ACOMP. DAS INTERVENÇÕES DE CONSERVAÇÃO E RESTAURO EM MASSARELOS	O CA deliberou contratar a prestação de serviços de planeamento e acompanhamento das intervenções de conservação e restauro dos equipamentos a preservar “in situ” no âmbito da candidatura ao QREN para a musealização da Central Eléctrica de Massarelos	28.fevereiro.2012
Ata 10/12 - ponto 6	CERTIFICAÇÃO SIG/QAS - REVISÃO DO SISTEMA	O CA procedeu à Revisão Anual do Sistema Integrado de Gestão em Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho, referente a 2011	06.março.2012

Nº de Ata de reunião de CA e nº de ponto na agenda da referida reunião	TEMA	Breve descrição do teor da deliberação	Data da realização da reunião
Ata 11/12 - ponto 4.5	RESCISÕES POR MÚTUO ACORDO	Para utilização das oito vagas em aberto, confirmadas pela Segurança Social, o CA aprovou, com base no critério que tem seguido – ordenação dos trabalhadores a quem foi dado acordo à rescisão no processo de candidaturas pelo Aviso CA AV 00.10 de 5 de janeiro, por ordem decrescente de idade – a rescisão de contrato em 31 de março de 2012, por mútuo acordo. Com a abertura em abril de seis novas vagas, ficará concluído o processo de rescisão amigável com os trabalhadores cuja candidatura foi aceite no processo antes referido	13.março.2012
Ata 11/12 - ponto 5.1	REDE STCP - REDE DA MADRUGADA - PROPOSTA DE REAJUSTAMENTO	O CA aprovou a proposta de ajustamentos a introduzir na Rede da Madrugada, em consequência da análise da evolução da procura, a concretizar logo que possível	13.março.2012
Ata 13/12 - ponto 9.2	REPART, S.A. - ACORDO DE CEDÊNCIA CONTRATUAL DAS COMUNICAÇÕES DO SAE	Na sequência da deliberação de optar por uma solução GSM/GPRS no sistema de comunicações do SAE e após a respetiva comunicação ao atual fornecedor, veio a MOBIZAPP pedir a autorização da STCP para cedência total da sua posição contratual à REPART e esta última veio propor uma minuta de acordo, que o CA analisou, tendo deliberado anuir ao pedido da MOBIZAPP se o acordo a formalizar com a REPART respeitar os termos e condições anteriormente definidos, salvo o alargamento para 6 meses, aqui aceite, do prazo a partir do qual poderá qualquer das partes denunciar o acordo com o pré-aviso fixado	27.março.2012
Ata 13/12 - ponto 10.1	CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA DAS INSTALAÇÕES E VIATURAS, EXCETO SEDE	O CA deliberou contratar, pelo período de 2 anos a partir de 1 de julho de 2012, a prestação de serviços de limpeza de instalações, exceto instalações da Sede da empresa nas Antas, e de viaturas. O procedimento a adotar para a escolha do adjudicatário é o do Concurso Público, com publicação no Jornal Oficial das Comunidades Europeias, nos termos do disposto no Código dos Contratos Públicos. Com vista à elaboração das peças do concurso, foi nomeado o grupo de trabalho	27.março.2012
Ata 14/12 - ponto 3.1	RECURSOS HUMANOS - MOTORISTAS COM CONTRATO A TERMO CERTO - 1ª TURMA - 2ª AVALIAÇÃO	Tendo analisado a avaliação de desempenho de cada um dos motoristas o CA deliberou renovar o contrato a termo certo com estes motoristas por um novo período de dezoito meses, no âmbito do disposto na Lei nº 3/2012, 10 de janeiro, como consta da fundamentação jurídica	3.abril.2012
Ata 15/12 - ponto 3	CONTRATOS E PROTOCOLOS - OPERADORES PRIVADOS – PROPOSTA DE MINUTA DE CARTAS DE RESCISÃO DE CONTRATOS	O CA aprovou a proposta de preparação das cartas de rescisão dos contratos com os Operadores Privados resultantes das medidas determinadas sobre as conclusões do Grupo de Trabalho e também com o Operador Privado que opera a Linha ZR dada a disponibilidade de viaturas mini e a libertação de pessoal tripulante com a interrupção de oferta pela STCP, em 1 de julho, em algumas linhas do concelho de Matosinhos	10.abril.2012
Ata 16/12 - ponto 11.1	MASSARELOS - FORNECIMENTO DE QUADRO GERAL DE BAIXA TENSÃO (QGBT) E LIGAÇÃO PROVISÓRIA DO NOVO PT AO ATUAL QGBT	Dado o atraso no lançamento da segunda fase das obras relativas a este projeto foi decidido antecipar o processo de fornecimento e instalação do quadro geral de baixa tensão (QGBT) e ligação provisória do novo posto de transformação ao atual QGBT, com adjudicação à melhor das três propostas recebidas das cinco empresas consultadas, que o Conselho aprovou	17.abril.2012
Ata 16/12 - ponto 16	SERVIÇO DA QUEIMA DAS FITAS – ACORDO COM A FEDERAÇÃO ACADÉMICA DO PORTO (FAP)	O Conselho analisou a proposta para a execução do serviço de Queima das Fitas 2012, assim como o processo negocial estabelecido com a FAP, tendo aprovado a sua adjudicação. Deverá ser assinado Acordo com a FAP	17.abril.2012
Ata 17/12 - ponto 7.3	CONTRATOS A PRAZO – UNIDADE DE MANUTENÇÃO DA FROTA	O Conselho aprovou a contratação de quatro trabalhadores, por contrato a termo de um ano, para a Unidade de Manutenção da Frota (UMF), em condições remuneratórias iguais às praticadas nas últimas admissões deste tipo	24.abril.2012
Ata 17/12 - ponto 10	SERVIÇO DE COMUNICAÇÕES DE VOZ E DE DADOS NO SAEI – ANÁLISE DAS PROPOSTAS DOS OPERADORES MÓVEIS	Foi aprovado pelo CA o seguinte: a) Adjudicar à proposta da VODAFONE o serviço de comunicações de voz e de dados no SAEI; b) Não adjudicar à EFACEC o equipamento e o software da ligação aos Postos de Informação ao Público (PIP) e procurar soluções alternativas junto de outros eventuais fornecedores; c) Não prorrogar o atual contrato de comunicações de voz móvel com a VODAFONE por mais um ano, a fim de garantir a realização de consulta ao mercado em 2013, no termo do contrato em vigor	24.abril.2012
Ata 18/12 - ponto 6.2	ALTERAÇÃO DA TECNOLOGIA PARA GSM/ GPRS (EFACEC)	O CA deliberou a adjudicação à EFACEC da prestação dos serviços de adaptação do software para alteração do sistema de comunicações e dos serviços de montagem dos cartões SIM. Foram ainda analisadas pelo Conselho as alterações à proposta inicial apresentada, aceites pela EFACEC, cuja última versão contempla as alterações solicitadas pela STCP no que concerne ao prazo para o desenvolvimento da parte de dados nas comunicações, reduzido as condições de pagamento acordadas. Ainda no que diz respeito à montagem dos cartões SIM, esta será efetuada pela EFACEC nas suas instalações para os computadores de bordo ainda não entregues e nas instalações da STCP para os restantes	30.abril.2012
Ata 19/12 - ponto 3.3	MOTORISTAS COM CONTRATO A TERMO – TURMA DOZE	O Conselho aprovou a renovação do contrato a prazo, por novo período de um ano, com início no dia 15 de junho 2012, com os dois motoristas	08.maio.2012



Nº de Ata de reunião de CA e nº de ponto na agenda da referida reunião	TEMA	Breve descrição do teor da deliberação	Data da realização da reunião
Ata 21/12 - ponto 10	CONCURSOS - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DE INSTALAÇÕES E VIATURAS NOS MESES DE JULHO E AGOSTO DE 2012	Considerando a necessidade de prorrogar o contrato em vigor para garantir o período de dois a três meses para conclusão do atual processo de concurso e atendendo às condições inaceitáveis, com um aumento de quarenta por cento do preço, apresentadas pela CLIMEX - Controlo de Ambiente, SA como fornecedora atual, o CA aprovou a proposta de realização de consulta imediata a cinco empresas para prestação temporária do serviço para os meses de julho e agosto 2012, eventualmente prorrogáveis por mais um mês. O Conselho deliberou nomear os elementos do júri de avaliação de propostas	22.maio.2012
Ata 21/12 - ponto 13	AQUISIÇÃO DE TÍTULOS "AGENTE ÚNICO"	O Conselho analisou a proposta de aquisição de cinco milhões de títulos de "Agente Único" à Imprensa Nacional - Casa da Moeda (INCM) e refletiu sobre as hipóteses de aquisição no mercado em empresas fornecedoras alternativas, mantendo o holograma por questões de segurança e permitindo uma aquisição a preço unitário como proposto na INCM. Para tal decidiu incumbir o DAF de efetuar as consultas reduzindo o total da encomenda de títulos do modelo já aprovado (com holograma e picotado)	22.maio.2012
Ata 22/12 - ponto 5.2	MOTORISTAS COM CONTRATO A TERMO - 2ª TURMA	Foi analisada a avaliação ao desempenho dos doze motoristas que integram a segunda turma contratada a termo em 2009, bem como a proposta com a síntese da avaliação positiva global para manutenção do contrato com cada um. Considerando que um dos motoristas apresenta um desempenho muito acima do normal, o Conselho deliberou proceder à sua admissão definitiva aprovando a renovação do contrato dos restantes onze motoristas por novo e igual período	29.maio.2012
Ata 24/12 - ponto 2.3.1	FORMAÇÃO MOTORISTAS - TURMA UM	O Conselho aprovou o início de formação de nove dos dez candidatos a motoristas, visto incluir um na situação, que fora deliberado não considerar, de antigo trabalhador da STCP. Deverá ser dada a máxima celeridade à seleção e confirmação do grupo de mais dez candidatos que, com os agora aprovados, completarão as vinte admissões deliberadas pelo Conselho	12.junho.2012
Ata 25/12 - ponto 4.2	FORMAÇÃO INICIAL DE MOTORISTAS	Considerando a urgência na concretização da formação de motoristas a admitir, o CA aprovou a proposta de adjudicação à ANTROP das ações nas áreas de "atendimento de clientes", coberta pelo saldo de horas de formação da ANTROP, e de "condução económica e defensiva", mas reafirmando a necessidade de, em futuras ações nestas matérias, a formação ser assegurada internamente, para o que o Departamento de Desenvolvimento Organizacional deve tomar desde já as medidas necessárias	19.junho.2012
Ata 27/12 - ponto 2.4	ADMISSÃO DE MOTORISTAS	O CA aprovou a relação definitiva do segundo grupo de dez motoristas, a admitir por contrato a termo na sequência da deliberação de admissão de vinte novos motoristas, nas condições então definidas, integrando os candidatos da relação, para início de formação em 2 de julho 2012	28.junho.2012
Ata 27/12 - ponto 12	PROPOSTA DA CARRISTUR PARA UTILIZAÇÃO DE TRANSPORTES PÚBLICOS DA STCP	O Conselho analisou a proposta da Carristur para que os seus clientes dos circuitos turísticos de autocarro possam utilizar a rede de serviço público de autocarros da STCP. Foi aprovada uma contraproposta da STCP do montante a ser cobrado desde março do corrente ano. Este acordo deverá vigorar por um período de dois anos devendo, no entanto, ser revisto caso se alterem de forma expressiva as condições de operação da Carristur e o seu volume de vendas	28.junho.2012
Ata 28/12 - ponto 1	DISTRIBUIÇÃO DE PELOUROS	Foi definida a afetação direta das áreas da macro estrutura da Empresa a cada um dos Administradores	10.julho.2012
Ata 29/12 - ponto 5	INFORMÁTICA E COMUNICAÇÕES - LICENÇAS MICROSOFT	Foi deliberada a adjudicação por ajuste direto à empresa Microsoft, da subscrição de licenças de utilização de produtos, devido à necessidade de garantir licenças de utilização dos sistemas operativos instalados nos pcs e servidores da empresa, sobre as quais a STCP não detém a propriedade e que estão desenvolvidos em software Microsoft	20.julho.2012
Ata 30/12 - ponto 2	NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTES NAS EMPRESAS PARTICIPADAS	Os Vogais Executivos nomearam os representantes da STCP nos órgãos sociais das Empresas Participadas	25.julho.2012
Ata 31/12 - ponto 3	CONTRATO FISCALIZAÇÃO E CONTROLO TÍTULOS DE TRANSPORTE	Foi autorizada a prorrogação por mais um ano do contrato de prestação de serviços de vigilância nos autocarros, fiscalização e controlo de títulos de transporte outorgado à empresa Eulen Portugal, tendo em consequência a Eulen abdicado da atualização do preço previsto em clausulado do contrato	27.julho.2012
Ata 33/12 - ponto 2.2	ATRIBUIÇÃO SELO "PORTO OFFICIAL PRODUCT" A ARTIGOS DO MUSEU	Foi aprovado a celebração de um Procoloco entre a STCP e a Câmara Municipal do Porto para a comercialização de produtos de merchandising do Museu do CE nos Postos de Turismo da CMP	10.agosto.2012
Ata 34/12 - ponto 7.1	CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA DAS INSTALAÇÕES E VIATURAS, EXECETO SEDE	Delibera o CA adjudicar a prestação de serviços de limpeza de instalações e viaturas, serviços de lavandaria e colocação de informação em viaturas, pelo prazo de dois anos, à empresa Vadeca Ambiente Preservação e Controlo, S.A.	23.agosto.2012

Nº de Ata de reunião de CA e nº de ponto na agenda da referida reunião	TEMA	Breve descrição do teor da deliberação	Data da realização da reunião
Ata 36/12 - ponto 3.2	MOTORISTAS COM CONTRATO DE TRABALHO A TERMO CERTO	Foi deliberado renovar o contrato a termo certo com oito motoristas, no âmbito do disposto na Lei nº 3/2012, de 10 de janeiro, que prevê um regime de renovação extraordinária dos contratos de trabalho a termo, na sequência da avaliação de desempenho dos mesmos	04.outubro.2012
Ata 39/12 - ponto 3	MINI AUTOCARROS MERCEDES SPRINTER	O CA deliberou exercer o direito de opção de compra nos termos do consagrado contratualmente, dos três mini autocarros Mercedes-Benz Sprinter	18.outubro.2012
Ata 40/12 - ponto único	PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2013	Foram aprovados pelo CA e remetidos à Tutela, o Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2013, o Plano de Investimentos e Alienação de Ativos para o ano de 2013 e o Plano de Reestruturação da Empresa para os anos 2012 a 2015	31.outubro.2012
Ata 41/12 - ponto 3.1	FESTA DE NATAL E DE HOMENAGEM AOS TRABALHADORES QUE CUMPREM 25 ANOS DE SERVIÇO	O CA estabeleceu a data de 14 de dezembro para a realização da festa de natal para os trabalhadores da STCP, SA e da Metro do Porto, SA, à qual será associada a festa de homenagem aos trabalhadores que no presente ano completam 25 anos de antiguidade na empresa, tendo sido aprovada a atribuição das ofertas habituais, para os homenageados	08.novembro.2012
Ata 42/12 - ponto 1	VALPI - DENÚNCIA ACORDO DE COOPERAÇÃO LINHA 94	O CA em reuniões tidas com a Valpi, nomeadamente nas instalações da Autoridade Metropolitana de Transportes do Porto, propôs um acordo equilibrado para a operação da Linha 94, que não foi aceite por aquela empresa. Goradas as negociações, foi formalizada, em 30 de novembro, a denúncia do Acordo de Cooperação referente à Linha 94, com efeitos a 1 de janeiro de 2013	13.dezembro.2012
Ata 43/12 - ponto 2	OPERAÇÃO DA LINHA 94 E SOBRE O ACORDO DE COOPERAÇÃO OUTORGADO COM A VALPI PARA A OPERAÇÃO DA LINHA 61	Na sequência da denúncia do Acordo de Cooperação outorgado entre a STCP e a Valpi, referente à exploração da linha 94, com efeitos a 1 de janeiro de 2013, o CA delibera retomar a operação da concessão da carreira Bolhão-Valongo (Estação) com a numeração 700, a partir do dia 1 de janeiro de 2013. Mais deliberou o Conselho de Administração rescindir o Acordo de Cooperação celebrado com Valpi referente à linha 61, para a data do seu termo, abril de 2014. Essa rescisão será comunicada à AMTP.	18.dezembro.2012
Ata 44/12 - ponto 3	AVALIAÇÃO DE PROPOSTAS RECEBIDAS PARA AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS	O CA deliberou adjudicar a prestação de serviços de avaliação de imóveis à empresa CPU CONSULTORES por ser a empresa que apresentou a proposta de preço mais baixa	20.dezembro.2012
Ata 45/12 - ponto 3.2	PROPOSTA DE AUMENTO DE TARIFÁRIO	O CA aprovou a proposta de aumento de tarifário a partir de 1 de janeiro de 2013 que tinha por base o disposto no Despacho Normativo nº 24-B/2012, de 19 de dezembro, e que foi aprovada pela Autoridade Metropolitana de Transportes do Porto, (AMTP)	27.dezembro.2012
Ata 45/12 - ponto 3.3	NOVAS ADESÕES A ASSINATURAS REDE GERAL MONOMODAL STCP	Com base no parecer jurídico emitido pelo Apoio Jurídico o CA deliberou autorizar novas adesões às assinaturas monomodais rede geral	27.dezembro.2012

## 4.16 ASSOCIAÇÕES E PARCERIAS

A STCP é membro da UITP – *Union Internationale des Transports Publics*

e da

CT 148 – Comissão Técnica Portuguesa de Normalização em Transportes, Logística e Serviços

A STCP é associada de seguintes entidades:

ADEPORTO – Agência de Energia do Porto

AEP – Associação Empresarial de Portugal

AMTC – Associação para o Museu dos Transportes e Comunicações

APAC – Associação Portuguesa dos Amigos dos Caminho-de-Ferro

ATC Porto Tours – Associação de Empresários para o Desenvolvimento do Turismo Cultural no Porto e na região

Associação dos Amigos do Arquivo Distrital do Porto

Associação “Amigos do Coliseu do Porto”

Associação Centro de Informação de Consumo e Arbitragem do Porto

Associação Comercial do Porto

APVGN - Associação Portuguesa de Veículos a Gás Natural

Biblioteca da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto

Fundação de Serralves

INEGI – Instituto de Engenharia Mecânica e Gestão Industrial

IEP - Instituto Eletrotécnico Português

ISQ – Instituto de Soldadura e Qualidade

Codipor - Associação Portuguesa de Identificação e Codificação de Produtos



# 05

## RELATÓRIO DE GESTÃO





## 5.1 ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

Em 2012 persistiu a crise na Economia mundial, com toda a incerteza e instabilidade do sector financeiro.

O crescimento da atividade económica, apesar de alguns sinais de recuperação, foi moderado. As economias emergentes registaram um abrandamento até meados do ano, voltando depois a atingir taxas de crescimento elevadas; contudo as economias avançadas apresentaram de forma geral uma contração do PIB.

O ano ficou marcado pela crise da dívida soberana dos países periféricos da Zona Euro, pelo risco de contágio a outros países da Zona Euro, pela necessidade de consolidação orçamental e pela exigência de desalavancagem dos setores públicos e privados. Todos estes fatores, associados ao problema de consolidação fiscal nos Estados Unidos têm abalado fortemente a confiança económica mundial.

Na União Europeia, prosseguiram-se os esforços de consolidação orçamental com impacto negativo na atividade económica e no nível de emprego.

O PIB apresentou uma variação negativa quer na Zona Euro quer em Portugal, de respetivamente 0,6% e 3,2%.

O desemprego continuou a aumentar, atingindo na Zona Euro uma taxa de 11,4%, mais 1,2 p.p. do que a verificada em 2011. Em Portugal, esse aumento foi mais acentuado passando de cerca de 12,7% em 2011 para 15,7% em 2012, valores agravados no último trimestre do ano, em que a taxa de desemprego atingiu os 16,9%.

A inflação em Portugal manteve-se nos 2,8%, devido, designadamente, ao impacto das medidas fiscais, que vieram aumentar os impostos indiretos, ao aumento dos preços do petróleo e dos preços dos produtos alimentares.

Ao longo de 2012 a crise da dívida soberana criou uma elevada instabilidade, com influência determinante no desenvolvimento dos mercados financeiros europeus.

No entanto, a partir do segundo semestre, as tensões nos mercados financeiros começaram a aligeirar, muito devido à intervenção do Banco Central Europeu (BCE). As medidas tomadas pelo BCE (redução de taxas de juro, empréstimos aos bancos, programa de compra de dívida pública em mercado secundário) contribuíram para a estabilização da União Monetária.

Os problemas de liquidez mantiveram-se na Europa. Diversos bancos manifestaram dificuldades no acesso ao mercado, e foram evidentes as dificuldades acrescidas no acesso ao crédito por parte das empresas e particulares.

Em agosto a taxa anual de crédito concedido registou o valor de -1,2% face ao período homólogo, tendo os empréstimos bancários ao sector privado decrescido cerca de 0,2%.

O início de 2013 indicia melhorias de sentimento económico e empresarial. O indicador do clima económico mundial do Ifo (*Ifo World Economic Climate Indicator*) forneceu novos sinais de melhoria do sentimento económico, que ficou a dever-se a uma avaliação significativamente mais positiva da componente “expectativas”. Espera-se, então, para 2013 uma ligeira recuperação da atividade económica europeia, devido a uma melhoria da procura externa e ao efeito favorável da política monetária do BCE.

Segundo os especialistas do BCE o preço médio do barril de petróleo bruto Brent deverá diminuir em cerca de 4% em 2013 quando comparado com 2012 e as taxas de câmbio USD/EUR terão uma diminuição de cerca de 2%.

Portugal está sob a influência do PAEF, acordado com a Comissão Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional até junho de 2014, sendo de prever os constrangimentos na concessão de crédito e a degradação das condições de financiamento.

De acordo com o Boletim Económico de Inverno do Banco de Portugal, as projeções para Portugal apontam para uma contração de 1,9% da atividade económica em 2013. Esta evolução implica uma redução acumulada do PIB de 7,4% durante o período de 2009-2013. No contexto do processo de ajustamento económico, a implementação das medidas de consolidação orçamental incluídas no Orçamento de Estado para 2013 (OE2013) desempenhará um papel importante na evolução da procura interna, que deverá registar uma queda significativa em 2013.

## 5.2 BALANÇO DO ANO

### Evolução da Atividade

Apesar da introdução na última década, de um novo modo de transporte no Porto, a STCP continuou a ser o maior transportador público na AMP, com 93,8 Milhões de passageiros transportados em 2012.

O ano de 2012 foi marcado por uma quebra na procura de 13% relativamente ao ano anterior, ainda que parte dessa quebra seja consequência da transferência, a 1 de julho de 2012, da operação para os respetivos operadores privados de oito linhas que faziam parte da rede da empresa. Expurgando esta decisão a quebra na procura foi de 11% relativamente a 2011.

A oferta situou-se nos 25,7 Milhões de quilómetros produzidos, apresentando uma quebra de 10,2% relativamente ao ano anterior. Retirando as linhas que passaram a ser responsabilidade dos operadores privados, a redução na oferta cifrou-se nos 7,3% face a 2011.

A descontinuação do tarifário monomodal, com exceção das assinaturas rede geral, levou à transferência de clientes para o tarifário intermodal andante. No mês de dezembro, 72% dos clientes de assinatura utilizavam o tarifário intermodal andante.

A receita proveniente da venda de títulos de transporte, apesar do aumento tarifário, registou uma quebra de 1,4%, face a 2011. Retirando as linhas que deixaram de fazer parte da rede no 2º semestre, a variação seria positiva de 1,9%.

Durante 2012, e em termos acumulados, o tarifário intermodal andante e o monomodal da STCP eram utilizados por igual número de passageiros. No entanto, analisando somente o mês de dezembro, a taxa de passageiros que utilizavam tarifário intermodal era de 59%, contra 41% dos passageiros monomodais, o que demonstra o peso que a intermodalidade tem vindo a alcançar na STCP.

No que respeita à receita da venda de títulos de transporte, a receita intermodal representa 45% dos valores acumulados do ano, mas no mês de dezembro, a percentagem da receita intermodal é de 59%.

## 5.3 INVESTIMENTO

O Investimento em 2012 foi de 2.341 mil euros.

Foi continuada a política de contenção de investimentos, cingindo-se a investimentos de substituição, recuperação de carros elétricos, projeto de musealização da antiga estação termoelétrica de Massarelos no âmbito do Projeto QREN e nova subestação elétrica de Massarelos.

Para a aquisição da componente elétrica da subestação de Massarelos e obras no edifício de Massarelos, foram utilizados cerca de 1 milhão de euros (42%).

O investimento em ativos intangíveis, de 1.107 mil euros (47% do total do investimento), refere-se à compensação recebida de penalidades contratuais pelo fornecimento de autocarros articulados adquiridos em 2011 (incluídos na rubrica Outros).

Investimentos (m€)	2009	2010	2011	2012
Material Circulante	163	11.765	116	18
Infra Estruturas	381	220	650	1.057
Outros	962	270	183	1.266
Total	1.506	12.255	949	2.341

## 5.4 FINANCIAMENTO

A STCP terminou o ano de 2012 com uma dívida total remunerada de 370,7 milhões de euros, o que equivale a um aumento de 5%, face aos 353 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011, ou seja dentro do limite estabelecido pelo Despacho do Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças nº 510/2010, de 1 de junho - 5% para 2012.



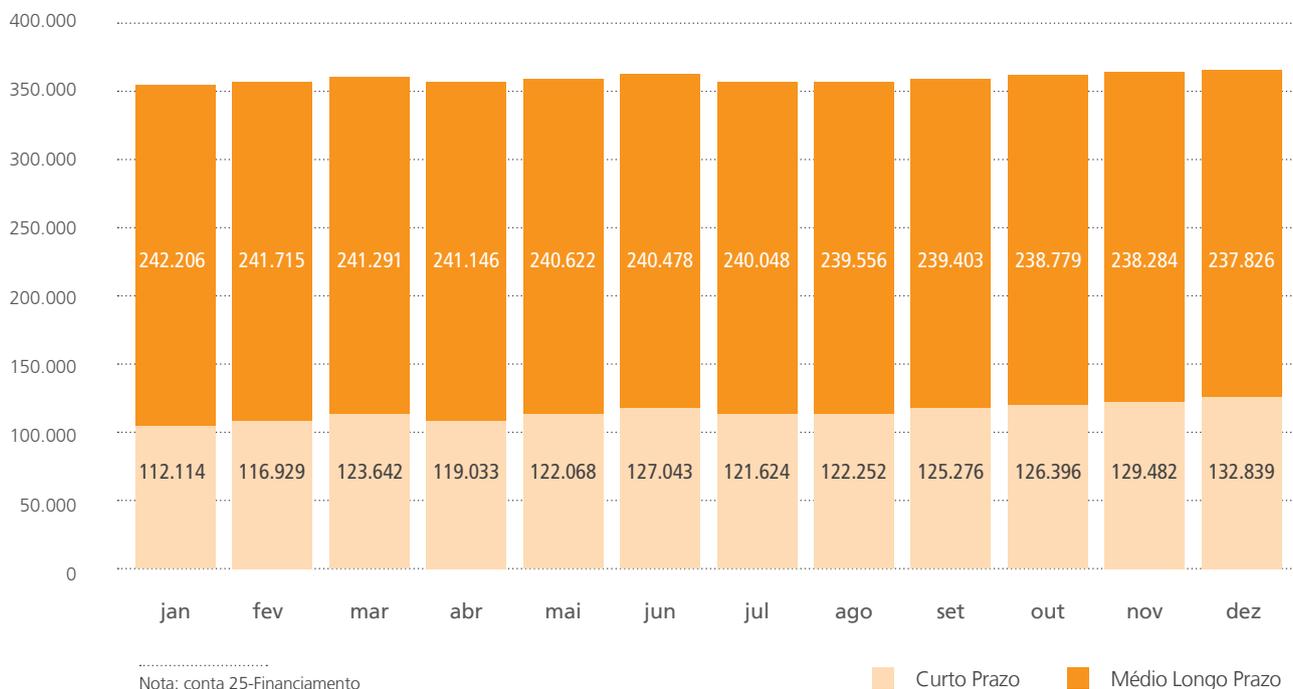
### 5.4.1 Conta no Instituto de Gestão do Crédito Público (IGCP)

Na sequência das orientações recebidas através do Ofício Circular 844 de 3 de fevereiro de 2011, a STCP procedeu em 2011 à abertura de conta junto do ex-Instituto de Gestão do Crédito Público (IGCP), atual Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública, no estrito cumprimento do previsto no artigo 77º da Lei nº 55-A/2010, de 31 de dezembro, que aprovou o Princípio da Unidade de Tesouraria. Dado o carácter centralizador de gestão integrada de tesouraria e de dívida pública desta Agência, a STCP passou a receber nesta conta as participações e fundos, provenientes de Organismos Públicos.

### 5.4.2 Operações de financiamento do ano

Durante o ano de 2012, a empresa apenas realizou operações de curto prazo. Atendendo às restrições ao crédito existentes, continuaram a degradar-se as condições de financiamento, devido ao aumento de spreads e comissões bancárias, e a diminuição das maturidades contratuais.

### Evolução e Estrutura da Dívida em 2012 (milhares de euros)



Assistiu-se ao longo de 2012 a um aumento dos custos associados aos financiamentos, principalmente nos primeiros 9 meses do ano quando comparado com período homólogo de 2011, bem como a um aumento da utilização média das linhas de curto prazo disponíveis para o apoio à Tesouraria da empresa.

## Juros suportados com o passivo remunerado e outros encargos financeiros

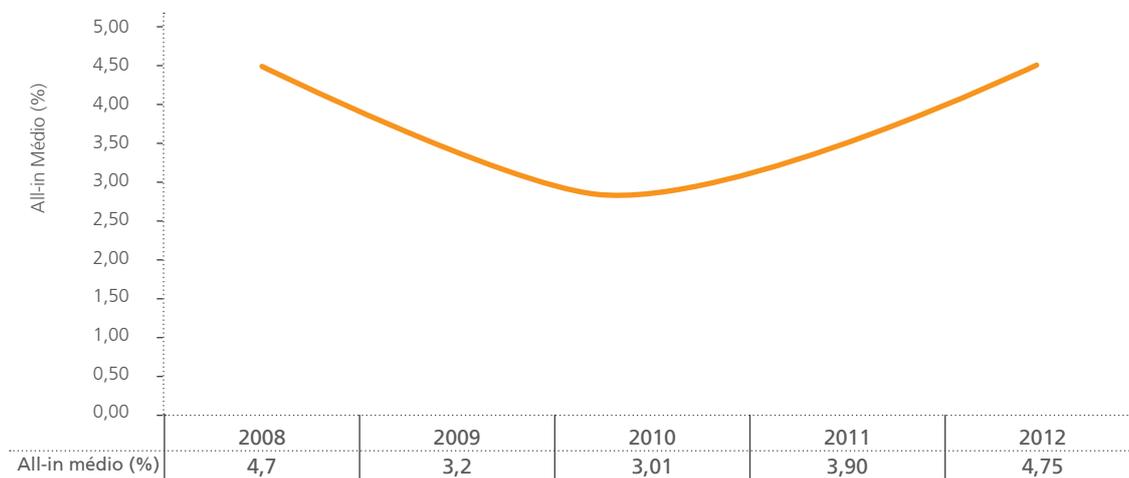
(10 <sup>3</sup> €)	2009	2010	2011	2012
Juros suportados	8.326	7.486	13.160	19.034
Outros encargos	889	832	1.278	1.918

O valor de Juros suportados em 2012 atingiu os 19 milhões de euros que comparam com 13,2 milhões de euros em igual período do ano transato.

Em 2012 os encargos com swap's, contabilizados na rubrica Juros suportados corresponderam a 4 milhões de euros, em 2011 foram de 1,6 milhões de euros.

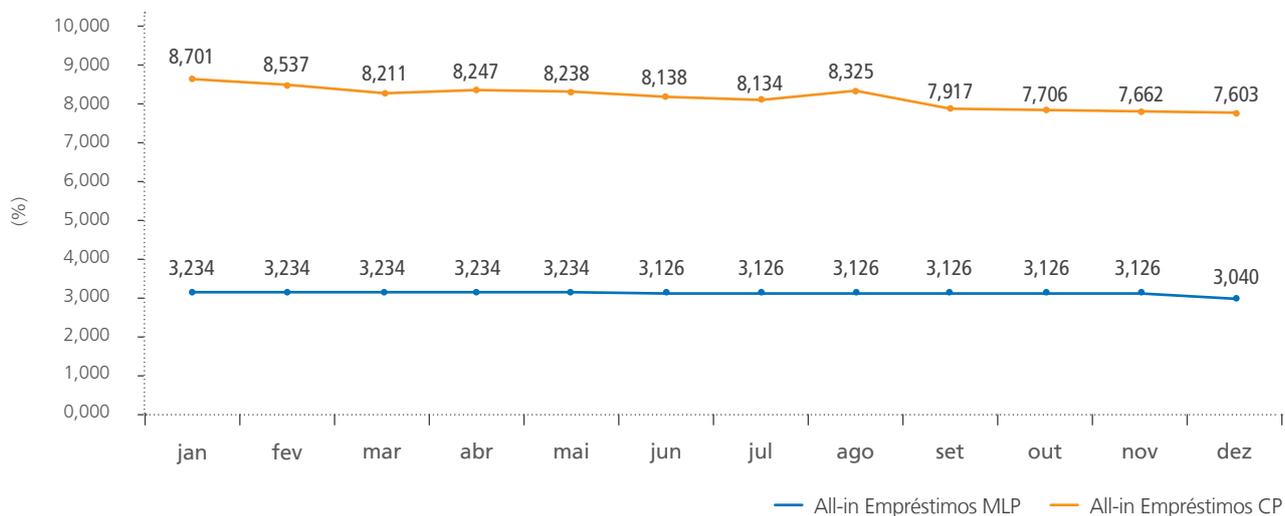
## Evolução da taxa média anual de financiamento nos últimos cinco anos

### All-in Médio Ponderado 2008-2012

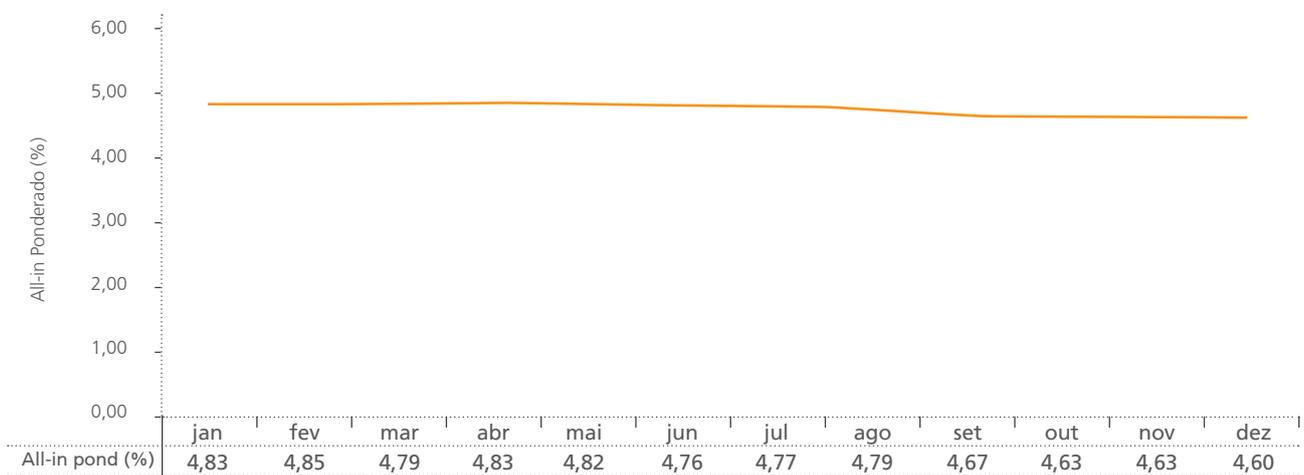




### All-in mensal ponderado por utilização 2012



### All-in mensal ponderado 2012



### 5.4.3 Gestão do risco financeiro

De acordo com o Despacho nº 101/2009 – SETF de 30 de janeiro

Análise da eficiência da política de financiamento e do uso de instrumentos de gestão de risco financeiro

A empresa assume uma política ativa da gestão da carteira de crédito e dos riscos financeiros a que está exposta. Apresenta-se uma explicação mais detalhada nas Notas relativas às Demonstrações Financeiras nº 28.2.

#### Gestão do Risco Financeiro - Despacho nº 101/09-SETF, de 30-01

Procedimentos adotados em matéria de avaliação de risco e medidas de cobertura respetiva

Diversificação de instrumentos de financiamento

Diversificação das modalidades de taxas de juro disponíveis

Diversificação das entidades credoras

Contratação de instrumentos de gestão de cobertura de risco em função das condições de mercado

Adoção de política ativa de reforço de capitais permanentes

Consolidação passivo remunerado: transformação passivo Curto em M/L prazo em condições favoráveis

Contratação da operação que minimiza o custo financeiro (all-in-cost) da operação

Minimização da prestação de garantias reais

Minimização de cláusulas restritivas (covenants)

Medidas prosseguidas com vista à otimização da estrutura financeira da empresa

Adoção de política que minimize afetação de capitais alheios à cobertura financeira dos investimentos

Opção pelos investimentos com comprovada rentabilidade social / empresarial, beneficiam de FC e CP

Utilização de auto financiamento e de receitas de desinvestimento

Inclusão nos R&C

Descrição da evolução da taxa média anual de financiamento nos últimos 5 anos

Juros suportados anualmente com o passivo remunerado e outros encargos nos últimos 5 anos

Análise de eficiência da política de financiamento e do uso de instrumentos de gestão do risco financeiro

Reflexão nas DF 2012 do efeito das variações do justo valor dos contratos de swap em carteira



	Cumprido			Descrição
	S	N	NA	
X				A empresa define, dentro dos condicionalismos de mercado e das orientações da Tutela o produto mais adequado às suas necessidades financeiras
X				A empresa negocia, sempre que possível, sobre os indexantes a contratar
X				A empresa dialoga com um leque de contrapartes credíveis, parceiros financeiro há longos anos
X				A empresa cobriu 50 milhões de euros do seu passivo no que respeita ao risco de taxa de juro.
		X		Com reporte a 2012, a empresa não consolidou passivo
			X	
X				A empresa procura minimizar, dentro das suas capacidades de negociação mas garantias de suporte pedidas
X				A empresa procura negociar as clausulas contratuais mais restritivas
			X	A empresa investe por recurso a capital alheio
			X	Plano de investimento aprovado pelo Acionista
			X	As receitas de serviço publico são insuficientes para a atividade e o desinvestimento no ano foi marginal
X				No RC de 2012 constam as taxas médias anuais de financiamento dos últimos 5 anos
X				Incluído no RC 2012
X				Incluído no RC 2012
X				Desde 2009 que o RC é elaborado com esta alteração de política contabilística

## 5.5 RESULTADOS DO EXERCÍCIO

### Resultados Líquidos

Em 2012, o Resultado Líquido do Exercício foi de -73,4 milhões de euros, o que representa um agravamento de 18,9 milhões de euros face ao ano anterior (-35%).

Salienta-se que os Resultados Financeiros, de -63,2 milhões de euros, representaram 86% dos Resultados Líquidos de 2012. O agravamento do Resultado Líquido do Exercício, quando comparado com o ano anterior, resulta da degradação dos Resultados Financeiros em 15,1 milhões de euros e dos Resultados Operacionais em 3,8 milhões de euros.

Resultados (10 <sup>3</sup> €)	2009	2010	2011	2012	12/11
Rendimentos Operacionais	71.984	72.709	73.738	64.396	-12,7%
Gastos Operacionais	87.887	81.963	80.122	74.566	-6,9%
Resultados Operacionais	-15.903	-9.254	-6.383	-10.170	-59%
Rendimentos Financeiros	2.718	0	341	6	-98%
Gastos Financeiros	10.437	28.383	48.469	63.221	30%
Resultados Financeiros	-7.719	-28.383	-48.128	-63.215	-31%
Imposto do exercício	31	40	34	53	56%
Resultado Líquido (RL)	-23.653	-37.677	-54.545	-73.439	-35%
RL antes de IC's	-42.809	-56.653	-72.416	-83.650	-16%
RL antes Variação Justo Valor de SWAP's	-24.625	-17.612	-20.514	-31.169	-52%

### Resultados Financeiros

Os Resultados Financeiros em 2012 cifraram-se nos -63,2 milhões de euros, dos quais se destacam -42,3 milhões de euros de variação de justo valor dos swap's.

Comparando com o ano anterior, os Resultados Financeiros foram influenciados negativamente pela diminuição de 0,3 milhões de euros (-98%) dos Rendimentos Financeiros e pelo aumento dos Gastos Financeiros de 14,8 milhões de euros (30%). Este aumento é justificado em 8,2 milhões por perdas de justo valor dos swap's e pelo montante de 6,6 milhões de euros de juros e outros encargos suportados.

O agravamento dos juros e outros encargos, em 6,5 milhões de euros (+45%), resulta do aumento do endividamento em 5%, do seu elevado custo e dos encargos com swap's.

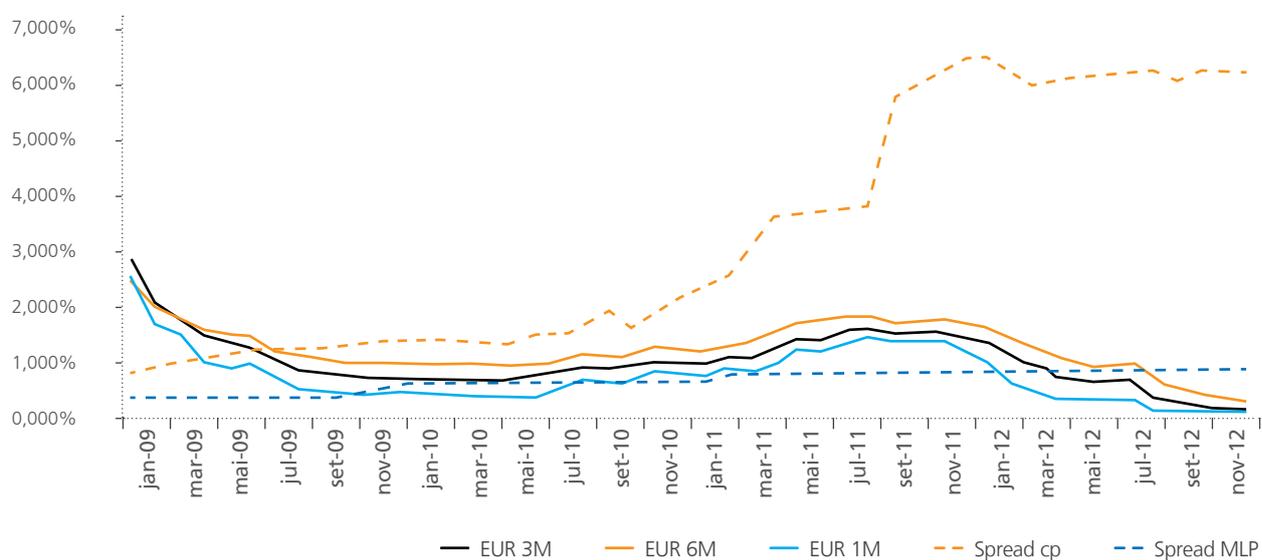


(10 <sup>^3</sup> €)	2009	2010	2011	2012	12/11
Juros suportados	8.326	7.486	13.160	19.034	44,6%
Outros encargos	889	832	1.278	1.918	50,1%
Sub-Total [A]	9.215	8.318	14.438	20.952	45,1%
Varição justo valor Swap's [B]	-973	20.065	34.031	42.269	24,2%
Total [A+B]	8.242	28.383	48.469	63.221	30,4%
Endividamento Remunerado	309.655	335.403	352.970	370.665	5,0%

	2009	2010	2011	2012	12/11
All-In Médio Financiamento Bancário	3,198%	3,012%	3,902%	4,747%	0,85 pp

## Evolução das taxas de juro/spreads



## Resultados Operacionais

Os Resultados Operacionais foram de -10,2 milhões de euros, representando um agravamento de 59% face a 2011. Apesar da diminuição nos Gastos Operacionais de 5,6 milhões de euros (-6,9%) em comparação com o período homólogo do ano anterior, o agravamento dos Resultados Operacionais em -3,8 milhões de euros, resulta de uma diminuição de 9,3 milhões de euros (-12,7%) nos Rendimentos Operacionais, explicados essencialmente pela diminuição de 8,1 milhões de euros nos Subsídios à Exploração.

## Gastos Operacionais

Os Gastos Operacionais foram de 74,6 milhões de euros (-6,9% face a 2011).

Destaca-se a diminuição dos Gastos com Pessoal em 6 milhões de euros (-16,2%) que se explica por três fatores: impacto das medidas legislativas previstas no OE 2012 (2,5 milhões de euros), diminuição do efetivo e redução das indemnizações por cessação de contratos de trabalho.

Nos Fornecimentos e Serviços Externos destaca-se a diminuição da rubrica Subcontratos, no montante de 1,9 milhões de euros, justificada pela redução da contratação de serviço com dois operadores privados.

A rubrica Gastos/reversões de depreciação, amortização, provisões e imparidades teve um aumento de 1,5 milhões de euros (+18,1%).

Gastos (10 <sup>3</sup> €)	2009	2010	2011	2012	12/11
FSE+CMVMC	33.178	34.032	34.167	32.281	-5,5%
Subcontratos	5.858	6.316	6.608	4.732	-28,4%
Combustíveis (gás + gasóleo)	9.009	10.396	10.164	10.302	1,4%
gasóleo	4.385	5.539	6.373	6.173	-3,1%
gás	4.624	4.856	3.791	4.129	8,9%
Gastos com Pessoal	40.731	39.999	36.934	30.954	-16,2%
Indemnizações	2.193	954	2.872	1.820	-36,6%
Gastos/reversões depreciação, amortização, provisões e imparidades	8.385	6.531	8.225	9.715	18,1%
Outros	5.593	1.400	796	1.616	103,1%
Gastos Operacionais	87.887	81.963	80.122	74.566	-6,9%

Em 05 de Abril de 2013, foi proferido o Acórdão nº187/2013 do Tribunal Constitucional que declarou, com força obrigatória geral, inconstitucional a norma do artigo 29º da Lei 66-B/2012 de 31 de Dezembro.

Essa decisão determina o pagamento pela Empresa, do subsídio de férias ou quaisquer prestações correspondentes ao 14º mês, esperando-se um impacto nos Gastos com Pessoal de 2013 no montante de 1.687 milhares de euros.



## Rendimentos Operacionais

Os Rendimentos Operacionais foram de 64,4 milhões de euros em 2012, registando uma diminuição de 9,3 milhões de euros (-12,7%), que se explica essencialmente pela diminuição de 8,1 milhões de euros nos Subsídios à Exploração, ou seja, uma redução de 43% nesta rubrica em 2012.

Rendimentos (10 <sup>^3</sup> €)	2009	2010	2011	2012	12/11
Prestação de Serviços	47.732	49.346	50.783	50.072	-1,4%
Subsídios à Exploração	20.138	19.930	18.869	10.729	-43,1%
Outros Rendimentos Operacionais	4.114	3.432	4.087	3.595	-12,0%
<b>Rendimentos Operacionais</b>	<b>71.984</b>	<b>72.709</b>	<b>73.738</b>	<b>64.396</b>	<b>-12,7%</b>

## EBITDA

O EBITDA cifrou-se em 4,4 milhões de euros, representando uma variação face ao ano anterior de -2,9 milhões de euros (-40%), o que reflete a evolução negativa dos Resultados Operacionais nomeadamente pelo efeito da diminuição de 8,1 milhões de euros dos Subsídios à Exploração.

EBITDA (10 <sup>^3</sup> €)	2009	2010	2011	2012	12/11
Resultados Operacionais	-15.903	-9.254	-6.383	-10.170	-59%
Amortizações, provisões, imparidades e var. justo valor	12.495	6.563	7.615	9.541	25%
Rendas Leasing (componente financeira)	3.417	3.226	3.231	3.241	0%
Indemnizações RH	2.193	954	2.872	1.820	-37%
<b>EBITDA</b>	<b>2.202</b>	<b>1.489</b>	<b>7.335</b>	<b>4.432</b>	<b>-40%</b>

## 5.6 EVOLUÇÃO PATRIMONIAL

O Ativo sofreu uma redução de 15,7 milhões de euros (-14,3%) em 2012 face a 2011. Em resultado de uma diminuição do ativo não corrente, de 8,8 milhões de euros, que se explica pela diminuição da rubrica Ativos fixos tangíveis de 8,9 milhões de euros. E de uma diminuição do ativo corrente que reduziu 6,8 milhões de euros, explicando-se essencialmente pela redução das rubricas Clientes 3,1 milhões de euros, Estado e Outros Entes Públicos 2 milhões de euros e Outras Contas a Receber 1 milhão de euros.

O Passivo registou um aumento em 2012 de 61,3 milhões de euros (13,9%) em comparação com 2011, dos quais se destacam os aumentos de 42,3 milhões de euros correspondentes a outros passivos financeiros e 17,7 milhões de euros referentes a financiamentos obtidos.

O aumento do endividamento remunerado foi de 17,7 milhões de euros (5%) dentro do estabelecido no Despacho da SETF nº 510/2010 de 1 de junho.

Em 2012 o Capital Próprio atingiu 407,6 milhões de euros negativos.

Estrutura do Balanço (10 <sup>3</sup> €)	2009	2010	2011	2012	12/11
<b>Ativo</b>	<b>110.950</b>	<b>114.746</b>	<b>109.617</b>	<b>93.958</b>	<b>-14,3%</b>
Não Corrente	96.948	102.624	95.881	87.070	-9,2%
Corrente	14.002	12.122	13.735	6.889	-49,8%
<b>Capital Próprio e Passivo</b>	<b>110.950</b>	<b>114.746</b>	<b>109.617</b>	<b>93.958</b>	<b>-14,3%</b>
Capital Próprio	-237.305	-275.747	-330.719	-407.639	-23,3%
Passivo	348.254	390.493	440.336	501.598	13,9%

	2009	2010	2011	2012	12/11
Endividamento Remunerado (10 <sup>3</sup> €)	309.655	335.403	352.970	370.665	5,0%

Não existem dívidas em mora ao Estado nem a outros entes públicos, incluindo a Segurança Social.



## 5.7 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido apurado no exercício, no valor negativo de 73.438.560,24 euros, seja integralmente transferido para a conta de Resultados Transitados.

Porto, 24 de abril de 2013

O Conselho de Administração

Presidente não executivo:

(João Velez Carvalho)

Vogais executivos:

(André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira)

(Alfredo César Vasconcellos Navio)

Vogal não executivo:

(António José Lopes)

## 5.8 ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO

### Acionistas em 31 de dezembro de 2012

Relação a que se refere o nº 4 do artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais.

Acionista	Número de Ações	% do Capital Social
Estado Português	15.929.800	100%

O Conselho de Administração

Presidente não executivo:

(João Velez Carvalho)

Vogais executivos:

(André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira)

(Alfredo César Vasconcellos Navio)

Vogal não executivo:

(António José Lopes)

# 06

PERSPETIVAS  
PARA 2013





Para 2013, perspectiva-se a melhoria dos resultados operacionais e do EBITDA, através de:

- Eliminação de redundâncias nos serviços e aproveitamento de sinergias pela fusão da STCP com a Metro do Porto, S.A..
- Redução dos custos com pessoal pela adequação do quadro de pessoal às necessidades de uma empresa eficiente e da atualização dos Acordos de Empresa concordantes com a situação da mesma e do país.
- Ajustamento da oferta pela descontinuação dos serviços para os quais existam alternativas de transporte mais eficiente.
- Obtenção de receitas extraexploração através da geração de receitas fora da atividade central da empresa e alienação de ativos não afetos à exploração.

Em 2013 será lançado o concurso de subconcessão da operação da STCP. A abertura à iniciativa privada será definida através do modelo de concessão da atividade de operação e exploração do serviço de transporte público e tem por objetivo introduzir no sector uma maior focagem da gestão empresarial, na contenção de custos e na atração de novos clientes.

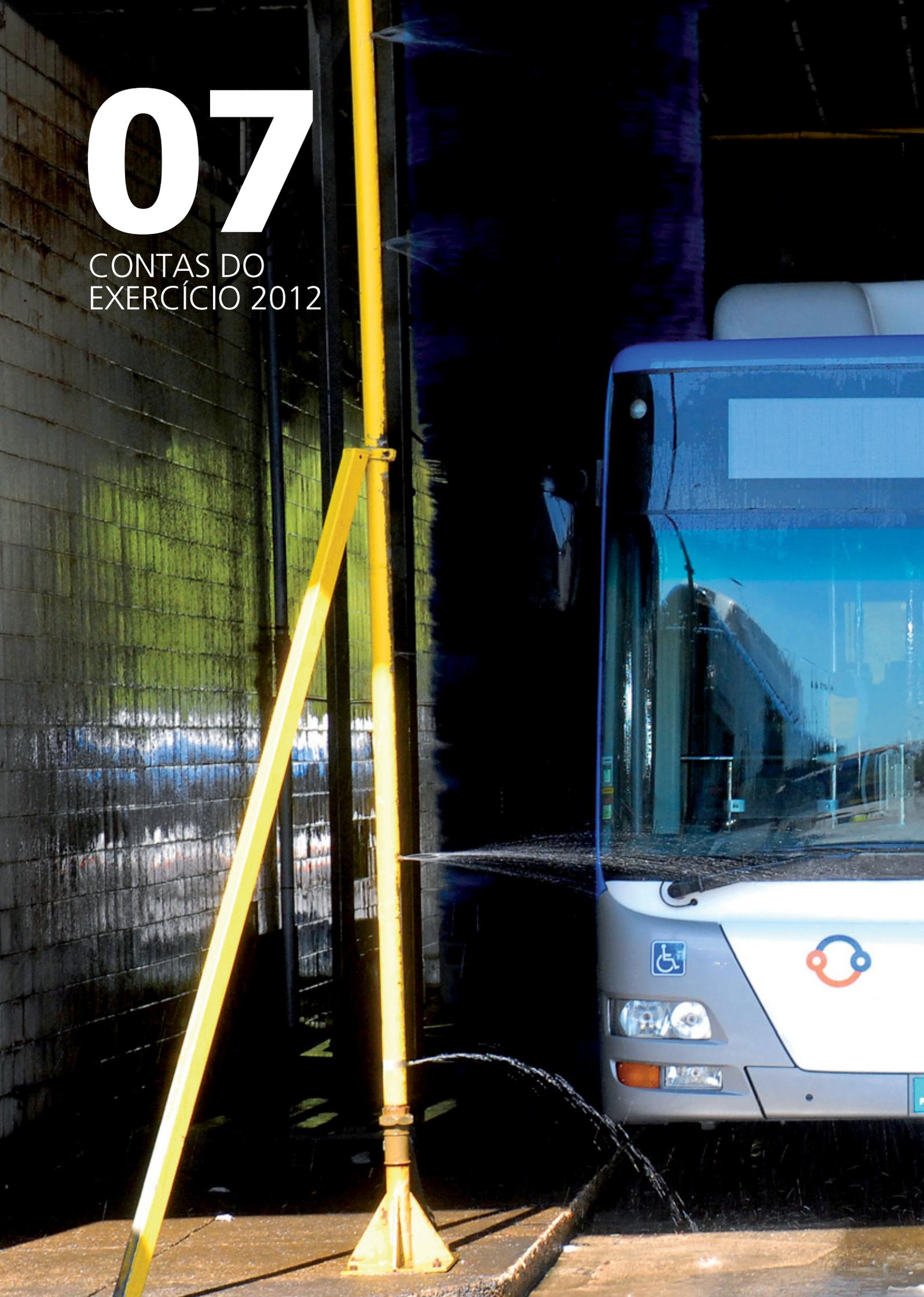




# CONTAS DO EXERCÍCIO E ANEXOS

# 07

CONTAS DO  
EXERCÍCIO 2012





COMPLETO

MAN

12-DC-30 07 03

## Balanço em 31 de dezembro de 2012

(montantes expressos em euros)

Ativo	Notas	2012	2011
<b>Ativo não corrente</b>		<b>87.069.673,10</b>	<b>95.881.177,68</b>
Ativos fixos tangíveis	8	81.806.758,57	90.689.317,34
Propriedades de investimento	12	3.589.026,00	4.534.300,00
Ativos intangíveis	7	1.338.692,95	496.743,23
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	6,14	135.666,00	135.817,11
Participações financeiras - Outros métodos	6,15	25.000,00	25.000,00
Outros ativos financeiros	28.1.2.1	174.529,58	
<b>Ativo corrente</b>		<b>6.888.523,78</b>	<b>13.735.348,35</b>
Inventários	19	437.454,56	593.336,16
Clientes	28.2.1	1.677.976,56	4.761.308,14
Estado e outros entes públicos	32	1.616.858,26	3.572.772,18
Outras contas a receber	33	2.560.695,24	3.538.118,78
Diferimentos	34	249.672,25	138.678,85
Caixa e depósitos bancários	4	345.866,91	1.131.134,24
<b>Total do ativo</b>		<b>93.958.196,88</b>	<b>109.616.526,03</b>

O Técnico Oficial de Contas n.º 6622

O Conselho de Administração  
 Presidente não executivo  
 Vogais executivos  
 Vogal não executivo

## Balanço em 31 de dezembro de 2012

(montantes expressos em euros)

Capital próprio e passivo	Notas	2012	2011
<b>Capital próprio</b>			
Capital realizado	28.4.1	79.649.000,00	79.649.000,00
Reservas legais	28.4.2	74.907,42	74.907,42
Outras reservas	28.4.2	25.727,80	25.727,80
Resultados transitados		-455.693.621,83	-401.882.431,67
Ajustamentos em ativos financeiros	28.4.4	122.236,59	122.236,59
Excedentes de revalorização	28.4.3	40.808.346,13	44.857.408,98
Outras variações no capital próprio	28.4.5	812.649,32	979.268,60
Resultado líquido do período	28.4.6	-73.438.560,24	-54.545.474,57
<b>Total do capital próprio</b>		<b>-407.639.314,81</b>	<b>-330.719.356,85</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>		<b>357.850.102,90</b>	<b>317.398.868,05</b>
Provisões	22	6.520.837,69	3.983.602,55
Financiamentos obtidos	28.1.1	237.825.729,23	242.345.808,90
Responsabilidade por benefícios pós-reforma	29	986.916,00	822.229,00
Outros passivos financeiros	28.1.3	112.516.619,98	70.247.227,60
<b>Passivo corrente</b>		<b>143.747.408,79</b>	<b>122.937.014,83</b>
Fornecedores	31	4.301.699,64	4.569.034,23
Estado e outros entes públicos	32	769.609,44	891.626,90
Financiamentos obtidos	28.1.1	132.838.862,53	110.624.119,47
Outras contas a pagar	33	3.877.228,89	5.450.945,51
Diferimentos	34	1.546.472,88	1.261.585,77
Outros passivos financeiros	28.1.3	413.535,41	139.702,95
<b>Total do passivo</b>		<b>501.597.511,69</b>	<b>440.335.882,88</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>93.958.196,88</b>	<b>109.616.526,03</b>

O Técnico Oficial de Contas n.º 6622

O Conselho de Administração  
Presidente não executivo  
Vogais executivos  
Vogal não executivo



## Demonstração dos resultados por naturezas

Período findo em 31 de dezembro de 2012

(montantes expressos em euros)

Rendimentos e gastos	Notas	2012	2011
Vendas e serviços prestados	21	50.071.866,26	50.782.613,25
Subsídios à exploração	23	10.728.612,45	18.868.926,96
Ganhos/ perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	14	-151,11	-5.965,24
Variação nos inventários da produção	19	-443,01	-291,30
Trabalhos para a própria entidade	7,8	63.763,23	39.418,10
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	19	-1.259.898,26	-1.545.248,84
Fornecimentos e serviços externos	35	-31.021.265,99	-32.622.194,86
Gastos com o pessoal	36	-30.953.527,57	-36.933.597,63
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	19	-632.639,79	-5.975,69
Imparidade das dívidas a receber (Perdas / reversões)	28.2.1.5	-10.590,00	
Provisões (Aumentos / reduções)	22	-2.537.235,14	616.160,47
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	28.1.2.1	174.529,58	-1.510.000,00
Aumentos/ reduções de justo valor	12	-309.000,00	
Outros rendimentos e ganhos	38	3.356.932,87	3.431.171,37
Outros gastos e perdas	37	-1.615.439,47	-789.362,69
<b>Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>-3.944.485,95</b>	<b>325.653,90</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7,8	-5.816.806,81	-6.708.971,86
Imparidade de ativos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	13	-409.041,43	
<b>Resultados operacionais (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>-10.170.334,19</b>	<b>-6.383.317,96</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	11	6.110,40	341.269,95
Juros e gastos similares suportados	11	-63.221.088,30	-48.469.348,78
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>-73.385.312,09</b>	<b>-54.511.396,79</b>
Imposto sobre o rendimento do período	26	-53.248,15	-34.077,78
<b>Resultado líquido do período</b>	28.4.6	<b>-73.438.560,24</b>	<b>-54.545.474,57</b>

O Técnico Oficial de Contas n.º 6622

O Conselho de Administração  
 Presidente não executivo  
 Vogais executivos  
 Vogal não executivo

## Demonstração dos resultados por funções

Período findo em 31 de dezembro de 2012

(montantes expressos em euros)

Rubricas	2012	2011
Vendas e serviços prestados	60.800.478,71	69.651.540,21
Custo das vendas e dos serviços prestados	-59.341.109,48	-63.532.016,79
<b>Resultado bruto</b>	<b>1.459.369,23</b>	<b>6.119.523,42</b>
Outros rendimentos	3.684.570,06	4.543.565,45
Gastos de distribuição	-2.537.456,15	-4.999.082,49
Gastos de administrativos	-6.359.713,44	-8.370.259,19
Gastos de investigação e desenvolvimento		-1.909,67
Outros gastos	-6.410.995,26	-3.334.008,96
<b>Resultados operacionais (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	<b>-10.164.225,56</b>	<b>-6.042.171,44</b>
Gastos de financiamento (líquidos)	-63.221.086,53	-48.469.225,35
<b>Resultados antes de impostos</b>	<b>-73.385.312,09</b>	<b>-54.511.396,79</b>
Imposto sobre o rendimento do período	-53.248,15	-34.077,78
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>-73.438.560,24</b>	<b>-54.545.474,57</b>

O Técnico Oficial de Contas n.º 6622

O Conselho de Administração  
Presidente não executivo  
Vogais executivos  
Vogal não executivo



## Demonstração das alterações no capital próprio em 31 de dezembro de 2012

Descrição	Notas	Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas
<b>POSIÇÃO NO INICIO DO PERÍODO DE 2012</b>	<b>6</b>	79.649.000,00	74.907,42	25.727,80
ALTERAÇÕES NO PERÍODO				
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis	28.4.3			
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações	28.4.3			
Outras alterações reconhecidas no capital próprio				
	<b>7</b>			
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>8</b>			
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>	<b>9=7+8</b>			
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO				
	<b>10</b>			
<b>POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO DE 2012</b>	<b>6+7+8+10</b>	79.649.000,00	74.907,42	25.727,80

O Técnico Oficial de Contas n.º 6622

## Demonstração das alterações no capital próprio em 31 de dezembro de 2011

Descrição	Notas	Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas
<b>POSIÇÃO NO INICIO DO PERÍODO DE 2012</b>	<b>1</b>	79.649.000,00	74.907,42	25.727,80
ALTERAÇÕES NO PERÍODO				
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis	28.4.3			
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações	28.4.3			
Outras alterações reconhecidas no capital próprio				
	<b>2</b>			
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>3</b>			
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>	<b>4=1+3</b>			
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO				
	<b>5</b>			
<b>POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO DE 2012</b>	<b>6=1+2+3+5</b>	79.649.000,00	74.907,42	25.727,80

O Técnico Oficial de Contas n.º 6622

(montantes expressos em euros)

Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	TOTAL
-401.882.431,67	122.236,59	44.857.408,98	979.268,60	-54.545.474,57	-330.719.356,85
734.284,41		-734.284,41			
		-3.314.778,44			-3.314.778,44
-54.545.474,57			-166.619,28	54.545.474,57	-166.619,28
-53.811.190,16		-4.049.062,85	-166.619,28	54.545.474,57	-3.481.397,72
				-73.438.560,24	-73.438.560,24
				-18.893.085,67	-76.919.957,96
-455.693.621,83	122.236,59	40.808.346,13	812.649,32	-73.438.560,24	-407.639.314,81

O Conselho de Administração  
Presidente não executivo  
Vogais executivos  
Vogal não executivo

(montantes expressos em euros)

Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	TOTAL
365.307.988,74	122.096,76	45.960.129,43	1.406.102,91	-37.677.163,38	-275.747.187,80
1.102.720,45		-1.102.720,45			
-37.677.163,38	139,83		-426.834,31	37.677.163,38	-426.694,48
-36.574.442,93	139,83	-1.102.720,45	-426.834,31	37.677.163,38	-426.694,48
				-54.545.474,57	-54.545.474,57
				-16.868.311,19	-54.972.169,05
401.882.431,67	122.236,59	44.857.408,98	979.268,60	-54.545.474,57	-330.719.356,85

O Conselho de Administração  
Presidente não executivo  
Vogais executivos  
Vogal não executivo



# DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Período findo em 31 de dezembro de 2012

(montantes expressos em euros)

	Notas	2012	2011
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais - Método direto</b>			
Recebimentos de clientes		58.059.113,76	53.440.484,50
Pagamentos a fornecedores		-37.403.015,62	-38.359.111,08
Pagamentos ao pessoal		-25.581.820,54	-32.818.324,54
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>-4.925.722,40</b>	<b>-17.736.951,12</b>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-8.688,10	57.471,05
Outros recebimentos/pagamentos		9.315.632,04	15.554.374,51
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)</b>		<b>4.381.221,54</b>	<b>-2.125.105,56</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-1.186.065,83	-1.065.585,84
Ativos intangíveis		-69.946,03	-102.123,91
Investimento financeiros			-800.000,00
Outros ativos		-377.337,00	-14.731,84
		<b>-1.633.348,86</b>	<b>-1.982.441,59</b>
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		354.901,21	7.366.810,31
Investimento financeiros			292.605,27
Outros ativos		938,80	
Subsídios ao investimento		3.560,60	
Juros e rendimentos similares		265.618,07	247.562,42
		<b>625.018,68</b>	<b>7.906.978,00</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)</b>		<b>-1.008.330,18</b>	<b>5.924.536,41</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		218.480.342,83	153.516.000,00
		<b>218.480.342,83</b>	<b>153.516.000,00</b>
<b>Pagamentos respeitantes a :</b>			
Financiamentos obtidos		-170.536.342,83	-152.316.000,00
Juros e gastos similares		-21.224.663,71	-13.841.005,49
Outras operações de financiamento		-5.401.280,63	-4.645.571,56
		<b>-197.162.287,17</b>	<b>-170.802.577,05</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)</b>		<b>21.318.055,66</b>	<b>-17.286.577,05</b>
<b>Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		<b>24.690.947,02</b>	<b>-13.487.146,20</b>
Caixa e seus equivalentes no início do período		-31.940.028,75	-18.452.882,55
Caixa e seus equivalentes no final do período	4	-7.249.081,73	-31.940.028,75

O Técnico Oficial de Contas n.º 6622

O Conselho de Administração  
 Presidente não executivo  
 Vogais executivos  
 Vogal não executivo



## NOTAS RELATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Período findo em 31 de dezembro de 2012

(Montantes expressos em euros)

### 1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A. foi instituída pelo Decreto-Lei nº 202/94 de 23 de julho, como sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, tendo sucedido ao Serviço de Transportes Colectivos do Porto, criado pelo Decreto-Lei n.º 38144, de 30 de dezembro de 1950. A sua sede é na Avenida Fernão de Magalhães, 1862 - 13º piso, no Porto.

A Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, SA assegura o transporte coletivo público rodoviário de passageiros em regime de exclusividade dentro dos limites do concelho do Porto, e no regime geral de concorrência nos concelhos limítrofes - Matosinhos, Maia, Valongo, Gondomar e Vila Nova de Gaia – integrados na Área Metropolitana do Porto. Explora preponderantemente o modo autocarro e, residualmente, o modo carro elétrico.

No início do segundo semestre de 2012, foi eleita nova administração, constituída por dois Vogais executivos, a que se juntaram mais dois elementos a partir do mês de agosto, não executivos, o Presidente e um Vogal, que também integram o Conselho de Administração da Metro do Porto, S.A.. Esta solução encontrada pelo acionista (Estado) procura assegurar que o processo de fusão da STCP e da Metro, prevista no PET (Plano Estratégico dos Transportes) se desenvolva com a maior eficácia e a máxima celeridade, e ainda, que a redução do número de administradores executivos das duas empresas contribua para a contenção e racionalização de custos nas empresas que compõem o Setor Empresarial do Estado. Decorrente destas nomeações houve que proceder à alteração dos estatutos o que veio a ocorrer em 10/08/2012 e 6/09/2012, por deliberação unânime por escrito.

Em 2012, no âmbito da certificação obtida em Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde do Trabalho, realizou-se a 1ª auditoria de acompanhamento, após a renovação da certificação em 2011, que veio a confirmar um desempenho adequado, atestado pelos níveis de eficácia refletidos nos resultados da revisão efetuada e pelo cumprimento dos objetivos.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros. As operações em moeda estrangeira são incluídas nas demonstrações financeiras de acordo com as políticas descritas no ponto 3.8.

### 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### 2.1. Normativo contabilístico adotado

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, vertidas no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho (retificado), e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas consignadas, respetivamente, nos avisos 15652/2009, 15655/2009 e 15653/2009, de 27 de agosto.

#### 2.2. Derrogações ao referencial contabilístico adotado

Não aplicável.

#### 2.3. Conteúdos das contas não comparáveis

Não aplicável

#### 2.4. Adoção pela primeira vez das NCRF: Divulgações transitórias

Não aplicável

### 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas nas demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

#### 3.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da STCP, mantidos de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites.

#### 3.2. Investimentos financeiros

Os investimentos em subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte da participação nos ativos líquidos das correspondentes entidades. Os resultados incluem a parte que lhe corresponde no resultado dessas entidades.

O excesso do custo de aquisição face ao justo valor de ativos e passivos identificáveis de cada entidade adquirida, na data de aquisição, é reconhecido como *goodwill* e é mantido no valor de investimento financeiro. Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como um rendimento do exercício.

Anualmente, é feita uma avaliação dos investimentos financeiros quando existirem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos, na demonstração dos resultados, as perdas de imparidade que se demonstre existirem. Quando as perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, deixam de existir, são objeto de reversão.

Quando o montante da participação da empresa nos prejuízos acumulados da participante excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, exceto quando a empresa tenha assumido compromissos de cobertura de prejuízos da associada, registando nesses casos uma provisão para fazer face a essas obrigações.

Os ganhos não realizados em transações com subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas são

eliminados proporcionalmente ao interesse da participante nas mesmas, por contrapartida da correspondente rubrica do investimento na participada. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não resulte de uma situação em que o ativo transferido esteja em imparidade.

#### 3.3. Concentração de atividades empresariais

As aquisições de subsidiárias e de negócios são registadas utilizando o método da compra. O correspondente custo é determinado como o agregado, na data da aquisição, de:

- justo valor dos ativos entregues ou a entregar;
- justo valor de responsabilidades incorridas ou assumidas;
- justo valor de instrumentos de capital próprio emitidos pela empresa em troca da obtenção de controlo sobre a subsidiária; e
- custos diretamente atribuíveis à aquisição.

Quando aplicáveis, o custo da concentração ou da aquisição inclui o efeito de pagamentos contingentes acordados no âmbito da transação. As alterações subsequentes em tais pagamentos são registadas por contrapartida do correspondente *goodwill*.

Na eventualidade da contabilização inicial de uma aquisição não estar concluída no final do período de relato em que a mesma ocorreu, a empresa relata montantes provisórios para os itens cuja contabilização não está concluída. Tais montantes provisórios são passíveis de ajustamento durante um prazo de 12 meses a contar da data da aquisição.

#### 3.4. Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não correntes ou os grupos para alienação são classificados como detidos para venda quando a sua quantia escriturada for essencialmente recuperada através de uma venda e não através do seu uso continuado. Considera-se que esta condição se verifica apenas quando a venda é altamente provável e o ativo não corrente ou grupos para alienação está disponível para venda imediata nas suas condições presentes. A correspondente venda deve estar concluída no prazo de um ano, a contar da data



da classificação do ativo não corrente ou do grupo para alienação como disponível para venda.

Quando o Grupo está comprometido com um plano de venda de uma subsidiária que envolva a perda de controlo sobre a mesma, todos os ativos e passivos dessa subsidiária são classificados como detidos para venda, desde que se cumpram os requisitos referidos no parágrafo anterior, ainda que a empresa retenha algum interesse minoritário na subsidiária após a venda.

Os ativos não correntes ou os grupos para alienação classificados como detidos para venda são mensurados ao menor de entre a sua quantia escriturada antes da classificação e o seu justo valor menos os custos para vender.

Os ativos não correntes ou grupos para alienação detidos para venda não devem ser objeto de depreciação ou amortização.

### 3.5. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber, tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e de quantidades concedidos pela entidade. A diferença entre o justo valor e a quantia nominal da retribuição é reconhecida como rédito de juros.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A empresa não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação, à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação, à data de relato, pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito proveniente de royalties é reconhecido segundo o regime do acréscimo, de acordo com a substância dos correspondentes contratos, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O rédito proveniente de dividendos deve ser reconhecido quando for estabelecido o direito da empresa receber o correspondente montante.

### 3.6. Contratos de construção

Não aplicável.

### 3.7. Locações

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos em causa e não da sua forma.

Os contratos de locação são classificados como:

- locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação, ou como;
- locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de forma a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto, numa base linear, durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecidos como uma redução ao gasto com a locação, igualmente numa base linear.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

### 3.8. Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são registadas inicialmente às taxas de câmbio das datas das transações.

Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data.

As diferenças de câmbio resultantes das atualizações atrás referidas são registadas em resultados do período em que são geradas.

O volume de transações da empresa em moeda diferente da moeda funcional (euro) são praticamente inexistentes e imateriais.

### 3.9. Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como custo na demonstração dos resultados do exercício em que são incorridos, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como tal (ativos fixos tangíveis em curso) são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos financeiros tem início quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e quando estiverem em curso as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso pretendido ou para a sua venda. Tal capitalização cessa quando substancialmente todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso pretendido ou para a sua venda estejam concluídas. A capitalização é suspensa durante os períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades atrás referidas seja interrompido.

Quaisquer rendimentos gerados por empréstimos obtidos, antecipadamente relacionados com um investimento específico, são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

### 3.10. Subsídios do governo

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a empresa irá cumprir com as condições exigidas para a sua atribuição.

O benefício resultante de um financiamento do Governo (ou equivalente) a uma taxa de juro inferior ao mercado é tratado como um subsídio do Governo, sendo mensurado como a diferença entre o montante recebido e o justo valor do empréstimo determinado tendo por base as taxas de juro de mercado.

Os subsídios do governo relacionados com ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis não reembolsáveis são inicialmente reconhecidos no capital próprio na rubrica Outras variações no capital próprio – subsídios, sendo posteriormente imputados de forma sistemática para resultados como rendimentos, durante o período de vida útil dos respetivos ativos.

Outros subsídios do governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Os subsídios do governo, que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados, são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

A STCP está submetida a um regime de preços administrativos, o que implica a atribuição pelo governo de indemnizações compensatórias, não reembolsáveis, para financiar parcialmente as suas operações no cumprimento das suas obrigações de serviço público. A STCP segue o critério de registar como subsídios à exploração as indemnizações compensatórias no exercício em que as mesmas são atribuídas.

### 3.11. Benefícios pós-reforma

No que diz respeito aos planos de benefício definido, o correspondente custo é determinado através do método da unidade de crédito projetada, sendo as respetivas avaliações atuariais efetuadas em cada data de relato.

A responsabilidade com o pagamento de complementos de reforma, reconhecida à data de balanço, representa o valor presente das obrigações por planos de benefícios definidos, ajustada de ganhos ou perdas atuariais e pelo custo dos serviços passados não reconhecidos e reduzida do justo valor dos ativos líquidos do fundo de pensões, constituído para o efeito. Os custos com responsabilidades passadas são reconhecidos imediatamente em resultados, na medida em que os benefícios já tenham sido totalmente adquiridos.

### 3.12. Pagamentos com base em ações

Não aplicável.



### 3.13. Imposto sobre rendimento

O imposto sobre o rendimento corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. No entanto, dado que a empresa não tem previsibilidade de lucros futuros não prevê a recuperação dos prejuízos acumulados até à data. Desta forma, não procede ao reconhecimento de qualquer ativo ou passivo por impostos diferidos, por não se prever a possibilidade de dedução a lucros fiscais futuros dos prejuízos fiscais reportáveis até à data.

### 3.14. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição, incluindo as despesas imputáveis à compra (quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida) e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação que a STCP espera incorrer.

Os terrenos e edifícios são subsequentemente registados segundo o modelo de revalorização. Segundo este modelo, o ativo fixo tangível é apresentado pelo seu justo valor à data da revalorização deduzido das respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas. O justo valor dos edifícios e terrenos foi determinado com base na avaliação efetuada por avaliadores especializados e independentes (CPU Consultores de Avaliação, Lda.) à data de 31 de dezembro de 2012 (a avaliação anterior reportava-se a 31 de dezembro de 2009) e será periodicamente revisto ou sempre que existam indícios de que o seu justo valor difere significativamente do valor por que se encontram escriturados os ativos.

As diferenças resultantes das revalorizações são registadas no capital próprio na rubrica Excedentes de revalorização de ativos fixos, exceto se reverter um decréscimo previamente reconhecido em resultados. Diminuições resultantes das revalorizações são registadas diretamente na rubrica Excedentes de revalorização até ao limite de qualquer saldo credor do excedente de revalorização do mesmo ativo. Qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor é reconhecido em resultados. Quando o ativo revalorizado é desreconhecido, o excedente de revalorização, incluído no capital próprio associado ao ativo, não é reclassificado para resultados.

Anualmente procede-se à transferência do excedente de valorização de ativos fixos para resultados acumulados na medida do seu uso, abate ou alienação. Desta forma, o montante do excedente a transferir será a diferença entre a depreciação baseada na quantia escriturada revalorizada do ativo e a depreciação baseada no custo original do ativo.

Os restantes ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição ou produção, deduzido de amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis são amortizados de acordo com o método de linha reta, por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado.

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

(anos de vida útil)

Rubricas do ativo fixo tangível	Até 1988	1989 e 90	1991 a 01	2002 a 11	2012
Edifícios e outras construções	8 a 100	10 a 100	10 a 50	10 a 50	10 a 50
Equipamento básico	5 a 56	5 a 12	5 a 12	3 a 20	3 a 30
Equipamento de transporte	7 a 25	5 a 12	5 a 12	4 a 12	4 a 12
Equipamento administrativo	6 a 10	3 a 10	3 a 10	3 a 16	3 a 16
Outros ativos fixos tangíveis	-	-	10	4 a 10	4 a 10

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo, e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação, sendo registadas na demonstração dos resultados como: Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros ou Gastos e perdas em investimentos não financeiros.

### 3.15. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem, essencialmente, imóveis detidos para obter rendas ou valorizações do capital, não se destinando ao uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para fins administrativos ou para venda no curso ordinário dos negócios.

As propriedades de investimento são inicialmente registadas ao custo de aquisição, incluindo todas as despesas imputáveis à compra e, subsequentemente, é utilizado o modelo de justo valor.

O justo valor das propriedades de investimento é determinado com base na avaliação efetuada por avaliadores especializados e independentes (CPU Consultores de Avaliação, Lda.). As variações no justo valor das propriedades de investimento são reconhecidas diretamente na demonstração dos resultados do exercício na rubrica de Ganhos/perdas por aumentos/reduções de justo valor.

Os custos incorridos relacionados com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades, são reconhecidos como um gasto no exercício a que se referem. As beneficiações relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais são capitalizadas na rubrica de Propriedades de investimento.

### 3.16. Intangíveis

Os ativos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a empresa e se a empresa os puder controlar e medir razoavelmente o seu valor. Os dispêndios com atividades de pesquisa são registados como gastos no período em que são incorridos.

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são registados ao custo de aquisição, deduzidos de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são reconhecidas numa base de linha reta durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. A vida útil e o método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

É reconhecido um ativo intangível gerado internamente, resultante de dispêndios de desenvolvimento de um projeto, apenas se forem cumpridas e demonstradas todas as seguintes condições:

- Existe viabilidade técnica para concluir o intangível a fim de que o mesmo esteja disponível para uso ou para venda;

- Existe intenção de concluir o intangível e de o usar ou vender;
- Existe capacidade para usar ou vender o intangível;
- O intangível é suscetível de gerar benefícios económicos futuros;
- Existe disponibilidade de recursos técnicos e financeiros adequados para concluir o desenvolvimento do intangível e para o usar ou vender;
- É possível mensurar com fiabilidade os dispêndios associados ao intangível durante a sua fase de desenvolvimento.

O montante inicialmente reconhecido do ativo intangível, gerado internamente, consiste na soma dos dispêndios incorridos após a data em que são cumpridas as condições atrás descritas. Quando não são cumpridas tais condições, os dispêndios incorridos na fase de desenvolvimento são registados como gastos do período.

Os ativos intangíveis compreendem, essencialmente, despesas de desenvolvimento, cujos critérios para o reconhecimento de ativo sejam cumpridos, despesas com propriedade industrial e outros direitos e trespasses comerciais.

Os ativos intangíveis gerados internamente são registados ao custo de aquisição, deduzidos de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são reconhecidas numa base de linha reta durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. A vida útil e o método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os ativos intangíveis (independentemente da forma como são adquiridos ou gerados) com vida útil indefinida não são amortizados, sendo antes sujeitos a testes de imparidade com uma periodicidade anual ou sempre que haja uma indicação de que possa estar em imparidade.

### 3.17. Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis excluindo goodwill

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da empresa, com vista a determinar se existe algum indicador de que possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade. Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um ativo individual, é estimada a quantia



recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

A quantia recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior entre:

- o justo valor deduzido de custos para vender, e
- o valor de uso.

Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são atualizados usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa, relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registrada de imediato na demonstração dos resultados, na rubrica de Perdas por imparidade, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registrado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo de revalorização.

A reversão de perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, é registrada quando há evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados, na rubrica de Reversões de perdas por imparidade. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda não tivesse sido registrada.

### 3.18. Inventários

Os inventários são registados ao menor valor entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado, deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua venda.

As matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se registadas ao custo de aquisição, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio.

### 3.19. Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado. É provável que, para

a liquidação dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada, tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa do seu justo valor a essa data.

As obrigações presentes, que resultam de contratos onerosos, são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a empresa é parte integrante das disposições de um contrato, cujo cumprimento tem associados custos, que não é possível evitar, que excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

É reconhecida uma provisão para reestruturação quando a STCP desenvolve um plano formal detalhado de reestruturação, inicia a implementação do mesmo e anuncia as suas principais componentes aos afetados pelo mesmo. Na mensuração da provisão para reestruturação são apenas considerados os dispêndios que resultam diretamente da implementação do correspondente plano, não estando, conseqüentemente, relacionados com as atividades correntes da empresa.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de haver uma saída de recursos, englobando benefícios económicos, não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

### 3.20. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e os passivos financeiros são mensurados da seguinte forma:

- ao custo ou custo amortizado; ou
- ao justo valor com as alterações de justo valor reconhecidas na demonstração dos resultados.

São mensurados ao custo amortizado os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características simultaneamente:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável;
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

Estes ativos e passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade acumuladas (no caso de ativos financeiros).

São ainda classificados na categoria ao custo ou custo amortizado, sendo mensurados ao custo amortizado deduzido de perdas por imparidade acumuladas, os contratos para conceder ou contrair empréstimos que não possam ser liquidados numa base líquida e que, quando executados, reúnam as condições atrás descritas.

Os investimentos em instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser determinado com fiabilidade, bem como instrumentos financeiros derivados relacionados com tais instrumentos de capital próprio, são igualmente classificados na categoria ao custo ou custo amortizado, sendo mensurados ao custo deduzido de perdas por imparidade acumuladas.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados, durante a vida esperada do instrumento financeiro, na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro.

Todos os ativos e passivos financeiros não classificados na categoria ao custo ou custo amortizado são classificados na categoria ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

Tais ativos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no mesmo registadas em resultados nas rubricas Perdas por reduções de justo valor e Ganhos por aumentos de justo valor.

Imparidade de ativos financeiros:

- Os ativos financeiros classificados na categoria ao custo ou custo amortizado são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados. Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente dos novos fluxos de caixa

futuros estimados, descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

- Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo.

· As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica Perdas por imparidade, no período em que são determinadas.

- Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados, na rubrica Reversões de perdas por imparidade. Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurado ao custo).

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros:

- A empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais a empresa reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

- A empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

Instrumentos compostos:

- Os instrumentos compostos são instrumentos financeiros que incluem uma componente de passivo financeiro e uma componente de instrumento de capital próprio. Estas duas componentes são apresentadas no balanço separadamente, de acordo com a substância das correspondentes disposições contratuais.

- A distinção entre passivo financeiro e instrumento de capital próprio é efetuada de acordo com a substância das disposições contratuais associadas.

- No reconhecimento inicial do instrumento composto, a componente de passivo financeiro é determinada com base nas taxas de juro de mercado para instrumentos



similares não compostos. Esta componente é mensurada ao custo amortizado, com base no método do juro efetivo. A componente de capital próprio é determinada pela diferença entre o montante recebido e o montante da componente de passivo financeiro, sendo registada no capital próprio. A componente de capital próprio não é subseqüentemente remensurada.

### 3.21. Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

A STCP utiliza derivados na gestão dos seus riscos financeiros unicamente como forma de garantir a cobertura desses riscos, não sendo utilizados instrumentos financeiros derivados com o objetivo de especulação.

Os instrumentos derivados utilizados pela empresa dizem respeito a swap's de taxa de juro para cobertura do risco de variação de taxa de juro em empréstimos obtidos. O montante dos empréstimos, prazos de vencimento dos juros e planos de reembolso dos empréstimos subjacentes aos instrumentos de cobertura de taxa de juro são substancialmente idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos contratados. No entanto, não se encontram cumpridos os requisitos necessários para qualificação da contabilização de cobertura.

Os instrumentos financeiros derivados são registados inicialmente pelo seu justo valor na data em que são contratados. Em cada data de relato são remensurados ao justo valor, sendo o correspondente ganho ou perda de remensuração registado de imediato em resultados.

Um instrumento financeiro derivado com um justo valor positivo é reconhecido como um ativo financeiro, na rubrica Outros instrumentos financeiros – Derivados. Um instrumento financeiro derivado com um justo valor negativo é reconhecido como um passivo financeiro, na rubrica Outros instrumentos financeiros – Derivados.

Um instrumento financeiro derivado é apresentado como não corrente se a sua maturidade remanescente for superior a 12 meses e não for expectável a sua realização ou liquidação nesse limite de prazo.

Os critérios para a aplicação das regras de contabilidade de cobertura são os seguintes:

- Adequada documentação da operação de cobertura;
- O risco a cobrir é um dos riscos descritos na NCRF 27 – Instrumentos financeiros;
- É esperado que as alterações no justo valor ou fluxos de caixa do item coberto, atribuíveis ao risco a cobrir,

sejam praticamente compensadas pelas alterações no justo valor do instrumento de cobertura.

No início da operação da cobertura, a empresa documenta:

- a relação entre o instrumento de cobertura e o item coberto;
- os seus objetivos e estratégia de gestão do risco; e
- a sua avaliação da eficácia do instrumento de cobertura a compensar variações nos justos valores e fluxos de caixa do item coberto.

As variações no justo valor dos instrumentos financeiros derivados designados como instrumento de cobertura no âmbito de cobertura de risco de variabilidade de taxa de juro, risco cambial, risco de preço de mercadorias, no âmbito de um compromisso ou de uma transação futura de elevada probabilidade, e risco de investimento líquido numa operação estrangeira, são registadas no capital próprio, na rubrica Outras reservas. Tais ganhos ou perdas registados em Outras reservas são reclassificados para resultados nos períodos em que o item coberto afetar resultados, sendo apresentados na linha afetada pelo item coberto.

A contabilidade de cobertura é descontinuada quando a empresa revoga a relação de cobertura, quando o instrumento de cobertura expira, é vendido, ou é exercido, ou quando o instrumento de cobertura deixa de se qualificar para a contabilidade de cobertura. Qualquer montante registado em Outras reservas apenas é reclassificado para resultados quando a posição coberta afetar resultados. Quando a posição coberta consistir numa transação futura e não for expectável que a mesma ocorra, qualquer montante registado em Outras reservas é de imediato reclassificado para resultados.

### 3.22. Exploração e avaliação de recursos minerais

Não aplicável.

### 3.23. Agricultura

Não aplicável.

### 3.24. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados

diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo, e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- Vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis;
- Análises de imparidade de ativos tangíveis e intangíveis;
- Registo de imparidade aos valores do ativo, nomeadamente inventários e contas a receber;
- Provisões;
- Cálculo da responsabilidade associada aos fundos de pensões;
- Apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros derivados;
- Apuramento do justo valor das propriedades de investimentos e dos terrenos e edifícios incluídos nos ativos fixos tangíveis.

### 3.25. Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“*adjusting events*”) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (“*non adjusting events*”) são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

## 4. FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica Caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

Caixa e seus equivalentes, em 31 de dezembro de 2012 e de 2011:

	2012	2011
Numerário	81.361,35	83.252,08
Depósitos bancários	264.505,56	1.047.882,16
<b>Caixa e equivalentes de caixa no Balanço</b>	<b>345.866,91</b>	<b>1.131.134,24</b>
Descobertos bancários	-7.594.948,64	-33.071.162,99
<b>Caixa e equivalentes na Demonstração de Fluxos de Caixa</b>	<b>-7.249.081,73</b>	<b>-31.940.028,75</b>



## 5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Durante o exercício não ocorreram alterações de políticas contabilísticas ou correção de erros materiais de períodos anteriores.

Em 2012, procedeu-se à revisão da estimativa da vida útil dos carros elétricos, passando a sua vida útil de 16 para 30 anos. O impacto desta alteração nas contas de 2012 não é materialmente relevante.

## 6. PARTES RELACIONADAS

Participações financeiras em 31 de dezembro de 2012 e de 2011:

Designação Social	Sede	% Part.	Atividade
<b>Subsidiárias</b>			
STCP Serviços – Transportes Urbanos, Consultoria e Participações, Unipessoal Lda.	Porto	100%	Atividades de operador turístico e transporte terrestres, urbanos e suburbanos, de passageiros.
<b>Associadas</b>			
TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE	Porto	33,3%	Gestão de bilhética de transportes.
Transpublicidade – Publicidade em Transportes, S.A.	Oeiras	20%	Exploração de toda e qualquer publicidade em veículos e instalações.
<b>Outras participadas</b>			
Metro do Porto, S.A.	Porto	16,6%	Transporte urbano e local por metropolitano.
OPT - Optimização e Planeamento de Transportes, SA	Porto	8,33%	Desenvolvimento de projetos de I&D na área dos transportes coletivos, desenvolvendo soluções informáticas avançadas para a gestão e otimização de sistemas de transportes.

As remunerações do pessoal-chave de gestão da empresa, nos exercícios findos em 2012 e 2011, encontram-se descritos no ponto 3.7.2. (Remunerações dos membros dos órgãos sociais) deste relatório e contas.

No decurso dos exercícios findos em 2012 e 2011, foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

2012					
Descrição das transações	Subsidiárias	Associadas	Pessoas chave da gestão	Outras partes relacionadas	Total
Compras de inventários	5.968,25				5.968,25
Compras de ativos fixos	25.349,41			41.250,00	66.599,41
Serviços obtidos	15.012,20	2.111.760,29		109.895,15	2.236.667,64
Serviços prestados	30.992,89	42.397.299,29		223.287,66	42.651.579,84

2011					
Descrição das transações	Subsidiárias	Associadas	Pessoas chave da gestão	Outras partes relacionadas	Total
Compras de ativos fixos				36.151,00	36.151,00
Serviços obtidos	39.443,70	1.265.146,91		84.641,17	1.389.231,78
Serviços prestados	181.427,83	41.321.163,80		296.273,81	41.798.865,44

Saldos com partes relacionadas em 2012 e 2011:

2012					
Saldos	Subsidiárias	Associadas	Pessoas chave da gestão	Outras partes relacionadas	Total
Contas a receber correntes		1.821.168,81		24.281,96	1.845.450,77
Contas a pagar correntes	8.169,11	341.390,71		68.549,33	418.109,15

2011					
Saldos	Subsidiárias	Associadas	Pessoas chave da gestão	Outras partes relacionadas	Total
Contas a receber correntes	147.007,61	4.786.599,79		104.563,46	5.038.170,86
Contas a pagar correntes	22.509,00	1.250.009,21		30.185,89	1.302.704,10



## 7. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

Ativos intangíveis	Projetos de desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Total
<b>Valor líquido a 01.01.2012</b>		<b>445.980,23</b>			<b>50.763,00</b>	<b>496.743,23</b>
<b>Ativo bruto</b>						
Saldo a 01.01.2012	88.749,10	5.006.024,51	96.639,49		50.763,00	5.242.176,10
Movimentos de 2012						
Adições		16.538,99	1.800,00	1.106.517,00	41.250,00	1.166.105,99
Abates/vendas						
Regular. e transferências					-50.763,00	-50.763,00
Saldo a 31.12.2012	88.749,10	5.022.563,50	98.439,49	1.106.517,00	41.250,00	6.357.519,09
<b>Amortizações acumuladas</b>						
Saldo a 01.01.2012	-88.749,10	-4.560.044,28	-96.639,49			-4.745.432,87
Movimentos de 2012						
Gastos de amortização		-144.276,12	-23,50	-129.093,65		-273.393,27
Saldo a 31.12.2012	-88.749,10	-4.704.320,40	-96.662,99	-129.093,65		-5.018.826,14
<b>Valor líquido a 31.12.2012</b>		<b>318.243,10</b>	<b>1.776,50</b>	<b>977.423,35</b>	<b>41.250,00</b>	<b>1.338.692,95</b>

Ativos intangíveis	Projetos de desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Total
<b>Valor líquido a 01.01.2011</b>	<b>1.909,67</b>	<b>79.365,23</b>			<b>584.862,30</b>	<b>666.137,20</b>
<b>Ativo bruto</b>						
Saldo a 01.01.2011	88.749,10	4.354.063,13	96.639,49		584.862,30	5.124.314,02
Movimentos de 2011						
Adições		68.584,08			50.763,00	119.347,08
Abates/vendas						
Regular. e transferências		583.377,30			-584.862,30	-1.485,00
Saldo a 31.12.2011	88.749,10	5.006.024,51	96.639,49		50.763,00	5.242.176,10
<b>Amortizações acumuladas</b>						
Saldo a 01.01.2011	-86.839,43	-4.274.697,90	-96.639,49			-4.458.176,82
Movimentos de 2011						
Gastos de amortização	-1.909,67	-285.346,38				-287.256,05
Saldo a 31.12.2011	-88.749,10	-4.560.044,28	-96.639,49			-4.745.432,87
<b>Valor líquido a 31.12.2011</b>		<b>445.980,23</b>			<b>50.763,00</b>	<b>496.743,23</b>

A empresa não procede à capitalização das despesas de investigação e as despesas de desenvolvimento são capitalizadas apenas quando cumprem os critérios de reconhecimento definidos nas NCRF.

Após análise dos ativos intangíveis foi determinado que não existem bens com vida útil indefinida. As amortizações foram calculadas de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

Rubricas do ativo fixo intangível	anos de vida útil
Projetos de desenvolvimento	3
Programas de computador	2 a 5
Propriedade industrial	3 a 7
Outros ativos intangíveis	5



Movimentos ocorridos nos exercícios de 2012 e de 2011 nos ativos intangíveis em curso:

	Saldo 01.01.2012	Aquisições	TPPE(*)	Regularizações e Transferências	Abates/ Alienações	Saldo 31.12.2012
<b>Programas de computador</b>	50.763,00	41.250,00		-50.763,00		41.250,00
	<b>50.763,00</b>	<b>41.250,00</b>		<b>-50.763,00</b>		<b>41.250,00</b>

	Saldo 01.01.2011	Aquisições	TPPE(*)	Regularizações e Transferências	Abates/ Alienações	Saldo 31.12.2011
<b>Programas de computador</b>	584.862,30	50.763,00		-584.862,30		50.763,00
	<b>584.862,30</b>	<b>50.763,00</b>		<b>-584.862,30</b>		<b>50.763,00</b>

(\*) TPPE - Trabalhos para a própria entidade

No ano de 2012, foram assumidos compromissos contratuais para a aquisição de ativos intangíveis no montante de 68.750 euros.

## 8. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

Ativos fixos tangíveis	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico
<b>Valor líquido a 01.01.2012</b>	<b>37.125.349,10</b>	<b>18.777.845,14</b>	<b>31.155.222,64</b>
<b>Ativo bruto</b>			
Saldo a 01.01.2012	39.246.902,95	28.968.601,69	87.851.436,05
Movimentos de 2012			
Revalorizações	-4.155.003,12	3.080.378,57	
Adições		379.847,74	708.876,52
Abates/vendas			-2.438.961,94
Regular. e transferências		343.745,46	-427.399,22
Saldo a 31.12.2012	35.091.899,83	32.772.573,46	85.693.951,41
<b>Depreciações acumuladas</b>			
Saldo a 01.01.2012		-10.007.517,14	-56.696.213,41
Movimentos de 2012			
Gastos de depreciação e amortização		-1.145.331,12	-4.212.176,42
Revalorizações		-1.579.153,89	
Abates/vendas			2.200.499,38
Regular. e transferências		-89.900,53	602.427,04
Saldo a 31.12.2012		-12.821.902,68	-58.105.463,41
<b>Perdas por imparidade acumuladas</b>			
Saldo a 01.01.2012	-2.121.553,85	-183.239,41	
Aumentos	-460.784,98		
Reversões		51.743,55	
Saldo a 31.12.2012	-2.582.338,83	-131.495,86	
<b>Valor líquido a 31.12.2012</b>	<b>32.509.561,00</b>	<b>19.819.174,92</b>	<b>27.588.488,00</b>

As linhas das adições e regularizações e transferências de 2012, incluem 63.763,23 euros de trabalhos para a própria empresa (20.083,05 euros para equipamento básico e 43.680,18 euros para ativos fixos tangíveis em curso).



Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outras imobilizações corpóreas	Ativos tangíveis em curso	Adiantamento por conta de ativos tangíveis	Total de ativos fixos tangíveis
<b>194.407,65</b>	<b>239.395,68</b>	<b>1.097.072,68</b>	<b>2.075.298,45</b>	<b>24.726,00</b>	<b>90.689.317,34</b>
1.842.987,24	4.305.217,80	1.332.854,01	2.075.298,45	24.726,00	165.648.024,19
					-1.074.624,55
2.063,33	19.673,33		64.539,15		1.175.000,07
-303.296,53	-46.452,04				-2.788.710,51
-29,99		512.556,50	-1.616.045,90	-24.726,00	-1.211.899,15
1.541.724,05	4.278.439,09	1.845.410,51	523.791,70		161.747.790,05
-1.648.579,59	-4.065.822,12	-235.781,33			-72.653.913,59
-92.623,87	-87.402,56	-5.879,57			-5.543.413,54
					-1.579.153,89
303.296,53	45.488,32				2.549.284,23
29,99		-512.556,50			
-1.437.876,94	-4.107.736,36	-754.217,40			-77.227.196,79
					-2.304.793,26
					-460.784,98
					51.743,55
					-2.713.834,69
<b>103.847,11</b>	<b>170.702,73</b>	<b>1.091.193,11</b>	<b>523.791,70</b>		<b>81.806.758,57</b>

Ativos fixos tangíveis	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico
<b>Valor líquido a 01.01.2011</b>	<b>36.959.451,90</b>	<b>19.963.522,08</b>	<b>35.716.869,27</b>
<b>Ativo bruto</b>			
Saldo a 01.01.2011	39.081.005,75	28.968.601,69	88.835.927,58
Movimentos de 2011			
Adições			6.038.219,17
Abates/vendas			-7.309.292,06
Regular. e transferências	165.897,20		286.581,36
Saldo a 31.12.2011	39.246.902,95	28.968.601,69	87.851.436,05
<b>Depreciações acumuladas</b>			
Saldo a 01.01.2011		-8.821.840,20	-53.119.058,31
Movimentos de 2011			
Gastos de depreciação e amortização		-1.185.676,94	-4.961.291,12
Abates/vendas			1.384.136,02
Regularizações e transferências			
Saldo a 31.12.2011		-10.007.517,14	-56.696.213,41
<b>Perdas por imparidade acumuladas</b>			
Saldo a 01.01.2011	-2.121.553,85	-183.239,41	
Saldo a 31.12.2011	-2.121.553,85	-183.239,41	
<b>Valor líquido a 31.12.2011</b>	<b>37.125.349,10</b>	<b>18.777.845,14</b>	<b>31.155.222,64</b>

.....  
A coluna das adições de 2011, inclui 39.418,10 euros de trabalhos para a própria empresa



Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outras imobilizações corpóreas	Ativos tangíveis em curso	Adiantamento por conta de ativos tangíveis	Total de ativos fixos tangíveis
<b>291.751,25</b>	<b>353.320,77</b>	<b>1.105.020,38</b>	<b>1.839.949,77</b>	<b>24.726,00</b>	<b>96.254.611,42</b>
2.010.495,33	4.377.726,76	1.332.854,01	1.839.949,77	24.726,00	166.471.286,89
25.021,98	5.312,02		687.827,24		6.756.380,41
-192.530,07	-103.018,34				-7.604.840,47
	25.197,36		-452.478,56		25.197,36
1.842.987,24	4.305.217,80	1.332.854,01	2.075.298,45	24.726,00	165.648.024,19
-1.718.744,08	-4.024.405,99	-227.833,63			-67.911.882,21
-122.365,58	-144.434,47	-7.947,70			-6.421.715,81
192.530,07	103.018,34				1.679.684,43
-1.648.579,59	-4.065.822,12	-235.781,33			-72.653.913,59
					-2.304.793,26
					-2.304.793,26
<b>194.407,65</b>	<b>239.395,68</b>	<b>1.097.072,68</b>	<b>2.075.298,45</b>	<b>24.726,00</b>	<b>90.689.317,34</b>

A empresa solicitou uma avaliação independente (CPU Consultores de Avaliação, Lda.) dos seus terrenos e edifícios (todos eles localizados no grande Porto) classificados como ativos fixos tangíveis e procedeu à revalorização destes à data de 31 de dezembro de 2012.

O trabalho consistiu na determinação do valor de mercado dos edifícios e terrenos, para efeitos contabilísticos, respeitando as exigências da norma contabilística e de relato financeiro n.º 7 e os termos de referência indicados pela empresa. A data de referência da avaliação é 31 de dezembro de 2012.

No âmbito da avaliação, o Justo Valor será calculado através dos Critérios de Comparação Direta de Mercado, de Custos e do Rendimento - Método de Capitalização Direta e tendo em consideração valores correntes praticados para usos semelhantes e comparáveis ao uso em avaliação, dando cumprimento ao estipulado na NCRF 7.

O "Justo Valor" pode ser definido como "A quantia pela qual um ativo poderia ser trocado (...), entre entidades conhecedoras e a isso dispostas, numa transação em que nenhum relacionamento exista entre elas". O Justo Valor é geralmente o "Valor de Mercado" determinado por peritos avaliadores qualificados.

Em determinadas circunstâncias, designadamente quando devido à natureza especializada do imóvel e se este for raramente vendido exceto como parte integrante de um "negócio em continuidade", pode-se atribuir o "Justo Valor" usando uma abordagem pelo "rendimento" ou pelo "Custo de Reposição Depreciado".

Importa realçar que neste processo de avaliação - para os ativos fixos tangíveis e portanto na sua avaliação considerando o seu uso continuado, não foram tidas em conta quaisquer condicionantes de natureza comercial ou de obsolescência económica dos negócios ou atividades a exercer nas instalações, sendo os imóveis avaliados tal como se encontram e com os usos atuais.

Para os restantes ativos fixos tangíveis, foram utilizados os critérios de custos de construção depreciado, conforme já referido.

Os pressupostos de avaliação usados na determinação do justo valor foram os seguintes:

- O trabalho de reavaliação teve por base uma visita realizada ao exterior de alguns dos imóveis e visitas a dois imóveis (Francos e Massarelos) em que houve alteração das premissas; para a totalidade dos imóveis foi atualizada a informação sobre a envolvente e o mercado imobiliário local, tendo sido efetuado um levantamento dos valores atualmente pedidos no mercado

para imóveis semelhantes e comparáveis. O relatório foi realizado com base no relatório de avaliação anterior (N-5168 de dezembro de 2009).

- Na obtenção do valor de cada imóvel foram tomados em consideração os principais fatores determinantes como a localização, acessos, dimensões existentes, características e o estado atual.

- Tiveram-se ainda por referência os valores de mercado praticados relativamente a imóveis com utilização potencial e localização semelhantes.

- As áreas de construção são as consideradas no trabalho anterior e foram obtidas através de elementos fornecidos pela empresa, os quais tomamos como corretos.

- Partiu-se do pressuposto que todos os imóveis se encontram livres de ónus e encargos.

- Para os imóveis que têm atualmente funções operacionais - os considerados como ativos fixos tangíveis - foi determinado o seu valor em uso continuado.

- A valorização das infraestruturas afetas a cada imóvel - pavimentos, redes de abastecimento e distribuição de água, redes de drenagem de águas residuais e pluviais, rede de distribuição de eletricidade, etc. - foi considerada e incluída na valorização global de cada imóvel.

- Para o imóvel - pisos de escritórios da Torre das Antas em uso operacional pela empresa - foram utilizados os critérios de comparação de mercado e de rendimento, numa perspetiva de continuidade do uso.

- Em determinadas circunstâncias, designadamente quando, devido à natureza especializada do imóvel, este for raramente vendido exceto como parte integrante de um "negócio em continuidade", pode-se atribuir o Justo Valor, usando uma abordagem pelo custo de reposição depreciado.

- Para os restantes imóveis dos ativos fixos tangíveis foram utilizados os critérios de custos de construção depreciado, conforme já referido.

Caso os "terrenos e recursos naturais" e "edifícios e outras construções" tivessem sido reconhecidos de acordo com o modelo do custo, a quantia escriturada seria, respetivamente, de:



Rubrica	2012	2011
Terrenos e Recursos Naturais	4.342.392,84	4.803.177,82
Edifícios e Outras Construções	7.555.953,45	7.279.304,81
	<b>11.898.346,29</b>	<b>12.082.482,63</b>

Não se procedeu à divulgação das restrições de titularidade de ativos, nem de ativos fixos dados como garantias de passivos, dado que não existem situações que se enquadrem neste âmbito. Desta forma a alínea a) do parágrafo 73 da NCRF 7 não é aplicável.

No ano de 2012, foram assumidos compromissos contratuais para a aquisição de ativos fixos tangíveis no montante de 54.760,40 euros (divulgação ao abrigo da alínea c) do parágrafo 73 da NCRF 7).

Movimentos ocorridos, nos exercícios de 2012 e de 2011, nos ativos tangíveis em curso:

	Saldo 01.01.2012	Aquisições	TPPE(*)	Regularizações e Transferências	Abates/ Alienações	Saldo 31.12.2012
Edifícios e outras construções	866.980,68	20.858,97	43.680,18	-866.980,68		64.539,15
Equipamento básico	1.208.317,77			-749.065,22		459.252,55
	<b>2.075.298,45</b>	<b>20.858,97</b>	<b>43.680,18</b>	<b>-1.616.045,90</b>		<b>523.791,70</b>

	Saldo 01.01.2011	Aquisições	TPPE(*)	Regularizações e Transferências	Abates/ Alienações	Saldo 31.12.2011
Edifícios e outras construções	387.733,20	645.144,68		-165.897,20		866.980,68
Equipamento básico	1.452.216,57	3.264,46	39.418,10	-286.581,36		1.208.317,77
	<b>1.839.949,77</b>	<b>648.409,14</b>	<b>39.418,10</b>	<b>-452.478,56</b>		<b>2.075.298,45</b>

Movimentos ocorridos, nos exercícios de 2012 e de 2011, nos adiantamentos para ativos fixos tangíveis.

	Saldo 01.01.2012	Aquisições	TPPE(*)	Regularizações e Transferências	Abates/ Alienações	Saldo 31.12.2012
Terrenos e recursos naturais	24.726,00			-24.726,00		
	<b>24.726,00</b>			<b>-24.726,00</b>		

	Saldo 01.01.2011	Aquisições	TPPE(*)	Regularizações e Transferências	Abates/ Alienações	Saldo 31.12.2011
Terrenos e recursos naturais	24.726,00					24.726,00
	<b>24.726,00</b>					<b>24.726,00</b>

## 9. ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E UNIDADES OPERACIONAIS DESCONTINUADAS

A empresa não possui ativos nestas condições.

## 10. LOCAÇÕES

### 10.1. Locações financeiras - locatários

Nos exercícios de 2012 e 2011, a empresa pagou rendas de locação financeira no montante de 6.265.775,72 euros (inclui 864.495,09 euros de juros) e 5.633.017,63 euros (inclui 987.446,07 euros de juros), respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a empresa mantinha responsabilidades, como locatária, relativas a rendas de contratos de locação financeira, no montante de 23.484.510,16 euros e 29.564.750,61 euros, respetivamente (com IVA incluído quando este não é dedutível), a vencer nos próximos exercícios segundo o mapa abaixo:

Anos	2012			2011		
	Valor descontado pag. mínimos	Juros	Total	Valor descontado pag. mínimos	Juros	Total
2012				4.123.388,43	821.268,00	4.944.656,43
2013	4.289.582,77	445.448,58	4.735.031,35	4.231.372,70	676.604,44	4.907.977,14
2014	4.393.303,77	336.264,59	4.729.568,36	4.375.798,90	526.715,19	4.902.514,09
2015	4.819.245,92	228.736,88	5.047.982,80	4.835.797,11	376.472,10	5.212.269,21
2016	1.855.769,72	115.022,48	1.970.792,20	1.880.789,15	228.311,62	2.109.100,77
2017	1.883.234,09	87.558,11	1.970.792,20	1.934.209,56	174.891,22	2.109.100,78
Após 2017	4.933.959,47	96.383,78	5.030.343,25	5.185.024,86	194.107,33	5.379.132,19
<b>Total</b>	<b>22.175.095,74</b>	<b>1.309.414,42</b>	<b>23.484.510,16</b>	<b>26.566.380,71</b>	<b>2.998.369,90</b>	<b>29.564.750,61</b>

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a quantia escriturada líquida para cada categoria de ativo em regime de locação financeira era a seguinte:

Descrição	2012			2011		
	Valor aquisição	Amortizações acumuladas	Valor líquido	Valor aquisição	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Terrenos e recursos naturais	2.460.351,85		2.460.351,85	2.460.351,85		2.460.351,85
Equipamento Básico	34.131.350,78	11.785.206,51	22.346.144,27	34.480.850,78	9.289.922,90	25.190.927,88
<b>Total</b>	<b>36.591.702,63</b>	<b>11.785.206,51</b>	<b>24.806.496,12</b>	<b>36.941.202,63</b>	<b>9.289.922,90</b>	<b>27.651.279,73</b>



## 10.2 Locação operacional

Nos exercícios de 2012 e 2011, foram reconhecidos gastos de rendas de contratos de locação operacional no montante de 5.871.113,00 euros e 6.006.767,68 euros, respetivamente.

As rendas de contratos de locação operacional, a 31 de dezembro de 2012 e de 2011, apresentam os seguintes vencimentos:

Anos	2012	2011
2012		5.777.025,19
2013	4.716.724,09	4.797.761,89
2014	3.103.644,93	3.127.122,44
2015	1.620.131,50	1.632.590,38
<b>Total</b>	<b>9.440.500,52</b>	<b>15.334.499,9</b>

## 11. CUSTO DOS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios,

utilizando para o efeito a taxa de juro efetiva dos mesmos.

Juros e gastos similares suportados e reconhecidos, nos exercícios de 2012 e de 2011:

	2012	2011
Juros de financiamentos obtidos	15.008.082,91	11.605.040,51
Juros inst. crédito e inst. Financeiras	9.418.329,76	5.196.830,66
Empréstimos bancários	7.863.595,90	2.927.351,01
Descobertos bancários	861.751,51	1.432.369,23
Leasing	692.982,35	837.110,42
Juros de financiamentos por valores mobiliários - obrigações	5.589.753,15	5.873.774,35
Juros de outros financiamentos		534.435,50
Juros de outros instrumentos financeiros	4.025.429,67	1.554.461,20
Outros gastos e perdas de financiamento - rel. a financiamentos obtidos	1.918.183,34	1.278.359,50
Despesas e descontos c/emissão de financiamentos	36.151,28	39.143,74
Taxa de aval	442.725,35	523.138,89
Comissões e outros encargos	870.880,30	367.355,86
Imposto selo utilização capital	568.426,41	348.721,01
<b>Juros e gastos similares suportados</b>	<b>20.951.695,92</b>	<b>14.437.861,21</b>
<b>Perdas por reduções de justo valor - Em instrumentos financeiros</b>	<b>42.269.392,38</b>	<b>34.031.487,57</b>
<b>Juros e gastos similares suportados na demonstração resultados</b>	<b>63.221.088,30</b>	<b>48.469.348,78</b>

Juros e rendimentos similares obtidos, reconhecidos nos exercícios de 2012 e de 2011:

	2012	2011
Juros obtidos	0,33	121,65
De depósitos	0,33	121,65
Juros obtidos - de outros financiamentos concedidos	6.108,63	341.146,52
Outros rendimentos e ganhos de financiamento	1,44	1,78
<b>Juros e rendimentos similares obtidos por. ditos</b>	<b>6.110,40</b>	<b>341.269,95</b>
<b>Ganhos por aumentos de justo valor - em instrumentos financeiros</b>		
<b>Juros e rendimentos similares obtidos na demonstração resultados</b>	<b>6.110,40</b>	<b>341.269,95</b>

A empresa não procedeu à capitalização no custo de ativos de encargos financeiros por não ter ativos qualificáveis para tal.

## 12. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

A empresa procedeu, a 31 de dezembro de 2012, a aplicação do justo valor nas propriedades de investimento, tendo sido determinado através de uma avaliação efetuada por uma entidade especializada, independente e com qualificação profissional reconhecida (CPU Consultores de Avaliação, Lda.)

O trabalho consistiu na determinação do valor de mercado dos edifícios e terrenos, para efeitos contabilísticos, respeitando as exigências da norma contabilística e de relato financeiro n.º 11 e os termos de referência indicados pela empresa. A data de referência da avaliação é 31 de dezembro de 2012.

O valor de mercado a determinar para efeitos de reporte contabilístico, poderá ser equiparado ao definido no SNC como "Justo Valor". No âmbito da avaliação, o Justo Valor será calculado através dos Critérios de Comparação Direta de Mercado, de Custos e do Rendimento - Método de Capitalização Direta ou Método de "Discounted Cash Flows" e tendo em consideração valores correntes praticados para usos semelhantes e comparáveis ao uso em avaliação, dando cumprimento ao estipulado na NCRF 11.

Os pressupostos de avaliação usados na determinação do justo valor foram os seguintes:

- O trabalho teve por base uma visita realizada ao exterior de alguns dos imóveis;

- Para a totalidade dos imóveis foi atualizada a informação sobre a envolvente e o mercado imobiliário local, tendo sido efetuado um levantamento dos valores atualmente pedidos no mercado para imóveis semelhantes e comparáveis. O relatório foi realizado com base no relatório de avaliação anterior (N-5168 de dezembro de 2009).

- Na obtenção do valor de cada imóvel foram tomados em consideração os principais fatores determinantes como a localização, acessos, dimensões existentes, características e o estado atual. Tiveram-se ainda por referência os valores de mercado praticados relativamente a imóveis com utilização potencial e localização semelhantes.

- As áreas de construção são as consideradas no trabalho anterior e foram obtidas através de elementos fornecidos pela empresa, os quais tomamos como corretos.

- Partiu-se do pressuposto que todos os imóveis se encontram livres de ónus e encargos.

A avaliação das propriedades de investimento foi feita numa ótica do uso alternativo. Foi determinado o seu valor de mercado, considerado livre e disponível – correspondendo este valor ao seu valor em uso alternativo.



No princípio do melhor uso alternativo, o valor de mercado da propriedade é baseado numa análise de rentabilidade do projeto de desenvolvimento consentâneo com a melhor utilização possível ou, caso existam, de acordo com os projetos de desenvolvimento existentes. O melhor uso alternativo é definido como o uso provável e razoável que à data da avaliação gera o valor atual mais elevado.

Neste sentido, foram utilizados para a valorização dos imóveis os critérios de comparação de mercado e de rendimento, nuns casos pelo método de capitalização direta e, noutros, pelo método do valor residual.

O justo valor é definido na NCRF 11, parágrafo 38, como “o preço pelo qual a propriedade poderia ser trocada entre partes conhecedoras e dispostas a isso, numa transação em que não exista relacionamento entre as mesmas.”

Foram assim cumpridos os requisitos exigidos na NCRF 11 para a determinação do valor de mercado dos imóveis.

No exercício de 2011 não se registaram movimentos na rubrica das propriedades de investimento. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, o movimento ocorrido na rubrica das propriedades de investimento, foi o seguinte:

Propriedades investimento	2012			Total
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Adiantamentos por conta prop. Investimento	
<b>Saldo a 01.01.2012</b>	<b>3.269.740,00</b>	<b>1.264.560,00</b>		<b>4.534.300,00</b>
Variação justo valor	-254.540,00	-54.460,00		-309.000,00
Variação justo valor por reversão excedente revalorização transitado de ativos fixos tangíveis	-472.990,00	-188.010,00		-661.000,00
Transferências			24.726,00	24.726,00
<b>Saldo a 31.12.2012</b>	<b>2.542.210,00</b>	<b>1.022.090,00</b>	<b>24.726,00</b>	<b>3.589.026,00</b>

A empresa não assumiu nenhuma obrigação contratual relativamente à construção, desenvolvimento, reparação e manutenção de propriedades de investimento.

No decurso do exercício de 2012 e 2011, foram reconhecidos em resultados os seguintes rendimentos e gastos relacionados com propriedades de investimento:

Propriedades investimento	2012		2011	
	Arrendados	Para valorização	Arrendados	Para valorização
Rendimentos	252.517,56		283.680,95	
Rendimentos de Rendas				
Gastos				
Gastos diretos	-29.737,57	12.184,90	-11.326,52	-7.708,24
<b>Resultado</b>	<b>222.779,99</b>	<b>12.184,90</b>	<b>272.354,43</b>	<b>-7.708,24</b>

### 13. IMPARIDADE DE ATIVOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Sendo a STCP uma empresa de capitais exclusivamente públicos, que presta um serviço social de transporte sem qualquer justificação comercial, deveria ser financeiramente compensada pela quota de serviço não comercial que lhe é imposto assegurar, o que se espera venha a ficar clarificado com a contratualização do serviço público, cujo processo está em curso.

Neste contexto, entende-se que a situação histórica de geração de prejuízos sucessivos não reflete um indicio de imparidade, mas sim um défice de cumprimento da obrigação por parte do Estado no financiamento das atividades sociais que impõe. Com as propostas de contratualização apresentadas pela STCP, em final de 2009 e início de 2010, às suas tutelas técnica – Secretaria de Estado dos Transportes – e financeira – Secretaria de Estado do Tesouro e das Finanças – para serem contratualizadas as Obrigações de Serviço Público e adotadas medidas para o reequilíbrio económico-financeiro da empresa, ficou definido o caminho que possibilitará à STCP reequilibrar a exploração e resolver o problema estrutural histórico de uma situação de capitais próprios negativos.

Para qualquer ativo em que existam indícios de imparidade, sejam eles de obsolescência técnica ou material, é feita uma análise de imparidade e reconhecidas as perdas decorrentes da mesma.

Adicionalmente, chama-se a atenção para que no exercício de 2012 se obtiveram avaliações de mercado, efetuadas por avaliadores independentes, para a classe de Edifícios e terrenos classificados como ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento, tendo sido, nos casos identificados, registada a correspondente perda por imparidade.

O detalhe das perdas por imparidade acumuladas de ativos fixos tangíveis, à data de 31 de dezembro de 2012 e 2011, encontram-se na nota 8.

Os movimentos nas perdas por imparidades, em 31 de dezembro de 2012, nos ativos fixos tangíveis, foram registados por contrapartida das seguintes rubricas:

	2012
<b>Activos fixos tangíveis</b>	
<b>Demonstração dos resultados – Perdas por imparidade ativos fixos tangíveis</b>	<b>409.041,43</b>
- Aumentos	460.784,98
- Reversões	-51.743,55
<b>Capital próprio - Excedentes de revalorização</b>	<b>4.216.621,53</b>
- Reversão do Excedentes de revalorização por perdas de imparidade de ativos fixos tangíveis	4.216.621,53



## 14. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS VALORIZADAS PELO MÉTODO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

Participações financeiras em subsidiárias e associadas, valorizadas pelo método de equivalência patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e de 2011:

Ano de 2012	Ativo	Passivo	Capital próprio	Rendimentos	Resultado líquido	% Detenção
Subsidiárias	424.268,45	249.738,87	174.529,58	118.343,73	-18.101,34	100,00%
STCP Serviços						
Empresas associadas						
TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE	10.444.659,00	14.780.677,00	-4.336.018,00	5.616.754,00	-730.216,00	33,33%
Transpublicidade – Publicidade em Transportes, S.A.	1.026.176,00	347.847,00	678.329,00	471.101,00	-756,00	20,00%

Ano de 2011	Ativo	Passivo	Capital próprio	Rendimentos	Resultado líquido	% Detenção
Subsidiárias						
STCP Serviços	566.401,45	373.770,53	192.630,92	506.986,57	-199.863,17	100,00%
Empresas associadas						
TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE	13.759.528,00	16.840.713,00	-3.081.185,00	5.446.806,00	-788.061,00	33,33%
Transpublicidade – Publicidade em Transportes, S.A.	1.070.207,00	391.122,00	679.085,00	634.198,00	-47.308,00	20,00%

Foram usadas as demonstrações financeiras das associadas e subsidiárias, à data de 31 de dezembro de cada exercício, ainda que provisórias.

Em virtude de a proporção da empresa nos resultados negativos da STCP Serviços e TIP ter excedido a quantia

escriturada do correspondente investimento, a aplicação do método de equivalência patrimonial foi interrompida em exercícios anteriores. Consequentemente, no decurso dos exercícios de 2012 e 2011, a parte correspondente nas perdas e ganhos das duas participadas não foram reconhecidas pela empresa.

Movimentos nas demonstrações financeiras da STCP relativos às participações financeiras em subsidiárias e associadas nos exercícios de 2012 e de 2011:

	2012	2011
Participações financeiras		
Saldo inicial	135.817,11	434.247,79
Regularizações – método de equivalência patrimonial	-151,11	-5.915,41
Outras variações		-292.515,27
Saldo final	135.666,00	135.817,11
Perdas por imparidade		
<b>Ativos líquidos</b>	<b>135.666,00</b>	<b>135.817,11</b>

## 15. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS VALORIZADAS POR OUTROS MÉTODOS

As participações financeiras em outras empresas encontram-se registadas ao custo por não se encontrarem cotadas num mercado ativo, pelo que o seu justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade.

Não ocorreram movimentos nestas participações, como se pode constatar pelo mapa abaixo, e o valor escriturado diz respeito apenas à participação na OPT, atendendo a que a participação na Metro do Porto é nula (por ter sido até 2007 valorizada ao método de equivalência patrimonial - a participação até essa data era de 25% - e apresentar capitais próprios negativos):

	2012		2011	
	Justo valor	Ao custo	Justo valor	Ao custo
Participações financeiras				
Saldo inicial		25.000,00		25.000,00
Saldo final		25.000,00		25.000,00
Perdas por imparidade				
<b>Ativos líquidos</b>		<b>25.000,00</b>		<b>25.000,00</b>



## 16. CONCENTRAÇÃO DE ATIVIDADES EMPRESARIAIS

Não aplicável.

## 17. EXPLORAÇÃO E AVALIAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS

Não aplicável.

## 18. AGRICULTURA

Não aplicável.

## 19. INVENTÁRIOS

Rubrica de inventários em 31 de dezembro de 2012 e de 2011:

	2012			2011		
	Quantia Bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida	Quantia Bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida
Matérias-Primas, sub. e de consumo	1.198.301,83	-761.626,56	436.675,27	721.100,63	-128.986,77	592.113,86
Produtos e trabalhos em curso	779,29		779,29	1.222,30		1.222,30
	<b>1.199.081,12</b>	<b>-761.626,56</b>	<b>437.454,56</b>	<b>722.322,93</b>	<b>-128.986,77</b>	<b>593.336,16</b>

Custo das matérias-primas, subsidiárias e de consumo, nos exercícios de 2012 e de 2011:

	2012	2011
Inventário Inicial	721.100,63	820.466,02
Compras	1.170.818,56	1.388.010,35
Regularizações (*)	566.280,90	57.873,10
Custo das matérias consumidas	-1.259.898,26	-1.545.248,84
Inventário final	1.198.301,83	721.100,63

(\*) O montante de 528.330,22 euros diz respeito à transferência de materiais, da via e rede e acessórios do carro elétrico, dos ativos tangíveis em curso, por já não serem necessários nas obras, para inventários.

Variação dos Produtos e trabalhos em curso, nos exercícios de 2012 e de 2011:

	2012	2011
Saldo Inicial	1.222,30	1.513,60
Regularizações		
Variação dos inventários da produção	-443,01	-291,30
Saldo final	779,29	1.222,30

Evolução das perdas por imparidade acumuladas de inventários, nos exercícios de 2012 e de 2011:

Ano de 2012	Saldo Inicial	Aumentos	Reversões	Saldo Final
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	128.986,77	632.639,79		761.626,56
Produtos e trabalhos em curso				

Ano de 2011	Saldo Inicial	Aumentos	Reversões	Saldo Final
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	123.011,08	5.975,69		128.986,77
Produtos e trabalhos em curso				

O aumento das imparidades de inventários deve-se essencialmente à descontinuação do tarifário monomodal ocasional sem contacto a partir de 1 de Janeiro de 2013 e materiais relativos à via e rede cujo valor realizável líquido é inferior ao seu custo de aquisição.

## 20. CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO

Não aplicável.



## 21. RÉDITOS

Detalhe do rédito reconhecido, a 31 de dezembro de 2012 e 2011, todo realizado em território nacional:

	2012	2011
Prestação de Serviços	50.071.866,26	50.782.613,25
Transporte público de passageiros (*)	49.941.325,93	50.681.267,18
Aluguer de viaturas	130.540,33	101.346,07
Rendimentos suplementares	2.054.908,69	2.033.551,62
Aluguer de equipamento	7.407,14	9.956,38
Royalties	2.313,82	1.040,66
Desempenho de cargos sociais noutras empresas	59.677,56	93.360,24
Outros rendimentos suplementares	1.985.510,17	1.929.194,34
Serviços de manutenção	560.054,40	489.726,92
Publicidade	438.983,37	411.416,71
Cedências de trabalhadores	43.135,61	35.688,88
Renda e cedência espaço	342.369,43	239.551,70
Prestação de serviços de assessoria e outros	147.614,76	167.267,48
Venda sucata e outros bens	32.784,24	96.055,75
Vendas e serviços do museu	70.360,81	92.609,59
Outros	350.207,55	396.877,31
Rendas e outros rendimentos em propriedades de investimento	252.517,56	283.680,95
Juros obtidos	6.108,96	341.268,17
	<b>52.385.401,47</b>	<b>53.441.113,99</b>

(\*) As subvenções públicas estão definidas no Decreto-Lei n.º 167/2008, de 26 de agosto, que estabelece dois tipos de subvenções: indemnizações compensatórias e outros tipos de subvenção.

As indemnizações compensatórias caracterizam-se por pagamentos efetuados com verbas do Orçamento do Estado a entidades públicas e privadas, que se destinam a compensar custos de exploração resultantes de prestação de serviços de interesse geral (art.º 3.º do Decreto-Lei n.º 167/2008). O conceito de interesse geral exige, entre outras, obrigações de praticar serviços que tenham uma natureza universal e garantam a acessibilidade em termos de preços à generalidade dos cidadãos (art.º 4.º).

Por outro lado, o mencionado Decreto-Lei admite outros tipos de subvenção através de acordos ou contratos com o Estado, mas exclui as subvenções de carácter social concedidas a pessoas singulares. Obriga, contudo, o Estado à publicitação das importâncias concedidas ao abrigo de tais acordos ou contratos realizados com as Entidades.

A STCP celebrou três acordos com o Estado que não contemplam indemnizações compensatórias, porquanto não

cumprem a definição de indemnização compensatória acima mencionada.

Esses acordos têm em vista a prestação de serviços por tarifas mais económicas a pessoas singulares com determinadas condicionantes de ordem social. O Estado reembolsa a STCP pelo desconto de preço praticado nestas tarifas cuja responsabilidade assume.

O acordo para a implementação do tarifário social no sistema intermodal Andante foi assinado em 29/06/2006, o acordo para o tarifário 4\_18@escola.tp foi celebrado em 29/01/2009 e o acordo para o tarifário sub23@superior.tp foi celebrado em 01/09/2010.

Para além destes três acordos, e por via da Portaria 272/2011 de 23 de setembro, foi criado ainda o título de transporte intermodal "Passe Social+", destinado a pessoas singulares cujo agregado familiar aufera rendimentos comprovadamente reduzidos.

Assim, a empresa reconhece estas subvenções, ao abrigo desses contratos com influência tarifária, na rubrica Rêdito das vendas e dos serviços prestados - transporte público de passageiros.

## 22. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

Foram constituídas as seguintes provisões:

- Processos judiciais em curso: de acordo com os encargos que a empresa poderá vir a suportar por processos pendentes em Tribunal no final de cada exercício e correspondendo ao valor previsível global.

- Acidentes de trabalho e doenças profissionais: conforme os encargos que a STCP deverá vir a suportar no futuro pelas pensões vigentes em 31 de dezembro de 2012. Até fevereiro de 1998, a empresa foi autoseguradora relativamente a estes acidentes, existindo no entanto um seguro parcial para grandes riscos. A partir de 1 de março de 1998, a empresa transferiu para uma seguradora a responsabilidade decorrente de acidentes de trabalho, com franquia de 30 dias. A partir de 1 de março de 2010, a responsabilidade decorrente de acidentes de trabalho deixou de contemplar franquia.

- Outros riscos e encargos: segundo os encargos que a STCP poderá vir a suportar por processos de sinistros ocorridos, da sua responsabilidade, pendentes em 31 de dezembro de 2012, bem como por encargos decorrentes de outros riscos existentes nessa mesma data (nomeadamente para fazer face aos compromissos assumidos com prejuízos em associadas).

Movimento ocorrido nas provisões, nos anos de 2012 e de 2011:

	2012			
	Saldo Inicial	Aumentos	Reversões	Saldo Final
Processos judiciais em curso	1.886.497,02	952.054,85		2.838.551,87
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	484.691,43		9.397,42	475.294,01
Outras Provisões (*)	1.612.414,10	1.617.115,50	22.537,79	3.206.991,81
	<b>3.983.602,55</b>	<b>2.569.170,35</b>	<b>31.935,21</b>	<b>6.520.837,69</b>
<b>(Aumentos) e reduções de provisões</b>			<b>-2.537.235,14</b>	

(\*) Foi constituída uma provisão para a associada TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE, no valor de 1.445.339 euros, na proporção dos capitais próprios negativos da associada a 31.12.2012.



	2011			
	Saldo Inicial	Aumentos	Reversões	Saldo Final
Processos judiciais em curso	1.897.786,41		11.289,39	1.886.497,02
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	528.091,61		43.400,18	484.691,43
Outras Provisões (*)	2.173.885,00	112.414,10	673.885,00	1.612.414,10
	<b>4.599.763,02</b>	<b>112.414,10</b>	<b>728.574,57</b>	<b>3.983.602,55</b>
<b>(Aumentos) e reduções de provisões</b>			<b>616.160,47</b>	

A empresa tem pendentes contra si dois processos judiciais cujos valores são materialmente relevantes, mas não provisionados:

- Processo judicial em que é autor o Município do Porto, proposto também contra o Estado Português, no qual é reivindicado parte do património imobiliário da empresa.
- Processo judicial, instaurado pela ANTROP, contra o Estado Português, sendo contra interessadas a STCP, S.A. e a CARRIS, no qual se pede a anulação da decisão do Conselho de Ministros nº 52/2003, de 27 de março, que atribui àqueles operadores, nesse ano, determinados montantes de Indemnizações Compensatórias.

Trata-se, nestes dois casos, de processos cuja responsabilidade é do Estado Português, respetivamente na sua qualidade de acionista e de responsável pela compensação do serviço público prestado.

O facto de a STCP não ter efetuado o provisionamento de quaisquer valores no que respeita aos processos judiciais referidos decorre do seu entendimento sobre a efetiva e legítima titularidade dos imóveis e, em segunda linha, sobre a responsabilidade do Estado nas matérias em litígio:

- No processo intentado pelo Município do Porto contra a STCP e o Estado Português acerca da propriedade dos terrenos e outros ativos imobiliários integrados no património da empresa aquando da sua transformação em sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos em 1994, por transformação do então designado Serviço de Transportes Colectivos do Porto, tem a empresa a convicção que o desfecho deste processo judicial será a confirmação de que os ativos em causa lhe pertencem e que, na hipótese de diferente resultado, é ao Estado e não à empresa que incumbe a solução prevista também na PI: eventual pagamento de uma indemnização ao Município equivalente ao valor que

for atribuído ao(s) imóvel (imóveis) que eventualmente a sentença final viesse a decidir pertencer(em) a este último. Esta ação encontra-se ainda numa fase de avaliação sobre se o Tribunal tem competência para julgar este processo, não sendo expectável desfecho definitivo nos próximos anos.

- No processo movido pela ANTROP contra o Estado Português e contra a STCP e Carris sobre a atribuição, em 2003, dos montantes das Indemnizações Compensatórias às duas empresas, o Estado já dispõe dos dados necessários para comprovar que a verba atribuída à STCP (única que nos compete saber) não foi sequer suficiente para cobrir os custos a mais suportados com o serviço de natureza social que lhe é imposto nas obrigações de serviço público cumpridas nesse ano. O montante que pudesse eventualmente ser objeto de devolução ao Estado Português deveria ser atribuído à STCP como aumento de capital, na sua qualidade de acionista único.

Do acima exposto, podemos concluir que estes passivos são contingentes porque a possibilidade de ocorrência de qualquer reembolso futuro é inferior a 50% e porque não é possível estimar o montante dos eventuais reembolsos futuros nem o seu prazo de ocorrência. Desta forma não é possível calcular uma estimativa do seu efeito financeiro.

## 23. SUBSÍDIOS

Movimentos mais relevantes em subsídios nos exercícios de 2012 e de 2011:

Subsídios	2012				
	Montante total	Montante recebido	Montante por receber	Rédito do período	Rédito acumulado
<b>Subsídios à exploração:</b>	<b>10.728.612,45</b>	<b>10.211.320,75</b>	<b>517.291,70</b>	<b>10.728.612,45</b>	
Orçamento do estado	10.211.320,75	10.211.320,75		10.211.320,75	
Inst.Gest.Fin.Seg.Soc.- PAll	517.291,70		517.291,70	517.291,70	
<b>Subsídios relacionados com ativos</b>	<b>6.925.105,90</b>	<b>3.560,60</b>		<b>170.179,88</b>	<b>6.393.505,21</b>
Ativos tangíveis	6.837.036,96	3.560,60		169.875,92	6.313.754,08
- Edifícios e outras construções	330.531,01			4.245,24	243.896,58
- Equipamento básico	6.305.516,04	3.560,60		161.607,35	5.942.045,31
- Equipamento administrativo	74.352,85			1.240,85	72.677,18
- Outros ativos fixos tangíveis	55.135,01			2.782,48	55.135,01
- Ativos tangíveis em curso	71.502,05				
Propriedades investimento	15.397,52				7.236,38
- Edifícios	15.397,52				7.236,38
Ativos intangíveis	72.671,42			303,96	72.514,75
Programas de computador	72.671,42			303,96	72.514,75
	<b>17.653.718,35</b>	<b>10.214.881,35</b>	<b>517.291,70</b>	<b>10.898.792,33</b>	<b>6.393.505,21</b>



Subsídios	2011				
	Montante total	Montante recebido	Montante por receber	Rédito do período	Rédito acumulado
<b>Subsídios à exploração</b>	<b>18.868.926,96</b>	<b>17.870.608,53</b>	<b>998.318,43</b>	<b>18.868.926,96</b>	
Orçamento do estado	17.870.608,53	17.870.608,53		17.870.608,53	
Inst.Gest.Fin.Seg.Soc.- PAll	998.318,43		998.318,43	998.318,43	
<b>Subsídios rel. com ativos</b>	<b>6.957.022,41</b>			<b>426.834,31</b>	<b>6.258.802,44</b>
Ativos tangíveis	6.868.953,47			426.530,35	6.179.355,27
- Edifícios e outras construções	330.531,01			4.245,24	239.651,34
- Equipamento básico	6.349.101,32			417.396,65	5.844.848,58
- Equipamento de transporte					
- Equipamento administrativo	73.943,12			1.178,48	71.436,33
- Outros ativos fixos tangíveis	26.201,50			3.709,98	23.419,02
- Ativos tangíveis em curso	89.176,52				
Propriedades investimento	15.397,52				7.236,38
- Edifícios	15.397,52				7.236,38
Ativos intangíveis	72.671,42			303,96	72.210,79
Programas de computador	72.671,42			303,96	72.210,79
	<b>25.825.949,37</b>	<b>17.870.608,53</b>	<b>998.318,43</b>	<b>19.295.761,27</b>	<b>6.258.802,44</b>

A STCP está submetida a um regime de preços administrativos, o que implica a atribuição pelo Governo de indemnizações compensatórias não reembolsáveis para financiar parcialmente as suas operações no cumprimento das obrigações de serviço público. A STCP segue o critério de registar como subsídios à exploração as indemnizações compensatórias no exercício em que as mesmas são atribuídas.

## 24. ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO

No exercício de 2012 e 2011 não ocorreram operações em moeda estrangeira.

## 25. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Em 05 de abril, foi proferido o Acórdão nº187/2013 do Tribunal Constitucional que declarou, com força obrigatória geral, inconstitucional a norma do artigo 29º da Lei 66-B/2012 de 31 de dezembro.

Essa decisão determina o pagamento pela Empresa, do subsídio de férias ou quaisquer prestações correspondentes ao 14º mês, esperando-se um impacto nos resultados do período de 1.686.506,76 Euros.

## 26. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A empresa está sujeita ao regime geral de IRC. Dada a sua situação deficitária, suporta apenas os encargos decorrentes da tributação autónoma e efetua o pagamento especial por conta a que se encontra obrigada.

Face ao exposto, não se procedeu ao reconhecimento de qualquer ativo ou passivo por impostos diferidos, por não

se prever a possibilidade de dedução a lucros fiscais futuros dos prejuízos fiscais reportáveis até à data.

A 31 de dezembro de 2012, os prejuízos fiscais reportáveis ascendiam a 112.370.189,70 euros, conforme detalhe abaixo:

Anos	Prejuízos fiscais
2006	20.309.815,49
2007	24.714.364,80
2008	22.643.194,03
2009	19.864.827,20
2010	6.223.946,09
2011	18.614.042,09
	<b>112.370.189,70</b>

## 27. MATÉRIAS AMBIENTAIS

No exercício de 2012 e 2011 não temos informação relevante a relatar.



## 28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### 28.1. Identificação dos ativos e passivos financeiros

Categorias de ativos e passivos financeiros, em 31 de dezembro de 2012 e de 2011:

Ativos Financeiros - Ano de 2012	Empréstimos concedidos e Contas a receber	Disponíveis para venda	Não abrangidos IFRS7	Total
<b>Ativos não correntes</b>	<b>174.529,58</b>	<b>25.000,00</b>		<b>199.529,58</b>
Participações financeiras pelo método do custo		25.000,00		25.000,00
Outros ativos financeiros	174.529,58			174.529,58
<b>Ativos correntes</b>	<b>3.576.802,56</b>		<b>1.007.736,15</b>	<b>4.584.538,71</b>
Clientes	1.677.976,56			1.677.976,56
Outras contas a receber	1.552.959,09		1.007.736,15	2.560.695,24
Caixa e depósitos bancários	345.866,91			345.866,91
	<b>3.751.332,14</b>	<b>25.000,00</b>	<b>1.007.736,15</b>	<b>4.784.068,29</b>

Passivos Financeiros - Ano de 2012	Passivos financeiros ao custo amortizado	Passivos financeiros valorizados ao Justo Valor através de resultados	Não abrangidos IFRS7	Total
<b>Passivos não correntes</b>	<b>219.940.216,26</b>	<b>112.516.619,98</b>	<b>17.885.512,97</b>	<b>350.342.349,21</b>
Financiamentos obtidos	219.940.216,26		17.885.512,97	237.825.729,23
Outros passivos financeiros		112.516.619,98		112.516.619,98
<b>Passivos correntes</b>	<b>133.270.224,39</b>	<b>413.535,41</b>	<b>7.747.566,67</b>	<b>141.431.326,47</b>
Fornecedores	4.301.699,64			4.301.699,64
Financiamentos obtidos	128.528.361,67		4.310.500,86	132.838.862,53
Outras contas a pagar	440.163,08		3.437.065,81	3.877.228,89
Outros passivos financeiros		413.535,41		413.535,41
	<b>353.210.440,65</b>	<b>112.930.155,39</b>	<b>25.633.079,64</b>	<b>491.773.675,68</b>

Ativos Financeiros - Ano de 2011	Empréstimos concedidos e Contas a receber	Disponíveis para venda	Não abrangidos IFRS7	Total
<b>Ativos não correntes</b>		25.000,00		<b>25.000,00</b>
Participações financeiras pelo método do custo		25.000,00		25.000,00
<b>Ativos correntes</b>	<b>7.100.723,46</b>		<b>2.329.837,70</b>	<b>9.430.561,16</b>
Clientes	4.761.308,14			4.761.308,14
Outras contas a receber	1.208.281,08		2.329.837,70	3.538.118,78
Caixa e depósitos bancários	1.131.134,24			1.131.134,24
	<b>7.100.723,46</b>	<b>25.000,00</b>	<b>2.329.837,70</b>	<b>9.455.561,16</b>

Passivos Financeiros - Ano de 2011	Passivos financeiros ao custo amortizado	Passivos financeiros valorizados ao Justo Valor através de resultados	Não abrangidos IFRS7	Total
<b>Passivos não correntes</b>	<b>219.902.816,62</b>	<b>70.247.227,60</b>	<b>22.442.992,28</b>	<b>312.593.036,50</b>
Financiamentos obtidos	219.902.816,62		22.442.992,28	242.345.808,90
Outros passivos financeiros		70.247.227,60		70.247.227,60
<b>Passivos correntes</b>	<b>112.691.502,50</b>	<b>139.702,95</b>	<b>7.952.596,71</b>	<b>120.783.802,16</b>
Fornecedores	4.569.034,23			4.569.034,23
Financiamentos obtidos	106.469.953,87		4.154.165,60	110.624.119,47
Outras contas a pagar	1.652.514,40		3.798.431,11	5.450.945,51
Outros passivos financeiros		139.702,95		139.702,95
	<b>332.594.319,12</b>	<b>70.386.930,55</b>	<b>30.395.588,99</b>	<b>433.376.838,66</b>

Em 2012 e 2011, a STCP apenas dispunha de ativos e passivos financeiros classificados como:

- Empréstimos concedidos e contas a receber;
- Disponíveis para venda;
- Passivos financeiros valorizados ao custo amortizado;
- Passivos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados.

De acordo com o ponto 29 da IFRS7, alínea a), quando a quantia escriturada é uma aproximação razoável do justo valor, como para os instrumentos financeiros tais como contas comerciais a receber ou a pagar a curto prazo, não é necessária a divulgação do seu justo valor. Em 2012 e 2011, encontram-se nesta situação as rubricas de clientes, outras contas a receber, caixa e depósitos bancários e outras contas a pagar.



A rubrica Participações financeiras pelo método do custo, encontra-se mensurada ao custo, e refere-se a uma participação numa empresa não cotada num mercado ativo, pelo que o seu justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade (exceção prevista no ponto 29 alínea b) da IFRS7). Assim, não procedemos à sua divulgação.

Restam os instrumentos financeiros derivados, incluídos na rubrica Outros passivos financeiros, já escriturados ao justo valor.

## 28.1.1. Financiamentos obtidos

Detalhe do financiamento em 31 de dezembro de 2012 e de 2011:

2012						
Financiamentos obtidos	Total	Custo amortizado Corrente	Não Corrente	Total	Montante nominal Corrente	Não Corrente
<b>Inst. crédito e sociedades financeiras</b>	<b>149.676.361,11</b>	<b>131.790.848,14</b>	<b>17.885.512,97</b>	<b>149.214.044,38</b>	<b>131.328.531,41</b>	<b>17.885.512,97</b>
Emprést. bancários	119.885.398,64	119.885.398,64		119.444.000,00	119.444.000,00	
Emprést. descobertos bancários	7.594.948,64	7.594.948,64		7.594.948,64	7.594.948,64	
Locação Financeira	22.196.013,83	4.310.500,86	17.885.512,97	22.175.095,74	4.289.582,77	17.885.512,97
<b>Mercado de Valores Mobiliários</b>	<b>220.988.230,65</b>	<b>1.048.014,39</b>	<b>219.940.216,26</b>	<b>220.000.000,00</b>		<b>220.000.000,00</b>
Emprést. obrig. não convertíveis	220.988.230,65	1.048.014,39	219.940.216,26	220.000.000,00		220.000.000,00
Emp. obrigacionista 07	99.999.733,91	35.457,10	99.964.276,81	100.000.000,00		100.000.000,00
Emp. obrigacionista 09	120.988.496,74	1.012.557,29	119.975.939,45	120.000.000,00		120.000.000,00
	<b>370.664.591,76</b>	<b>132.838.862,53</b>	<b>237.825.729,23</b>	<b>369.214.044,38</b>	<b>131.328.531,41</b>	<b>237.885.512,97</b>
2011						
Financiamentos obtidos	Total	Custo amortizado Corrente	Não Corrente	Total	Montante nominal Corrente	Não Corrente
<b>Inst. crédito e sociedades financeiras</b>	<b>131.823.112,49</b>	<b>109.380.120,21</b>	<b>22.442.992,28</b>	<b>131.137.543,70</b>	<b>108.694.551,42</b>	<b>22.442.992,28</b>
Emprést. bancários	71.927.052,91	71.927.052,91		71.500.000,00	71.500.000,00	
Emprést. descobertos bancários	33.298.901,70	33.298.901,70		33.071.162,99	33.071.162,99	
Locação Financeira	26.597.157,88	4.154.165,60	22.442.992,28	26.566.380,71	4.123.388,43	22.442.992,28
<b>Mercado de Valores Mobiliários</b>	<b>221.146.815,88</b>	<b>1.243.999,26</b>	<b>219.902.816,62</b>	<b>220.000.000,00</b>		<b>220.000.000,00</b>
Emprést. obrig. não convertíveis	221.146.815,88	1.243.999,26	219.902.816,62	220.000.000,00		220.000.000,00
Emp. obrigacionista 07	100.195.126,68	235.198,28	99.959.928,40	100.000.000,00		100.000.000,00
Emp. obrigacionista 09	120.951.689,20	1.008.800,98	119.942.888,22	120.000.000,00		120.000.000,00
	<b>352.969.928,37</b>	<b>110.624.119,47</b>	<b>242.345.808,90</b>	<b>351.137.543,70</b>	<b>108.694.551,42</b>	<b>242.442.992,28</b>

Todos os empréstimos estão denominados em euros.

Os empréstimos denominados correntes, compostos por linhas de contas correntes caucionadas e descobertos autorizados, tinham, a 31 de dezembro de 2012, a utilização imposta por uma gestão financeira racional, e utilização integral dos hot money's e mútuos, globalmente 15 linhas de apoio à tesouraria.

As condições de financiamento, no ano em análise, para os empréstimos e descobertos bancários correntes foram negociados dentro das contingências de mercado: limites restritivos, degradação das condições financeiras e encurtamento das maturidades.

Em 2011 e 2012, a negociação fixou o spread mais alto em 8%.

A 31 de dezembro de 2012, a taxa euribor 1M era o indexante mais usado acompanhando a periodicidade de pagamento de juros.

O grupo de empréstimos não correntes, em vigor a 31 de dezembro de 2012, caracteriza-se como se segue:

· Em junho de 2007, a empresa emitiu um empréstimo obrigacionista no montante de 100 milhões de euros, por 15 anos. A subscrição foi privada e direta. A taxa é variável, indexada à Euribor a 6 meses. Existe Call-Option, a partir do 5º ano, total ou parcial. Para esta operação foi pedida e admitida a negociação em mercado regulamentado no início do ano de 2011.

· Em outubro de 2009, a empresa contraiu um empréstimo obrigacionista a 5 anos no montante de 120.000 milhares de Euros. O reembolso do empréstimo efetuar-se-á ao valor nominal, no final do prazo da emissão. Este empréstimo foi admitido à negociação em mercado regulamentado.

Estes dois financiamentos usufruem da Garantia Pessoal do Estado Português.

Pelo contrato de Garantia, a República Portuguesa garante incondicional e irrevogavelmente o pagamento dos montantes correspondentes ao capital e juros exigíveis nos termos e condições dos contratos.

A generalidade dos contratos de financiamento em vigor têm, no seu clausulado, um conjunto de "covenants" habitual, e que prevê as situações habitualmente designadas de default, cross default, negative pledge e pari passu, acordadas e aceites pelas contrapartes.

Há a assinalar também a existência de cláusulas de ownership do Estado Português.

Os "covenants" acordados não têm, na generalidade, correspondência em termos de indicadores, com exceção das cláusulas de ownership que obrigam à detenção do capital de empresa integralmente pelo Estado Português, ou noutros casos, à maioria de detenção, ou seja, mais de 50% do mesmo capital.

As condições de financiamento dos empréstimos não correntes vigentes, em 2012, são as seguintes:

Empréstimo	Vencimento	Taxa juro	Periodicidade
<b>Empréstimos obrigacionistas não convertíveis</b>			
Obrigacionista 2007	05-Jun-22	Euribor6M+0,0069%	Semestral
Obrigacionista 2009	09-Out-14	3,61%	Semestral

Em 31 de dezembro de 2012, a empresa não regista situações de incumprimento em nenhum dos empréstimos contraídos.



## 28.1.2. Outros ativos financeiros

### 28.1.2.1. Não corrente

A rubrica Outros ativos financeiros não correntes, em 31 de dezembro de 2012 e 2011, inclui os empréstimos concedidos, sob a forma de prestações suplementares, à participada STCP Serviços.

Outros ativos financeiros	2012	2011
Empréstimos concedidos a empresas subsidiárias	1.510.000,00	1.510.000,00
Quantia bruta	1.510.000,00	1.510.000,00
Perdas por Imparidade acumuladas	-1.335.470,42	-1.510.000,00
Quantia escriturada	174.529,58	0,00

Em 31 de dezembro de 2011, e atendendo à decisão tomada pelo sócio único relativamente ao futuro da operação da participada STCP SERVIÇOS, o Conselho de Administração entendeu prudencialmente que este ativo se encontrava em imparidade, tendo sido valorizada a respetiva perda no montante de 1,51 milhões euros. Em 31 de dezembro de 2012 verificou-se que esta imparidade era excessiva, procedendo-se à reversão de 174.529,58 euros.

### 28.1.3. Outros passivos financeiros

A empresa detém, desde 2007, duas operações de cobertura do risco de taxa de juro que replicam 50% do valor nominal do empréstimo obrigacionista emitido no mesmo ano. A maturidade destas operações atinge-se em 2022.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o justo valor destes instrumentos financeiros derivados era o seguinte:

### 28.1.2.2. Corrente

Nada a referir.

2012					
Financiamento coberto	Montante nominal	Maturidade	Justo valor	Corrente	Não corrente
Obrigacionista 2007	25.000.000	05-Jun-22	-101.433.437,41	-265.425,69	-101.168.011,72
Obrigacionista 2007	25.000.000	05-Jun-22	-11.496.717,98	-148.109,72	-11.348.608,26
<b>Outros passivos financeiros</b>			<b>-112.930.155,39</b>	<b>-413.535,41</b>	<b>-112.516.619,98</b>

2011					
Financiamento coberto	Montante nominal	Maturidade	Justo valor	Corrente	Não corrente
Obrigacionista 2007	25.000.000	05-Jun-22	-62.230.601,55	-93.016,60	-62.137.584,95
Obrigacionista 2007	25.000.000	05-Jun-22	-8.156.329,00	-46.686,35	-8.109.642,65
<b>Outros passivos financeiros</b>			<b>-70.386.930,55</b>	<b>-139.702,95</b>	<b>-70.247.227,60</b>

## Breve descrição das operações e evolução do seu justo valor (MTM)

### a) 14,5 YEARS RANGE ACCRUAL SWAP

Esta estrutura tem duas partes distintas. Na primeira fase, correspondente aos 3 primeiros anos, a STCP paga taxa fixa e recebeu taxa variável. Na segunda fase, após 2010, a STCP passou a pagar um *spread* adicional sobre a taxa fixa, aplicável na percentagem do número de dias do período de contagem de juros em que CMS10Y se situe abaixo de 2,75% ou, em alternativa, CMS10Y-2Y *spread* seja inferior a -0,25%.

### b) 14,5 YEARS CUMULATIVE CAP&FLOOR WITH DIGICOUPON SWAP

Na fase inicial – 3 primeiros anos – esta estrutura assemelha-se a um *vanilla swap* no qual a STCP recebia taxa variável e pagava taxa fixa. Na fase subsequente, após 2010, à taxa fixa acresce um *spread* adicional, dependente das variações da Euribor a 3 meses. Para que o *spread* adicional seja nulo a Euribor a 3 meses nunca pode estar abaixo de 2% ou acima de 6%. Nos períodos em que a Euribor esteja fora do intervalo, o *spread* adicional corresponde à diferença entre os limites das barreiras e a Euribor a 3 meses majorado por um multiplicador. O *spread* resultante é incorporado no cupão seguinte, por via dos efeitos cumulativos. Quando a Euribor voltar a situar-se dentro do intervalo, a estrutura de cobertura tem um *digicoupon* determinado, que mais não é do que um “efeito acelerador” de anulação dos efeitos cumulativos dos cupões anteriores.

Os instrumentos de derivados estão valorizados ao justo valor, sendo o seu cálculo efetuado pelas respetivas contrapartes, as instituições financeiras com quem a STCP contratou. A sua determinação é efetuada com base em modelos de avaliação de Opções (*Option Pricing Models*) e de Desconto de Fluxos de Caixa Futuros (*Discount Cash-Flow Model*) adequados a instrumentos derivados não cotados em bolsa de valores (instrumentos derivados OTC).

A valorização do swap de taxa de juro é indicativa e representativa das condições de mercado existentes à data de referência. O swap pode incorrer em ajustes significativos no justo valor em resultado de relativamente pequenas variações das variáveis críticas, risco de mercado, como também pela verificação de condições anormais da liquidez do mercado, risco de liquidez, ou pela sensibilidade, directa ou indirecta, a outro tipo de factores, riscos de natureza diversa (risco crédito ou risco sistémico).

Por Despacho nº 1979/2012-SET, publicado a 30-11-2012 - Gestão das Operações de Derivados Financeiros das Empresas Publicas Não Financeiras, à STCP não é permitido contratar, reestruturar, cancelar ou transferir posição em instrumentos financeiros sem o parecer prévio favorável da Agencia de Gestão da Tesouraria e da Divida Pública.

As variações no justo valor, ocorridas nos exercícios de 2012 e 2011, foram reconhecidas diretamente em resultados, nas rubricas Perdas por redução de justo valor em instrumentos financeiros (nota 11), enquadradas na demonstração dos resultados por natureza na rubrica Juros e rendimentos similares obtidos.

Embora estes instrumentos derivados tenham sido contratados no âmbito de uma política de cobertura do risco da variação da taxa de juro, não se encontram reunidas todas as condições necessárias para o enquadramento contabilístico das operações como contabilidade de cobertura.

A 31 de dezembro de 2012 o justo valor das duas operações era significativamente negativo, no montante de 113 milhões de euros. Uma variação negativa de 43 milhões de euros face a 2011, traduzindo a instabilidade no mercado monetário/swap e, acima de tudo, a expectativa da continuação do cenário de manutenção das taxas de juro em mínimos históricos.

Detalhe das variações de justo valor, em 2012 e 2011:

Financiamento coberto	Montante nocional	Maturidade	2012	2011
Obrigacionista 2007	25.000.000	05-Jun-22	-39.030.426,77	-28.230.602,18
Obrigacionista 2007	25.000.000	05-Jun-22	-3.238.965,61	-5.800.885,39
			<b>-42.269.392,38</b>	<b>-34.031.487,57</b>



## 28.2. Gestão de riscos

### 28.2.1. Riscos de mercado

#### 28.2.1.1. Risco de taxa de juro

A política de gestão do risco de taxa de juro tem por objetivo o controlo e a minimização dos custos da dívida dentro das contingências atuais da negociação e da concessão do crédito.

A dívida da empresa a instituições financeiras encontra-se, na sua maioria, diretamente exposta ao risco de variação de taxas de juro. A empresa detém apenas uma operação de financiamento a taxa fixa, no que se refere ao médio e longo prazo.

A empresa detém duas estruturas de cobertura cujo objetivo de contratação foi a redução da exposição ao risco de taxa de juro.

A empresa está essencialmente exposta às variações da taxa Euribor 1M, taxa Euribor 3M nas operações de curto prazo e à taxa Euribor de 6M, no que se refere ao financiamento de médio e longo prazo. Está também exposta às variações das taxas de 2 e 10 anos, bem como à correlação entre estes dois indexantes.

##### Análise de sensibilidade

###### a) Operações de *swap*

Estima-se que na estrutura de cobertura 14,5 YEARS RANGE ACCRUAL SWAP, uma variação de +1% das taxas forward provocaria uma melhoria de 6,3 milhões de euros no seu valor de mercado, ao mesmo tempo que para uma variação de -1% implicaria um agravamento em 6 milhões de euros.

Na operação de cobertura 14,5 YEARS CUMULATIVE CAP&FLOOR WITH DIGICOUPOON SWAP, uma variação de +1% das taxas forward provocaria uma melhoria de 38,5 milhões de euros no seu valor de mercado. Para este instrumento não foi efetuada análise de sensibilidade para variações de -1% pois ao nível atual das taxas, uma variação deste nível não permitiria qualquer tipo de análise coerente.

###### b) Operações não correntes

Efetuada uma análise de sensibilidade à exposição do empréstimo obrigacionista de 100 milhões de euros e das operações de leasing financeiro, médio prazo, os encargos apresentariam, face à previsão de 2013, um incremento

de mais 585 mil euros, para uma variação de mais 1% na taxa de juro.

A emissão de obrigações de 120 milhões de euros pelo prazo de 5 anos tem a taxa de juro de cupão fixada, não estando por isso exposta ao risco de flutuação de taxa.

###### c) Operações correntes

A dívida corrente está exposta a variações de taxa, euribor a 1 e a 3 meses, e a variações de spread, no contexto atual mais gravosos, variáveis e significativos que os próprios indexantes. A composição, já atrás descrita, comporta 15 linhas cujo montante a 31 de dezembro ascendia a cerca de 148 milhões de euros.

Efetuada uma análise de sensibilidade, uma variação do nível de taxa de +1% na taxa de juro implicaria um aumento de 1,3 milhões de euros face aos encargos previstos para o ano de 2013, tendo por base de cálculo a dívida existente utilizada em 31 de dezembro de 2012.

#### 28.2.1.2. Risco de subida do preço do crédito

A empresa, pela parcela de dívida de curto prazo que gere, está exposta ao comportamento dos preços de crédito de mercado, o que foi considerado um novo risco pelo seu comportamento desde o ano de 2011. O risco de subidas constantes e manutenção em alta do preço do crédito continua a induzir um efeito muito negativo nos Resultados Financeiros.

#### 28.2.1.3. Risco de taxa de câmbio

Pela sua natureza a empresa não está exposta a este risco.

#### 28.2.1.4. Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez é de uma importância muito relevante numa empresa que não gera excedente de tesouraria suficiente para se auto-sustentar.

O modelo de financiamento assenta em capitais alheios e a política de gestão deste risco assenta na garantia de cumprimento atempado e cabal dos compromissos assumidos com todos os parceiros de atividade - empregados, fornecedores e banca.

Com a finalidade de mitigar este risco a empresa:

1) Procede ao planeamento da tesouraria da empresa para um horizonte temporal alargado, reportando mensalmente à Tutela;

2) Procura dispor de um leque de apoios de curto prazo com as melhores condições que o mercado oferece, e focaliza-se na obtenção de uma parcela de conforto e segurança, para a eventualidade de estrangulamento de tesouraria, como uma reserva de liquidez;

3) Sempre que possível procura diversificar fontes de investimento e também maturidades, procedendo igualmente a consolidações de passivo dentro das condicionantes conjunturais e de mercado;

4) Tem presente os princípios orientadores para o sector, tentando antecipar contingências e reportando às Tutelas as previsões e execuções em curso;

5) E, por último, escolhe contrapartes credíveis para parcerias numa ótica de continuidade.

As responsabilidades com os *cash flows* futuros relativos aos empréstimos não correntes, são os seguintes:

Anos	Juros	Reembolso	Cash-flow
2013	4.686.945,83		4.686.945,83
2014	4.686.945,83	120.000.000,00	124.686.945,83
2015	353.745,83		353.745,83
2016	353.745,83		353.745,83
2017	353.745,83		353.745,83
2018	353.745,83		353.745,83
2019	353.745,83		353.745,83
2020	353.745,83		353.745,83
2021	353.745,83		353.745,83
2022	176.388,33	100.000.000,00	100.176.388,33

Reportado a 31 de dezembro de 2012, a empresa possuía cerca de 149 milhões de euros de linhas de curto prazo, disponíveis para utilização.



### 28.2.1.5. Risco de crédito

A política de gestão do risco de crédito tem por objetivo garantir a cobrança do crédito sobre terceiros concedido no âmbito da sua atividade principal e prestações de serviço acessórias, a cuja exposição a empresa está sujeita, pretendendo-se que o crédito seja liquidado em conformidade com as condições acordadas.

Para mitigar este risco a empresa analisa e acompanha a carteira de crédito concedido, implementando procedimentos tendentes a diminuir as situações de incumprimento.

Entende-se que, em 31 de dezembro de 2012 e 2011, as perdas por imparidade registradas, resultantes de dívidas a receber, refletem a realidade do risco de incobrabilidade assumido.

Detalhe da rubrica de Clientes e Outros devedores, atendendo ao seu vencimento e recuperabilidade:

	2012	2011
<b>Sem registo de imparidade</b>		
<b>Clientes c/c</b>	<b>1.677.976,56</b>	<b>4.761.308,14</b>
<b>Não vencido</b>	<b>1.604.253,15</b>	<b>4.663.053,34</b>
<b>Vencido</b>	<b>73.723,41</b>	<b>98.254,80</b>
<30	6.065,75	29.735,05
<60	5.321,05	21.439,88
<90	2.842,35	16.194,30
<120	20.839,32	8.792,40
<180	1.333,34	8.013,37
>=180	37.321,60	14.079,80
<b>Com registo de imparidade</b>		
<b>Clientes c/c</b>	<b>6.890,00</b>	
<b>Vencido</b>	<b>6.890,00</b>	
>=180	6.890,00	

	2012	2011
<b>Sem registo de imparidade</b>		
<b>Outros devedores</b>	<b>1.249.870,59</b>	<b>865.546,81</b>
<b>Não vencido</b>	<b>179.914,42</b>	<b>337.512,24</b>
<b>Vencido</b>	<b>1.069.956,17</b>	<b>528.034,57</b>
<30	235.589,30	76.035,78
<60	95.932,91	62.543,78
<90	102.300,73	105.668,04
<120	133.241,56	62.687,99
<180	268.571,12	62.714,69
>=180	234.320,55	158.384,29
<b>Com registo de imparidade</b>		
<b>Outros devedores</b>	<b>913.342,54</b>	<b>909.642,54</b>
<b>Vencido</b>	<b>913.342,54</b>	<b>909.642,54</b>
>=180	913.342,54	909.642,54

As dívidas em mora há mais de 90 dias são essencialmente de entidades de capitais exclusivamente públicos. As análises do risco de incobrabilidade foram efetuadas, tendo sido reforçadas as imparidades, no exercício de 2012, em 10.590,00 euros para dívidas de clientes e outros devedores. Desta forma, em 31 de dezembro de 2012, as imparidades clientes e outros devedores ascendem a 920.232,54 euros. As imparidades acumuladas que transitam de exercícios anteriores referem-se à dívida a seguir indicada:

- 910 milhares de euros relativos à indemnização, debitada ao Município do Porto, pelos custos diretos sofridos pela STCP com a remoção da via férrea de tração elétrica nos troços compreendidos entre a Praça Cidade S. Salvador e a Praça Gonçalves Zarco.

### 28.2.2. Covenants

Na contratação das operações financeiras, a empresa diligencia no sentido de aceitar menores restrições contratuais possíveis no que diz respeito nomeadamente à livre disponibilização do seu património e à titularidade do seu capital. A empresa tem como política negociar e aceitar apenas as cláusulas contratuais que correspondam ao *standard* de mercado, limitada sempre à sua capacidade de negociação.

## 28.3. Gastos, rendimentos, perdas e ganhos

Os gastos e perdas, bem como os ganhos e rendimentos, relativos aos empréstimos obtidos e aos instrumentos financeiros derivados encontram-se detalhados na nota 11.

## 28.4. Instrumentos de capital próprio

### 28.4.1. Capital social

Em 2012 e 2011, a quantia escriturada do capital social emitido pela empresa corresponde apenas à rubrica Capital social, no montante de 79.649 milhares de euros, e encontra-se totalmente realizada. O capital social é representado por 15.929.800 ações em forma meramente escritural, com o valor nominal de 5 euros cada.

Nos dois exercícios não ocorreram quaisquer movimentos no capital social da empresa, de que o Estado Português é detentor de 100%.

### 28.4.2. Reservas

Rubrica de Reservas em 31 de dezembro de 2012 e de 2011:

Reservas	2012	2011
<b>Reservas legais</b>	<b>74.907,42</b>	<b>74.907,42</b>
<b>Outras reservas</b>	<b>25.727,80</b>	<b>25.727,80</b>
Outras reservas - Reservas livres	25.256,95	25.256,95
Outras reservas - Fundo de auxílio ao pessoal	470,85	470,85



### 28.4.3. Excedente de revalorização

Movimento do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis, em 2012 e 2011:

	Ativos fixos tangíveis
<b>Saldo a 01.01.2011</b>	<b>45.960.129,43</b>
Amortizações	-1.102.720,45
<b>Saldo a 31.12.2011</b>	<b>44.857.408,98</b>
<b>Saldo a 01.01.2012</b>	<b>44.857.408,98</b>
Amortizações	-734.284,41
Reversão da Revalorização (*)	-4.877.621,53
Aumento da Revalorização	1.562.843,09
<b>Saldo a 31.12.2012</b>	<b>40.808.346,13</b>

(\*) O montante de 661.000 euros diz respeito à reversão de perdas com imparidade de propriedades de investimento que transitaram em 2010 de ativos fixos tangíveis com reserva de revalorização constituída.

### 28.4.4. Ajustamentos em ativos financeiros

Ajustamentos em ativos financeiros em 31 de dezembro de 2012 e de 2011:

	2012	2011
Ajustamentos de transição	-32.560,03	-32.560,03
STCP Serviços	-5.000,00	-5.000,00
Transpublicidade	-27.560,03	-27.560,03
Lucros Não Distribuidos	154.796,62	154.796,62
Transpublicidade	154.796,62	154.796,62
<b>Ajustamentos em activos financeiros - relativos ao MEP</b>	<b>122.236,59</b>	<b>122.236,59</b>

### 28.4.5. Outras variações nos capitais próprios

Outras variações nos capitais próprios em 31 de dezembro de 2012 e de 2011:

	2012	2011
Subsídios relacionados com ativos	531.600,69	698.219,97
Doações	281.048,63	281.048,63
<b>Outras Variações no capital próprio</b>	<b>812.649,32</b>	<b>979.268,60</b>

### 28.4.6. Resultado por ação

Resultados por ação nos anos de 2012 e de 2011:

	2012	2011
Resultados líquidos do período	-73.438.560,24	-54.545.474,57
Nº médio ponderado de ações	15.929.800	15.929.800
<b>Resultado por ação básico</b>	<b>-4,61</b>	<b>-3,42</b>

Pelo facto de não existirem situações que originam diluição, o resultado líquido por ação diluído é igual ao resultado líquido por ação básico.

## 29. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

A empresa possui, desde 1 de maio de 1975, um plano de benefícios definidos que prevê a atribuição de complementos de pensões de reforma e invalidez a todos os trabalhadores com contrato de trabalho sem termo, celebrado até ao ano de 2005 inclusive, calculado com base numa fórmula fixada e pago desde que o somatório da pensão atribuída pela Segurança Social com o respetivo complemento não ultrapasse 650 euros (valor em vigor desde 2007).

Em dezembro de 1998 a empresa transferiu a sua responsabilidade para o Fundo de Pensões BPI - Aberto, procedendo com a assinatura do contrato de adesão a uma dotação inicial de 3.042.667 euros, correspondente a 304.158,66 unidades de participação.

A 31 de dezembro de 2012 e de 2011, de acordo com o estudo atuarial levado a efeito pelo BPI PENSÕES, o valor presente das obrigações assumidas com responsabilidades por complementos de pensões de reforma e invalidez era o seguinte:

	2012	2011
Custo com serviços passados de reformados	2.989.571,00	2.932.811,00
Custo com serviços passados ativos		
<b>Responsabilidade do fundo</b>	<b>2.989.571,00</b>	<b>2.932.811,00</b>



Pressupostos financeiros e atuariais utilizados na avaliação atuarial das responsabilidades, em 2012 e 2011:

Principais pressupostos	2012	2011
<b>Na determinação das responsabilidades</b>		
Taxa de desconto	2,50%	4,75%
Taxa de crescimento dos salários	Não aplicável	Não aplicável
Taxa de inflação	1,75%	1,75%
Taxa de crescimento do teto	Sem crescimento, valor fixo de 650,00 Euros (*)	
Tábua de mortalidade	Tábua francesa TV 73/77	Tábua francesa TV 73/77
Tábua de invalidez	Não aplicável	Não aplicável
<b>Na determinação dos custos</b>		
Taxa de desconto	0,0475	0,0475
Taxa de rendimento	5,30%	5,10%
Taxa de crescimento dos salários	Não aplicável	Não aplicável
Taxa de crescimento das pensões da STCP	Igual à taxa de crescimento das pensões da Seg. Social com limite da diferença entre o valor do teto e a pensão da Seg. Social	
Taxa de crescimento das pensões da Segurança Social (**)	1,75%	1,75%
<p>(*) Nos anos anteriores a 2001 o teto era de 548, 68 Euros. De 2001 até 2006 inclusive, passou a 598,56 Euros.  (**) Nos anos anteriores a 2001 era de 1%, no longo prazo.</p>		

Movimentos no Fundo de Pensões a 31 de dezembro de 2012 e de 2011:

	2012	2011
<b>Valor dos ativos no fundo no início do exercício</b>	<b>2.110.582,00</b>	<b>2.338.541,00</b>
Contribuições empresa	238.288,00	338.713,00
Pensões pagas	-497.949,00	-540.703,00
Rendimento efetivo:	151.734,00	-25.969,00
Rentabilidade esperada no fundo líquida de comissões	97.917,00	104.956,00
Ganhos / (Perdas) de rendimento	53.817,00	-130.925,00
<b>Valor dos ativos no fundo no final do exercício</b>	<b>2.002.655,00</b>	<b>2.110.582,00</b>

À data do encerramento das contas não é possível estimar com fiabilidade o valor das contribuições que se espera para o ano de 2013, cujo montante será determinado em função do nível de financiamento.

Alterações verificadas nas responsabilidades assumidas por complementos de pensões de reforma e complementos de pensões de reforma e invalidez a 31 de dezembro de 2012 e de 2011:

	2012	2011
<b>Responsabilidades no início do exercício</b>	<b>2.932.811,00</b>	<b>3.267.798,00</b>
Custo com serviços correntes		
Custo dos juros	126.812,00	141.893,00
Pensões previstas	-526.178,00	-561.151,00
Perdas e (Ganhos) atuarias de experiência	124.143,00	84.271,00
Perdas e (Ganhos) alteração taxa desconto	331.983,00	
<b>Responsabilidades no final do exercício</b>	<b>2.989.571,00</b>	<b>2.932.811,00</b>

No decurso dos exercícios de 2012 e de 2011 foram reconhecidos na rubrica Gastos com o pessoal os seguintes montantes em resultados, decorrentes de responsabilidades por complementos de pensões de reforma e invalidez:

	2012	2011
Custos com serviços correntes		
Custo dos juros	126.812,00	141.893,00
Rentabilidade esperada	-97.917,00	-104.956,00
Perdas e (Ganhos) atuarias:	374.080,00	194.748,00
Perdas e (Ganhos) atuarias de experiência	124.143,00	84.271,00
Perdas e (Ganhos) de rendimento	-53.817,00	130.925,00
Perdas e (Ganhos) benefícios (pensões)	-28.229,00	-20.448,00
Perdas e (Ganhos) alteração taxa desconto	331.983,00	
	<b>402.975,00</b>	<b>231.685,00</b>



Evolução dos ganhos e perdas decorrentes dos ajustes de experiência:

	2012	2011	2010	2009	2008
Passivos do plano					
Ganhos / (Perdas) de experiência	-124.143,00	-130.925,00	139.713,00	-4.462,00	62.774,00
% Resp. por serviços passados	-4,2%	-6,2%	4,3%	-0,1%	1,6%
Ativos do plano					
Ganhos / (Perdas) de rendimento	53.817,00	-84.271,00	-63.731,00	56.653,00	-501.369,00
% Ativos do plano	2,7%	-2,9%	-2,7%	2,2%	-16,5%

Taxas de rendimento efetivo do Fundo de Pensões nos últimos 5 anos:

	2012	2011	2010	2009	2008
Taxa de rendimento efetiva	9,06%	-0,71%	2,8%	8,22%	-8,05%

Não é aplicável o parágrafo 104.A. da IAS19.

Evolução do valor presente da obrigação de benefícios definidos, nos últimos 5 anos, no justo valor de ativos do plano e do excedente ou déficit do plano:

Ano	Responsabilidades do Fundo	Valor dos Ativos no Fundo	Défice/Superavit do Fundo	Taxa de Cobertura do Fundo
2008	3.882.068,00	3.045.472,00	-836.596,00	78%
2009	3.491.295,00	2.626.274,00	-865.021,00	75%
2010	3.267.798,00	2.338.541,00	-929.257,00	72%
2011	2.932.811,00	2.110.582,00	-822.229,00	72%
2012	2.989.571,00	2.002.655,00	-986.916,00	67%

Composição do Fundo de Pensões Aberto BPI Valorização a 31 de dezembro de 2012 e de 2011:

Composição	2012		2011	
	Valor	%	Valor	%
Ações	48.902.735	34,8%	34.717.442	27,5%
Imobiliário	2.382.429	1,7%	2.836.321	2,2%
Obrigações Taxa Indexada	10.745.070	7,6%	12.880.763	10,2%
Obrigações Taxa Fixa	61.316.692	43,7%	54.113.297	42,9%
Retorno Absoluto	737.366	0,5%	4.394.551	3,5%
Liquidez	16.384.165	11,7%	17.299.658	13,7%
	<b>140.468.457</b>		<b>126.242.032</b>	

A 31 de dezembro de 2012 e de 2011, o valor patrimonial da adesão da STCP ao Fundo de Pensões BPI Aberto BPI Valorização era respetivamente de 2.002.655 euros e de 2.110.852 euros, representando 1,4% e 1,7% do valor total do Fundo de Pensões.

O Fundo de Pensões Aberto BPI Valorização não tem na sua composição ativos da Sociedade de Transportes Colectivos do Porto.

### 30. DIVULGAÇÃO EXIGIDA POR DIPLOMAS LEGAIS

Nada a relatar.

### 31. FORNECEDORES E OUTROS CREDORES

Dívidas a fornecedores, em 31 de dezembro de 2012 e de 2011:

	2012	2011
<b>Fornecedores c/c</b>	<b>4.301.699,64</b>	<b>4.569.034,23</b>
<b>Não vencido</b>	<b>3.571.012,56</b>	<b>3.418.412,66</b>
<b>Vencido</b>	<b>359.408,22</b>	<b>699.295,43</b>
<30	206.637,57	380.745,64
<60	29.245,84	78.479,11
<90	32.236,81	14.118,72
<120	8.728,16	35.063,83
<180	30.769,45	15.019,30
>=180	51.790,39	175.868,83
<b>Em receção e conferência</b>	<b>371.278,86</b>	<b>451.326,14</b>



	2012	2011
<b>Fornecedores de investimento</b>	<b>77.244,00</b>	<b>143.746,42</b>
<b>Não vencido</b>		<b>82.187,83</b>
<b>Vencido</b>	<b>77.244,00</b>	<b>61.558,59</b>
<30	77.244,00	17.220,00
<90		38.949,96
<120		971,09
<180		2.094,31
>=180		2.323,23

	2012	2011
<b>Outros credores</b>	<b>238.872,19</b>	<b>1.371.131,51</b>
<b>Não vencido</b>	<b>110.433,92</b>	<b>86.056,38</b>
<b>Vencido</b>	<b>128.438,27</b>	<b>1.285.075,13</b>
<30	648,85	682.632,20
<60	557,97	488.935,60
<90	4,47	262,36
<120	0,64	
<180	1,28	
>=180	127.225,06	113.244,97

As dívidas de fornecedores e contas a pagar foram registadas ao seu valor nominal porque não vencem juros e, por outro lado, porque o efeito do seu desconto financeiro não é material, tendo em conta o prazo médio de pagamento aplicável, que é puramente comercial: 60 dias.

## 32. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Rubrica de Estado e outros entes públicos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011:

	2012		2011	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento	490.000,00	5.142,18	512.089,01	
Retenção de impostos sobre rendimentos		177.484,50		223.229,62
Imposto sobre o valor acrescentado	1.126.858,26		3.060.683,17	
Contribuições para a Segurança Social		583.915,56		652.903,48
Outras tributações		3.067,20		15.493,80
<b>Estado e outros entes públicos</b>	<b>1.616.858,26</b>	<b>769.609,44</b>	<b>3.572.772,18</b>	<b>891.626,90</b>

## 33. OUTRAS CONTAS A PAGAR E A RECEBER

Detalhe de outras contas a pagar e a receber em 31 de dezembro de 2012 e de 2011:

Outras contas a pagar	2012	2011
Fornecedores de investimento c/c	77.244,00	143.746,42
Credores por acréscimos de gastos	3.437.065,81	3.798.431,11
Pessoal	122.068,56	127.965,37
Clientes e outros devedores saldos credores	1.978,33	9.671,10
Credores diversos	238.872,19	1.371.131,51
	<b>3.877.228,89</b>	<b>5.450.945,51</b>



Credores por acréscimos de gastos	2012	2011
Fornecimento e serviços externos	1.311.222,37	1.547.651,55
Subcontratos	36.941,34	41.473,95
Trabalhos especializados	798.145,05	1.121.824,71
Materiais		
Energia e outros fluidos	16.320,82	54.264,99
Serviços Diversos	459.815,16	330.087,90
Custos com pessoal	2.033.160,84	2.115.027,11
Outros Gastos e Perdas	88.210,60	135.752,45
Encargos Financeiros	4.472,00	
	<b>3.437.065,81</b>	<b>3.798.431,11</b>

Outras contas a receber	2012	2011
Devedores por acréscimos de rendimentos	1.007.736,15	2.329.837,70
Pessoal	302.157,59	336.693,87
Fornecedores e outros credores saldos devedores	930,91	6.040,40
Devedores diversos	2.163.213,13	1.775.189,35
<b>Quantia bruta</b>	<b>3.474.037,78</b>	<b>4.447.761,32</b>
Perdas por Imparidade acumuladas	-913.342,54	-909.642,54
<b>Quantia escriturada</b>	<b>2.560.695,24</b>	<b>3.538.118,78</b>

Devedores por acréscimos de rendimentos	2012	2011
Prestações de serviços	425.430,37	1.255.422,73
Subsídios à exploração	517.291,70	998.318,43
Outros rendimentos e ganhos - Proveitos suplementares	20.602,89	39.082,56
Outros rendimentos e ganhos - Outros	43.975,34	36.626,98
Juros a receber	435,85	387,00
	<b>1.007.736,15</b>	<b>2.329.837,70</b>

### 34. DIFERIMENTOS

Rubrica de Diferimentos, no Ativo corrente e no Passivo corrente, em 31 de dezembro de 2012 e de 2011:

Diferimentos	2012	2011
<b>Ativo - Gastos a reconhecer</b>	<b>249.672,25</b>	<b>138.678,85</b>
Fornecimento e serviços externos	182.281,92	121.828,35
Outros gastos e perdas	67.390,33	16.850,50
Encargos financeiros		
<b>Passivo - Rendimentos a reconhecer</b>	<b>1.546.472,88</b>	<b>1.261.585,77</b>
Prestações de serviços	322.832,08	908.011,69
Outros rendimentos e ganhos	1.223.640,80	353.574,08

## 35. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Rubrica de Fornecimentos e serviços externos, nos exercícios de 2012 e de 2011:

	2012	2011
Subcontratos	4.731.920,57	6.607.526,15
Serviços especializados	7.038.530,31	6.555.908,12
Trabalhos especializados	884.604,84	191.882,99
Publicidade e propaganda	27.581,70	16.201,99
Vigilância e segurança	300.533,15	265.225,69
Honorários	75.348,54	118.002,36
Comissões	1.990.587,74	2.099.553,03
Conservação e reparação	3.328.314,76	3.424.597,92
Comunicação e informação Público	24.272,02	27.572,78
Fiscalização da receita	380.160,00	365.692,29
Outros	27.127,56	47.179,07
Material	67.009,43	66.350,84
Energia e fluidos	10.870.143,97	10.702.878,96
Eletricidade	519.369,55	485.786,44
Combustíveis	10.323.685,78	10.189.241,98
Outros	27.088,64	27.850,54
Deslocações, estadas e transportes	1.941,72	9.343,37
Serviços diversos	8.311.719,99	8.680.187,42
Rendas e alugueres	5.943.139,82	6.117.544,08
Comunicação	360.685,66	425.210,35
Seguros	578.712,28	613.530,00
Royalties	120.406,83	123.112,60
Contencioso e notariado	22.786,53	11.974,73
Despesas de representação	4.903,19	10.321,49
Limpeza, higiene e conforto	1.105.397,00	1.170.561,50
Outros serviços	175.688,68	207.932,67
<b>Fornecimento e serviços externos</b>	<b>31.021.265,99</b>	<b>32.622.194,86</b>



## 36. GASTOS COM PESSOAL

Gastos com pessoal a 31 de dezembro de 2012 e de 2011:

	2012	2011
Remunerações dos órgãos sociais	271.331,23	373.132,86
Remunerações do pessoal	22.728.952,22	26.725.414,43
Benefícios pós emprego	450.514,29	281.058,88
Indemnizações	1.819.838,16	2.871.967,63
Encargos com remunerações	5.038.829,89	5.898.675,50
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	279.232,88	356.415,21
Gastos com ação social	276.419,69	353.280,01
Outros gastos com o pessoal	88.409,21	73.653,11
<b>Gastos com pessoal</b>	<b>30.953.527,57</b>	<b>36.933.597,63</b>

Os gastos com o pessoal registam uma redução na ordem dos 5.980.070,06 euros reflexo das medidas de contenção remuneratória aplicadas às empresas do setor empresarial do estado, que se verifica desde 2010, por aplicação das Leis nº 55-A/2010 e nº 64-B/2011, que obrigam e regulamentam a redução remuneratória a todos os trabalhadores cuja remuneração mensal ilíquida seja superior a 1.500 euros, o congelamento das progressões na carreira em termos remuneratórios, a restrição do pagamento dos subsídios de férias e natal, e a redução do efetivo.



### 37. OUTROS GASTOS E PERDAS

Outros gastos e perdas operacionais, a 31 de dezembro de 2012 e de 2011:

	2012	2011
Outros gastos e perdas	1.594.995,85	771.689,22
Impostos	100.808,29	167.871,84
Impostos diretos	58.057,41	88.922,90
Impostos indiretos	8.699,88	5.589,07
Taxas	34.051,00	73.359,87
Perdas em inventários	6.448,22	23.354,60
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	37.055,02	19.690,80
Outros gastos e perdas	1.450.684,32	560.771,98
Donativos	82.616,76	88.282,43
Quotizações	49.740,75	23.924,35
Insuficiência estimativa para impostos	32.946,38	
Indemnizações por sinistros	886.983,73	439.255,58
Outros gastos e perdas operacionais	398.396,70	9.309,62
Ganhos e perdas de financiamento operacionais	20.443,62	17.673,47
Juros suportados - outros juros	13,68	58,78
Diferenças de câmbio desfavoráveis		1,89
Outros gastos e perdas de financiamento - outros	20.429,94	17.612,80
<b>Outros gastos e perdas operacionais</b>	<b>1.615.439,47</b>	<b>789.362,69</b>

### 38. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Detalhe de outros rendimentos operacionais a 31 de dezembro de 2012 e de 2011:

	2012	2011
Rendimentos suplementares	2.054.908,69	2.033.551,62
Descontos de pronto pagamento obtidos	11.281,88	13.233,77
Ganhos em inventários	44.398,90	81.227,70
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	323.950,73	376.231,93
Outros rendimentos e ganhos	922.392,67	926.926,35
Excesso da estimativa para impostos		632,89
Imputação de subsídios para investimentos	170.179,88	426.834,31
Sinistros	288.937,20	279.859,49
Outros subsídios	146.457,13	107.608,06
Outros não especificados - benefícios e penalidades contratuais	240.547,25	18.333,67
Outros não especificados - outros	76.271,21	93.657,93
<b>Outros rendimentos e ganhos</b>	<b>3.356.932,87</b>	<b>3.431.171,37</b>

### 39. RESPONSABILIDADES POR GARANTIAS PRESTADAS

Responsabilidades assumidas com garantias prestadas a terceiros, em 31 de dezembro de 2012 e de 2011:

Beneficiário da Garantia	Descrição	2012	2011
Ministério da Administração Interna	Serviços autoproteção para atividades previstas na alínea f) nº 2 do art. 1 do DL 276/93		19.000,00
Tribunais de Trabalho	Pensões de Acidentes de trabalho	447.430,41	447.430,41
EDP Serviço Universal	Fornecimento energia		9.168,00
Tribunal Adm. Fiscal do Porto	Litígio relativo ao subsídio SAE		341.497,02
Tribunal Judicial Gondomar	Litígio com Imgoval		245.564,00
		<b>447.430,41</b>	<b>1.062.659,43</b>



## 40. NÚMERO DE TRABALHADORES

Durante os exercícios de 2012 e de 2011 o efetivo médio ao serviço da empresa foi respetivamente de 1.287 e 1.438 trabalhadores.

Em 31 de dezembro de 2012 o efetivo era de 1.262 trabalhadores e de 1318 em 31 de dezembro de 2011.

## 41. CAPITAL PRÓPRIO NEGATIVO

No exercício de 2012 a empresa incorreu num prejuízo de 73.438.560,24 euros verificando-se que, nessa data, o passivo total excede o ativo total em 407.639.314,81 euros.

Apesar de a empresa apresentar continuamente resultados negativos, é entendimento da STCP que, por desenvolver um serviço de interesse geral, com uma quota relevante de serviço social, desempenha um papel vital na mobilidade da Área Metropolitana do Porto, garantido dessa forma o empenhamento do Accionista para a manutenção da atividade da empresa.

---

Porto, 24 de abril de 2013

O Técnico Oficial de Contas n.º 6622

O Conselho de Administração

Presidente não executivo  
Vogais executivos  
Vogal não executivo

# 08

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS



Dr. Pinto Leite

Ecografia

Taxi



## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

### INTRODUÇÃO

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de gestão e as demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, da “**SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLECTIVOS DO PORTO, S.A.**” (Empresa), as quais compreendem: o Balanço em 31 de dezembro de 2012 (que evidencia um total de 93.958 milhares de euros e um total de capital próprio negativo de 407.639 milhares de euros, incluindo um resultado líquido negativo de 73.439 milhares de euros), as Demonstrações dos resultados por naturezas e por funções, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

### RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração:

- a) a preparação do relatório de gestão e de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa;
- b) a informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
- c) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
- d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado;
- e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua atividade, posição financeira ou resultados; e
- f) a informação financeira prospetiva, que seja elaborada e apresentada com base em pressupostos e critérios adequados e coerentes e suportada por um sistema de informação apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

### ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

## ANTÓNIO MAGALHÃES & CARLOS SANTOS

*Sociedade de Revisores Oficiais de Contas  
Inscrita na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º53  
Registada na CMVM com o n.º.1975  
Contribuinte n.º.502 138 394*

- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e
- a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.

5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais.

6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

### OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da “**SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLECTIVOS DO PORTO, S.A.**” em 31 de dezembro de 2012, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e a informação nelas constante é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.

### RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício e o Relatório do Governo das Sociedades inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

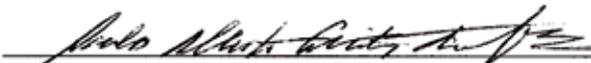
### ÊNFASES

9. Sem afetar a opinião expressa no parágrafo nº.7 acima, chamamos a atenção para as situações seguintes:

9.1 – A Empresa mantém a situação de incumprimento do estipulado no Artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais. O aviso convocatório da próxima Assembleia Geral Anual, preparado pelo Conselho de Administração, propõe, no ponto 8, da Ordem de Trabalhos deliberação sobre este assunto.

9.2 – A Empresa mantém sucessivos resultados negativos de exercício, os quais contribuem para o crescente avolumar da situação de capitais próprios negativos. Não obstante essa circunstância, em nosso entendimento, a continuidade das operações não está em causa, atendendo ao facto do capital realizado pertencer integralmente ao Estado, a Empresa prestar um serviço público que incorpora uma quota parte de serviço de cariz social significativa e imprescindível e, tal como descrito no ponto 6 do Relatório de Gestão, estarem previstas para 2013 alterações significativas no modelo organizacional da Empresa que permitirão inversão desta situação.

Porto, 24 de Abril de 2013

  
António Magalhães & Carlos Santos - SROC, representada  
por Carlos Alberto Freitas dos Santos - R.O.C. nº 177

Página 2 de 2



# 09

## RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL



**RELATÓRIO ANUAL DO  
CONSELHO FISCAL  
SOBRE O  
O RELATÓRIO E CONTAS DE 2012  
DA  
SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLECTIVOS DO  
PORTO, S.A.**



*Handwritten signature or initials.*

## 1. Introdução

No cumprimento do estabelecido na alínea f) do n.º 1 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 202/94, de 23 de Julho, que rege a Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A. (STCP) e aprovou os respetivos Estatutos, conjugado com a alínea g) do n.º 1 do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e ainda por força do disposto nas alíneas d) e e) do n.º 1 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro, que aprovou o Regime Jurídico do Sector Empresarial do Estado, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de Agosto, vem o Conselho Fiscal emitir o seu Relatório Anual e Parecer sobre o Relatório e Contas de 2012, elaborado pelo Conselho de Administração da STCP, S.A.

Por Deliberação Unânime por Escrito, de 29 de junho de 2012, em substituição do Conselho de Administração da STCP, o qual havia solicitado a renúncia dos seus cargos, foram nomeados dois novos administradores, com funções de vogais executivos, Dr. André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira e Dr. Alfredo César Vasconcellos Navio.

Posteriormente, por Deliberação Unânime por Escrito, de 10 de agosto de 2012, foram nomeados dois administradores não executivos, Mestre João Velez de Carvalho, Presidente Não Executivo, e Dr. António José Lopes, Vogal.

O Revisor Oficial de Contas, Dr. Carlos Alberto Freitas dos Santos, representante da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas António Magalhães & Carlos Santos, emitiu a respetiva Certificação Legal das Contas em 24 de abril de 2013, que se anexa.

O Conselho Fiscal efetuou reuniões e contactos com o Conselho de Administração e os Serviços da Sociedade, dos quais recebeu toda a colaboração e disponibilidade, com vista ao acompanhamento da atividade e respetiva gestão da Sociedade, tendo-se procedido à elaboração de três relatórios trimestrais sobre a análise económico-financeira da STCP, suportado no trabalho desenvolvido pelo ROC, do qual foi dado conhecimento ao Conselho de Administração e ao Acionista Estado, quer ao nível do Ministério das Finanças quer do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.





## 2. Análise do Relatório de Gestão e Contas de 2012

Do Relatório e Contas de 2012 parece-nos de salientar o seguinte:

- Em termos de atividade constatou-se que o volume de negócios da STCP, em 2012, correspondeu a cerca de 53,4 milhões de euros, com um nível de cumprimento de 97,9% face ao valor previsto no Contrato de Gestão para 2012;
- Em 2012, com a denúncia dos acordos de exploração com dois operadores privados no segundo semestre do ano, a rede da STCP diminuiu em oito linhas;
- A Procura registou uma quebra em 2012, -11% face a 2011, que poderá ser explicada por quatro causas principais: a redução da oferta de produção interna de 7% (no âmbito do Plano Estratégico dos Transportes), o aumento das tarifas (em fevereiro verificou-se um aumento médio do tarifário de 5% e fixaram-se as taxas de descontos de assinaturas sociais, monomodais e intermodais - 3ª idade, reformado, pensionista, estudante, menor de 13 anos - em 25%), a situação económica desfavorável registada na Área Metropolitana do Porto (o agravamento do desemprego na área servida terá levado à diminuição da necessidade de deslocações dos cidadãos) e o aumento da fraude;
- A oferta global da STCP registou uma redução de 10,2% face ao ano de 2011. A produção externa, realizada por operadores privados ao serviço da STCP, diminuiu 28%, tendo contribuído com cerca de 39% para aquela redução total, enquanto a produção interna, com uma redução de 7,3% contribuiu com os restantes 61%. O maior impacto na oferta ocorreu a partir de 1 de julho de 2012, com rescisão dos contratos de operação das linhas 10, 55, 68, 69, 70, 1ETG e 22ETG com a Empresa de Transportes Gondomarense, e da linha 64 com a Pacense. No que respeita à produção interna, ao longo do ano foi dada continuidade à racionalização da oferta, nomeadamente com uma maior alocação de recursos nos horários de maior procura;

- A taxa de ocupação global (Passageiros.km / Lugares.km) foi de 15,11%, sensivelmente igual à registada em 2011, compensando a redução dos passageiros transportados com o aumento do percurso médio por passageiro e a redução registada nos quilómetros oferecidos;
- No final de 2012 a frota da STCP era constituída por 481 veículos, 475 autocarros, com uma idade média de 10 anos, e 6 carros elétricos históricos, com 75 anos de idade média. A frota de autocarros foi aumentada de oito Minis Volkswagen Crafter. O carro elétrico n.º 220, um ex-libris da cidade do Porto, foi objeto de um processo de reconstrução integral que permitiu dotá-lo de mais conforto sem perda das suas características históricas;
- Com um efetivo médio de 1.287 trabalhadores, a STCP garantia, em 31 de dezembro de 2012, 1.262 empregos diretos, com uma diminuição líquida de 93 efetivos, face aos 1.318 trabalhadores em 31 de dezembro de 2011. No ano, registaram-se 93 saídas, 36 por reforma, 28 por cessação de contrato e 14 por extinção do posto de trabalho. A empresa contratou 26 trabalhadores e verificaram-se 11 regressos ao serviço;
- Na sequência da publicação do Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 187/2013, que declarou a inconstitucionalidade com força obrigatória geral do artigo 29.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro – Lei do Orçamento do Estado para 2013 – respeitante à suspensão do pagamento de subsídio de férias ou equivalente, o Conselho Fiscal entendeu que importava acautelar que, os Relatórios de Gestão e Contas relativos ao exercício de 2012 uma vez que não tinham, ainda, sido objeto de aprovação pelo acionista, incorporassem o efeito decorrente do acórdão supramencionado nas respetivas Demonstrações Financeiras relativas ao exercício em apreço, independentemente de terem sido objeto de aprovação pelo conselho de administração da empresa, devendo as contas ser ajustadas de modo a incorporar o impacto da atribuição do subsídio de férias.

Neste sentido, o Conselho Fiscal comunicou este seu entendimento à empresa e ao ROC. O ROC, na sequência da questão suscitada pelo Conselho Fiscal, informou que o Acórdão do Tribunal Constitucional 187/2013, de 5 de abril, não tinha sido tido em consideração na elaboração das contas da STCP, uma vez que a contabilidade havia sido encerrada, no dia 8 de março, no que dizia respeito aos lançamentos imputáveis exercício de 2012, nomeadamente a estimativa para gastos com subsídios de férias a pagar em 2013, que à data não teriam lugar de acordo com o Orçamento de Estado, não tendo por isso sido





lançada essa estimativa. Informou, igualmente, que o Conselho de Administração iria proceder à inserção dessa informação e seu impacto no Relatório e Contas, tanto individual como consolidado. Assim, entendeu o ROC que do ponto de vista da Revisão das Contas, atendendo à enorme complexidade que envolveria a reabertura do ano de 2012 e replicação do que já havia sido lançado em 2013, à imaterialidade do valor em causa e ao facto de o mesmo estar divulgado nas contas, considerava correto o procedimento utilizado.

Sublinha-se que o impacto da contabilização dos subsídios de férias nas contas da STCP é de 1,687 milhões de euros:

- Os resultados operacionais foram de -10,2 milhões de euros, representando um agravamento de 59% face a 2011, fruto de uma evolução negativa dos rendimentos e dos gastos operacionais. A receita proveniente da venda de títulos de transporte, apesar do aumento tarifário, registou uma quebra de 1,4%, face a 2011. Retirando as linhas que deixaram de fazer parte da rede no 2.º semestre, a variação seria positiva de 1,9%. Apesar da diminuição nos Gastos Operacionais de 5,6 milhões de euros (-6,9%) em comparação com o período homólogo do ano anterior, o agravamento dos Resultados Operacionais em -3,8 milhões de euros, resulta de uma diminuição de 9,3 milhões de euros (-12,7%) nos Rendimentos Operacionais, explicados essencialmente pela diminuição de 8,1 milhões de euros nos Subsídios à Exploração;
- A diminuição dos Gastos com Pessoal em 6 milhões de euros (-16,2%) é explicada por três fatores: impacto das medidas legislativas previstas no OE 2012 (2,5 milhões de euros), diminuição do efetivo e redução das indemnizações por cessação de contratos de trabalho;
- O EBITDA cifrou-se em 4,4 milhões de euros, representando uma variação face ao ano anterior de -2,9 milhões de euros (-40%), o que reflete a evolução negativa dos Resultados Operacionais nomeadamente pelo efeito da diminuição de 8,1 milhões de euros dos Subsídios à Exploração;
- Mais uma vez se constata que o financiamento da atividade da empresa decorreu essencialmente do recurso a capitais alheios, fixando-se o aumento do endividamento em 5% em relação a 2012. A STCP terminou o ano de 2012 com uma dívida total remunerada de 370,7 milhões de euros, o que equivale a um aumento de 5%, face aos 353 milhões de euros

em 31 de dezembro de 2011, ou seja dentro do limite estabelecido pelo Despacho do Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças n.º 510/2010, de 1 de junho;

Durante o ano de 2012, a empresa apenas realizou operações de curto prazo. Atendendo às restrições ao crédito existentes, continuaram a degradar-se as condições de financiamento, devido ao aumento de *spreads* e comissões bancárias, e à diminuição das maturidades contratuais. O valor de juros suportados em 2012 atingiu os 19 milhões de euros, que comparam com 13,2 milhões de euros em igual período do ano transato. Em 2012 os encargos com *swaps* corresponderam a 4 milhões de euros, em 2011 foram de 1,6 milhões de euros;

- Os Resultados Financeiros (-63,125 milhões de euros) sofreram um agravamento significativo, ou seja, -31% face a 2012, resultante do agravamento dos juros e outros encargos em 6,5 milhões de euros (+45%), pelo aumento do endividamento em 5%, pelo seu elevado custo e pelos encargos com o *swap* (- 42,3 milhões de euros de variação do justo valor dos *swaps*). Comparando com o ano anterior, os Resultados Financeiros foram influenciados negativamente pela diminuição de 0,3 milhões de euros (-98%) dos Rendimentos Financeiros e pelo aumento dos Gastos Financeiros de 14,8 milhões de euros (30%). Este aumento dos gastos é justificado em 8,2 milhões por perdas de justo valor dos *swaps* e pelo montante de 6,6 milhões de euros de juros e outros encargos suportados;

- Relativamente à situação económico-financeira da Sociedade, a STCP obteve, em 2012, um resultado líquido negativo de -73,439 milhões de euros (-35% face ao ano transato), o que, não considerando o efeito da variação do justo valor das operações de cobertura de risco de taxa de juro, representa uma evolução negativa de 52% face ao ano anterior.

Salienta-se que os Resultados Financeiros representaram 86% dos Resultados Líquidos de 2012. O agravamento do Resultado Líquido do Exercício, quando comparado com o ano anterior, resulta da degradação dos Resultados Financeiros, em 15,1 milhões de euros, e dos Resultados Operacionais, em 3,8 milhões de euros;

- O Ativo sofreu uma redução de 15,7 milhões de euros (-14,3%) em 2012 face a 2011. Em resultado de uma diminuição do ativo não corrente, de 8,8 milhões de euros, que se





explica pela diminuição da rubrica ativos fixos tangíveis, de 8,9 milhões de euros, e de uma diminuição do ativo corrente, que reduziu 6,8 milhões de euros, explicando-se essencialmente pela redução das rubricas Clientes, 3,1 milhões de euros, Estado e Outros Entes Públicos, 2 milhões de euros, e Outras Contas a Receber, 1 milhão de euros;

- O Passivo registou um aumento de 61,3 milhões de euros (13,9%) em comparação com 2011, destacando-se os aumentos de 42,3 milhões de euros correspondentes a outros passivos financeiros e 17,7 milhões de euros referentes a financiamentos obtidos;
- O investimento em 2012 foi de 2,341 milhões de euros. Num ano de forte contenção de custos e restrições de financiamento, a política de investimentos foi ainda mais criteriosa, cingindo-se praticamente a investimentos de substituição, recuperação de carros elétricos e primeira fase dos projetos de musealização da antiga estação termoelétrica de Massarelos e requalificação do edifício de Massarelos;
- O Capital Próprio da STCP, S.A. é crescentemente negativo, por via dos sucessivos aumentos da rubrica Resultados Transitados, atingindo em 2012 - 455,693 milhões de euros, verificando-se que o Passivo excede o Ativo em cerca de 407,64 milhões de euros;
- Por fim, reiteramos as ênfases assinaladas na certificação legal das contas e no relatório de auditoria emitida pelo ROC da sociedade, nomeadamente quanto ao incumprimento do disposto no art. 35.º do Código das Sociedades Comerciais.

### **3. Avaliação do cumprimento das instruções emanadas pelo acionista, através do ofício circular n.º 843, de 30 de janeiro de 2013, da Direção-Geral do Tesouro e Finanças**

- Enquadrado no âmbito do disposto no artigo 420.º do CSC, declaramos que, tanto quanto é do conhecimento deste Conselho Fiscal, a STCP deu cumprimento às orientações legais vigentes para o SEE, designadamente o cumprimento das reduções remuneratórias previstas na Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, quer ao nível dos órgãos de gestão e fiscalização, quer ao nível dos trabalhadores;

- Relativamente aos objetivos de gestão previstos no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 558/2007, de 17 de dezembro, na sua atual redação, tal como já referimos, os objetivos fixados para 2012 no Contrato de Gestão tiveram uma taxa de cumprimento global de 100,8%;
- Ao nível da gestão do risco financeiro, em conformidade com o disposto no Despacho n.º 101/2009 – SETF, de 30 de janeiro, salienta-se que a STCP, em 2012, não usou quaisquer instrumentos de gestão de risco financeiro.

Relativamente à gestão do risco financeiro, a empresa procedeu, em novembro de 2007, à contratação de operações de cobertura do risco de taxa de juro. Estas operações foram efetuadas tendo por base o empréstimo obrigacionista emitido no ano. A cobertura incide sobre 50 milhões de euros e foi repartida por duas operações de 25 milhões de euros cada, qualquer uma delas a vigorar até ao final da operação coberta, junho de 2022. São operações de taxa fixa nos três primeiros anos, passando a variáveis pelos restantes onze anos e meio. Estas operações *swap* de taxa de juro estão relevadas nas contas da empresa pela aplicação do justo valor como critério de mensuração dos instrumentos financeiros;

- Nos termos do disposto no Programa Pagar a Tempo e Horas, aprovado pela RCM n.º 34/2008, de 14 de fevereiro, e atento o Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, o Prazo Médio de Pagamentos, apresentado pela STCP, em 31 de dezembro de 2012, foi de 46 dias, com uma diminuição de cerca de 6 dias face a 2012 e um grau de cumprimento de 124%, quando comparado com a meta prevista no Contrato de Gestão, de 60 dias, dando assim cumprimento à recomendação do acionista no sentido de continuar a reduzir o prazo médio de pagamentos a fornecedores;
- No que toca à posição a 31 de dezembro de 2012 relativa a atrasos nos pagamentos e nos termos do Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio, importa referir que a mesma consta do Relatório e Contas da STCP, concentrando-se a maioria das faturas por pagar entre 0 - 90 dias;
- No que respeita ao cumprimento dos deveres especiais de informação, e relativamente aos documentos acompanhados diretamente pelo Conselho Fiscal, a STCP remeteu à Direção-Geral do Tesouro e Finanças e à Inspeção-Geral de Finanças a informação exigida





nos termos do Despacho n.º 14277/2008, de 23 de maio, através dos Sistemas de Recolha de informação Económica e Financeira (SIRIEF), os planos de atividades anuais e plurianuais, os orçamentos anuais, incluindo estimativa das operações financeiras com o Estado, os planos de investimentos anuais e plurianuais e respetivas fontes de financiamento, os relatórios trimestrais de execução orçamental acompanhados dos relatórios do órgão de fiscalização, e as cópias das atas das Assembleias Gerais (AG);

- Em matéria de contratação pública e atendendo à orientação constante no Despacho n.º 438/10 – SETF, de 10 de maio, a STCP realizou em 2012 o lançamento e adjudicação do concurso público n.º 1/2012 Concurso Público Internacional para a Limpeza de Instalações e Viaturas (exceto sede), adjudicado pelo ponto 7.1 da ata n.º 34 da reunião do Conselho de Administração, de 23 de agosto de 2012. Não ocorreram quaisquer atos ou contratos celebrados com valor superior a 5 M€;
- No que toca à adoção de uma política de racionalização de aprovisionamento de bens e serviços, a STCP aderiu ao Sistema Nacional de Compras Públicas, através da Agência Nacional de Compras Públicas, E.P.E., em março de 2011, no entanto, durante o ano de 2012, não procedeu a qualquer adjudicação ao abrigo deste Sistema. Também relativamente Parque de Veículos do Estado, durante o ano de 2012, a STCP não procedeu à aquisição de veículos novos. Foi apenas efetuada a transferência de propriedade de uma viatura da associada STCP Serviços para a STCP, S.A. De salientar que no ano de 2012 se verificou o abate de 10 veículos ao total da frota ligeira da STCP, situando-se esta em 31 de dezembro em 56 veículos (-15%) (incluindo camiões grua, carro torre e furgões);
- No que diz respeito ao Plano de Redução de Custos tendo por base a orientação do acionista protagonizada no ofício circular n.º 82, de 9 de janeiro de 2012, verifica-se, comparando os valores apurados em 2010 e 2011 com a execução de 2012, uma redução do peso das rubricas de FSE e de Gastos com o Pessoal no Volume de Negócios, dando, assim, continuidade à trajetória de racionalização da sua estrutura de custos;
- Em 2012, a STCP gastou 4.294 euros em publicidade institucional, apresentando, no seu relatório e contas, uma informação sintética sobre as iniciativas de publicidade institucional no ano de 2012, nos termos do n.º 10 da RCM n.º 47/2010, publicada na 1ª série do Diário da República de 25 de junho, e de acordo com o Anexo 1 ao Despacho n.º

1246/2011 do Gabinete do Ministro dos Assuntos Parlamentares, publicada na 2ª série do Diário da República de 14 de janeiro, tendo as respetivas normas e especificações técnicas sido definidas através da Portaria da Presidência do Conselho de Ministros e Ministério das Finanças e Administração Pública n.º 1297/2010, publicada na 1.ª série do Diário da República de 25 de junho. O Relatório e Contas da Empresa e a *Newsletter Itinerarium* não foram incluídos neste âmbito, de acordo com a definição de publicidade institucional incluída no ponto 2 da RCM n.º 47/2010, de 25 de junho. No ano de 2012 não houve nenhuma ação de valor superior a 15 mil euros;

- Sublinha-se que, na sequência das orientações recebidas através do Ofício Circular 844, de 3 de fevereiro de 2011, a STCP procedeu em 2011 à abertura de conta junto do ex-Instituto de Gestão do Crédito Público (IGCP), atual Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública, IGCP, E.P.E., no estrito cumprimento do previsto no artigo 77.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, que aprovou o Princípio da Unidade de Tesouraria. Dado o carácter centralizador de gestão integrada de tesouraria e de dívida pública desta Agência, a STCP passou a receber nesta conta as participações e fundos, provenientes de Organismos Públicos.

#### **4. Governo da Sociedade**

Deste capítulo consta toda a informação relevante sobre o governo societário da STCP do exercício de 2012, informação elaborada nos termos da RCM n.º 49/2007, de 28 de março, que define os Princípios de Bom Governo (PBG) das empresas do Setor Empresarial do Estado, e do disposto no artigo 13-A do Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto.

Para cumprimento do artigo 13-B do mesmo Decreto-Lei, a STCP fez publicar pelo Aviso n.º 7443/2012, no Diário da República 2.ª série, de 29 de maio de 2012, as informações constantes das alíneas a) a h) do n.º 1, do referido artigo, respeitante à estrutura do seu Conselho de Administração, à identidade dos administradores, seus principais elementos curriculares e qualificações e cargos ocupados noutras empresas; as remunerações totais, fixas e variáveis, auferidas por cada um dos administradores em cada ano, bem como as remunerações auferidas pelos restantes órgãos sociais.





## Objetivos e Graus de Cumprimento

Os objetivos estratégicos para o mandato 2012-2014, no contexto do Plano Estratégico dos Transportes - PET, a que se vieram acrescentar as orientações e medidas levadas a cabo pela tutela, estabelecem:

1. Integração dos Conselhos de Administração da STCP e da Metro do Porto, S.A.;
2. Reestruturação da Empresa, através do redimensionamento do efetivo e da reorganização dos serviços;
3. Fusão com a empresa Metro do Porto, S.A.;
4. Preparação do contrato de subconcessão da STCP;
5. Plano de redução de custos, em paralelo com a reorganização dos serviços e o redimensionamento do efetivo;

que a empresa consubstanciou através do Plano de Atividades e Orçamento 2013, do Plano de Reestruturação, de 30 de outubro de 2012, e Plano de Investimentos e Alienação de Ativos 2013, remetidos às Tutelas, na sua versão final, em 6 de novembro de 2012.

- Os objetivos fixados para 2012 no Contrato de Gestão tiveram uma **taxa de execução de 100,8%**.

Dos doze indicadores que compõem o referido Contrato de Gestão, apenas quatro não atingiram os objetivos previstos. Os resultados devem-se a:

**Volume de Negócios, 97,9%:** O ano de 2012 foi marcado por uma quebra na procura de 13% relativamente ao ano anterior, ainda que parte dessa quebra seja consequência da transferência, a 1 de julho de 2012, da operação para os respetivos operadores privados de oito linhas que faziam parte da rede da empresa. Expurgando esta decisão a quebra na procura foi de 11% relativamente a 2011;

**EBITDAR, 89,6%:** O valor deste indicador reflete a evolução negativa dos Resultados Operacionais;

**Taxa de Cobertura, 98,8%:** Em 2012, com a denúncia dos acordos de exploração com dois operadores privados no segundo semestre do ano, a rede da STCP diminuiu em oito linhas;

**Emissão de Poluentes, 98,6%:** Apesar das emissões de CO2 por passageiro km terem ficado ligeiramente acima da meta definida, é de registar a diminuição da emissão de cerca de

20.000 toneladas de CO2 devido à tipologia da frota e às viaturas ligeiras que retira da cidade. Com efeito, o total de emissões de CO2 pela frota STCP reduziu-se devido à diminuição dos quilómetros percorridos de 7%, face a 2011, mantendo-se no entanto a de CO2 por quilómetro percorrido, em valor idêntico ao de 2011, situando-se em 1,38 Kg.

- A STCP está classificada como uma empresa com elevado grau de cumprimento dos PBG no relatório "Princípios de Bom Governo", datado de julho de 2012, da Direção Geral do Tesouro e Finanças.
- A STCP tem desde 2012 órgãos não executivos, pelo que, a avaliação do desempenho individual dos membros do Conselho de Administração Executivos é efetuada pelos membros do Conselho de Administração Não Executivos, em cumprimento do ponto 17 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 62, de 28 de Março de 2007, que aprova os Princípios de Bom Governo (PBG).

## 5. Proposta

Assim, considerando os elementos disponibilizados, o Conselho Fiscal, no âmbito das suas competências, conclui que o Relatório e Contas de 2012 responde às exigências legais aplicáveis, divulgando de forma adequada a evolução da atividade da STCP. Contempla igualmente, em capítulos autónomos, um conjunto vasto de informação em consonância com o disposto no Regime Jurídico do Sector Empresarial do Estado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, na sua atual redação, nos Princípios de Bom Governo das Empresas do SEE, anexos à RCM n.º 49/2007, de 1 de fevereiro, bem como, nas demais orientações transmitidas pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças, em representação do acionista Estado, pelo que somos de parecer que, sem prejuízo:

- da análise feita pelo Conselho Fiscal, acompanhar a opinião do Revisor Oficial de Contas, e reiterar as ênfases constantes da Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria, nomeadamente, a assinalada no Relatório de Contas quanto ao incumprimento do disposto no artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais; e



- de salientarmos, com alguma preocupação, o elevado nível de endividamento da empresa, resultante da utilização sistemática do recurso a capitais alheios, com elevados encargos financeiros, para financiar a sua atividade, nomeadamente o plano de investimentos.

Propomos que sejam aprovados:

- O Relatório e Contas de 2012 apresentado pelo Conselho de Administração da Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A.; e

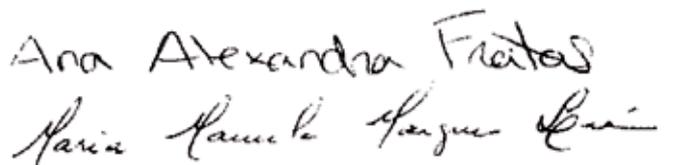
- Que seja apreciada a proposta de aplicação integral dos Resultados Líquidos apurados no exercício, no valor de -73.438.560,24 euros, na conta de Resultados Transitados apresentada pela Administração, a qual está em conformidade com as disposições legais e estatutárias.

Porto, 10 de Maio de 2013

O Presidente do Conselho Fiscal,



Os Vogais do Conselho Fiscal,



# 10

OUTRAS INFORMAÇÕES





PANASCAL

REBE

## 10.1 PAINEL DE INDICADORES DE ATIVIDADE

REDE					
	2009	2010	2011	2012	12/11
Linhas em Exploração	83	85	81	73	-9,9%
Rodoviárias	80	82	78	70	-10,3%
Tração Elétrica	3	3	3	3	0,0%
Concelhos Servidos	6	6	6	6	0,0%
Freguesias Servidos	52	53	51	51	0,0%
Paragens	2.707	2.720	2.651	2.458	-7,3%
Extensão (km)	541,8	545,6	522,0	484,7	-7,2%
Rodoviária	539,4	543,2	519,5	482,1	-7,2%
Tração Elétrica	8,9	8,9	8,9	8,9	0,0%
Corredores BUS	24,6	24,7	23,9	24,0	0,1%

PROCURA					
	2009	2010	2011	2012	12/11
Passageiros					
Autocarros (AC)	107.945	108.830	107.960	93.399	-13,5%
Produção Própria	94.720	95.515	94.978	84.700	-10,8%
Operadores Privados (OP)	13.225	13.315	12.982	8.699	-33,0%
Tração Elétrica	298	390	429	362	-15,7%
<b>Passageiros</b>	<b>108.243</b>	<b>109.220</b>	<b>108.389</b>	<b>93.761</b>	<b>-13,5%</b>
<b>Passageiros.km</b>	<b>410.404</b>	<b>388.666</b>	<b>384.609</b>	<b>348.413</b>	<b>-9,4%</b>

Estrutura de títulos utilizados	2009	2010	2011	2012	12/11
<b>passageiros monomodais</b>	<b>68,0%</b>	<b>63,2%</b>	<b>59,0%</b>	<b>50,3%</b>	<b>-8,7 pp</b>
- assinaturas	54,5%	50,8%	48,0%	39,8%	-8,2 pp
- títulos ocasionais	9,2%	7,9%	7,0%	7,0%	0,0 pp
- bilhetes avulso + diários	4,3%	4,4%	4,0%	3,5%	-0,6 pp
<b>passageiros intermodais</b>	<b>32,0%</b>	<b>36,8%</b>	<b>41,0%</b>	<b>49,7%</b>	<b>8,7 pp</b>
- assinaturas	26,1%	29,6%	33,2%	40,1%	7,0 pp
- títulos ocasionais	5,5%	6,6%	7,3%	9,2%	2,0 pp
- títulos diários	0,46%	0,7%	0,6%	0,4%	-0,2 pp



## RECEITA

(valores em milhares de euros)

Receita líquida por tipo de tarifário	2009	2010	2011	2012	12/11
Receita Monomodal	32.812	31.121	29.689	26.240	-12%
Receita Andante	14.730	18.045	20.928	23.652	13%
<b>Total</b>	<b>47.542</b>	<b>49.166</b>	<b>50.617</b>	<b>49.892</b>	<b>-1,4%</b>

## REDE DE VENDAS

Canais de venda	2009	2010	2011	2012	12/11
Agentes <i>Payshop</i>	487	495	500	514	3%
Estações CTT	85	85	67	0	-100%
Postos STCP	4	3	2	2	0%
Lojas e Pontos de Venda Andante	12	17	17	17	0%
Bilheteiras da CP	5	5	5	5	0%
MVA's Metro Porto e CP	179	179	232	232	0%
<b>Total</b>	<b>772</b>	<b>784</b>	<b>823</b>	<b>770</b>	<b>-6%</b>

## RECLAMAÇÕES DE CLIENTES

Por Canal de Entrada	2009	2010	2011	2012	12/11
Provedoria	615	487	445	0	-100%
Linha Azul	1.139	1.011	521	901	73%
Livro de Reclamações	199	210	102	118	16%
Outros Canais	632	362	178	211	19%
<b>Total Reclamações</b>	<b>2.585</b>	<b>2.070</b>	<b>1.246</b>	<b>1.230</b>	<b>-1%</b>

Tipo Reclamações	2009	2010	2011	2012	12/11
Rede e Percursos	81	61	83	30	-64%
Horários	1.228	932	435	571	31%
Sistema Bilhética	257	213	118	156	32%
Comportamento Pessoal	349	406	370	323	-13%
Informação ao Público	201	144	63	30	-52%
Paragens e Abrigos	90	64	39	18	-54%
Outros	160	183	107	74	-31%
Comportamento com Cobertura Legal	178	25	0	0	
Viaturas	41	42	31	28	-10%
<b>Total</b>	<b>2.585</b>	<b>2.070</b>	<b>1.246</b>	<b>1.230</b>	<b>-1,3%</b>

## OFERTA

(valores em milhares de kms)

Produção Global	2009	2010	2011	2012	12/11
Autocarros	28.786	29.740	28.553	25.616	-10%
Tração Elétrica	91	108	110	115	5,3%
<b>Veículos.km</b>	<b>28.877</b>	<b>29.848</b>	<b>28.663</b>	<b>25.731</b>	<b>-10%</b>
Autocarros	2.513.430	2.602.705	2.534.268	2.300.922	-9%
Tração Elétrica	3.813	4.538	4.602	4.846	5,3%
<b>Lugares.km</b>	<b>2.517.243</b>	<b>2.607.242</b>	<b>2.538.869</b>	<b>2.305.768</b>	<b>-9,2%</b>

Taxa de Ocupação Global	2009	2010	2011	2012	12/11
Autocarros	16,3%	14,9%	15,1%	15,1%	0,0 pp
Tração Elétrica	16,8%	15,9%	19,2%	12,0%	-7,2 pp

Velocidade Comercial Global	2009	2010	2011	2012	12/11
Autocarros	16,2	16,1	15,9	15,8	-1%
Tração Elétrica	7,5	7,6	7,1	7,4	5%

(valores em milhares)

Produção da Frota Própria AC	2009	2010	2011	2012	12/11
Nº Médio Veículos (un.)	390	401	390	368	-6%
Veículos.km	24.770	25.724	24.507	22.711	-7%
Lugares.km	2.206.567	2.296.833	2.225.859	2.075.308	-7%
Veículos.hora	1.542	1.613	1.555	1.452	-7%

Indicadores da Oferta Frota Própria AC	2009	2010	2011	2012	12/11
Taxa de Ocupação (%)	16%	14,5%	14,8%	14,8%	0,0 pp
Velocidade Comercial (km/h)	16,1	15,9	15,8	15,6	-1%
Taxa de Acidentes p/embate (por milhão km)	43	39	40	37	-9%

(valores em milhares)

Produção da Frota Operadores Privados	2009	2010	2011	2012	12/11
Veículos.km	4.015	4.016	4.046	2.905	-28%
Lugares.km	306.863	305.872	308.409	225.614	-27%
Veículos.hora	238	238	239	172	-28%

Indicadores da Oferta Frota OP	2009	2010	2011	2012	12/11
Taxa de Ocupação (%)	19,4%	18,2%	17,4%	18,1%	0,7 pp
Velocidade Comercial (km/h)	16,9	16,9	16,9	16,9	0%

(valores em milhares)

Produção da Frota Carros Elétricos	2009	2010	2011	2012	12/11
N.º Médio Veículos (un.)	4	4	4	6	50%
Veículos.km	91	108	110	115	5%
Lugares.km	3.813	4.538	4.602	4.846	5%
Veículos.hora	12	14	15	16	1%

Indicadores da Oferta Carros Elétricos	2009	2010	2011	2012	12/11
Taxa de Ocupação (%)	16,8%	15,9%	19,2%	12,0%	-7,2 pp
Velocidade Comercial (km/h)	7,5	7,6	7,1	7,4	5%

Indicadores de Desvios	2009	2010	2011	2012	12/11
Nº de Desvios	285	278	291	250	-14%
Concluídos por Obras	185	187	204	170	-17%
Concluídos por Eventos	100	91	87	80	-8%
Duração Média dos Desvios (dias)	19	21	19	16	-14%

## RECURSOS HUMANOS

	2009	2010	2011	2012	12/11
<b>Efetivo Total em 31/12</b>	<b>1.490</b>	<b>1.496</b>	<b>1.318</b>	<b>1.262</b>	<b>-4%</b>
Pessoal Tripulante em 31/12	984	988	891	886	-1%
Pessoal tripulante (% total)	66,0%	66,7%	67,6%	70,2%	2,6 pp
<b>Efetivo Total Médio</b>	<b>1.502</b>	<b>1.512</b>	<b>1.438</b>	<b>1.287</b>	<b>-11%</b>

Distribuição Efetivo	2009	2010	2011	2012	12/11
Efetivo Homem	1.415	1.401	1.226	1.173	-4,3%
Efetivo Mulher	87	95	92	89	-3,3%

Absentismo	2009	2010	2011	2012	12/11
Taxa Global em 31/12 (%)	8,3%	7,2%	6,8%	7,0%	0,2 pp
Pessoal Tripulante (%)	9,1%	7,5%	6,9%	7,8%	0,9 pp
Outros (%)	6,6%	6,6%	6,7%	5,2%	-1,6 pp

Trabalho Suplementar	2009	2010	2011	2012	12/11
Horas	79.988	79.188	81.189	99.594	23%
Pessoal Tripulante	77.542	77.642	80.700	98.109	22%
Valor (milhares de euros)	620	597	583	589	1%
Pessoal Tripulante	592	579	579	579	0%



Estrutura Etária	2009	2010	2011	2012	12/11
18-29	21	16	15	12	-20%
30-49	700	735	694	691	0%
> 49	769	745	609	559	-8%
<b>Total</b>	<b>1.490</b>	<b>1.496</b>	<b>1.318</b>	<b>1.262</b>	<b>-4%</b>

Formação	2009	2010	2011	2012	12/11
<b>Horas</b>	<b>15.642</b>	<b>20.518</b>	<b>13.472</b>	<b>16.743</b>	<b>24%</b>
Pessoal Tripulante	11.169	16.023	8.625	14.368	67%
Formação Contínua	6.099	3.175	8.625	10.140	18%
<b>Trabalhadores</b>	<b>773</b>	<b>783</b>	<b>526</b>	<b>464</b>	<b>-12%</b>
Pessoal Tripulante	643	571	263	305	16%
Formação Contínua	598	75	263	283	8%

## FROTA

Composição de Frota	2009	2010	2011	2012	12/11
Autocarros	472	489	468	475	1,5%
Carros Eléctricos	8	5	5	6	20,0%
<b>Total</b>	<b>480</b>	<b>494</b>	<b>473</b>	<b>481</b>	<b>1,7%</b>

Composição da frota de autocarros	2009	2010	2011	2012	12/11
Viaturas a gasóleo	217	234	213	221	3,8%
Standard	212	209	173	173	0,0%
Articulados	0	20	20	20	0,0%
Minis	5	5	5	13	160,0%
2 Pisos			15	15	0,0%
Viaturas a gás natural	255	255	255	254	-0,4%
Standard	225	225	225	225	0,0%
Articulados	30	30	30	29	-3,3%
<b>Frota autocarros</b>	<b>472</b>	<b>489</b>	<b>468</b>	<b>475</b>	<b>1,5%</b>

Características da Frota	2009	2010	2011	2012	12/11
Gás natural	54,0%	52,1%	54,5%	53,5%	-1,0 pp
Ar condicionado	72,7%	74,2%	80,8%	81,1%	0,3 pp
Piso rebaixado	91,7%	92,6%	100,0%	98,3%	-1,7 pp
Rampa rebatível	56,8%	58,9%	64,7%	65,3%	0,5 pp



Idade Média (anos)	2009	2010	2011	2012	12/11
Carros Elétricos	71,55	72,55	73,55	74,55	1,0 abs
Autocarros	8,45	9,04	9,19	10,04	0,8 abs
Gasóleo	10,74	10,71	10,07	10,69	0,6 abs
Gás natural	6,46	7,46	8,46	9,47	1,0 abs

Consumo viaturas p/ tipo combustível utilizado	2009	2010	2011	2012	12/11
Gasóleo (l/100 km)	52,27	52,78	54,90	55,02	0%
Custo Total (m €)	4.232	5.364	6.195	6.085	-2%
Custo por 100 km	38,18	46,00	58,25	62,49	7%
Custo Médio (€/por litro)	0,73	0,87	1,06	1,14	7%
Gás Natural (m3/100 km)	68,35	68,61	67,66	67,47	0%
Custo Total (m €)	4.610	4.842	4.199	4.536	8%
Custo por 100 km	31,90	32,62	28,86	33,32	15%
Custo Médio (€/m3)	0,47	0,48	0,43	0,49	16%
Energia Tração (Kwh/100 km)	297,10	268,92	287,75	309,96	8%
Custo Total (m €)	36,57	36,61	47,29	55,77	18%
Custo por 100 Km	37,89	33,03	42,04	46,76	11%
Custo Médio (€/kw)	0,13	0,12	0,15	0,15	3%

Operacionalidade da Frota	2009	2010	2011	2012	12/11
Taxa de Imobilização	6,7%	7,9%	7,4%	8,9%	1,5 pp
Taxa de Avarias (por mil km)	1,17	1,19	1,15	1,13	-2,2%

## ECONÓMICA E FINANCEIRA

(milhares de euros)

Gastos	2009	2010	2011	2012	12/11
FSE+CMVMC	33.178	34.032	34.167	32.281	-5,5%
Gastos com Pessoal	40.731	39.999	36.934	30.954	-16,2%
Gastos/reversões depreciação amort. e provis.	8.385	6.531	8.225	9.715	18,1%
<b>Operacionais</b>	<b>87.887</b>	<b>81.963</b>	<b>80.122</b>	<b>74.566</b>	<b>-6,9%</b>
Juros e gastos similares suportados	10.437	28.383	48.469	63.221	0
<b>Gastos Totais</b>	<b>98.355</b>	<b>110.386</b>	<b>128.625</b>	<b>132.024</b>	<b>2,6%</b>

% Gastos com Pessoal	2009	2010	2011	2012	12/11
Gastos com Pessoal/Gastos Operacionais	46,3%	48,8%	46,1%	41,5%	-4,59 pp
Gastos com Pessoal/Gastos Totais	41,4%	36,2%	28,7%	23,4%	-5,27 pp
Receita títulos transporte/Gastos com Pessoal (€)	1,17	1,23	1,37	1,61	17,6%

(milhares de euros)

Rendimentos	2009	2010	2011	2012	12/11
<b>Rendimentos Totais</b>	<b>74.706</b>	<b>72.709</b>	<b>74.080</b>	<b>64.402</b>	<b>-13,1%</b>
Títulos de transporte	47.541	49.166	50.617	49.892	-1,4%
PAII	982	955	998	517	-48,2%
Indemnizações Compensatórias	19.156	18.975	17.871	10.211	-42,9%
Outros rendimentos e ganhos	7.026	3.612	4.593	3.781	-18%

(milhares de euros)

Esforço Financeiro do Estado	2009	2010	2011	2012	12/11
Indem. Compensatórias - Sistema Monomodal	19.156	18.975	17.871	10.211	-42,86%
Compensação Tarifária - Sistema Inter. Andante	981	1.970	2.162	1.244	-42,48%
PAII	982	955	998	517	-48,18%
<b>Total</b>	<b>21.119</b>	<b>21.900</b>	<b>21.031</b>	<b>11.972</b>	<b>-43,07%</b>

(milhares de euros)

Resultados	2009	2010	2011	2012	12/11
Resultados Operacionais	-15.903	-9.254	-6.383	-10.170	-59%
Antes de IC's	-35.059	-28.230	-24.254	-20.382	16%
Resultados Financeiros	-7.719	-28.383	-48.128	-63.215	-31%
<b>Resultado Líquido Exercício</b>	<b>-23.653</b>	<b>-37.677</b>	<b>-54.545</b>	<b>-73.439</b>	<b>-35%</b>
<b>Antes de Swap</b>	<b>-24.625</b>	<b>-17.612</b>	<b>-20.514</b>	<b>-31.169</b>	<b>-52%</b>
<b>Antes de IC's</b>	<b>-42.809</b>	<b>-56.653</b>	<b>-72.416</b>	<b>-83.650</b>	<b>-16%</b>

(valores em euros por milhar de km)

	2009	2010	2011	2012	12/11
Rendimentos Operacionais / Passageiro.km	175,40	187,07	192,61	184,84	-4,0%
Antes de IC's	128,72	138,25	146,15	155,54	6,4%
Gastos Operacionais / Passageiro.km	170,03	183,24	208,32	214,02	2,7%
Antes de Amortizações	194,59	194,09	190,88	197,32	3,4%
Rendimentos Operacionais / Lugar.km	28,60	27,89	29,18	27,93	-4,3%
Antes de IC's	20,99	20,61	22,14	23,50	6,2%
Gastos Operacionais / Lugar.km	27,72	27,32	31,56	32,34	2,5%
Antes de Amortizações	31,73	28,93	28,92	29,82	3,1%

% gastos operacionais	2009	2010	2011	2012	12/11
Prestação de Serviços	54,3%	60,2%	63,4%	67,2%	3,8 pp
Subsídios à Exploração	22,9%	24,3%	23,6%	14,4%	-9,2 pp
Rendimentos Operacionais	81,9%	88,7%	92,5%	86,4%	-6,1 pp



(milhares de euros)

Indicadores de Atividade	2009	2010	2011	2012	12/11
Produção	68.006	69.310	69.691	60.864	-12,7%
Por efetivo médio	45,3	45,8	48,5	47,3	-2,4%
Antes de IC's	48.850	50.334	51.820	50.652	-2,3%
Valor Acrescentado Bruto	37.327	37.309	38.165	30.324	-20,5%
Por efetivo médio	24,9	24,7	26,5	23,6	-11,2%
Antes de IC's	18.171	18.333	20.294	20.113	-0,9%

(valores em dias)

	2009	2010	2011	2012	12/11
Prazo Médio Pagamento	77,3	54,4	52,2	45,6	-13%
Prazo Médio Recebimento	58,8	10,6	33,8	12,1	-64%

	2009	2010	2011	2012	12/11
Rácio de Liquidez Geral	27,7%	3,4%	5,4%	3,5%	-1,9 pp
Rácio de Liquidez Reduzida	25,7%	2,7%	4,9%	3,2%	-1,7 pp
Rácio de Liquidez Imediata	0,6%	1,0%	0,9%	0,2%	-0,7 pp

Estrutura do Balanço	2009	2010	2011	2012	12/11
<b>Ativo</b>	<b>110.950</b>	<b>114.746</b>	<b>109.617</b>	<b>93.958</b>	<b>-14%</b>
Não Corrente	96.948	102.624	95.881	87.070	-9%
Corrente	14.002	12.122	13.735	6.889	-50%
<b>Capital Próprio e Passivo</b>	<b>110.950</b>	<b>114.746</b>	<b>109.617</b>	<b>93.958</b>	<b>-14%</b>
Capital Próprio	-237.305	-275.747	-330.719	-407.639	-23%
Passivo	348.254	390.493	440.336	501.598	14%

(milhares de euros)

Financiamentos Obtidos	2009	2010	2011	2012	12/11
Não corrente	293.914	241.259	242.346	237.826	-1,9%
Corrente	15.741	94.144	110.624	132.839	20,1%
<b>TOTAL</b>	<b>309.655</b>	<b>335.403</b>	<b>352.970</b>	<b>370.665</b>	<b>5,0%</b>

(milhares de euros)

Investimentos	2009	2010	2011	2012	12/11
Material Circulante	163	11.765	116	18	-84%
Infra estruturas	381	220	650	1.057	63%
Outros	962	270	183	1.266	591%
<b>Total</b>	<b>1.506</b>	<b>12.255</b>	<b>949</b>	<b>2.341</b>	<b>147%</b>

## OUTROS INDICADORES DE ATIVIDADE

	2009	2010	2011	2012	12/11
Varição Ponderada do Tarifário (Monomodal)	0,0%	0,8%	11,9%	22,0%	10,1 pp
Taxa Inflação Anual	-1,0%	1,4%	3,7%	2,8%	-0,9 pp
Varição Custo Médio Unitário do Gasóleo	-21,3%	19,3%	21,7%	7,0%	-14,7 pp
Varição Custo Médio Unitário do Gás Natural	-9,5%	1,8%	-10,3%	15,8%	26,1 pp

Produtividade	2009	2010	2011	2012	12/11
Veículo.km (10 <sup>3</sup> ) / Efetivo Médio	19,2	19,7	19,9	20,0	0,3%
Lugar.km (10 <sup>3</sup> ) / Efetivo Médio	1.675,9	1.724,4	1.765,6	1.792,2	1,5%
Passageiro (10 <sup>3</sup> ) / Efetivo Médio	72,1	72,2	75,4	72,9	-3,3%
Passageiro.km (10 <sup>3</sup> ) / Efetivo Médio	273,2	257,1	267,5	270,8	1,3%
Extensão Rede (Km) / Efetivo Médio	0,36	0,36	0,36	0,38	3,8%

(milhares de euros)

Evolução do Complemento de Pensões	2009	2010	2011	2012	12/11
Complemento Pensões pago no ano	612	575	540	498	-8%
Nº médio de pensionistas	315	307	288	256	-11%

Consumo de energia	2009	2010	2011	2012	12/11
<b>Eletricidade CE</b>					
(kwh)	286.732	297.652	323.693	369.670	14%
Kwh/100km	297	271	288	310	8%
<b>Tep</b>	<b>83</b>	<b>86</b>	<b>94</b>	<b>107</b>	<b>14%</b>
<b>Eletricidade Instalações Fixas</b>					
(kwh)	4.800.421	4.940.201	4.724.391	4.465.817	-5%
<b>Tep</b>	<b>1.392</b>	<b>1.433</b>	<b>1.370</b>	<b>1.295</b>	<b>-5%</b>
<b>Gasóleo</b>					
Litros	5.793.505	6.154.613	5.838.263	5.357.625	-8%
litros/100km	52,27	52,78	54,90	55,02	0%
<b>Tep</b>	<b>5.055</b>	<b>5.370</b>	<b>5.094</b>	<b>4.675</b>	<b>-8%</b>
<b>Gás Natural</b>					
Metros cúbicos	9.875.031	10.184.235	9.844.229	9.183.946	-7%
m <sup>3</sup> /100km	68,35	68,61	67,66	67,47	0%
<b>Tep</b>	<b>8.098</b>	<b>8.351</b>	<b>8.072</b>	<b>7.531</b>	<b>-7%</b>
<b>Total Tep</b>	<b>14.628</b>	<b>15.240</b>	<b>14.631</b>	<b>13.608</b>	<b>-7%</b>

Tep - toneladas equivalentes de petróleo  
Cálculo efectuado de acordo com a Portaria nº 228/90 de 27 de Março



## 10.2 ÍNDICE GLOBAL REPORTING INITIATIVE (GRI)

O desempenho de sustentabilidade da STCP e a seleção e definição dos principais indicadores tiveram como linhas orientadoras as diretrizes do GRI (Global Reporting Initiative).

### PÁGINAS

1. Estratégia e Análise		
1.1	Declaração da Presidente do Conselho de Administração	7
1.1	Impactos sobre a sustentabilidade, riscos e oportunidades resultantes da tendência de sustentabilidade	23-47; 72-75
2. Perfil Organizacional		
2.1	Nome da organização	52, 115, 211
2.2	Principais produtos e/ou serviços	52, 115
2.3	Estrutura operacional da organização	64
2.4	Localização da sede social da organização	211
2.5	Países em que opera	9
2.6	Tipo e natureza jurídica da propriedade	52, 115
2.7	Mercados abrangidos	9
2.8	Dimensão da organização	9, 196-204
2.9	Principais alterações ocorridas durante o período abrangido pelo relatório, referentes à dimensão, estrutura organizacional ou estrutura acionista	10, 62-63
2.10	Prêmios recebidos durante período abrangido pelo relatório	NR
3. Parâmetros para o Relatório		
3.1	Período abrangido pelo relatório	1, 8, 51, 106
3.2	Data do último relatório publicado	ND
3.3	Ciclo de publicação de relatórios	23
3.4	Contactos para perguntas referentes ao relatório ou seu conteúdo	209
3.5	Processo para a definição do conteúdo do relatório	76-77
3.6	Limite do relatório	9, 52, 76-77
3.7	Limitações específicas quanto ao âmbito ou ao limite do relatório	9, 52, 76-77
3.8	Base de elaboração do relatório, no que se refere a joint ventures, subsidiárias, instalações arrendadas, operações atribuídas a serviços externos e outras entidades, passíveis de afetar significativamente a comparação entre diferentes períodos e/ou organizações	125, 141-142
3.9	Técnicas de medição de dados e as bases de cálculo, incluindo hipóteses e técnicas subjacentes, estimativas aplicadas e à compilação dos indicadores e outras informações contidas no relatório	115-175
3.10	Explicação do efeito de quaisquer reformulações de informações existentes em relatórios anteriores e as razões para tais reformulações	115-175
3.11	Alterações significativas em relação a relatórios anteriores, no âmbito, limite ou métodos de medição aplicados	115-175
3.12	Sumário do conteúdo do GRI	205-209
3.13	Política e prática corrente relativa à procura de um processo independente da garantia de fiabilidade para o relatório	76-87, 178-193

**4. Governação, Compromissos e Envolvimento****Governação**

4.1	Estrutura de governação da organização , incluindo comissões subordinadas ao órgão de governação hierarquicamente mais elevado e com responsabilidade por tarefas específicas, tais como, a definição da estratégia ou a supervisão da organização	62-75
4.2	Indicação se Presidente do Conselho de Administração é membro executivo	62, 66
4.3	Número de membros do Conselho de Administração independentes e/ou não executivos	62, 66
4.4	Mecanismos que permitem a acionistas e funcionários transmitir recomendações/orientações ao Conselho de Administração	54-55, 65
4.5	Relação entre a remuneração dos membros do Conselho de Administração, diretores de topo e executivos e o desempenho da organização	69-75
4.6	Processos ao dispor ao Conselho de Administração para evitar conflitos de interesse	54-55, 77-80
4.7	Processo para a determinação das qualificações e competências exigidas aos membros do Conselho de Administração para definir a estratégia da organização relativamente às questões ligadas ao desempenho económico, ambiental e social	62-77
4.8	Missão, códigos de conduta e princípios considerados relevantes para o desempenho económico, ambiental e social, assim como a fase de implementação	52-55
4.9	Processos do Conselho de Administração para supervisionar a forma como a organização efetua a identificação e gestão do desempenho económico, ambiental e social, a identificação e a gestão de riscos relevantes e oportunidades relevantes, bem como a adesão ou conformidade com normas internacionalmente aceites, códigos de conduta e princípios	23-24, 52-55
4.10	Processos para avaliação do desempenho do Conselho de Administração, especialmente no que diz respeito ao desempenho económico, ambiental e social	11-49, 52-54, 90-100

**Compromissos com iniciativas externas**

4.11	Explicação sobre se o princípio de precaução é abordado pela organização e de que forma	77-83
4.12	Cartas, princípios ou outras iniciativas, desenvolvidas externamente de carácter económico, ambiental e social que a empresa subscreve ou defende	23-24, 30, 32-35, 39-43, 51, 54-55, 76-79
4.13	Principais adesões a associações e/ou organizações nacionais ou internacionais	87

**Envolvimento das Partes Interessadas**

4.14	Relação dos grupos que constituem as Partes Interessadas envolvidas pela organização	23-87, 125-126
4.15	Base para identificação e seleção Partes Interessadas a serem envolvidas	51-56, 65, 76-77
4.16	Abordagem utilizadas para envolver as Partes Interessadas, incluindo a frequência do envolvimento, por tipo e por grupos das partes interessadas	23-58, 76-87
4.17	Principais questões e preocupações identificadas através das Partes Interessadas e as medidas adotadas pela organização no tratamento das mesmas	23-49, 51-56, 62, 65, 76-87

**5. Abordagem de Gestão e Indicadores de Desempenho****Indicadores de Desempenho Económico****Aspeto: Desempenho Económico**

EC1	E	Valor económico directo gerado e distribuído	96-99, 101, 110-111, 171-174
EC2	E	Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as atividades da organização devido às alterações climáticas	39-43
EC3	E	Cobertura das obrigações referentes ao plano de benefícios definidos pela organização	47-48, 111, 162-166
EC4	E	Apoio financeiro significativo recebidos pelo governo	11, 99, 110, 118, 148-149, 202

**Aspeto: Presença no Mercado**

EC5	C	Rácio entre o salário mais baixo e o salário mínimo local	ND
EC6	E	Políticas, práticas e proporção de custos com fornecedores locais	56-57
EC7	E	Procedimentos para contratação local e proporção de cargos de gestão de topo ocupado por indivíduos provenientes na comunidade local	ND

**Aspeto: Impactes Económicos Indiretos**

EC8	E	Desenvolvimento e impacto dos investimentos em infraestruturas e serviços que visam essencialmente o benefício público, através de envolvimento comercial em géneros ou pro bono	19-20, 30, 32-38
EC9	C	Descrição e análise dos impactos económicos indiretos mais significativos, incluindo a sua extensão	7, 76, 89-90, 156-157
<b>Indicadores de Desempenho Ambiental</b>			
<b>Aspeto: Materiais</b>			
EN1	E	Consumo total de materiais por peso ou volume	39-43, 204
EN2	E	Percentagem de materiais utilizados provenientes de reciclagem	ND
<b>Aspeto: Energia</b>			
EN3	E	Consumo direto de energia, discriminado por fonte primária	41-42, 204
EN4	E	Consumo indireto de energia, discriminado por fonte primária	ND
EN5	C	Total de poupança de energia devido a melhorias em conservação e na eficiência	39-42
EN6	C	Iniciativas para fornecer produtos e serviços baseados na eficiência energética e energias renováveis e reduções de consumo de energia em resultado dessas iniciativas	ND
EN7	C	Iniciativas para reduzir o consumo indireto de energia e a reduções alcançadas	39
<b>Aspeto: Água</b>			
EN8	E	Consumo total de água por fonte	42
EN9	C	Recursos hídricos significativamente afetadas pelo consumo de água	42
EN10	C	Percentagem e volume total de água reciclada e reutilizada	ND
<b>Aspeto: Biodiversidade</b>			
EN11	E	Localização e área dos terrenos pertencentes, arrendados ou administrados pela organização, no interior de zonas protegidas, ou a elas adjacentes, e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das zonas protegidas	NR
EN12	E	Descrição dos impactes significativos de atividades, produtos e serviços sobre a biodiversidade das áreas protegidas e sobre as áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas	NR
EN13	C	Habitats protegidos ou recuperados	NR
EN14	C	Estratégias e programas atuais e futuros para a gestão dos impactes na biodiversidade	NR
EN15	C	Número de espécies da Lista Vermelha da IUCN e da lista nacional de conservação das espécies com habitats em áreas afetadas pelas operações, pelo nível de risco de extinção	NR
<b>Aspeto: Emissões, Efluentes e Resíduos</b>			
EN16	E	Total de emissões diretas e indiretas de gases com efeitos de estufa, por peso	40-41
EN17	E	Outras emissões indiretas relevantes de gases com efeito de estufa, por peso	ND
EN18	C	Iniciativas para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa e a reduções alcançadas	39
EN19	E	Emissão de substâncias destruidoras camada de ozono, por peso	40
EN20	E	NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas, por tipo e peso	ND
EN21	E	Descarga total de água por qualidade e destino	ND
EN22	E	Quantidade total de resíduos por tipo e método de eliminação	42-43
EN23	E	Número e volume total de derrames significativos	NR
EN24	C	Peso dos resíduos transportados, importados, exportados nos termos da Convenção de Basileia, e a percentagem de resíduos transportados internacionalmente	ND
EN25	C	Identidade, dimensão, estatuto de proteção e valor de biodiversidade dos recursos hídricos e respetivos habitats afetados de forma significativa pela descarga e escoamento superficial	NR
<b>Aspeto: Produtos e Serviços</b>			
EN26	E	Iniciativas para mitigar os impactes ambientais de produtos e serviços e grau de redução do impacte	39-43
EN27	E	Percentagem recuperada de produtos vendidos respetivas embalagens, por categoria	NR
<b>Aspeto: Conformidade</b>			
EN28	E	Montante envolvidos no pagamento de coimas significativas e número total de sanções não-monetárias por incumprimento das leis e regulamentos ambientais	NR



Aspeto: Transporte			
EN29	C	Impactes ambientais significativos, resultantes do transporte de produtos e outros bens ou matérias-primas utilizadas nas operações da organização, bem como no transporte de pessoal	ND
Aspeto: Geral			
EN30	C	Total de custos e investimentos em proteção ambiental, por tipo	ND
Indicadores de Desempenho de Práticas Laborais e Trabalho Condigno			
Aspeto: Emprego			
LA1	E	Total de mão-de-obra por tipo de emprego, por contrato de trabalho e região	44, 46, 199
LA2	E	Número total de trabalhadores e taxa de rotatividade, por faixa etária, género e região	45-46, 199-200
LA3	C	Benefícios assegurados aos funcionários a tempo inteiro que não são concedidos a funcionários temporários ou a tempo parcial	NR
Aspeto: Relações entre Funcionários e Administração			
LA4	E	Porcentagem de trabalhadores abrangidos por acordos de contratação coletiva	ND
LA5	E	Prazo mínimo de aviso prévio em caso de alterações operacionais, incluindo se esse procedimento é mencionado nos acordos de contratação coletiva	ND
Aspeto: Segurança e Saúde no Trabalho			
LA6	C	Porcentagem da totalidade de mão-de-obra representada em comissões formais de segurança e saúde, que ajudam na acompanhamento e aconselhamento sobre programas e saúde ocupacionais	48
LA7	E	Taxas de lesões, doenças profissionais, dias perdidos, absentismo e número de óbitos relacionados com o trabalho, por região	44, 49, 199
LA8	E	Programas de educação, formação, aconselhamento, prevenção e controlo de risco em curso para garantir assistência aos trabalhadores, as suas famílias ou membros da comunidade, afetados por doenças graves	47-48
LA9	C	Tópicos relativos a saúde e segurança abrangidos por acordos formais com sindicatos	ND
Aspeto: Formação e Educação			
LA10	E	Média de horas de formação por ano, por trabalhador e discriminadas por categoria de funções	47, 200
LA11	C	Programas para gestão de competências e aprendizagem contínua que apoiem a continuidade de empregabilidade dos funcionários e para a gestão de carreira	47
LA12	C	Porcentagem de funcionários que recebam regularmente, análises de desempenho e de desenvolvimento da carreira	47
Aspeto: Diversidade e Igualdade de Oportunidades			
LA13	E	Composição dos órgãos sociais da empresa e relação dos trabalhadores por categoria de acordo com género, faixa etária, minorias e outros indicadores de diversidade	44-46, 62, 64
LA14	E	Discriminação do rácio do salário base entre homens e mulheres, por categoria de funções	NR
Indicadores de Desempenho Social			
Direitos Humanos			
Aspeto: Práticas de Investimento e de Aquisições			
HR1	E	Porcentagem e número total de contratos de investimentos significativos que incluem cláusulas sobre os direitos humanos ou que foram submetidos a análise sobre direitos humanos	NR
HR2	E	Porcentagem dos principais fornecedores e empresas contratadas que foram submetidos a avaliações relativamente ao seu desempenho em direitos humanos e as medidas tomadas	ND
HR3	C	Número total de horas de formação em políticas e procedimentos relativos a aspetos dos direitos humanos relevantes para as operações, incluindo a percentagem de funcionários que beneficiaram de formação	NR
Aspeto: Não-Discriminação			
HR4	E	Número total de casos de discriminação e ações tomadas	NR
Aspeto: Liberdade de Associação e Acordo de Negociação Coletiva			
HR5	E	Casos em que exista um risco significativo de impedimento ao livre exercício da liberdade de associação e realização de acordos de contratação coletiva, e medidas que contribuam para a sua eliminação	NR
Aspeto: Trabalho Infantil			
HR6	E	Casos em que exista um risco significativo de ocorrência de trabalho infantil, e medidas que contribuam para a sua eliminação	NR
Aspeto: Trabalho Forçado e Escravo			
HR7	E	Casos em que exista um risco significativo de ocorrência de trabalho forçado ou escravo, e medidas que contribuam para a sua eliminação	NR



Aspeto: Práticas de Segurança			
HR8	C	Percentagem de pessoal de segurança submetido a formação nas políticas ou procedimentos da organização, relativos aos direitos humanos, e que não são relevantes para as operações	NR
Aspeto: Direitos dos Povos Indígenas			
HR9	C	Número total de incidentes que envolvam a violação dos direitos dos povos indígenas e ações tomadas	NR
Sociedade			
Aspeto: Comunidade			
SO1	E	Natureza, âmbito e eficácia de quaisquer programas e práticas para avaliar e gerir os impactos das operações nas comunidades incluindo no momento da sua instalação, durante a operação e no momento da retirada	ND
Aspeto: Corrupção			
SO2	E	Percentagem e número total de unidades de negócio alvo de análise de riscos à corrupção	78-79
SO3	E	Percentagem de trabalhadores que tenham efetuado formação nas políticas e práticas de anticorrupção da organização	NR
SO4	E	Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção	NR
Aspeto: Políticas Públicas			
SO5	E	Posições quanto a políticas públicas e participação na elaboração de políticas públicas e em grupo de pressão	NR
SO6	C	Valor total de contribuições financeiras ou em espécie a partidos políticos, políticos e instituições relacionadas, por país	NR
Aspeto: Concorrência Desleal			
SO7	C	Número total de ações judiciais por concorrência desleal, anti-trust e práticas de monopólio, bem como os seus resultados	146-147
Aspeto: Conformidade			
SO8	E	Montantes das coimas significativas e número total de sanções não monetárias por incumprimento de leis e regulamentos ambientais	NR
Responsabilidade pelo Produto			
Aspeto: Saúde e Segurança do Cliente			
PR1	E	Ciclos de vida dos produtos e serviços em que os impactos de saúde e segurança são avaliados com o objetivo de efetuar melhorias, bem como a percentagem das principais categorias de produtos e serviços sujeitos a tais procedimentos	ND
PR2	C	Número total de incidentes resultantes da não-conformidade com os regulamentos e códigos voluntários relativos aos impactos, na saúde e segurança, dos produtos e serviços durante o respetivo ciclo de vida, discriminado por tipo de resultado	ND
Aspeto: Rotulagem de Produtos e Serviços			
PR3	E	Tipo de informação sobre produtos e serviços exigida por regulamentos, e percentagem de produtos e serviços significativos sujeitos a tais requisitos	NR
PR4	C	Número total de incidentes resultantes da não-conformidade com com os regulamentos e códigos voluntários relativos a informação e rotulagem dos produtos e serviços, por tipo de resultado	NR
PR5	C	Procedimentos relacionados com a satisfação do cliente, incluindo resultados de pesquisas que meçam a satisfação	25, 197
Aspeto: Comunicações de Marketing			
PR6	E	Programas observância das leis, normas e códigos voluntários relativos a comunicação de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio	NR
PR7	C	Número total de incidentes resultantes de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos comunicação de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio, por tipo de resultado	NR
Aspeto: Privacidade do Cliente			
PR8	C	Número total de reclamações registadas relativas à violação da privacidade de clientes	NR
Aspeto: Conformidade			
PR9	E	Montante de coimas (significativas) por incumprimento de leis e regulamentos relativos ao fornecimento e utilização de produtos e serviços	NR

Fonte: GRI (2006) - "G3: Diretrizes para Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade"

Para mais informações por favor contactar:

Gabinete Controlo de Gestão e Auditoria

Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A.

Av. Fernão de Magalhães, 1862-13º

4350-158 Porto

e-mail: geral@stcp.pt

C - Indicador complementar

E - Indicador essencial

NR - Indicador "não relevante" ou "não aplicável"

ND - Indicador "não disponível" ou apenas "disponível parcialmente"

# FICHA TÉCNICA





STCP Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A.

Av. Fernão Magalhães 1862, 13º · 4350-158 Porto

Tel: +351 225 071 000

Fax: +351 225 071 150

e-mail: [geral@stcp.pt](mailto:geral@stcp.pt)

[www.stcp.pt](http://www.stcp.pt)

Capital Social: 79.649.000

Capital Próprio: (407.639.314,81) euros

Contribuinte: 500246467

Registada na 2ª Conservatória do Registo Comercial do Porto  
com o nº 51372

---

**Edição e Propriedade: STCP Sociedade de Transportes  
Colectivos do Porto, S.A.**

Design e Produção: Garra Publicidade, S.A.

Impressão: Gráfica Vilar do Pinheiro

Exemplares: 150

Ano de Edição: 2013

Depósito Legal nº 225450/05





